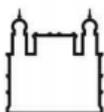


**Fundação Oswaldo Cruz**  
***Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)***

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ**  
**Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**Nº: 04/2022**  
**1 a 14 de março de 2022**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 18 de março de 2022**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
10	A propósito da guerra da Ucrânia: Os antecedentes e algumas hipóteses gerais - <i>José Luís Fiori</i>	
14	O convite para jantar que herbívoros fizeram ao carnívoro - <i>Santiago Alcázar</i>	

### **Sistema Nações Unidas**

18	Ouvir para a vida, ouvir com cuidado: Informe sobre Nações Unidas– <i>Santiago Alcázar</i>	
21	Conselho de Direitos Humanos da ONU: Temas de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
36	Inseguranças globais e o reforço da importância de políticas públicas em saúde global como garantia da proteção humana - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
41	Impactos da crise climática na saúde e as prioridades dos <i>Senhores do Mundo</i> - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
51	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
55	Dia Internacional das Mulheres e a luta pelos direitos humanos de mulheres e meninas - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Corina Mendes, Ivia Maksud e Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes</i>	
66	Ao vencedor as batatas! Para fertilizar a paz na terra! - <i>Denise Oliveira e Silva</i>	
69	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
73	TRIPS, cenário patentário e lições do desenvolvimento chinês: Informe sobre OMC, OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
78	A cultura na Agenda 2030. Será? - <i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	

### **Movimentos sociais globais e saúde**

82	Ucrânia e Afeganistão, Covid-19, crise climática e o Dia Internacional da Mulher mobilizam as organizações da sociedade civil global - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis e Luis Eugênio de Souza</i>	
92	Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

100	G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------	--

- 113 G20 dividido entre ocidente e emergentes, G7 expande as sanções à Rússia, OCDE avalia o cenário - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vinicius Roland e Júlia A.M. Abbud Ribeiro*
- 120 Lançamento do Centro BRICS de P&D de Vacinas: Yay! - *Claudia Hoirisch*
- 128 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe: Especial V Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger*
- 142 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg*
- 149 A economia como arma de guerra: a Europa atira ou é alvo? - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 154 A urgência dos refugiados vai além da Ucrânia: São milhões de pessoas deslocadas por conflitos no Oriente Médio, na Ásia Sudeste e no Sahel - *Lúcia Marques*
- 163 China: Segurança indivisível e desenvolvimento estável - *André Costa Lobato*
- 166 Um ano de ciência sob Biden: Acompanhando o progresso e as deficiências da administração - *Taryn MacKinney, Jacob Carter, Rachel Cleetus, Dave Cooke, Anita Desikan, Jennifer Knox, Taofik Oladipo, e Karen Perry Stillerman*
- 172 Autores deste Caderno

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 175

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 176

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 04/2022 – 1 a 14 de março de 2022

#### Apresentação

As 'outras' guerras vão ficando um pouco mais visíveis. Depois de alertar sobre o recrudescimento da pandemia em diversos territórios na Ásia e discorrer sobre as necessidades sanitárias e humanitárias na guerra da Ucrânia e em países vizinhos na sua alocução de 16 de março ao mundo, finalmente Tedros Adhanom voltou-se para as consequências e necessidades decorrentes dos conflitos no Sul Global<sup>1</sup>. É arrasador constatar as dimensões catastróficas dos mesmos e o quase nada feito pela comunidade global até aqui para, pelo menos, mitigá-las. Como em muitas outras circunstâncias, parece que as populações mais pobres dos países pobres do Sul são invisíveis, e a iniquidade social, econômica e sanitária decorrentes das guerras explode na nossa cara.

Sem novidades no front! Dessa trincheira da Saúde Global temos revelado, ao longo dos últimos 2 anos, como agora nas guerras, também o fracasso do enfrentamento da pandemia pelo sistema multilateral - tão bem representado pelo *apartheid* das vacinas ou a ausência de respostas intersetoriais diante uma pandemia de flagrante origem multicausal. Devido em grande parte ao que se repete agora com a invisibilidade política dos povos do Sul em conflito: a omissão dos países ricos em praticar políticas solidárias que contribuam para a solução dos problemas globais pelo sistema multilateral.

Convidamos os queridos leitores e leitoras a acompanhar nossos analistas nesta dolorosa e triste, mas fascinante aventura, que os analistas do CRIS/Fiocruz se lançam a cada quinzena para entender e procurar explicar os estranhos tempos que nos foram dados a viver neste início de terceiro milênio.

Dois trabalhos abrem o Cadernos CRIS 04-2022, traçando o pano de fundo geopolítico mundial na quinzena. **Fiori**, com sua vasta e reconhecida experiência em temas de guerra e paz, debruça-se sobre os antecedentes e algumas hipóteses gerais com respeito à guerra da Ucrânia. **Alcázar**, com sua fina e tradicional ironia, relata-nos “o convite para jantar que herbívoros fizeram ao carnívoro”, no qual costura diversas dimensões narrativas da crise da guerra na Europa, mas não só, senão referindo-se às diversas ações carnívoras dos pretensos herbívoros nesta mesa indigesta em que se está transformando o mundo neste quase quarto de primeiro século do terceiro milênio.

**Alcázar**, no seu informe sobre as Nações Unidas destaca três pontos: 1) adoção, em 1 de março, da resolução A/ES-11/L.1, da 11ª sessão especial de emergência da AGNU; 2) sessão do Conselho de Segurança, em 4 de março, para considerar o incidente na usina nuclear de Zaporizhzhia; 3) sessão do Conselho de Segurança, em 11 de março, para considerar a suspeita da existência de laboratórios biológicos na Ucrânia, com capacidade de produzir armas de destruição em massa.

No início da 49ª. Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, nosso analista **De Negri Filho** identifica nos informes do Secretário Geral da ONU (“*Em busca da*

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-who-press-conference-16-march-2022>

*realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais”*), e da Alta Comissária de Direitos Humanos (*“Contribuição de respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas”*), a direção e intensidade das recomendações orientadas para a implementação da *“Nossa Agenda Comum”*, proposta pelo Secretário Geral Guterres, em setembro de 2021. Foca particularmente a proposta de fortalecimento das proteções sociais como forma de enfrentar o aumento das desigualdades no mundo pré, trans e pós pandêmico, assim como a configuração de um novo contrato social que sustentará (?) um arranjo redistributivo da riqueza com maior protagonismo dos Estados na garantia dos direitos humanos, em particular os da Plataforma DESCA. Abre um debate crítico sobre os conceitos de resiliência e robustez de políticas e sistemas como forma de ampliar nossa visão a partir dos desafios gerados pelo mundo trans e pós pandêmico.

A **OMS** foi marcada por intensa atividade na quinzena, particularmente relacionada com a crise ucraniana e o socorro que a entidade, por meio do seu *headquarter* em Genebra, e também do seu escritório para a Europa, tiveram que prestar à Ucrânia e países vizinhos para onde passaram a se movimentar deslocados e refugiados. Aliou-se à ACNUR e outros parceiros nesta empreitada, tratando de monitorar ataques e consequências sobre estabelecimentos de saúde. É o que reportam **Reges, Galvão e Bermudez** no seu informe. A este relato, somam-se os resultados da terceira rodada de reuniões do *Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS*; a reunião da *CEPI* e os novos acertos em vacinação; o encontro do *Intergovernmental Negotiating Body to strengthen pandemic prevention, preparedness and response*; e, na **OPAS**, a integração das perspectivas de gênero como fatores fulcrais no acesso à saúde, no contexto da pandemia de Covid-19 no hemisfério.

Segundo **Magalhães e Galvão**, analistas responsáveis neste Caderno pela área de **ambiente e saúde**, as medidas ineficazes e o baixo financiamento para controlar as mudanças climáticas provocarão efeitos irreversíveis para a saúde humana. Aumento das doenças relacionadas ao clima, mortes prematuras, desnutrição e distúrbios na saúde mental são impactos crescentes segundo o relatório recente do **IPCC**. Planos de adaptação multissetoriais e combate à pobreza e desigualdades podem diminuir os riscos e a intensidade dos efeitos na saúde. Entretanto, a falta de ação significativa e prioridade, a ganância e o descompromisso com o conhecimento científico aumentam os riscos e os impactos tornando-os cada vez mais difíceis e onerosos para solucionar, agravando as vulnerabilidades.

O grupo sobre **migrações, refúgio e saúde global**, liderado por **Deysi Ventura**, destaca as consequências do conflito armado na Ucrânia, oferecendo uma breve descrição das condições sanitárias anteriores ao conflito. Em seguida, apresenta informações da OMS sobre a situação de saúde geral do país, sublinhando a baixa cobertura vacinal da população ucraniana para Covid-19. Por fim, ressalta o conteúdo ambíguo e de cunho racista da resposta europeia ao fluxo de refugiados da Ucrânia, bem como seu reflexo na cobertura internacional de imprensa.

A **saúde da mulher, criança e adolescente**, trabalhada por **Massari e colegas** do Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, traz dados e reflexões sobre o acesso e assistência ao aborto seguro, após a atualização da diretriz publicada pela **OMS**. A **OPAS** apresenta um relatório sobre o impacto da Covid-19 nas Américas a partir de um enfoque de gênero. A **ONU** e **UNFPA** fazem declarações no Dia Internacional da Mulher, referindo-se à guerra na Ucrânia e aos impactos na vida de meninas e jovens. O **UNICEF** se pronuncia sobre as repercussões imediatas da guerra em solo europeu para crianças e jovens.

As várias análises do contexto político e econômico do conflito entre Rússia e Ucrânia, motivo de inquietação mundial, apontam a interferência na 'segurança alimentar'. Este termo tem sido ressignificado nestes últimos dias nas trevas dos interesses de mercados de alimentos sem a luz do movimento criado pela **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)** de Segurança Alimentar e Nutricional no século passado. **Oliveira e Silva** alerta nossos leitores que os fertilizantes afetam mais a produção de *commodities* do que a alimentação cotidiana que é produzida e fornecida à humanidade por heroínas e heróis de sistemas alimentares curtos e não corporativos, que resistem em várias partes do planeta desenvolvendo agricultura agroecológica. Declara que é imprescindível aprender, com esta situação, a priorizar a transformação dos sistemas alimentares predatórios, que produzem uma guerra diária contra a terra, destruindo a vida do planeta e dos seres humanos;

Na linha dos países ocidentais como um todo, **Banco Mundial e FMI** declararam forte apoio a Ucrânia, liberando recursos para conter (?) os impactos da guerra ou serão investimentos indiretos para armar o país? É o que aborda **Cazumbá**, alertando ainda que Rússia e Belarus tiveram todos seus programas interrompidos pelas instituições. O **BID** avançou em uma cooperação importante com a Coreia, buscando fundo para aplicar na ALC. No próximo informe, após a reunião da sua assembleia governativa, ficará mais clara a opção que fará.

No âmbito da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala anunciou avanços em relação à proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual, a partir de acerto que envolveu União Europeia, Índia, África do Sul e Estados Unidos. O senado americano confirmou María Luisa Pagán como principal autoridade comercial do país em Genebra e representante de Washington na OMC. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** lançou o relatório "*Patent Landscape Report: COVID-19 Related Vaccines and Therapeutics*", com informação sobre o *status* patentário de invenções relacionadas à Covid-19. A **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** publicou o relatório "*China's structural transformation what can developing countries learn?*", que analisa políticas chinesas (industrial, comercial, digital etc.) cruciais para o desenvolvimento. Quem trata destes temas é a especialista da Fiocruz, **Cláudia Chamas**.

Com base na publicação "*Culture for the Agenda 2030*", publicada em 2018 pela **UNESCO**, o informe de **Gaspar e Sanglard** destaca a cultura na Agenda 2030, demonstrando a relação direta da cultura como elemento fundamental e transversal para alcançar diversas metas previstas na Agenda. Esta é a primeira agenda internacional a reconhecer a cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável. Além de relacionar as convenções da cultura da UNESCO aos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável, mostra o poder da cultura para a geração de trabalho, assim como sua contribuição para a redução de iniquidades, inclusão social, proteção do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural, promoção para igualdade de gênero, e construção de sociedades de paz.

A **sociedade civil global** é analisada em duas dimensões complementares quanto à sua influência na saúde global: pelas grandes organizações da sociedade civil e pelos movimentos sociais de interesse público.

Segundo **Sousa e grande equipe de analistas**, a escalada da guerra na Ucrânia, incluindo a ameaça do uso de armas nucleares, mobilizou a **sociedade civil global**, que pediu o fim da guerra e uma solução diplomática para o conflito. A questão dos *refugiados* foi ressaltada, incluindo demandas por ajuda humanitária. As denúncias de atos de *racismo* nas fronteiras também apareceram, mas ainda restritas a poucas organizações. No conflito no *Afeganistão* as

OSC apontam que a crise sanitária se agrava com o surto de sarampo e amplia a ameaça as crianças, já impactadas pela desnutrição.

O enfrentamento da *Covid-19* em escala global tem sido tema central das manifestações das OSC, com destaque para as desigualdades de acesso não somente às vacinas, mas também aos medicamentos novos. A *crise climática* também está no centro das preocupações da sociedade civil, que têm ressoado o alerta às lideranças mundiais. Dentre deste tema, discutiu-se a interconexão entre desigualdade de gênero e mudanças climáticas.

Por fim, as OSC iniciaram o mês de março mobilizadas pela celebração do *Dia Internacional da Mulher*, dando destaque às mulheres que são lideranças globais. Ao mesmo tempo, foram denunciadas as desigualdades de gênero e violência contra as mulheres.

Já na agenda da **sociedade civil de interesse público**, como denomina *De Negri* na sua análise, o último período produziu ações em torno a três elementos de interesse fundamental para a saúde global: o persistente conflito com a *propriedade intelectual* sobre vacinas e demais produtos de interesse em saúde no contexto de fortalecimento dos interesses do capital financeiro; o debate em torno às capacidades de resposta global às pandemias e ao debate sobre o *tratado pandêmico* e seu contexto de disputa do capital e do filantropocapitalismo sobre as vacinas; e a mobilização e conflito em torno à *água* como bem público, em um contexto de privatização crescente das fontes hídricas.

O destaque do **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)** são as “Ideias Sul-Sul”, que foram criadas para facilitar o compartilhamento de conhecimento, experiências e perspectivas do Sul Global e, desta forma, fomentar o diálogo e a discussão. *Ungerer* destaca o relatório que discute se a Cooperação Sul-Sul pode ter um impacto positivo no comércio e nas finanças dos países menos desenvolvidos.

Completa nossa analista que, com a retomada dos trabalhos da AGNU, o **G-77 e China** participaram de nove sessões, discutindo os mais diversos temas: a intenção da Divisão de Estatística da ONU de remover a distinção sobre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento; o detalhamento de vários itens do relatório do Secretário Geral, *Nossa Agenda Comum*, como a proteção das gerações futuras; emissão global zero; saúde financeira da ONU; e o plano global de vacinação contra o Covid-19, que deveria estar alinhado com a estratégia da OMS para alcançar a vacinação global contra a enfermidade até meados de 2022.

Sem destaques no **MNA**. Já o **South Center** segue com o trabalho de pesquisa que revisa a história do discurso internacional sobre direito ao desenvolvimento, incluindo os principais marcos e as principais questões entre o Sul e o Norte globais.

Nos clubes dos ricos (**G7, G20 e OCDE**), *Burger, Esteves e grupo* destacam:

No **G7** – A adoção de novas sanções no âmbito comercial pelo grupo consolida a perspectiva de uma guerra econômica total contra a Rússia e reafirma seu lugar como centro de articulação dessas operações. A experiência do G7 é, contudo, marcada por grandes dificuldades de decisão e pela seletividade das sanções adotadas, como formas de acomodar os interesses dos Estados membros.

No **G20** – No âmbito do G20 a Guerra na Ucrânia tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões e causado discordâncias quanto às repostas dos países, colocando ricos e emergentes em posições distintas. Dessa forma, tem se mostrado frustrante a tentativa de resposta conjunta enquanto grupo e questionamentos vêm surgindo quanto a viabilidade da cúpula de líderes em

novembro, na Indonésia. Isso, porque em caso de prolongamento da guerra, os líderes, especialmente europeus e Joe Biden, podem negar a presença no evento caso Putin esteja convidado.

Na **OCDE** - Novos dados sobre taxas de desemprego e de inflação nos países membros indicam dificuldades mesmo antes das pressões decorrentes das sanções contra a Rússia no contexto da guerra na Ucrânia.

O lançamento do Centro **BRICS** de P&D de Vacinas será em março e seu objetivo é garantir uma distribuição mais equitativa das vacinas nos países em desenvolvimento. **Hoirisch** destaca que além da cooperação em P&D de vacinas, está prevista a construção de plantas e produção conjuntas, a superação de gargalos tecnológicos, a realização de testes clínicos conjuntos, o intercâmbio de pessoal treinado, a realização de eventos relacionados a vacinas entre os BRICS, e que seus cientistas serão encorajados a lançar projetos de inovação vacinal. O primeiro país a disponibilizar um centro nacional foi a China, em maio de 2021. A Fiocruz é o ponto focal do Brasil na rede. Em novembro de 2021, durante a Cúpula dos BRICS, Ramaphosa expressou a vontade de fincar um Centro de P&D de vacinas na África do Sul, uma vez que a pandemia “demonstrou a necessidade de acelerar a implementação do Centro BRICS de P&D de Vacinas”, conforme acordado na Declaração de Joanesburgo de 2018. Em dezembro de 2021, o país convidou pesquisadores do BRICS para cooperar com sul-africanos em pesquisas sobre o Sars-Cov2 e suas mutações.

Na **América Latina** houve redução no número de novos casos e mortes por Covid-19, ainda que alguns países tenham relatado um pequeno aumento, a tendência geral é de queda. **Tobar, Minayo e Linger** destacam a *V Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável* promovida pela *CEPAL*, sob a presidência da Costa Rica, que ocorreu de forma presencial e virtual. O encontro de três dias finalizou com a aprovação de um extenso documento, com 106 parágrafos, contendo conclusões e recomendações às quais convidamos o acesso dos leitores. Foi também fato relevante no período, o relatório publicado pela *OIT* sobre igualdade de gênero e políticas do mercado de trabalho na região durante a pandemia. No âmbito da *OEA*, formou-se Grupo de Alto Nível para promover a implementação das recomendações das Missões de Observação Eleitoral sobre a participação política das mulheres e foi lançado o relatório do Instituto CASLA sobre os pretensos crimes contra a humanidade praticados pela Venezuela.

A *Comissão Econômica da ONU* para a **África** realizou a 8ª Sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável. **Silva, Cá e Rosenberg** informam ainda que a AUDA-NEPAD publicou o II Relatório Continental sobre a implementação da Agenda 2063 da União Africana. A campanha ‘It’s Up to Us’ do *CDC África* incentiva os africanos a unirem-se e a serem vacinados contra a Covid-19. A *OMS-AFRO* fortalece capacidades transfronteiriças na África Austral através da colaboração e parceria multissetoriais. De 21 a 25 de março, realiza-se em Angola a reunião de ministros da saúde da CPLP.

No seu informe, **Freire** pergunta se “a **Europa** atira ou é alvo?”. Para não se envolver diretamente no conflito entre Rússia e Ucrânia, os países ocidentais coordenam ações para retaliar economicamente a primeira e abastecem de ajuda bélica e humanitária a segunda. Tais sanções vem demonstrando ineficácia sob o ponto de vista diplomático, uma vez que o conflito se acirra. Seus efeitos, contudo, aliados às consequências econômicas da guerra, são sentidos por todos e já ameaçam a própria economia europeia.

Para **Marques**, a urgência dos refugiados se estende para além da Ucrânia. Enquanto os olhos do mundo estão voltados para os horrores da guerra no país europeu e para a crise humanitária aguda decorrente, outras guerras continuam em andamento. Os olhares aflitos de desespero, dor, impotência e tristeza são os mesmos! E já são milhões de pessoas deslocadas por conflitos e pelas mudanças climáticas, principalmente no **Oriente Médio, Sudeste da Ásia** e na região do **Sahel africano**. O diretor da OMS e o Papa Francisco pedem que não esqueçamos das pessoas do Afeganistão, Myanmar, Yemen, Síria, Etiópia...

Cenas de famílias, principalmente mulheres e crianças, fugindo dos conflitos interpaíses, guerras civis, perseguições étnicas, atrocidades e da fome são diárias, mas recebem menos destaque. Não dar atenção devida a essas cenas e à causa delas ou às desigualdades abissais, agravadas pela pandemia, se refletiram nas abstenções da votação contra a guerra na Ucrânia, na Assembleia Geral Extraordinária da ONU, em 2 de março. Muitos dos países que se abstiveram são, principalmente, da Ásia Sudeste, Ásia Central, Oriente Médio e do Sahel. À exceção de poucos, como China, Índia e África do Sul, que têm seus próprios motivos, a grande maioria é de países onde conflitos e doenças se juntam, que enfrentam eventos climáticos extremos, vivem realidades de abrigar milhões de refugiados, impactados economicamente pelos efeitos da Covid-19, com retrocessos nos ODS, e que precisam e querem ser ouvidos nos fóruns internacionais.

A **China** pede transparência sobre atividades dos EUA com armas biológicas. Sobre a Ucrânia, continua a contradição entre segurança indivisível e integridade territorial. Recorde em número de casos pós-Wuhan leva a fechamento de escolas em Xangai. Duas Sessões reúnem 5 mil delgados em Pequim e buscam desenvolvimento estável do país. São estes os pontos levantados por **Lobato** no seu informe sobre o país.

**Guto Galvão** optou por trazer aos leitores uma interessante análise sobre a **administração de Joe Biden** em nove áreas temáticas: força de trabalho científica federal, integridade científica, mudança climática, resposta à COVID-19, armas nucleares, proteção da democracia, justiça ambiental, veículos limpos e alimentos e agricultura. Estamos publicando a tradução ao português com a autorização da Union of Concerend Scientists – UCS, instituição que produziu o relatório original.

Convidamos os leitores a participar dos **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, às 4as. Feiras, de 10 às 12 horas. Os três próximos Seminários (23/03, 06/04 e 20/04) estão anunciados no final desta apresentação. De outro lado, é com incontida satisfação que anunciamos a realização do **Curso de Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sob a responsabilidade da Escola Nacional de Saúde Pública e do CRIS, com o patrocínio e cooperação com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, primeiro grande empreendimento educativo do CRIS.

Será uma longa jornada, leitor, ler-nos a todos. Mas os artigos foram produzidos com tanto esmero e dedicação, que estamos seguros que terá o prazer de adentrar este vasto e desafiador mundo da diplomacia da saúde que mais uma vez trazemos a você nesta quinzena.

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 18 de março de 2022**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

## **A propósito da guerra da Ucrânia: Os antecedentes e algumas hipóteses gerais<sup>2</sup>**

**José Luís Fiori**

*O mais provável é que a nova estratégia americana do governo de Donald Trump se mantenha com qualquer governo depois de Trump, e só venha a ser alterada se surgir um novo equilíbrio de forças dentro do sistema mundial imposto pelas demais potências do sistema. O problema é que para chegar até esse novo equilíbrio, as demais potências terão que seguir a mesma cartilha dos norte-americanos, e este é um caminho que passa perigosamente pela beira do abismo da guerra.*

J. L. Fiori. *A Síndrome de Babel (II)*. INEEP, 7 de fevereiro de 2018

É muito comum falar da aceleração do tempo histórico, apesar de que ninguém saiba exatamente o que isto significa, ou por que isto acontece. Todos reconhecem, no entanto, que são momentos em que fatos e decisões importantes se concentram e se precipitam, alterando significativamente o rumo da História. E hoje existe um grande consenso de que aconteceu algo desse tipo na virada dos anos 90, provocando uma mudança radical no panorama geopolítico mundial na última década do século XX.

Tudo começou de forma surpreendente, na madrugada de 9 para 10 de novembro de 1989, quando foram abertos os portões e derrubado o muro que dividia a cidade de Berlim, separando o “Ocidente liberal” do “Leste comunista”. O mais importante, entretanto, ocorreu logo depois, com o processo em cadeia de mudança dos regimes socialistas da Europa Central e Oriental, que levou à dissolução do Pacto de Varsóvia e à reunificação da Alemanha, no dia 3 de novembro de 1990, culminando com a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, em 1991. Naquele momento, muitos comemoraram a vitória definitiva (que depois não se confirmou) da “liberal-democracia” e da “economia de mercado” contra seus grandes adversários e concorrentes do século XX: o “nacionalismo”, o “fascismo” e, finalmente, o “comunismo”. No entanto, o que de fato se concretizou naquela virada da História foi um velho sonho ou projeto quase utópico dos filósofos e juristas dos séculos XVIII e XIX, e dos teóricos internacionais do século XX: o aparecimento de um poder político global, quase monopólico, que fosse capaz de impor e tutelar uma ordem mundial pacífica e orientada pelos valores da “civilização ocidental”. Uma tese que pôde finalmente ser testada depois da vitória avassaladora dos Estados Unidos na Guerra do Golfo, em 1991.

Trinta anos depois, entretanto, o panorama mundial mudou radicalmente. Em primeiro lugar, os Estados e as “grandes potências”, com suas fronteiras e interesses nacionais, voltaram ao epicentro do sistema mundial, e a velha “geopolítica das nações” voltou a funcionar como bússola do sistema interestatal; o “protecionismo econômico” voltou a ser praticado pelas grandes potências; e os grandes “objetivos humanitários” dos anos 90, e o próprio ideal da globalização econômica, foram relegados a um segundo plano da agenda internacional. Mais do que isto, o fantasma do “nacionalismo de direita” e do “fascismo” voltou a assombrar o mundo,

---

<sup>2</sup> Este artigo reúne excertos extraídos do prefácio do livro organizado por J. L. Fiori, *Sobre a Paz*, publicado pela Editora Vozes em 2021. Seu título original é “O paradoxo de Kant e a leveza da paz”.

e o que é mais surpreendente, penetrou a sociedade e o sistema político norte-americano, culminando com a vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais americanas de 2017. Nesses trinta anos, o mundo assistiu à vertiginosa ascensão econômica da China, à reconstrução do poder militar da Rússia e ao declínio do poder global da União Europeia (UE). Mas o mais surpreendente talvez tenha sido a forma como os próprios Estados Unidos passaram a desconhecer, atacar ou destruir as instituições globais responsáveis pela gestão da ordem liberal internacional instaurada nos anos 90, sob sua própria tutela, desde o momento em que declararam guerra contra o Afeganistão, em 2001, e contra o Iraque, em 2003, à margem - ou explicitamente contra - da posição do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por último, e talvez o mais intrigante, é que a potência unipolar desse novo sistema, que seria teoricamente a responsável pela tutela da paz mundial, esteve em guerra durante quase todas as três décadas posteriores ao fim da Guerra Fria. Começando imediatamente pela Guerra do Golfo, em 1991, quando as Forças Armadas americanas apresentaram ao mundo suas novas tecnologias bélicas e sua “nova forma de fazer guerra”, com o uso intensivo de armamentos operados à distância, o que lhes permitiu uma vitória imediata e arrasadora, com um mínimo de perdas e um máximo de destruição de seus adversários. Foram 42 dias de ataques aéreos contínuos, seguidos por uma invasão terrestre rápida e contundente, com cerca de 4 mil baixas americanas e cerca de 650 mil mortos iraquianos. Uma demonstração de força que deixou claro ao mundo a diferença de forças que havia dentro do sistema internacional depois do fim da União Soviética.

Depois disso, os Estados Unidos fizeram 48 intervenções militares na década de 90 e se envolveram em várias guerras “sem fim”, de forma contínua, durante as duas primeiras décadas do século XXI. Nesse período, os norte-americanos fizeram 24 intervenções militares ao redor do mundo e realizaram 100 mil bombardeios aéreos, e só no ano de 2016, ainda durante o governo de Barack Obama, lançaram 26.171 bombas sobre sete países. simultaneamente.<sup>3</sup> Encerrou-se assim, definitivamente, a expectativa dos séculos XVIII, XIX e XX, de que um “superestado” ou uma “potência hegemônica” conseguiria finalmente assegurar uma paz duradoura dentro do sistema interestatal criado pela Paz de Westfália de 1648. Ou seja, no período em que a humanidade teria estado mais próxima de uma “paz perpétua”, tutelada por uma única “potência global”, o que se assistiu foi uma sucessão quase contínua de guerras envolvendo a própria potência dominante (Fiori, 2008).

São números que não deixam dúvidas com relação ao fato de que o projeto cosmopolita, pacifista e humanitário da década de 90 foi atropelado pelo próprio poder americano. Uma constatação extraordinariamente intrigante, em particular se tivermos em conta que não se tratou de um acidente de percurso, ou apenas de uma reação defensiva datada. Pelo contrário, tudo aponta para o desdobramento de uma tendência central que foi se desvelando através de uma sucessão de guerras, fossem elas defensivas, humanitárias, de combate ao terrorismo, ou simplesmente de preservação das posições de poder das grandes potências dentro do sistema internacional.

A análise dessas guerras que precederam e explicam em parte a atual Guerra da Ucrânia, somadas às guerras do século XX, permite-nos extrair algumas conclusões ou hipóteses que transcendem esta conjuntura, projetando-se sobre a história de longo prazo da guerra e da paz através da evolução das sociedades humanas. Em primeiro lugar, a grande maioria das guerras

---

<sup>3</sup> Segundo dados apresentados por Micah Zenko, especialista em política externa norte-americana, publicados no site oficial do Council of Foreign Relations ([www.cfr.org](http://www.cfr.org)).

não tem como objetivo a obtenção da paz ou da justiça, nem leva necessariamente à paz. Elas buscam sobretudo a vitória e submissão ou “conversão” dos adversários, e a expansão do poder dos vitoriosos.

A “paz” não é sinônimo de “ordem”, e a existência de uma “ordem internacional” não assegura a paz. Basta ver o que aconteceu nos últimos 30 anos, com a “ordem liberal-cosmopolita” que foi tutelada pelos Estados Unidos depois do fim da Guerra Fria, e que se transformou num dos períodos mais violentos da história norte-americana. Como já havia acontecido, também, com a “ordem internacional” que nasceu depois da Paz de Westfália, período em que a Grã-Bretanha, sozinha, iniciou uma nova guerra a cada três anos, entre 1652 e 1919, mesma periodicidade que teriam as guerras norte-americanas, entre 1783 e 1945 (Holmes, 2001).

Dentro do sistema interestatal, a “potência dominante”, mesmo depois de conquistar a condição de um “superestado”, segue se expandindo e fazendo guerras, e necessita fazê-lo para poder preservar sua posição monopólica já adquirida. O envolvimento dos EUA, por isso mesmo, a “potência dominante”, não tem compromisso obrigatório com o *status quo* que eles tutelam e ajudaram a criar. E, muitas vezes, eles são obrigados a modificar ou destruir esse *status quo*, uma vez que suas regras e instituições comecem a obstruir o caminho de expansão do seu poder (Fiori, 2008).

A paz é quase sempre um período de “trégua”<sup>4</sup> que dura o tempo imposto pela “compulsão expansiva” dos ganhadores, e pela necessidade de “revanche” dos derrotados. Esse tempo pode ser mais ou menos longo, mas não interrompe o processo de preparação de novas guerras, seja da parte dos vitoriosos,<sup>5</sup> seja da parte dos derrotados.<sup>6</sup> Por isso se pode dizer, metaforicamente, que toda paz está sempre “grávida” de uma nova guerra.

Em todo tempo e lugar, a guerra aparece associada de forma indisfarçável com a existência de hierarquias e desigualdades, ou mais exatamente, com a existência do “poder” e da “luta pelo poder”.

Se essas hipóteses não forem refutadas, poderíamos concluir que o projeto kantiano da “paz perpétua” não é apenas uma grande utopia; é de fato um “círculo quadrado”, ou seja, uma impossibilidade absoluta. Apesar disso, a “paz” se mantém como um desejo de todos os homens, e aparece no plano da sua consciência individual e social, como uma obrigação moral, um imperativo político e uma utopia ética quase universal. Nesse plano, a guerra e a paz devem ser vistas e analisadas como dimensões inseparáveis de um mesmo processo contraditório, perene e agônico de anseio e busca dos homens por uma transcendência moral muito difícil de ser alcançada.

---

<sup>4</sup> “[...] a paz é apenas uma longa trégua, obtida por meio de um estado de crescente, persistente e progressiva tensão” (Bobbio, 2002, p. 73).

<sup>5</sup> “Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz” (Hobbes, 1983, p. 76).

<sup>6</sup> “O desejo de se ressarcir de um prejuízo que se crê haver sofrido, de vingar-se mediante represálias, de tomar ou retomar o que se considera sua propriedade, a inveja do poder, ou da reputação, o desejo de mortificar e rebaixar um vizinho de quem se pensa haver causa para detestar: eis aí tantas fontes de querelas que nascem nos corações dos homens e que somente podem produzir incessantes embates, seja com razão e com pretexto, seja sem razão e sem pretexto” (Abbé de Saint Pierre, 2003, p. 18).

## Referências

- ABBÉ DE SAINT PIERRE. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- BOBBIO, N. *O problema da guerra e das vias da paz*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista na primeira década do século XXI. In: FIORI, J. L. et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Victor Civita, 1983 (Coleção Pensadores).
- HOLMES, R. (Edit) *The Oxford companion to military history*, Oxford University Press, 2001

## O convite para jantar que herbívoros fizeram ao carnívoro

*Santiago Alcázar*

Quinta-feira, dia 10 de março, 2022. Deu no *New York Times*. Na quarta-feira, um dia antes, a Câmara de Representantes do Congresso dos EUA aprovou amplo projeto de gastos que somam US\$ 1.5 trilhões. O dinheiro será usado para manter a máquina governamental funcionando até setembro, bem como para ajudar a Ucrânia. O acordo entre os dois partidos teria sido alcançado mediante o descarte do pacote para financiar a resposta do Presidente Biden à Covid-19. Ninguém poderia dizer, com maior clareza, que a pandemia não é mais a prioridade dominante em Washington.

A ajuda à Ucrânia de mais de US\$ 13 bilhões será empregada para apoiar o Pentágono em sua assistência militar àquele país (50%), bem como para ajuda humanitária e econômica para os ucranianos (50%). Segundo o respeitado jornal, a contribuição militar faz parte do aumento de gastos nessa área anunciado pelo Presidente em seu discurso sobre o Estado da Nação: 13 novos navios de guerra, 12 F/A-18 *Super Hornets* e 85 F-35 *Joint Strike Fighters*, instrumentos de destruição, ou de dissuasão como se diz entre gente civilizada, o que é o mesmo quando essa falha. Chega a ser tocante a distribuição equilibrada de recursos: metade para ajuda humanitária, metade para destruição. Não se sabe, no entanto, se a destruição será feita antes ou depois da ajuda humanitária.

Na COP-26, que se encerrou em 12 de novembro de 2021, as Partes se felicitaram pela nova promessa feita de destinar US\$ 600 milhões para o Fundo dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (LDCF, nas siglas em inglês). Os recursos seriam destinados a ajudar as pessoas vulneráveis a aumentarem a sua resiliência no agravamento dos impactos da mudança climática<sup>7</sup>. Aumentar a resiliência talvez não seja a mesma coisa que aumentar a resistência, mas não há como não ver na comparação das cifras e no gesto autocongratatório uma ponta de racismo. É claro que não se trata disso, pois como relata o *New York Times*, as prioridades dominantes agora são outras, mais importantes e mais urgentes, ainda que sobre isso não parece haver consenso.

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Filippo Grandi, certamente levado por entusiasmo incontido, disse na terça-feira, dia 8 de março, que a resposta da Europa no acolhimento aos refugiados da guerra na Ucrânia está sendo notável. O Senhor Grandi acrescentou que a norma de proteção temporária europeia oferece aos refugiados segurança e opções, bem como a chance de estabilidade durante um período de grande incerteza<sup>8</sup>.

O Mar Mediterrâneo é testemunho surdo de vidas perdidas no trânsito para um futuro melhor dos muitos que tentaram fugir da instabilidade deixada em toda a África Ocidental pela destruição da Líbia. De igual maneira, a recepção reservada aos que fugiam da guerra criminosa no Iraque, ou da aventura irresponsável no Afeganistão, não foi sempre exemplar e certamente faria corar o Senhor Grandi. Mas agora, parece, as coisas estão melhor, ao menos para os ucranianos.

Não há mocinhos e bandidos nas relações internacionais. Por essa razão é infrutífero, infantil até, o pendor de adjetivar o outro com expressões que, não somente não contribuem

<sup>7</sup> <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-glasgow-climate-pact/cop26-outcomes-finance-for-climate-adaptation#eq-2>

<sup>8</sup> <https://news.un.org/en/story/2022/03/1113572>

para desanuviar a situação, mas, ao contrário, minam qualquer esforço de estender pontes para o entendimento mútuo. É claro que na era da informação, a desinformação é uma arma eficiente. Vimos como em 5 de fevereiro de 2003, a mentira foi usada no Conselho de Segurança para tentar convencer o mundo de que o Iraque detinha armas de destruição em massa. Em janeiro de 2021, vimos como a eleição de um presidente foi contestada com mentiras e, finalmente, nos últimos três anos, vimos como a pandemia da Covid-19 foi ocasião para sacrificar a verdade científica no altar do negacionismo. Mentiras velhas todas, com diferentes causas e efeitos, mas não por isso menos mentiras. Não diferentes da nova mentira defendida pelas autoridades norte-americanas e difundida pela mídia corporativa, segundo a qual seriam falsas as informações colhidas pelos russos de que haveria aproximadamente 30 laboratórios na Ucrânia desenvolvendo patógenos de risco. Na segunda-feira, dia 7 de março, em depoimento sob juramento na Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, a Senhora Victoria Nuland, Subsecretaria de Estado, teve que confirmar que a Ucrânia tem de fato “*biological research facilities*”<sup>9</sup>. A mídia corporativa não deu destaque a essa pequena confirmação, talvez por a considerar insignificante.

Essa informação é crucial, no entanto. A Ucrânia é um país comparativamente pobre, com sérias deficiências em saúde. Segundo a OMS, a Ucrânia teria aplicado 31 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, para uma população de 48,5 milhões de pessoas. Que propósito poderiam ter essas “*biological research facilities*” num país tão conturbado e com tanta insegurança? É irônico que a admissão da Senhora Nuland parece corroborar que a Ucrânia detém de fato armas de destruição em massa, em flagrante violação à *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento de Armas Bacteriológicas ou Tóxicas e sobre a sua Destruição*, de 1972. Quase 20 anos separam o quase cômico exercício de Collin Powel no Conselho de Segurança da titubeante declaração de Victoria Nuland na Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, ainda que com sinais invertidos. Não é preciso insistir sobre a ameaça que representa a possibilidade de alguns desses patógenos de risco espalhar-se no meio ambiente, intencional ou acidentalmente, nas atuais circunstâncias, causando uma emergência sanitária que, em tese, poderia vir a ser classificada como pandêmica. Pandemia em cima de pandemia, como se o mundo não tivesse mais nada com que se preocupar.

A verdade e a busca da verdade são importantes, mas quando há o risco de se cair em uma espiral de acusações, de tensões, de medidas e contramedidas em resposta, a prudência recomenda que o melhor é concentrar os esforços na distensão e no apaziguamento, custe o que custar.

Algumas perguntas, contudo, devem ser respondidas com honestidade intelectual, ainda que seja penoso. Vale a pena arriscar tudo pela entrada da Ucrânia na OTAN? Os acordos de Minsk, nunca foram observados, ainda que tenham sido subscritos pela OSCE, com manifesto apoio de França e Alemanha. Não seria o caso de retomá-los para garantir a paz no Donbas, objeto de uma guerra civil invisível e surda aos olhos e ouvidos da mídia corporativa? Tem sentido recorrer à adjetivação das autoridades com as quais se tem que buscar a distensão e o apaziguamento? As sanções econômicas impostas à Federação Russa parecem excessivas. Não seria prudente levantar algumas delas, com o propósito de não a deixar sem alternativas se não responder com uma contramedida de consequências desconhecidas e possivelmente catastróficas? A história é rica em exemplos de espirais de violência. Quebrar a espiral é o único

---

<sup>9</sup> <https://greenwald.substack.com/p/victoria-nuland-ukraine-has-biological?s=r>

caminho para o entendimento mútuo e a paz. Tem sentido fazer sessões especiais da AGNU para demonizar uma das partes, cedendo à tentação de simplificações ridículas – a luta do Bem e do Mal – em pleno século XXI, no foro multilateral mais importante, aquele em que a diversidade de opiniões e de posturas é a sua própria razão de ser? Como explicar o alto grau de consenso e a disposição para agir sem demora numa questão de geopolítica e não se consegue o mesmo nas questões de saúde, meio ambiente e direitos humanos? Como explicar que a falência moral, tantas vezes evocada durante a pandemia, particularmente com respeito ao açambarcamento pantagruélico das vacinas por parte de alguns países, tenha sido sanada de um lado da equação, transformando o próprio Pantagruel no modelo de bons costumes a ser seguido e imitado, sob pena de sanção? As prioridades dominantes, como registra o *New York Times*, agora são outras.

Toda tragédia humana é igualmente grave e merece o mesmo respeito e atenção. Por essa razão é uma obscenidade selecionar o ponto onde deve pousar o olhar para derramar lágrimas e extravasar indignação, ignorando os outros tantos pontos que compõem o lamentável estado do mundo. Permito-me citar parágrafo inteiro de artigo recente do Doutor Paulo Buss, em que sublinha esses pontos invisíveis, incapazes de motivar sessões especiais da AGNU, surdas às dores e frustrações dos menos favorecidos: “Não devemos esquecer a guerra e a saúde na periferia do mundo, as guerras do Sul Global: o prolongado conflito na Síria e o que vem ocorrendo do Afeganistão ao Mianmar, do Iêmen à Etiópia, e na Palestina, Somália e diversos países da África sub-Sahariana (como Burkina Faso, Mali e Niger). Pelo menos outros 28 países passam por conflitos ou registram combates armados neste início de 2022, segundo o Projeto de Dados e Localização e Eventos de Conflitos Armados (ACLED, nas siglas em inglês). Segundo os últimos números divulgados pela ONU, há cerca de 70 milhões de pessoas atualmente deslocadas devido à guerra”.

Talvez a grande lição da pronta reação da comunidade internacional à crise na Ucrânia seja a perfeita adequação do Conselho de Segurança e da AGNU para o encaminhamento de soluções para questões de geopolítica e a total inadequação desses mesmos corpos para o tratamento das ameaças da mudança de clima, desta e de eventuais outras pandemias, ou seja, das ameaças que pesam sobre a vida na Terra. Se por um lado, é verdade que o fim da Guerra Fria permitiu a realização de um ciclo de conferências sobre temas sociais, por outro, a rigidez da arquitetura multilateral herdada não habilitou a sociedade civil a desenvolver plenamente as suas potencialidades. Há muito os Estados deixaram de ser os atores principais no complexo jogo das decisões internacionais. Pode-se argumentar que os Estados “controlam” os seus PIBs nacionais, mas quem controla o capital financeiro, que é 10 vezes maior que o PIB global? Se os Estados não mais controlam o jogo, não seria o caso de criar estruturas novas para que a sociedade civil proteja os interesses da comunidade?

Não há como negar que o fracasso da COP-26 constitui uma ameaça planetária, aparentemente fora do “controle” dos Estados. Não há como negar que a falência moral observada na pandemia talvez seja a causa principal de tantos outros fracassos. A própria feitura dos atos internacionais, acordos, convenções ou tratados é costurada a partir de preâmbulos e princípios, de natureza morais, e de prescrições de fundo jurídico. Todos fracassam, não tanto pelo lado jurídico, mas pela falha moral em respeitar os preâmbulos e princípios universais, porque supostamente emanariam das profundezas da alma humana. Falha moral em reconhecer na solidariedade uma obrigação mais severa que qualquer sanção jurídica. Isso são filosofias, dirão alguns. Talvez, mas não desfazem a falência moral que conduz ao crime.

Porque crime há em não mais considerar a pandemia entre as prioridades dominantes. Não se menciona a mudança climática, mas esta certamente tampouco está entre as prioridades dominantes, assim como outras questões urgentes.

Pior. Porque não somente há crime, mas continuará a haver e o caso mais emblemático virá da própria OMS com seu projeto de tratado pandêmico, que pelo andar da carruagem será reduzido a um regulamento sanitário reforçado, porque as pedras sabem que a pandemia é uma sindemia e por isso, por ser multicausal, não compete apenas à OMS, mas a todo o sistema das Nações Unidas, incluindo a OMC, as instituições financeiras e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), se for preciso. Má fé por parte dos que sabem que o tema é demasiado amplo para caber na estrutura estreita da OMS. Ou talvez, realismo pragmático, porque como todo ato internacional, o tratado virá com preâmbulos e princípios, que poderão ser salteados à vontade, e por construções jurídicas, que poderão ser burladas por advogados do bem, ou do mal. Nem Glauber Rocha teria tanta imaginação para saber que Deus e o Diabo na Terra do Sol moram do lado, em frente ao botequim da esquina, a dois passos da padaria e da ótica, aberta aos sábados. Mas as prioridades dominantes, agora são outras, como registra o *New York Times*.

## Ouvir para a vida, ouvir com cuidado: Informe sobre Nações Unidas

*Santiago Alcázar*

Neste informe será dado destaque à: 1) adoção, em 1 de março, da resolução A/ES-11/L.1, da 11ª sessão especial de emergência da AGNU; 2) sessão do Conselho de Segurança, em 4 de março, para considerar o incidente na usina nuclear de Zaporizhzhia; 3) sessão do Conselho de Segurança, em 11 de março, para considerar a suspeita da existência de laboratórios biológicos na Ucrânia, com capacidade de produzir armas de destruição em massa.

A resolução A/ES-11/L.1 intitulada “Agressão contra a Ucrânia”<sup>10</sup> foi aprovada por ampla maioria. Alguns aspectos do texto são sublinhados a seguir, com tradução livre.

Na parte preambular, por exemplo: i) reafirma a importância da Carta das Nações Unidas na promoção do Direito Internacional; ii) recordando a falta de consenso dos membros do Conselho Permanente em sua 8979ª sessão (convocada para considerar a situação na Ucrânia), prevenindo que aquele Órgão de exercer a sua principal responsabilidade de manutenção da paz e da segurança internacional (convocou-se a 11ª sessão especial de emergência da AGNU); iii) tomando em consideração a importância de manter e fortalecer a paz internacional baseada na liberdade, igualdade, justiça e respeito aos direitos internacionais, bem como o desenvolvimento de relações de amizade entre as nações, independentemente dos respectivos sistemas políticos, econômicos e sociais, ou nível de desenvolvimento; iv) recordando a Ata Final de Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, concluída em Helsinque, em 1975 (ver CRIS3A “Pavana para a morte da razão”); v) expressando preocupação com relatos sobre ataques a alvos civis, inclusive hospitais e colégios; vi) reconhecendo que a escala das operações militares da Federação Russa no território da Ucrânia nunca foi vista pela comunidade internacional acontecer na Europa; vii) expressando preocupação sobre o impacto potencial do conflito na segurança alimentar global, tendo em conta a importância da Ucrânia como um dos principais exportadores de alimentos, quando milhões de pessoas passam fome ou estão a sofrer insegurança alimentar e energética; viii) reafirma o seu compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia no marco de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, que se estendem às águas territoriais.

Na parte operativa, caberia sublinhar os seguintes pontos: i) deplora a decisão da Federação Russa sobre o status de Donetsk e Lugansk, como violação do princípio de integridade territorial e soberania da Ucrânia, inconsistentes com os princípios da Carta; ii) Exige que a Federação Russa reverta a decisão concernente a Donetsk e Lugansk; iii) faz um chamamento às Partes envolvidas a se submeterem aos acordos de Minsk e trabalhar de maneira construtiva para a sua plena implementação.

Breves comentários – é surpreendente que o texto da resolução tenha sido elaborado e aprovado sem críticas por parte dos delegados, ou por parte da mídia informada. O romano ii) acima, por exemplo é ao menos curioso. Recordar que a falta de consenso em uma sessão do CS motivou a convocação de uma sessão especial de emergência da AGNU é ignorar que o consenso naquele Órgão é uma exceção. Por sua vez, o romano iii) poderia ser interpretado como uma crítica aos EUA com respeito ao embargo à Cuba. O romano iv), ao recordar a Ata Final de Helsinque, parece esquecer que os dez princípios aí contidos têm todos a mesma

---

<sup>10</sup> <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N22/272/27/PDF/N2227227.pdf?OpenElement>

hierarquia. Nesse contexto, o princípio da autodeterminação dos povos tem a mesma hierarquia que a inviolabilidade das fronteiras. O romano vi) revela racismo ao sugerir que “estas coisas não deveriam ocorrer na Europa”. O romano vii) parece uma novidade, ao revelar que a Ucrânia é um dos maiores produtores de alimentos. Talvez seja o motivo para o interesse da Monsanto e a Cargil naquele país, o que seria normal. O que não parece normal é escandalizar-se com a possibilidade de insegurança alimentar e de energia. Por fim, a redação do romano viii) preambular poria em dúvida a legitimidade do referendo realizado na Crimeia, desvalorizando assim o princípio da autodeterminação dos povos. Com relação ao primeiro romano da parte operativa, pode-se fazer a mesma observação feita no romano viii) preambular acima. Com respeito aos romanos ii) e iii) operativos, a dúvida é saber se são expressões *naifs* ou de cinismo, pois uma das causas do conflito é justamente a inobservância dos Acordos de Minsk por parte da Ucrânia, com apoio velado da OTAN.

A sessão do CS, em 4 de março, foi realizada para considerar a explosão provocada pelo disparo de um míssil contra instalações próximas à usina nuclear Zaporizhzhia. As partes no conflito acusaram uma à outra. A mídia corporativa tomou partido da Ucrânia. Não teria sentido, no entanto, que os russos tivessem interesse em provocar um acidente que provocaria um desastre ainda maior que o de Chernobil, com sérias consequências para a sua própria população. O Representante Permanente da Ucrânia, fez relato dramático frente ao CS, informando que 3 pessoas técnicos da usina haviam falecido. A informação do Embaixador, contudo, não foi confirmada por nenhuma outra fonte. O Embaixador já fizera outras declarações semelhantes, desmentidas posteriormente.

Rosemary Dicarlo, Subsecretária-geral das Nações Unidas para Assuntos Políticos informou, que o combate perto daquela usina provocou o disparo contra um centro de treinamento, não o seu sistema de refrigeração. Tomando cuidado para não fazer acusações infundadas, a Senhora Dicarlo recordou que o incidente é inaceitável e altamente irresponsável. Por sua vez, o Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Rafael Mariano Grosso informou estar em contato com as autoridades reguladoras ucranianas, tampouco fez qualquer tipo de acusação, limitando o seu relato aos aspectos técnicos. O mesmo não ocorreu com alguns representantes permanentes que acusaram a Federação Russa, aparentemente com base em informações privilegiadas, infelizmente não compartilhadas. Outros, mais prudentes, preferiram dirigir palavras à necessidade de realizar esforços para mitigar o risco de emissões acidentais. Chamando à razão, o Representante Permanente do Brasil disse: “não é este o momento para escalar a retórica, mas para entrar em conversas em prol da paz”.

A sessão do CS, em 11 de março, destinada a considerar a suspeita de laboratórios biológicos na Ucrânia foi convocada a pedido da Federação Russa, que havia descoberto documentos sobre o tema. Na ocasião, a Alta Representante para Assuntos de Desarmamento, a Senhora Izumi Nakamitsu declarou ignorar que a Ucrânia mantenha programa de armas biológicas, o que a levou a insistir na importância de reforçar a *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento de Armas Bacteriológicas ou Tóxicas e sobre a sua Destruição*, de 1972. A Senhora Nakamitsu não fez acusações, nem levantou suspeitas, mas o fato concreto é que a Subsecretaria de Estado Victoria Nulland havia admitido dias antes saber que a Ucrânia mantém “biological research facilities”, não especificando a natureza, mas dizendo que é crucial que os EUA e a Ucrânia façam tudo o que for possível para impedir que esses laboratórios sejam tomados pela Federação Russa. As palavras da Senhora Nulland não são tranquilizadoras, sugerindo que talvez existam patógenos de alto risco, desconhecidos da Federação Russa. Em todo caso, a sessão do CS foi de novo ocasião para

escalar a retórica. Preocupa a retórica inflamada de alguns representantes ao afirmarem que qualquer incidente ou “acidente” será de responsabilidade da Rússia, por seu notável histórico de mentiras. É quase cômico que representantes permanentes, diplomatas por tanto, façam malabarismos dignos do Cirque du Soleil para defender as suas preferências, ao invés de medirem os riscos envolvidos com qualquer exercício de imbecilidade política. A exceção veio de novo do lado do Brasil ao enfatizar que qualquer acusação relativa às proibições contidas na Convenção deve ser levada a sério e verificada por autoridade imparcial e independente.

E por falar em mentiras, a revista *Der Spiegel* revelou a existência de documentos secretos encontrados em arquivos do Reino Unido que confirmam o compromisso feito pelos EUA, Reino Unido e Alemanha de que a OTAN não avançaria um centímetro em direção ao Leste<sup>11</sup>. A informação é interessante porque a mentira, ao menos desta vez, está solidamente assentada do lado dos que fazem acusações infundadas.

No dia 3 de março, as Nações Unidas celebraram o Dia Internacional da Audição sob o tema “Ouvir para a vida, ouvir com cuidado”

---

<sup>11</sup> <https://www.spiegel.de/international/world/nato-s-eastward-expansion-is-vladimir-putin-right-a-bf318d2c-7aeb-4b59-8d5f-1d8c94e1964d>

## **Conselho de Direitos Humanos da ONU: Temas de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde**

***Armando De Negri Filho***

A 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU começou em 28 de fevereiro de 2022 sob o signo da Guerra na Ucrânia. A adoção de uma Resolução condenando a invasão russa, dividiu o Conselho [G2227744.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/press/en/2022/220202.unhrc.res.10.shtml), sendo adotada por 32 votos a favor, 13 abstenções e 2 votos contrários: Em Favor: Argentina, Benim, Brasil, Costa do Marfim, Finlândia, França, Gâmbia, Alemanha, Honduras, Indonésia, Japão, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Ilhas Marshall, Mauritània, México, Montenegro, Nepal, Holanda, Paraguai, Polônia, Catar, República da Coreia, Senegal, Somália, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Contra: Eritreia e Federação Russa. Abstenção: Armênia, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Cuba, Gabão, Índia, Cazaquistão, Namíbia, Paquistão, Sudão, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de)]. A não unanimidade está relacionada com a insuficiência da resolução em não reconhecer as violações dos Tratados de Minsk, a escalada de presença militar da OTAN na região e as violações de direitos humanos que vem ocorrendo desde 2014 nas regiões de maioria russa da Ucrânia por parte do Exército Ucrâniano e das milícias de extrema direita toleradas pelo Estado Ucrâniano. Ao condenar a invasão russa e suas consequências para os direitos humanos mas ignorar os demais elementos atentatórios aos direitos que antecederam e persistem no atual conflito, terminaram por gerar objeções na forma de abstenções que tiveram a adesão de países de peso como China, Índia e Paquistão, além dos países confrontados com as medidas unilaterais exercidas pelos EUA e Europa.

A 49ª Sessão é a primeira com o novo Presidium, pois em suas reuniões organizacionais realizadas em 6 de dezembro de 2021 e 12 de janeiro de 2022, o Conselho de Direitos Humanos elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo sexto ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022: Presidente Federico Villegas (Argentina) Vice-presidente Andranik Hovhannisyan (Armênia) Katharina Stasch (Alemanha) Tamim Baiou (Líbia) Vice-Presidente e Relator Ulugbek Lapasov (Uzbequistão).

Conforme anunciado anteriormente, tínhamos a expectativa sobre os informes do Secretário Geral da ONU ("Em busca da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais", e da Alta Comissária de Direitos Humanos (" Contribuição de respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas")). Nosso interesse foi focado em ver a direção e intensidade das recomendações orientadas para a implementação da " Nossa Agenda Comum" proposta pelo Secretário Geral Guterres em 2021, particularmente olhando a proposta de fortalecimento das proteções sociais como forma de enfrentar o aumento das desigualdades no Mundo pré, trans e pós pandêmico, assim como a configuração de um novo contrato social que sustentara um novo arranjo redistributivo da riqueza com maior protagonismo dos estados na garantia dos direitos humanos, em particular os da Plataforma DESCA.

Os informes apontam a vigência e imprescindível orientação que os direitos humanos e ambientais devem dar a uma nova etapa de desenvolvimento sustentável e de expansão das proteções sociais, com aumento do espaço cívico capaz de radicalizar a participação social e enfrentar as desigualdades injustas. Esta orientação reforça o valor do Direito ao Desenvolvimento como marco de leitura dos ODS e coloca com força o dever de cooperar das nações mais ricas, a proibição de políticas de desenvolvimento que não oprimam e explorem

outras nações. Mas apesar do refinamento crítico dos documentos, que já assumem com cuidados uma nova etapa que vá superando a Pandemia, o que nos urge e nos falta é retomar com força as oportunidades e exigências de uma nova política internacional em um mundo que sairá da Guerra da Ucrânia com novos arranjos geopolíticos e onde a China e seus aliados econômicos e políticos irão ter cada vez mais peso, definindo os padrões possíveis de justiça social e ambiental. Apesar da riqueza e amplitude dos informes, ficamos com o sabor amargo de um multilateralismo debilitado, com atores privados globais, os poderes financeiros formulando e operando para além dos estados nacionais.

O desdobramento da agenda da 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, com um amplo panorama dos direitos humanos irá nos permitir ter uma visão mais abrangente dos desafios a seguir. Aguardem os próximos dois informes sobre esses desafios.

Como guia de leitura crítica dos informes apresentados, é interessante observar a preocupação com a afirmação de políticas e sistemas robustos, que superem a caracterização limitante da resiliência formatada na reatividade e no arranjo dentro dos marcos instituídos, tornando mais difíceis as transformações estruturais que necessitamos. A progressiva ascensão do debate orientado pela robustez das políticas e sistemas pode ser uma pista promissora para romper a circularidade das políticas neoliberais em saúde. [Resilience and robustness in policy design: a critical appraisal \(harvard.edu\)](#)

Extratos dos textos relacionados:

1. Em busca da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais. Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas – Antônio Guterres. A/HRC/49/28 02 de fevereiro de 2022 [G2224056.pdf \(un.org\)](#)

“Resumo. No presente relatório, elaborado nos termos da resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o Secretário-Geral apresenta uma visão geral dos impactos contínuos da doença coronavírus (COVID-19) sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos inclusivos, com ênfase especial na proteção social. O Secretário-Geral conclui com recomendações para a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação da pandemia de covid-19.

Introdução 1. De acordo com a resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o presente relatório está focado na importância que políticas públicas robustas e eficientes e serviços de adequação e pleno funcionamento para a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais têm no enfrentamento do impacto negativo da doença coronavírus (COVID-19) e na contribuição para os esforços de recuperação. 2. Nos últimos dois anos, a pandemia COVID-19 teve um impacto profundo na saúde, na vida e na fruição dos direitos humanos, com consequências desproporcionalmente adversas para os mais marginalizados e vulneráveis. A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes revelaram e exacerbaram as desigualdades existentes dentro e entre países e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais.

3. Todos os países, independentemente de suas circunstâncias atuais, têm o potencial de expandir seus investimentos em educação, saúde e proteção social. Tal investimento é

fundamental para o cumprimento das obrigações do Estado no que se refere à realização de direitos econômicos, sociais e culturais. As estratégias de investimento devem incluir a mobilização de recursos domésticos, bem como a cooperação e assistência internacional. O investimento no bem-estar das pessoas e em serviços acessíveis, acessíveis e de qualidade funciona como um trampolim para a resiliência e oportunidades de longo prazo para os Estados buscarem o desenvolvimento inclusivo alinhado com os direitos humanos e objetivos ambientais. As evidências mostram que investir em políticas públicas inclusivas para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais apoia o crescimento econômico,

4. O relatório contém uma visão geral dos impactos contínuos da pandemia COVID-19 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos abrangentes, com especial ênfase na proteção social. O relatório conclui com recomendações para a criação de um sistema de proteção social baseado em direitos humanos, a fim de operacionalizar o apelo do Secretário-Geral para um contrato social renovado centrado nos direitos humanos, apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica do COVID-19.

9. Em resposta à pandemia, os Estados tomaram um número sem precedentes de medidas de proteção social, com mais de 3.300 ações tendo sido planejadas ou implementadas em 222 países e territórios a partir de 14 de maio de 2021.<sup>7</sup> Essas medidas ajudaram as pessoas a pagar em saúde, amorteceram o choque de renda ou perda de emprego, e garantiram a prestação de cuidados para crianças e outras pessoas necessitadas. As medidas incluíam: transferências de dinheiro condicional e incondicional; suporte em espécie; refeições escolares; esquemas de voucher; dispensa ou adiamento do pagamento de serviços públicos; segurança de renda durante licença médica; proteção do desemprego; benefícios de velhice, sobrevivente e por incapacidade; políticas de licença familiar e cuidados; mudanças temporárias nos pagamentos de contribuição previdenciária e pagamentos de impostos; e procedimentos administrativos modificados e mecanismos de entrega.

10. Essas medidas rápidas e extensas de proteção social de emergência demonstram que a expansão da proteção social é possível e podem contribuir significativamente para mitigar ou prevenir muitos dos impactos adversos associados às crises.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo, houve uma clara divergência de experiências entre indivíduos, comunidades e Estados, uma vez que as medidas de proteção social foram mais extensas nesses países com o espaço fiscal mais amplo.<sup>10</sup> 11. Apesar do reconhecido impacto desproporcional da pandemia e da crise socioeconômica sobre as mulheres, menos de 20% das medidas de proteção social e do mercado de trabalho adotadas pelos Estados têm sido sensíveis ao gênero, no sentido de direcionar especificamente a segurança econômica das mulheres ou abordar o trabalho de cuidado não remunerado.

Além disso, muitas medidas são de curto prazo ou temporárias, e estão sendo eliminadas ou sujeitas a processos de renovação complicados e incertos.<sup>12</sup> Ao mesmo tempo, certos grupos foram deixados de fora das respostas do Estado. Por exemplo, em muitos países, os trabalhadores informais ainda não fazem parte dos programas de proteção social. 12. A capacidade dos Estados de mobilizar recursos financeiros e outros para as respostas de proteção social dependia de uma série de fatores-chave. Em primeiro lugar, os países que tinham sistemas abrangentes de proteção social em vigor antes da crise, o que foi o caso apenas para uma minoria de Estados, foram capazes de organizar rapidamente o apoio necessário, ampliando ou adaptando suas operações existentes.

Em segundo lugar, o acesso dos Estados às finanças necessárias variou significativamente. Onde os Estados buscassem apoio de financiamento, a maioria buscava financiamento concessionário, mas a maior parte do apoio obtido terá que ser reembolsado. Além disso, qualquer suspensão da dívida ou moratórias que tenham sido postas em prática apenas adiarão os pagamentos, deixando os países com uma escolha difícil: credores de serviços ou protejam os direitos humanos, notadamente os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação e à seguridade social. O escopo limitado de suspensão ou moratória da dívida em termos de países e credores também limitou a capacidade dessas medidas de atingir seu objetivo pretendido.

13. Os esforços de recuperação em países de baixa renda tem sido ainda mais dificultados pelo acesso inadequado às vacinas, pela crescente divisão digital e pelos impactos da crescente complexidade dos conflitos e deslocamentos. Tal recuperação divergente, se não corrigida, prejudicará a confiança no multilateralismo e nos governos, aumentando assim a probabilidade de conflitos e migração forçada, e tornará o mundo mais vulnerável a crises futuras.

14. Apesar do valor demonstrado dos investimentos em proteção social, no início da pandemia apenas 30% da população global em idade de trabalho gozava de cobertura sob sistemas abrangentes de seguridade social que proporcionavam toda a gama de benefícios relevantes para os riscos ao longo do ciclo de vida, e mais da metade da população mundial era deixada totalmente desprotegida por quaisquer benefícios de proteção social. Dentro das médias globais, também persistem níveis de proteção desigual dentro e entre regiões e entre os sexos, e lacunas consideráveis no apoio a grupos vulneráveis, como crianças e pessoas com deficiência.

15. A proteção social desempenha um papel importante na redução e alívio da pobreza, contribui para a coesão social, sociedades mais iguais e resilientes e prosperidade econômica, e aborda os fatores críticos de conflito e deslocamento. Pesquisas sugerem que as medidas emergenciais de proteção social adotadas durante a pandemia contribuíram para a redução das desigualdades e da pobreza.

V. Conclusões e recomendações: 68. Investir em direitos econômicos, sociais e culturais não é apenas a coisa certa a se fazer, é também a coisa mais inteligente a se fazer, pois é fundamental para a prosperidade econômica e a estabilidade política. No contexto de recuperação da pandemia COVID-19, o desenvolvimento ou fortalecimento de políticas e serviços públicos para a saúde inclusiva, bem financiada, proteção social, educação, alimentação, água e saneamento e habitação merece atenção prioritária de todos os Estados.

69. As normas e princípios dos direitos humanos oferecem orientação para os Estados, inclusive em cooperação entre si, na concepção de políticas e serviços públicos inclusivos e na mudança de medidas ad hoc, temporárias e emergenciais no contexto da pandemia para o fortalecimento a longo prazo de sistemas que constroem a resiliência e promovem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais. 70. Em particular, para garantir um sistema de proteção social baseado em direitos humanos: (a) os Estados devem estabelecer quadros jurídicos e institucionais sólidos, a fim de garantir a legitimidade, a eficácia e a sustentabilidade da proteção social.

Os quadros jurídicos e institucionais são escudos contra a instabilidade política e econômica e são elementos essenciais para garantir a clara determinação das responsabilidades institucionais; b Os Estados devem priorizar indivíduos e grupos desfavorecidos e

marginalizados, garantindo que os critérios de elegibilidade sejam justos, eficazes e transparentes, e que protejam contra a discriminação; c Os Estados devem passar de abordagens direcionadas à redução da pobreza para o desenvolvimento de sistemas de proteção social universais e inclusivos; d O desenho das políticas de proteção social deve levar em conta e contribuir para a sanção, padrões de discriminação, incluindo discriminação com base em 96 Ver [https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/WG/Call/call\\_for\\_Inputs\\_responsible\\_corporate\\_political\\_engagement.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/WG/Call/call_for_Inputs_responsible_corporate_political_engagement.pdf).

Veja, por exemplo, A/HRC/41/37 (no direito à educação) e A/75/208 (à direita da água). A/HRC/49/28 16 gênero, orientação sexual e identidade de gênero, raça, deficiência e idade, no acesso a oportunidades de trabalho decentes e exercício do direito a um padrão de vida adequado; e Os Estados devem projetar sistemas de proteção social que levem em conta a carga desigual das mulheres sobre o trabalho de cuidado não remunerado e visam corrigir esse desequilíbrio

f. As crianças devem estar no centro do sistema de proteção social, pois são particularmente vulneráveis em relação ao seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. Os sistemas de proteção social devem priorizar uma abordagem integrada para desbloquear seu potencial que inclua benefícios infantis, serviços de creche, licença maternidade e paternidade e acesso à saúde e educação; g As informações sobre proteção social devem ser acessíveis, culturalmente adequadas e fornecidas de forma acessível a todos, em especial aos potenciais beneficiários.

Os Estados devem disponibilizar mecanismos de reclamação de fácil acesso, suficientemente recursos e culturalmente apropriados. Os beneficiários devem ter acesso a remédios eficazes em casos de falha de desempenho ou abusos; h Os Estados devem assegurar a existência de mecanismos para estimular a participação significativa dos beneficiários, especialmente os mais marginalizados, na concepção e implementação de programas de proteção social; (i) Seja em dinheiro ou em espécie, os benefícios devem ser adequados em quantidade e duração para que todos possam usufruir de seus direitos à previdência social, um padrão de vida adequado e acesso adequado à assistência à saúde.

Os Estados devem monitorar regularmente a adequação dos benefícios para garantir que os beneficiários possam arcar com bens e serviços básicos; (j) Os Estados devem tomar ações concretas, utilizando seus recursos máximos disponíveis, inclusive por meio da assistência internacional e da cooperação, para alcançar progressivamente o direito à seguridade social, que inclui um sistema de proteção social universal e abrangente que não deixa ninguém para trás.

71. Os Estados devem mobilizar recursos, tanto internamente quanto por meio da cooperação internacional, utilizando todas as ferramentas macroeconômicas à sua disposição, para financiar adequadamente a saúde, a proteção social, a educação, a alimentação, a água e o saneamento e a habitação. Isso requer, entre outros: a implementação de medidas fiscais progressivas; fortalecimento da capacidade de recolhimento de impostos; combate à evasão fiscal e outras formas de abuso; combate à corrupção; e o aprimoramento da cooperação internacional e o aumento da assistência oficial ao desenvolvimento.

72. Os Estados devem empregar todas as ferramentas macroeconômicas à sua disposição para financiar serviços acessíveis, inclusivos e de qualidade que contribuam para o desmantelamento da desigualdade e da discriminação a curto e longo prazo. 73. As instituições

financeiras internacionais devem apoiar os esforços de recuperação pandêmica do COVID-19 dos Estados, garantindo que seus programas e empréstimos melhorem o espaço fiscal e as capacidades dos Estados para entregar nas áreas de saúde, proteção social, educação, alimentação, água e saneamento e habitação. As instituições financeiras internacionais devem evitar condicionalidades, como ajustes estruturais e medidas de austeridade, que limitam a capacidade dos Estados de financiar e entregar políticas e serviços públicos essenciais para o cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Uma avaliação das intervenções propostas deve ser feita para ver se elas irão reforçar os direitos humanos.

74. As instituições nacionais de direitos humanos devem monitorar a disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e qualidade dos serviços para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive por meio da realização de avaliações de impacto dos direitos humanos das políticas dos Estados e das análises orçamentárias baseadas em direitos humanos das alocações e despesas dos Estados. 75. As empresas devem respeitar e defender os direitos humanos, abstendo-se da evasão e evasão fiscal e realizando avaliações de direitos humanos e impactos ambientais de suas operações e garantindo o acesso a recursos.

76. O sistema das Nações Unidas, com orientação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, deve garantir a integração dos direitos humanos A/HRC/49/28 17 na construção de sistemas de proteção social inclusivos, inclusive através do acelerador global sobre empregos e proteção social para uma transição justa liderada pela OIT e a realização de recomendações que emergiram da política do Secretário-Geral sobre o investimento em empregos e proteção social para erradicação da pobreza e uma recuperação sustentável. 77. O Conselho de Direitos Humanos poderia promover ainda o compartilhamento de desafios e boas práticas na construção, financiamento e implementação de políticas públicas e serviços públicos de qualidade como instrumentos fundamentais para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.”

2. Contribuição de respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas. Informe da Alta Comissária dos Direitos Humanos – Michele Bachelet. A/HRC/49/88 07 de fevereiro de 2022. [G2225043.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/pt/dh/publications-and-reports/2022/07/07-february-2022-report-of-the-high-commissioner-on-human-rights-michele-bachelet)

“Resumo. No presente relatório, elaborado nos termos da resolução 44/23 do Conselho de Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos fornece uma visão geral da contribuição do respeito a todos os direitos universais, indivisíveis, interdependentes, interrelacionados e mutuamente reforçando os direitos humanos e as liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas. Concentra-se em áreas onde os direitos humanos têm contribuído notáveis para a realização dos objetivos da Organização de manter a paz e a segurança, promover e incentivar o respeito pela justiça e apoiar o desenvolvimento sustentável.

30. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados por unanimidade em 2015 após um processo consultivo sem precedentes, representam o atual consenso da política global sobre o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 reflete uma abordagem abrangente para o desenvolvimento sustentável que coloca as pessoas em seu centro, integrando plenamente os princípios fundamentais de uma abordagem baseada em direitos humanos: responsabilidade, igualdade e não discriminação e empoderamento. A Agenda 2030 faz referências explícitas à Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais de direitos

humanos, incluindo a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, e pede uma abordagem baseada em direitos para a implementação; através das 17 Metas, os Estados buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero.

31. Todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável refletem direta ou indiretamente as normas de direitos humanos. Segundo estudo, mais de 90% das 169 metas refletem o conteúdo dos direitos humanos e das normas trabalhistas internacionais correspondentes.<sup>72</sup> A implementação dos compromissos dos Estados nos termos da Agenda 2030 e suas obrigações de direitos humanos estão, portanto, intrinsecamente vinculadas e mutuamente reforçadas. O conteúdo e a interpretação dos tratados de direitos humanos, bem como recomendações específicas de mecanismos de direitos humanos, constituem ferramentas inestimáveis para orientar as estratégias, políticas e medidas dos Estados para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A OHCHR está apoiando os Estados a adotar uma abordagem baseada em direitos humanos (inclusive na coleta de dados) ao apresentar seus relatórios nacionais voluntários, baseando-se nas recomendações de mecanismos de direitos humanos para identificar os principais desafios dos direitos humanos que impedem o desenvolvimento sustentável e formas de enfrentá-los. Esse apoio também pretende fortalecer os vínculos entre os mecanismos nacionais de implementação da Agenda 2030 e os mecanismos nacionais de relatórios e acompanhamento de direitos humanos.

32. A pandemia COVID-19 representa um desafio de proporções sem precedentes para a implementação da Agenda 2030 e demonstrou a fragilidade dos processos de desenvolvimento não ancorados nos direitos humanos. Suas amplas consequências não só afetaram a saúde e a economia, mas também expuseram pobreza, desigualdades, discriminação, insegurança e limitações no espaço cívico. Como observou o Secretário-Geral, regiões inteiras que avançavam na erradicação da pobreza e no estreitamento da desigualdade foram adiadas anos, em questão de meses.

<sup>73</sup> Neste contexto, a Agenda 2030, quando alinhada com as obrigações de direitos humanos dos Estados, fornece um modelo abrangente para uma recuperação sustentável.<sup>74</sup> A iniciativa de surtos da OHCHR contribuiu, desde sua criação, em 2019, para 38 planos nacionais de resposta do COVID-19 e liderou e acompanhou os resultados da revisão dos direitos humanos de 119 planos de resposta socioeconômica das Nações Unidas. A OHCHR também desenvolveu uma lista de verificação para uma abordagem baseada em direitos humanos para as respostas socioeconômicas dos países ao COVID-19 em conjunto com o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento da Secretaria e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e apoiou ativamente sua disseminação e implementação. <sup>33</sup> A pandemia COVID-19 levou a discussões aprofundadas sobre como alcançar um progresso mais robusto e sustentável e como "reconstruir melhor" através da realização de todos os direitos humanos. Uma abordagem holística e baseada em direitos humanos para o desenvolvimento é fundamental para responder a esta crise, mas também é urgentemente necessária para se preparar para a próxima.

A crise atual fortaleceu o caso do desenvolvimento de um sistema econômico que promova os direitos humanos, garantindo que os governos gerem, aloquem e usem de forma eficiente os recursos máximos disponíveis para cumprir suas obrigações fundamentais em termos de defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive mobilizando recursos internacionais. Por meio de suas presenças de campo, conselheiros de direitos humanos e

iniciativa de surtos, a OHCHR ampliou suas capacidades técnicas para aconselhar os Estados sobre essas questões.

Ao prestar assessoria na elaboração de avaliações de países comuns e nos Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em 114 países, estendendo o apoio técnico e financeiro a 38 projetos de países para a mudança de sementeira e realizando consultas com economistas do Escritório de Coordenadores residentes em 29 Estados, a OHCHR ajudou a garantir que o planejamento de recuperação socioeconômica covid-19, a programação e a formulação de políticas tenham se centrado em direitos humanos.

E. Aumentar a igualdade e combater a discriminação 34. A igualdade e a não discriminação tem sido reconhecidas há muito tempo, inclusive na Carta, como princípios fundamentais e universais dos direitos humanos. Esses princípios foram elaborados mais adiante no direito dos direitos humanos e se refletem na promessa de não deixar ninguém para trás e chegar ao mais longe primeiro, estabelecido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os dois Objetivos independentes de Desenvolvimento Sustentável sobre a desigualdade, os Objetivos 5 e 10, são mais uma prova do compromisso global com a redução das desigualdades. 35. Apesar da existência de quadros jurídicos e políticos internacionais abrangentes que promovam a igualdade e proíbam a discriminação em todas as suas formas, a desigualdade atingiu um nível de crise em todo o mundo.

Uma revisão da OHCHR sobre a onda de protestos globais iniciada em 2019 mostra algumas causas comuns, incluindo discriminação racial, desigualdade de renda, restrições às liberdades públicas e espaço cívico, impunidade, mudanças climáticas, corrupção e negações do direito à autodeterminação. A pandemia COVID-19 afetou desproporcionalmente os marginalizados e vulneráveis e expôs a desigualdade e a discriminação vivenciadas por certos grupos da sociedade. Esses grupos incluem pessoas idosas, pessoas vivendo em situação de pobreza, minorias raciais, étnicas e religiosas, migrantes, refugiados, deslocados internos, povos indígenas, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, pessoas LGBTQ+, pessoas com condições médicas subjacentes, incluindo aqueles que vivem com HIV/AIDS, e pessoas que usam drogas.

O fato de as chances de vida das pessoas dependerem de seu gênero, raça, etnia, migração ou status de incapacidade, orientação sexual ou identidade de gênero, ou qualquer outro fundamento, constitui uma agressão direta aos seus direitos humanos e dignidade. 36. O conceito de não deixar ninguém para trás exige que os Estados adotem e apliquem programas de ação afirmativa, políticas direcionadas e medidas especiais temporárias para enfrentar as desigualdades entrenchadas e formas passadas, contemporâneas e interseccionais de discriminação. Isso inclui atender a chamadas de longa data de pessoas de ascendência africana e aqueles que se levantam contra o racismo para enfrentar o racismo sistêmico.

Respostas abrangentes são urgentemente necessárias para reverter rapidamente a negação e alterar rapidamente estruturas, instituições e comportamentos que levem à discriminação direta ou indireta contra africanos e pessoas de ascendência africana em todas as partes da vida. A agenda de quatro pontos do Alto Comissariado para a mudança transformadora para a justiça racial e a igualdade fornece um caminho para fazer progressos reais para desmantelar o racismo sistêmico, acabar com a impunidade, garantir que as pessoas de ascendência africana sejam ouvidas e confrontando legados passados.

37. A desigualdade funciona contra o desenvolvimento humano. O enfrentamento da desigualdade tem sido, portanto, uma força motriz para a justiça, os direitos trabalhistas e a

igualdade de gênero. A promessa de não deixar ninguém para trás exige que todas as partes interessadas, em particular Estados, identifiquem e resolvam ativamente a desigualdade em todas as suas dimensões e eliminem todas as formas de discriminação direta e indireta, tanto na lei quanto na prática. Garantir que indivíduos e grupos que enfrentam discriminação e marginalização sejam protegidos e ouvidos, e que suas preocupações sejam atendidas, é essencial para fazer progressos genuínos na obtenção dos propósitos da Carta.

38. A participação plena e significativa das mulheres em todos os domínios da sociedade e em todos os níveis de tomada de decisão é benéfica para as sociedades em geral. Os direitos iguais e o empoderamento das mulheres são essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável, deixando ninguém para trás. O Objetivo 5 de Desenvolvimento Sustentável busca especificamente alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas. Em "Nossa Agenda Comum", o Secretário-Geral colocou mulheres e meninas no centro da atenção e do trabalho das Nações Unidas. Ele também afirmou que a promoção da igualdade de gênero e da igualdade de direitos para as mulheres, em particular, está no centro de seu apelo à ação pelos direitos humanos. Uma abordagem baseada em direitos humanos para a igualdade de gênero também dará às mulheres agência, capacitá-las a participar em todas as áreas da vida e permitir que elas reivindiquem seus direitos e exijam responsabilização.

40. A participação é um direito humano fundamental consagrado, entre outros, no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e nos artigos 8º e 15º do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O espaço cívico é o ambiente que permite que pessoas e grupos participem de forma significativa, online e offline, na vida política, econômica, social e cultural de suas sociedades, e dentro do qual as pessoas podem expressar suas opiniões livremente e sem medo, reunir pacificamente, formar associações e se engajar em processos decisórios sobre questões que as afetam.

41. Em seu apelo à ação pelos direitos humanos, o Secretário-Geral identificou a participação pública e o espaço cívico como uma das sete áreas prioritárias que garantem esforços extras para avançar na agenda de direitos humanos. No acompanhamento do chamado à ação e em reconhecimento ao fato de que o espaço cívico é uma questão limiar para a implementação bem-sucedida dos três pilares das Nações Unidas, foi emitida a nota de orientação sobre a proteção e promoção do espaço cívico. A nota de orientação é fundamentada no direito internacional dos direitos humanos e descreve os principais passos que as entidades das Nações Unidas podem tomar para proteger e promover o espaço cívico nos níveis global e nacional e para engajar a sociedade civil.

Em sua resolução 39/11, o Conselho de Direitos Humanos tomou nota com interesse das diretrizes sobre a efetiva implementação do direito de participação em assuntos públicos elaborado pela OHCHR como conjunto de orientações para Estados e outras partes interessadas. Nas diretrizes, a OHCHR ressaltou que a participação significativa exigia um ambiente propício e seguro e dependia do gozo de outros direitos, particularmente dos direitos à liberdade de opinião e expressão e à liberdade de reunião pacífica e associação. Esses direitos constituem a própria base de um sistema de governança participativa baseado na democracia, nos direitos humanos, no Estado de Direito e no pluralismo, como indicou a Comissão de Direitos Humanos.

43. Significativamente, a Agenda 2030, em especial o seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, enfatiza a importância da participação inclusiva nos assuntos públicos e na implementação da própria Agenda e das revisões dos avanços realizados em sua

implementação. Em "Nossa Agenda Comum", o secretário-geral identificou a participação como central para o contrato social renovado. Eleições livres, justas, transparentes, inclusivas, genuínas e periódicas continuam sendo um meio primário para os indivíduos exercerem seu direito de participar.

Eleições democráticas genuínas exigem um ambiente de respeito geral pelos direitos humanos sem discriminação ou restrições arbitrárias ou irracionais. 44. O rápido desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação proporcionou muitas novas oportunidades de participação. No entanto, como destacado no roteiro do Secretário-Geral para a cooperação digital, essas tecnologias também representam desafios significativos, pois são muitas vezes usadas para vigilância, repressão, censura e assédio online, especialmente de jornalistas, defensores de direitos humanos e pessoas vulneráveis, e para disseminar desinformação, discurso discriminatório e discurso de ódio, tendo assim um impacto negativo no espaço cívico, participação e gozo de outros direitos humanos (especialmente os direitos à liberdade de opinião, expressão e associação).

Novas tecnologias podem, portanto, contribuir para reduzir o nível de confiança nas instituições públicas, amplificando narrativas antidemocráticas, impulsionando a polarização política e promovendo agendas autoritárias e populistas. O uso de tecnologias digitais de forma compatível com os direitos humanos é, portanto, fundamental para prevenir violações e abusos de direitos humanos.

III. Conclusões e recomendações: 54. Desde a sua criação, as Nações Unidas têm perseguido os objetivos de manter a paz e a segurança, promover e encorajar o respeito pelos direitos humanos e pela justiça, e apoiar a busca do desenvolvimento. Por ocasião do 75º aniversário das Nações Unidas, chefes de Estado e de Governo enfatizaram a urgência de todos os países se unirem, cumprirem a promessa das Nações Unidas, e observaram que o multilateralismo não é uma opção, mas uma necessidade à medida que construímos melhor para um mundo mais igualitário, mais resiliente e mais sustentável. Este apelo convincente para a cooperação internacional renovada e o multilateralismo veio à medida que o mundo está enfrentando crises globais agudas: a pandemia COVID-19 e as mudanças climáticas e a degradação ambiental. O Secretário-Geral defende uma forma de multilateralismo mais em rede, mais inclusiva e mais eficaz no enfrentamento dos desafios do século XXI.

55. Como ecoou em um grande número de resoluções e documentos das Nações Unidas, a comunidade internacional e os Estados-Membros reconheceram repetidamente que é essencial promover e proteger todos os direitos humanos e construir sociedades resilientes, inclusivas e justas, a fim de alcançar a paz e o desenvolvimento duradouros e sustentáveis, que são eles mesmos interligados e mutuamente reforçados. 56. Como destacado no apelo do Secretário-Geral à ação, os direitos humanos desempenham um papel crucial em todas as áreas do sistema das Nações Unidas, pois trabalham para alcançar melhores e resultados mais sustentáveis e para se envolver com os Estados-Membros para alcançar os propósitos consagrados na Carta.

Todas as partes interessadas devem ter como objetivo realizar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, implantando todo o seu potencial para contribuir para alcançar os propósitos e defender os princípios das Nações Unidas. O apelo do Secretário-Geral à ação e à "Nossa Agenda Comum" pode orientar o sistema das Nações Unidas a alcançar seu mandato multidimensional e tornar os direitos humanos uma realidade para todos. 57. A OHCHR saúda o chamado do Secretário-Geral à ação e seu compromisso institucional renovado de

garantir que os direitos humanos sejam efetivamente integrados em todo o sistema das Nações Unidas e sistematicamente integrados aos quadros humanitários e de desenvolvimento, estratégias e programas, bem como aos mandatos de manutenção da paz e missões políticas. Os Estados e todas as outras partes interessadas podem desempenhar um papel importante no apoio à implementação dessas ações essenciais, inclusive fornecendo os recursos necessários.

58. De forma mais ampla, os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir o financiamento adequado, previsível e sustentável para o pilar dos direitos humanos, os mecanismos de direitos humanos e as atividades de direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas, a fim de fechar as lacunas de proteção dos direitos humanos existentes e garantir que os direitos humanos sejam efetivamente utilizados como alavanca para avançar nos propósitos mais amplos estabelecidos na Carta. 59. A OHCHR recomenda que os Estados, o sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas devem, quando for o caso relevante: Resolução da Assembleia Geral 75/1, paras. 1 e 5. 111 A/75/982, parágrafo 104. A/HRC/49/88 16 (a) Apoiar os países na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de forma compatível com os direitos, garantindo uma abordagem baseada em direitos humanos para a elaboração de avaliações comuns de países e Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e fortalecendo o engajamento das equipes de países das Nações Unidas e atores humanitários com atores e mecanismos de direitos humanos tanto a nível nacional quanto internacional;

b. Sistematizar o uso de informações e análises de direitos humanos, particularmente em processos de alerta precoce, a elaboração de estratégias de prevenção e resolução de conflitos e processos de monitoramento e revisão do desenvolvimento sustentável e identificar e abordar de forma mais eficaz as causas básicas das violações e abusos dos direitos humanos e dos conflitos; c. Aumentar a cooperação e o intercâmbio de informações entre o Conselho de Direitos Humanos e órgãos relevantes das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e seus órgãos subsidiários, bem como a coordenação de suas atividades;

d. Adotar estratégias urgentes e medidas específicas e concretas para fomentar a confiança nas instituições em todos os níveis, inclusive garantindo a participação plena, efetiva e significativa de todas as pessoas, especialmente aquelas em risco de serem deixadas para trás, em todos os processos de tomada de decisão que as afetam, especialmente ao projetar políticas que as afetem diretamente; e Garantir que as vozes de todas as pessoas, sejam coletivas ou individualmente, em particular mulheres, crianças, vítimas de violações dos direitos humanos e membros de grupos vulneráveis e marginalizados, sejam ouvidas em processos decisórios e políticos, dentro dos Estados e dentro do sistema das Nações Unidas, inclusive garantindo que a sociedade civil e as organizações de base tenham acesso adequado e possam participar efetivamente do trabalho dos organismos das Nações Unidas;

(f) Preste atenção específica às necessidades, experiências vividas e direitos das mulheres, crianças e membros de grupos marginalizados na formulação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis de governança, tanto nacional quanto internacionalmente, e tome medidas afirmativas para cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás, tanto a nível internacional quanto nacional; (g) Aumentar o apoio prestado aos Estados com o objetivo de promover e cumprir o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável e garantir um acesso efetivo à justiça e aos remédios eficazes para violações e abusos relacionados ao meio ambiente; h Aumentar os esforços para avançar em direção a um sistema econômico que promova os direitos humanos, seja centrado no planeta e funcione para todos; i Promover a

adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos para enfrentar desafios emergentes e novos, inclusive na esfera digital; (j) Revitalizar a solidariedade internacional e a cooperação para enfrentar os desafios globais urgentes, especialmente as consequências da pandemia COVID-19 e das mudanças climáticas e da degradação ambiental.”

**3. Resiliência e robustez no design de políticas: uma avaliação crítica.** Giliberto Capano, Jun Jie Woo. 2016. Policy Sci DOI 10.1007/s11077-016-9273-x [Resilience and robustness in policy design: a critical appraisal \(harvard.edu\)](#)

“Resumo: Resiliência e robustez são conceitos emocionantes para pesquisadores de políticas. Seu amplo uso em outras disciplinas tem motivado cientistas sociais e pesquisadores políticos a adotá-los em análises. No presente artigo, revisamos definições desses conceitos e dos principais desafios teóricos e empíricos apresentados pela resiliência e robustez como lentes para melhorar a compreensão do processo político e do desenho de políticas. Os resultados revelam que os dois conceitos diferem em seu potencial de valor para análise de políticas públicas. Apesar de sua difusão e 'charme', a resiliência não parece ser útil e pode ser enganosa, enquanto a robustez apresenta grande potencial em relação à análise e ao design.

Ações governamentais para resiliência e robustez: Embora as características políticas discutidas acima representem implicações importantes para o processo político, a questão permanece: o que os governos podem fazer para garantir resiliência ou robustez entre essas características? Com base nas discussões acima, destacamos alguns pontos relevantes para uma possível ação política por parte dos governos que buscam desenvolver sistemas políticos mais resilientes ou robustos, focando em particular nos três elementos de estrutura e agência, mudança de política e manipulabilidade. No que diz respeito à estrutura e à agência, os governos que buscam estabelecer um sistema político mais resiliente podem considerar o aumento do número e da diversidade de instituições, organizações e atores. Isso permite maior 'folga' nos recursos disponíveis para enfrentar choques e crises. Além disso, a diversificação de stakeholders e instituições pode contribuir para a redução do "groupthink". No entanto, um sistema político resiliente é, por sua própria natureza, mais suscetível a adaptações intrínsecas do que conscientemente impulsionada pela mudança de política.

Tais sistemas também são menos manipuláveis. Nesse contexto, os formuladores de políticas podem considerar "corrigir" ou 'colocar em camadas' novos instrumentos políticos no mix de políticas existentes, focando em como esses instrumentos podem contribuir para a estabilidade sistêmica e, ao mesmo tempo, facilitar mudanças incrementais que possam orientar o sistema político em direção ao seu ponto de equilíbrio. Mas, do ponto de vista governamental, este artigo também destacou claramente a existência de fraquezas ou limitações significativas que estão associadas à garantia da resiliência em um sistema político. Em suma, sugerir que os governos fornecem políticas resilientes significa substancialmente pressioná-los a projetar políticas mais participativas, inclusivas, de aprendizagem, redundantes e baseadas em evidências sem saber quanta participação ou redundância é suficiente ou como garantir que o aprendizado ocorra. Tais sistemas também são menos manipuláveis. Nesse contexto, os formuladores de políticas podem considerar "corrigir" ou 'colocar em camadas' novos instrumentos políticos no mix de políticas existentes, focando em como esses instrumentos podem contribuir para a estabilidade sistêmica e, ao mesmo tempo, facilitar mudanças incrementais que possam orientar o sistema político em direção ao seu ponto de equilíbrio. Mas, do ponto de vista governamental, este artigo também destacou claramente a existência de fraquezas ou limitações significativas que estão associadas à garantia da resiliência em um sistema político. Em suma, sugerir que os governos fornecem políticas resilientes

significa substancialmente pressioná-los a projetar políticas mais participativas, inclusivas, de aprendizagem, redundantes e baseadas em evidências sem saber quanta participação ou redundância é suficiente ou como garantir que o aprendizado ocorra. Além disso, a noção de dedicar a atenção governamental à resiliência é enganosa porque o foco na recuperação de choques externos assume uma capacidade sistêmica intrínseca para fazer isso.

Essa natureza sistêmica de resiliência torna qualquer esforço governamental para promover a resiliência altamente problemática. De fato, é difícil prever ou avaliar o impacto dos esforços governamentais sobre características sistêmicas, se houver. Muitas vezes é o caso de que a presença de capacidades sistêmicas de resiliência só é óbvia depois que o sistema foi atingido por um choque ou crise, em vez de antes. Desse ponto de vista, as trocas que os tomadores de decisão enfrentam não são claras e, portanto, a possibilidade de projetar para a resiliência permanece bastante ambígua e evocativa. A alternativa é que os governos mudem sua atenção para a robustez em vez de para a resiliência. Em termos de estrutura e agência, os formuladores de políticas podem considerar focar na concepção de instituições, processos, arranjos de governança ou componentes organizacionais mais robustos que possam manter a estabilidade frente aos choques (internos ou externos).

Embora tais sistemas de políticas robustos possam, da mesma forma, apenas acomodar mudanças políticas incrementais, ela é, no entanto, mais manipulada em virtude de seu foco na concepção de instrumentos e instituições flexíveis: isso envolverá a concepção de instrumentos políticos suficientemente flexíveis e manipuláveis, de modo que os formuladores de políticas possam facilmente adaptá-los e garantir sua função sob choque ou novas condições operacionais. Assim, o foco na robustez dá aos governos a chance de voltar a intervir nos arranjos institucionais da política e modificá-los de forma direta e consciente.

Há, em outras palavras, a possibilidade de desenvolver ou construir antecipadamente as capacidades específicas que podem contribuir para a robustez de um sistema político, em preparação para quaisquer choques futuros. Assim, a mudança, embora incremental, não depende da reação sistêmica a um choque, como no caso da resiliência, mas de intervenções diretas do governo. Focar na robustez em vez de resiliência permite aos governos o controle direto do processo político, permitindo-lhes uma escolha consciente de buscar resiliência quando necessário, mas também para pressionar por resultados diferentes em vez de simplesmente saltar para trás, de acordo com suas preferências e necessidades sociais.

Conclusões e observações para novas pesquisas sobre robustez política: Em nossa revisão, analisando uma ampla literatura teórica e empírica, discutimos até que ponto os conceitos de resiliência e robustez agregam valor a partir de uma perspectiva política. Concluimos afirmando que a relevância desses dois conceitos é diferente tanto para políticas públicas quanto para o desenho de políticas. A resiliência parece ser menos promissora para a aplicação da política. Embora o conceito tenha se baseado originalmente em evidências da capacidade intrínseca dos sistemas sócio econômicos e organizações e instituições para superar choques externos profundos, mantendo um equilíbrio e características mais cedo, a resiliência requer uma dinâmica estrutural holística (devido à ontologia sistêmica que sustenta o quadro dos sistemas) que é difícil de aplicar do ponto de vista político. Além disso, a resiliência política é semelhante à dependência de caminhos (Torfing 2009) porque os problemas teóricos relacionados ao conceito parecem ser evocativos, normativos e incapazes de explicar mudanças de forma causal (Kay 2005).

Por fim, operacionalizar a resiliência como variável dependente é difícil (Duit 2015) devido à natureza sistêmica e holística do conceito. Mesmo os macroeconomistas que há muito se concentraram na importância do "equilíbrio de estado estável" começaram a perceber a fragilidade associada aos entendimentos baseados em equilíbrio dos sistemas econômicos e optaram por se basear em teorias de sistemas dinâmicos (Serletis 2014).

Mesmo quando visto como um atributo mais meso-micro (ou seja, do ponto de vista da resiliência institucional ou organizacional), o conceito não parece agregar muito à nossa compreensão da persistência institucional em comparação com abordagens neo institucionais, por exemplo. 1 Deve-se notar, no entanto, que diferentes abordagens para compreender e conceituar a resiliência poderiam ter resultados diferentes. Por exemplo, a abordagem individualista da resiliência da psicologia e das disciplinas relacionadas poderia suportar avaliações diferentes.

As implicações terapêuticas e a missão de estudos de resiliência nesses campos representam outro fluxo de pesquisas que mostra como as causas da resiliência podem ser claramente encontradas e, posteriormente, informar esforços para corrigir e melhorar a resiliência individual. Essa abordagem "clínica" recusa qualquer ontologia e simplesmente busca correlação entre causas e efeitos e, assim, foca nos tratamentos potenciais necessários para aumentar a capacidade de um indivíduo ser resiliente. Essa abordagem mantém uma transferência limitada para a análise de ciências sociais.

No entanto, o foco na estrutura de incentivos e sanções através dos quais o comportamento individual pode ser tratado adequadamente é central para muitos ramos das ciências sociais, como economia, ciência política e sociologia. Desse ponto de vista, grande parte da literatura existente sobre design institucional, desenho de políticas e instrumentos políticos pode ser vista como comprometida em abordar as formas pelas quais a agência (e, portanto, os indivíduos) podem promover a ordem social, a implementação efetiva da política e o aprimoramento duradouro das metas sociais vigentes.

No entanto, o foco permanece muito nas maneiras pelas quais os processos políticos e sociais podem manter sua funcionalidade diante do choque e da incerteza, um ponto que argumentamos enfatiza os projetos políticos para robustez e não resiliência sistêmica. Além disso, a resiliência parece fornecer poucas oportunidades para melhorar o design de políticas. Embora os pesquisadores de políticas estejam cientes de que a aprendizagem e a adaptabilidade são mecanismos eficazes para melhorar as políticas (Howlett e Ramesh 1993; Sanderson 2002), melhores políticas não são necessariamente políticas resilientes. Em contraste com o conceito de resiliência, a robustez parece ser mais promissora do ponto de vista político, tanto para melhorar nossa compreensão da formulação de políticas quanto para melhorar o desenho de políticas.

Pesquisas futuras devem focar no valor explicativo e prescritivo da robustez política. A robustez política, definida como a capacidade dos arranjos de governança em uma política de manutenção do desempenho na presença de distúrbios externos/internos, deve ser analisada em profundidade a partir de uma perspectiva explicativa. Por exemplo, pesquisas futuras podem examinar o quão robusto o arranjo de governança deve ser para exibir efeitos positivos, sem exceder o limiar em que começa a produzir resultados negativos. Além disso, o conceito deve ser analisado em conjunto com o conceito de capacidade política para melhorar nossa compreensão da extensão da robustez e capacidade da política sobrepostas e/ou influenciar independentemente a formulação de políticas e o desempenho da política.

Como MacKinnon e Derickson (2013) observaram, é necessário elaborar os recursos, habilidades e conhecimentos necessários para que governos e comunidades respondam efetivamente a choques e incertezas. Do ponto de vista do design de políticas, o conceito de robustez política deve ser levado em conta para aumentar a conscientização dos tomadores de decisão (que devem estar conscientes de que, quando projetam políticas, têm que decidir que tipo de robustez querem e que tipo de fragilidade eles arriscam) e aumentar o foco em processos baseados em evidências (Sanderson 2002, 2009; Levin et al. 2003; Shaxson 2005; Howlett 2009).

Focar na robustez no desenho da política aumentaria a atenção para o enfrentamento da incerteza. A incerteza apresenta diferentes significados em diferentes áreas políticas. Por exemplo, fatores partidários e ideológicos impactam questões sociais como educação, saúde e imigração de forma diferente de outras áreas mais técnicas, como meio ambiente, mudanças climáticas e tecnologia. Enquanto as questões sociais envolvem múltiplos e muitas vezes conflitantes relatos da natureza das questões políticas e sua natureza socialmente construída (Schneider e Ingram 1993, 1994; Hammond 1996), contestações normativas em questões de política técnica tendem a girar em torno da natureza e adequação das soluções de política científica ou tecnológica (Funtowicz e Ravetz 1990).

Assim, em campos políticos mais contestados, o significado de robustez pode variar de acordo com os valores e dinâmicas políticas vigentes. Além disso, pesquisadores e formuladores de políticas devem examinar até que ponto a robustez produz rigidez e, portanto, torna-se portador de uma fragilidade política prospectiva. De fato, uma crescente dependência da robustez ou da resiliência, uma vez que as respostas à crescente complexidade política podem muito bem ser contraproducentes para os formuladores de políticas que buscam estabelecer processos políticos robustos, pois enfatizar demais a resistência sistêmica ou a adaptação a choques também pode significar, em alguns casos, remover ou evitar mudanças tão necessárias para superar políticas obsoletas. Além de se concentrarem no desenvolvimento de processos políticos robustos, os formuladores de políticas também precisam reconhecer tais instâncias em que a mudança que pode resultar de um choque ou perturbação particular pode de fato ser benéfica para o processo de política global. Definitivamente, trabalhar com robustez pode ser um desafio fascinante para os estudiosos da política e uma maneira promissora para os formuladores de políticas fazerem melhor seus trabalhos.”

## **Inseguranças globais e o reforço da importância de políticas públicas em saúde global como garantia da proteção humana**

***Paula Reges, Guto Galvão e Luana Bermudez***

No turbilhão global de incertezas e inseguranças, considerando todo o peso que tais palavras podem trazer, paralelismos com datas pregressas retomam à mente.

A Segunda Guerra Mundial levou à criação de instituições transformadoras – as Nações Unidas em 1945 e a Organização Mundial da Saúde em 1948. O nascimento da OMS ocorreu no mesmo ano em que a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em pleno 2022 assistimos as fraturas globais do que os preceitos fundadores de tais organizações significam. No marco de dois anos do início da pandemia de Covid-19, a falta de solidariedade global segue escancarada. A discrepância na cobertura vacinal de acordo com a renda e investimentos socioeconômicos em diferentes países perpetua. O retorno de doenças consideradas erradicadas assombra. E confrontos globais aprofundam crises de migração, mobilizando milhões. A máxima de que "ninguém está seguro até que todos estejam seguros" apesar de verdadeira, segue menosprezada.

De acordo com o último [Situation Report](#) pela OMS sobre a crise na Ucrânia, publicado em 11 de março, as atuações da Organização seguem ao redor da estruturação de suporte para o manejo de trauma, com fornecimento de materiais humanos e físicos. Escalam-se questões centrais em saúde pública, tais como: (1) agudização de doenças crônicas pela falta de medicamentos; (2) aumento das taxas de transmissão de doenças infecto contagiosas, como sarampo e tuberculose, ressaltando que a Ucrânia tem uma das maiores taxas de tuberculose multirresistente do mundo; (3) saúde materno infantil sem suporte; (4) escalada da violência contra mulheres, crianças e idosos; (5) deterioração da saúde mental. Tais pontos são apenas alguns elencados como centrais para o enfrentamento urgente.

As questões em saúde são, sobretudo, pontuações humanas, e diante do sofrimento do outro a indiferença não é aceitável.

A declaração conjunta da UNICEF, UNFPA e OMS pede que se *“Parem os ataques aos serviços de atenção médica da Ucrânia”*. Os diretores da UNICEF, Catherine Russell, da UNFPA, Natalia Kanem, e da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus dizem no comunicado:

*“Hoje, pedimos uma cessação imediata de todos os ataques aos cuidados de saúde na Ucrânia. Esses ataques horríveis estão matando e causando ferimentos graves a pacientes e trabalhadores da saúde, destruindo infraestrutura de saúde vital e forçando milhares a abandonar o acesso aos serviços de saúde, apesar das necessidades catastróficas. Atacar os mais vulneráveis – bebês, crianças, gestantes e aqueles que já sofrem de doenças, e profissionais de saúde arriscando suas próprias vidas para salvar os demais – é um ato de crueldade.”*

O excerto afirma que o [Sistema de Vigilância de Ataques à Saúde \(SSA\) da OMS](#) registrou 31 ataques aos serviços de saúde, causando pelo menos 12 mortes e 34 feridos, afetando o acesso e a disponibilidade de serviços essenciais de saúde. Afirma-se ainda que os ataques aos profissionais de saúde e aos trabalhadores da saúde impactam diretamente a capacidade das pessoas de acessar serviços essenciais de saúde – especialmente mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis.

## **A integração das perspectivas de gênero como fatores fulcrais no acesso à saúde, discussão pela PAHO**

Ainda abordando a importância da discussão acerca da disparidade de gêneros, a PAHO trouxe a análise em saúde que centra nas consequências diretas do vírus (morbilidade e mortalidade) em populações específicas e nos resultados das medidas destinadas a mitigar a propagação do vírus, com impactos indiretos nas condições socioeconômicas. Nesse cenário complexo, a abordagem de gênero não tem recebido a devida atenção durante a pandemia. O gênero é um dos determinantes estruturais da saúde, mas não aparece nas análises dos efeitos diretos e indiretos da pandemia, apesar de ser essencial no reconhecimento e análise dos impactos diferenciais sobre homens e mulheres e sua interação com os diferentes determinantes da Saúde. O documento na íntegra pode ser acessado aqui: [Gendered Health Analysis: Covid-19 in the Americas](#).

Através da análise sistemática de dados, traz-se o questionamento de que a pandemia teve um impacto desproporcional nas mulheres, contribuindo para uma maior desigualdade de gênero na saúde, o que ameaça seu desenvolvimento e bem-estar. As mulheres têm estado no centro da resposta (cuidado, envolvimento e liderança). A pandemia destacou o fato de que as mulheres realizam mais tarefas de cuidado (remuneradas e não remuneradas) do que os homens e representam a maioria dos profissionais de saúde. Ambas as situações as colocam em áreas onde o risco de infecção por SARS-CoV-2 é maior. Há também mais mulheres que, devido à maior expectativa de vida, residem em centros ou lares para idosos, onde houve mais casos e óbitos por COVID-19. Enquanto isso, há uma falta de informação sobre pessoas trans e pessoas com identidades de gênero não binárias.

Ainda analisando a dispersão nas Américas de informação e coleta de dados, foi percebido que aqueles países os quais já tinham um quadro institucional forte para as políticas de gênero incorporaram rapidamente as políticas voltadas para a igualdade e equidade de gênero e garantiram sua continuidade, enquanto aqueles com governos mais conservadores focaram sua resposta com base em critérios epidemiológicos e urgência.

A dimensão de gênero emergiu principalmente em situações de grande visibilidade (como no caso da violência), enquanto em outros casos permaneceu invisível, seja por não ser considerada importante ou por falta de informação. Os Estados reconheceram desde o início que os serviços de saúde sexual e reprodutiva são serviços essenciais e direcionaram seus esforços para garantir a acessibilidade e a continuidade dos serviços durante a pandemia, especialmente para grupos identificados como expostos à maior vulnerabilidade. Da mesma forma, a saúde mental das mulheres tem sido fundamental para as respostas de saúde à pandemia, na medida em que os países reconheceram o impacto específico das restrições de movimento e o aumento exponencial das tarefas de cuidado durante o confinamento na saúde mental das mulheres, e como esses efeitos se manifestaram nas demandas de cuidados em o sistema de saúde.

As instituições políticas enfrentam agora desafios que exigem respostas intersetoriais, a partir de uma perspectiva de gênero, para abordar problemas como o desenvolvimento do setor profissional de saúde pública (para prevenir epidemias por meio da detecção precoce e isolamento de pessoas infectadas) e da atenção primária à saúde (para evitar pressão sobre os serviços hospitalares). Isso requer também que as instituições políticas promovam efetivamente respostas democráticas e participativas com cidadãos que sabem que têm direitos, mas também

deveres; que são comprometidos e responsáveis; e que colaboram no desenvolvimento de um sistema de saúde mais forte e sustentável

### **O informe do Conselho de Economia da Saúde para Todos, OMS**

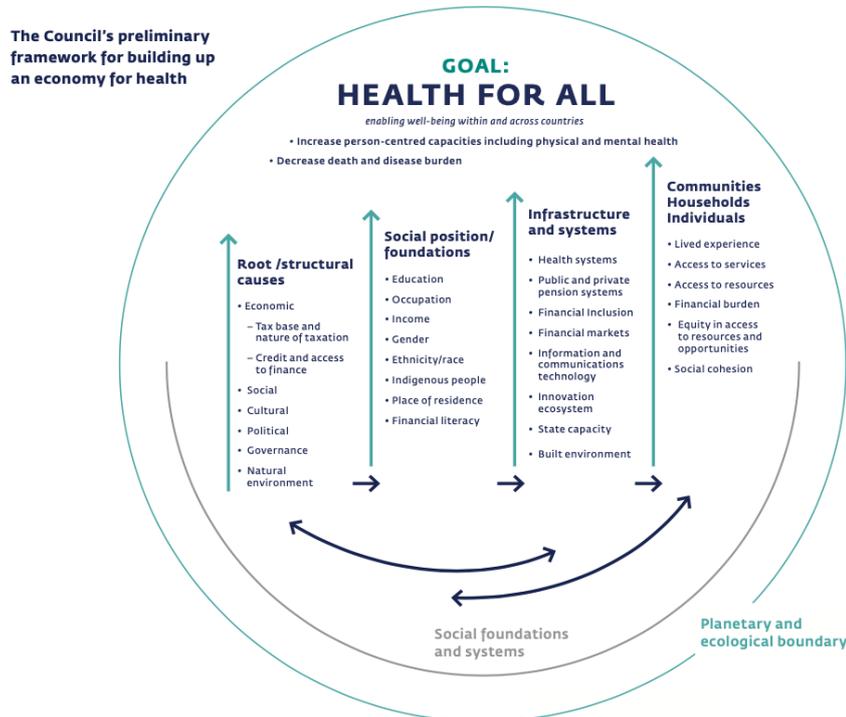
Nesta quinzena, foi lançado pela OMS o novo informe do `The WHO Council on the Economics of Health for All` (<https://www.who.int/groups/who-council-on-the-economics-of-health-for-all>), contendo as políticas centradas em três objetivos capitais: (1) valorização da saúde planetária, incluindo bens comuns essenciais, como água limpa, ar puro e clima estável, com respeito às fronteiras ecológicas planetárias e locais; (2) valorização das diversas bases sociais e atividades que promovem a equidade, incluindo a coesão social, apoiando as pessoas necessitadas e permitindo que as comunidades prosperem e; (3) valorização da saúde e do bem-estar humano, com todas as pessoas capazes de prosperar física, mental e emocionalmente, e dotadas das capacidades e liberdade necessárias para levar uma vida digna, oportunidade e comunidade.

Para construção de uma economia de Saúde para Todos, precisa-se adotar uma abordagem social ampla, de modo a usar toda a gama de alavancas políticas, incluindo aspectos financeiros e econômicos, e o desenvolvimento de novas abordagens em todos os setores. Isso reconhece que a Saúde para Todos é o resultado de fatores interrelacionados, e que para serem colocados em prática há a exigência da combinação de diversas áreas de atuação em múltiplos níveis, considerando o Sistema Planetário de desenvolvimento holístico e sustentável; o Sistema Social, objetivando o fortalecimento e promoção da equidade em saúde; e as Experiências em Saúde, incluindo as percepções próprias do que é saúde em uma esfera individual e familiar.

O caminho para uma economia de Saúde para Todos começa com a valorização das ações corretas. Só então é possível se concentrar em realizar ações que tenham os valores corretos. O Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS defende um repensar radical sobre o que valorizar, como medi-lo e com que finalidade. A meta é avançar o objetivo da Saúde para Todos, que pode ser resumido como a realização da saúde e bem-estar humano para todas as pessoas em nosso planeta, juntamente com a sustentabilidade ecológica e a saúde planetária. O documento faz assim uma avaliação crítica da natureza defeituosa e enganosa das métricas existentes, particularmente o PIB. Identificou-se uma série de novas métricas, modelos e vários indicadores que podem privilegiar a Saúde para Todos por meio de uma abordagem de toda a sociedade.

Como próximo passo, o Conselho desenvolverá uma reflexão mais aprofundada sobre as questões acima, entre elas, capacidade do Estado, métricas impactantes para a Saúde para Todos e a estrutura ambiental, social e de governança corporativa centrada na saúde. Espera-se que o próximo informe aborde o aumento das capacidades de governança a longo prazo, para ajudar o setor público a influenciar e trabalhar entre setores e atores não estatais.

Sumariamente, criou-se esse gráfico explicativo da atuação do Conselho.



### COUNCIL BRIEF NO.3 | 8 MARCH 2022

#### A reunião da CEPI e os novos acertos em vacinação

O famoso Museu da Ciência (em inglês, Science Museum) de Londres, foi palco de um evento de grande importância nos dias 7 e 8 de março, a Cúpula Global de Preparação para Pandemias (Global Pandemic Preparedness Summit). O evento, organizado pelo governo do Reino Unido em conjunto com a Coalizão de Inovações para Preparação para Epidemias (CEPI), reuniu governos, organismos internacionais, academia, indústria e especialistas para dar eco à Missão de 100 dias da CEPI – que promete construir capacidades para ter vacinas seguras e eficazes dentro de 100 dias após a identificação de uma epidemia ou ameaça pandêmica - e impulsionar o novo e ambicioso plano de trabalho da instituição para os próximos 5 anos. Os principais objetivos do evento, além de aumentar a conscientização na preparação (*preparedness*) para ameaças pandêmicas, foi gerar comprometimento por parte dos países e construir apoio financeiro para a ousada estratégia da CEPI, denominada CEPI 2.0, que requer um financiamento de US\$ 3,5 bilhões.

A abertura do evento teve a participação do primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, o secretário geral das Nações Unidas, António Guterres, e o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, entre outros líderes em saúde global. Os três ressaltaram o importante papel da CEPI na pesquisa e desenvolvimento e na preparação para epidemias e destacaram a relevância de assegurar o acesso e distribuição equitativa dos produtos que resultam desta pesquisa e desenvolvimento, principalmente vacinas, terapêuticas e testes de diagnóstico. Dr. Tedros Adhanom considerou importante reiterar os surpreendentes avanços científicos feitos nos últimos dois anos, porém lembrou também que a pandemia expôs as fraquezas do ecossistema da saúde global.

O tom dos participantes durante os dois dias de evento focou na importância da preparação através da construção de capacidades nos momentos de calma, de abordar as barreiras na garantia de acesso equitativo, de repensar o atual modelo de pesquisa e desenvolvimento, de incluir a comunidade na tomada de decisão, de reavaliar e fortalecer os sistemas de saúde, e como destaca o CEO da CEPI, Richard Hatchett, a urgência de agir agora (*the urgency of now*).

A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, que também atua como membro do conselho de CEPI, participou em uma mesa com produtores de vacina para discutir como impulsionar a produção mundial. Estiveram na mesa Jae-yong Ahn, presidente da empresa coreana SK Bioscience; Mahima Datla, diretora da empresa indiana Biological E Limited; e Thomas Cueni, diretor geral Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA). Em sua fala, a presidente destacou a importância de investimentos públicos na área de ciência e tecnologia em saúde e a necessidade de descentralizar a produção de vacinas no mundo e reduzir a dependência em poucos polos produtores, através da transferência de tecnologia e fortalecimento da capacidade dos países de baixa e média renda. Neste sentido, a presidente lembrou a relevância dos Hubs de mRNA que estão sendo desenvolvidos na África do Sul, no Brasil e na Argentina.

Por fim, o evento culminou no que foi denominado a Hora do Poder (*Power Hour*), onde diversos países e instituições filantrópicas compartilharam mensagens de comprometimento político e financeiro para a implementação da estratégia CEPI 2.0, chegando à promessa de US\$1,5 bilhões. O Ministro da Saúde do Brasil, Marcelo Queiroga, enviou um vídeo destacando o papel da Fiocruz na resposta à atual pandemia, especialmente com a produção 100% nacional da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, e na preparação para futuras emergências com o fortalecimento do complexo econômico industrial da saúde, com destaque para a planta de Santa Cruz. O Ministro Queiroga reiterou a relevância da atuação da presidente Nísia no Conselho da CEPI e se comprometeu a apoiar o trabalho da organização, porém não mencionou nenhuma participação financeira.

Cabe destacar também que diversos anúncios importantes foram realizados na Cúpula que vão contribuir para a preparação e resposta à pandemia, conforme detalhamos a seguir:

*Declaração conjunta do governo do Reino Unido, CEPI e representantes da indústria de ciências da vida mostrando seu apoio à Missão de 100 Dias*

A declaração contou com a assinatura do CEO da CEPI, do Secretário de Estado de Saúde e Assistência Social do Reino Unido, além dos chefes da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), da Associação da Indústria Farmacêutica Britânica (ABPI), da Biotechnology Innovation Organization (BIO), da BioIndustry Association (BIA) e da Rede de Fabricantes de Vacinas dos Países em Desenvolvimento (DCVMN). Em linhas gerais, os signatários se comprometem a investir em pesquisa e desenvolvimento para construir um portfólio de vacinas, tratamentos e tecnologias promissoras para patógenos com potencial epidêmico; adaptar e expandir a capacidade de produção; e no fortalecimento de uma estrutura global de ensaios clínicos.

*Uma nova parceria de vacina contra o coronavírus amplamente protetora (*broadly protective Betacoronavirus vaccine*) entre a CEPI e a empresa DIOSynVax.*

A empresa DIOSynVax é uma divisão de biotecnologia da Universidade de Cambridge especializada no desenvolvimento de vacinas multi-vírus amplamente protetoras, e a CEPI

investirá até US\$42 milhões para apoiar o desenvolvimento de uma vacina de mRNA amplamente protetora contra betacoronavírus. Este financiamento será utilizado para o desenvolvimento de estudos pré-clínicos e estudos de Fase I/II.

#### *Colaboração entre o CEPI e o NIAID para um fórum científico conjunto de vacinas contra o pan-coronavírus*

Esta parceria visa facilitar uma parceria entre as duas organizações e compartilhar os progressos e desafios científicos na produção de vacinas pan-coronavírus com o objetivo de acelerar seu progresso.

#### *Assinatura de um MoU entre o CEPI e o Centro Biomédico de Ruanda para acelerar a P&D e a fabricação de vacinas no país*

O Ministro da Saúde da Ruanda aproveitou a sua participação na Cúpula para assinar um memorando de entendimento com a CEPI.

#### *Estratégia de saúde global da Moderna*

A empresa Moderna anunciou sua nova estratégia de saúde global, que conta com quatro principais iniciativas: 1) expansão do portfólio para 15 patógenos com potencial pandêmico, avançando em estudos clínicos até 2025; 2) o lançamento do programa mRNA Access, que oferece a pesquisadores o uso da tecnologia de mRNA da empresa para desenvolver novas vacinas contra doenças emergentes ou negligenciadas; 3) promessa de não aplicar as patentes de produtos de Covid-19 nos 92 países que estão no COVAX AMC; 4) estabelecimento de uma fábrica de vacinas de mRNA no Quênia.

#### *Aspen e Johnson e Johnson anunciam a conclusão do acordo para fabricar e disponibilizar uma vacina contra Covid-19 para toda a África*

Este acordo vem sendo discutido desde novembro de 2021 e concede à farmacêutica Aspen o direito de finalizar a vacina, que se chamará Aspenovax, a partir do IFA fornecido pela Johnson & Johnson e disponibilizar a vacina aos governos da União Africana.

A CEPI, sem dúvida, desempenhou um papel importante na resposta à atual pandemia e no avanço do desenvolvimento de vacinas candidatas em uma ampla gama de plataformas tecnológicas, porém algumas associações da sociedade civil, como o Médicos Sem Fronteiras e o People's Vaccine, consideram que o portfólio de vacinas da organização e as atividades em geral revelam uma inclinação para os países de alta renda. Na estratégia CEPI 2.0 é mencionada a intenção de focar as atividades nos países de baixa e média renda, citando especificamente parcerias com a DCVMN e a IFPMA, o que é essencial para fortalecer o papel do organismo na construção de capacidade de produção e de P&D nestes países, como foi destacado durante todo o evento.

#### **Primeiro encontro do Intergovernmental Negotiating Body to strengthen pandemic prevention, preparedness and response**

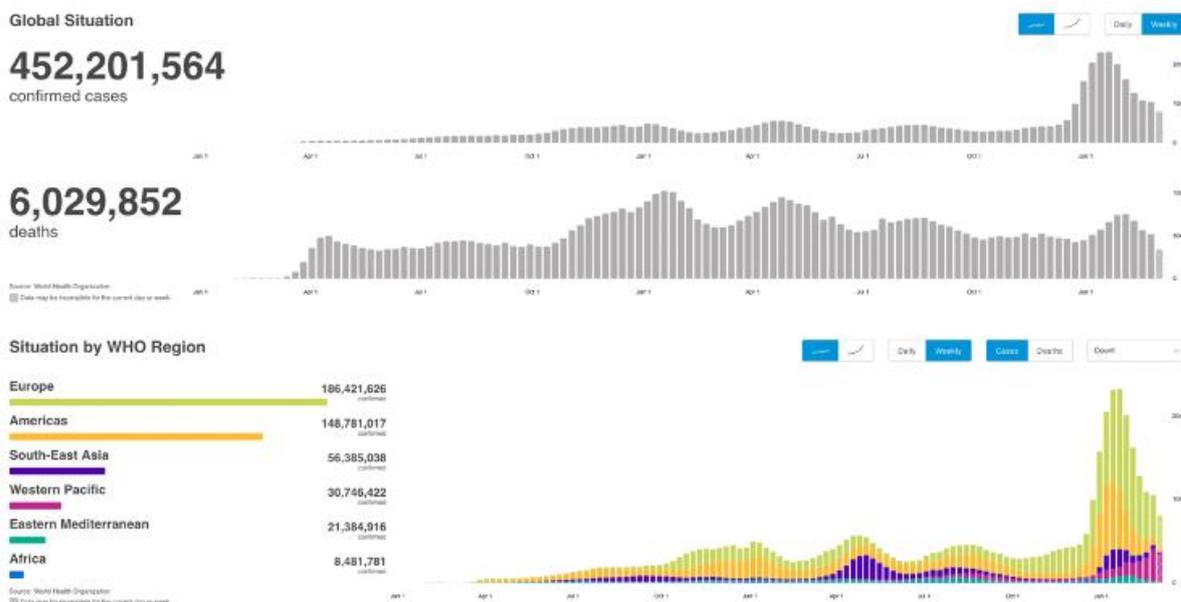
Ainda ocorreu a primeira sessão virtual do Intergovernmental Negotiating Body (INB) para fortalecimento da prevenção, preparo e resposta à pandemias. Com o objetivo de criar e negociar o acordo internacional sobre pandemia, o evento online disposto entre 14 e 15 de março e sediado em Genebra, teve início com alguns estados-membros trazendo posicionamentos fortes sobre a invasão ucraniana pela Rússia. Diversos foram os países que condenaram os ataques às repartições de saúde na Ucrânia, assim como os assombrosos

ferimentos de civis e profissionais de saúde. Tais pontos, apesar de atuais e relevantes, não estavam na pauta prescrita do evento, o qual destinava-se à construção do documento de trabalho na pauta de preparo e enfrentamento à situações emergenciais em Saúde/pandemia. O delegado russo deu uma forte declaração assegurando que temáticas acerca da Operação Militar na Ucrânia devem ser restritas ao Conselho de Segurança da ONU, e reforçou que a operação tem por objetivo a desmilitarização da Ucrânia, esquivando-se de uma grande guerra mundial. Afirmou ainda que a Rússia sempre apoiou a OMS como liderança em saúde global, mas que se posicionamentos anti-Rússia perpetuassem, efeitos drásticos poderiam acontecer. Apesar do forte statement, nada parou a reiteração das condenações vindas dos EUA, França (em nome da U.E.) e Reino Unido, que garantiram que não permitiriam que o fórum fosse espaço para desinformação, alienação e desrespeito às leis internacionais de direitos humanos.

Ademais, dentro da agenda original do corpo de discussão, foi estabelecido que o rascunho comentado deve estar pronto até junho, mês no qual considera-se a abertura para inputs das sociedades civis. O segundo encontro para debate da construção do documento pelos estados-membros deve ocorrer em julho deste ano. Muito pouco, de forma consubstanciada, foi dito sobre o conteúdo do documento, mas houveram acordos sobre a participação de stakeholders e o engajamento das entidades não-estados-membro (non-state actors), que cada vez mais perdem espaço e tempo para exposições. Os documentos-fonte do evento podem ser consultados neste [link](#).

### Atualizações numéricas da Covid-19

Globalmente, até 12 de março de 2022, foram registrados pela OMS 452.201.564 casos confirmados de COVID-19, sendo 6.029.852 mortes e até 6 de março de 2022 foram administradas 10.704.043.684 doses de vacina.



## Impactos da crise climática na saúde e as prioridades dos *Senhores do Mundo*

*Danielly de P Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

A prioridade da humanidade não é a mesma da dos *Senhores do Mundo*. Com uma tripla crise ambiental (clima, biodiversidade e poluição) que ameaça a nossa sobrevivência e uma pandemia ainda mal resolvida, o mundo se dá ao luxo de gastar vidas, humanas e não humanas, de poluir ainda mais o solo, as águas e o ar, e de destruir cidades que já consumiram muitos recursos da natureza para existirem. A Diretora executiva geral do PNUMA, Inger Andersen, declarou essa semana sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia “*o ambiente é sempre uma vítima da guerra. Sempre. Independentemente de como as guerras começam ou terminam. E quando o meio ambiente é uma vítima da guerra, as pessoas sofrem muito depois do fim do conflito*”. A recuperação ambiental pós-guerra pode durar décadas e da mesma forma seus efeitos na saúde humana. A biodiversidade, que foi perdida, teria o papel de diluir e transformar os poluentes químicos, de reestabelecer os ciclos minerais e equilibrar a composição orgânica e inorgânica dos ecossistemas. Os poluentes de guerra têm potencial de causar câncer, desequilibram os sistemas endócrinos e imunológico favorecendo o surgimento de doenças metabólicas, e podem deixar sequelas por várias gerações. Os problemas vão se empilhando...entre eles a crise climática e toda sua catastrófica consequência.

Em 28 de fevereiro de 2022 o IPCC publicou o relatório [Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability](#) (WGII AR6), atualizando o grau de confiança das evidências já denunciadas nos relatórios anteriores. Esse relatório, assim como os anteriores, demonstram os resultados dos enormes avanços na área de medição, geração de evidências, descrição de problemas e análise modelar prospectiva. Avanços que são, no entanto, desproporcionais com a falta de ação real sobre o problema que se agrava a cada dia, seguindo a discriminação e preconceito global com o conhecimento e necessidades daqueles que já estão pagando um preço alto por algo que não escolheram e nem contribuíram, a destruição do planeta pela ganância sem medida e sem limite. A descolonização da ciência e a maior participação de autores do sul global se converte em uma peça fundamental para aumentar o potencial transformador desse exercício caro, complexo e ininteligível para aqueles que necessitam conhecimento para transformar a sua realidade e enfrentar a famigerada realidade global das corporações governamentais, empresariais e não governamentais.

O relatório está em status de revisão, é composto por 18 capítulos e sete outros de capítulos cruzados. O WGII AR6 dá maior ênfase às informações regionais, incluindo regiões adicionais e tópicos intersetoriais e nos novos documentos de capítulos cruzados, a fim de entender melhor o contexto dos impactos e das respostas. Fornece novas informações sobre riscos sob níveis de aquecimento, incluindo riscos em cascata, compostos e transfronteiriços. Há uma maior ênfase na adaptação e na contribuição da adaptação para soluções em cada capítulo. Isso inclui os desafios, oportunidades e limites para a adaptação e a contribuição da adaptação para atingir vários objetivos sociais, incluindo redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Para contextualizar, o relatório do IPCC faz as suas projeções baseadas na literatura científica para responder às ambições tratadas no Acordo de Paris que como objetivo manter até 2030 o aumento de até 2.0 ° C dos níveis *pré*-industriais, com objetivo de ficar o mais próximo de 1,5° C. No entanto, a temperatura global já aumentou 1,2 ° C. Outras projeções sugerem que alcançaremos temporariamente 1,5 ° C em um dos próximos 5 anos ([WMO, 2021](#)). Eventos catastróficos são esperados se o aumento da temperatura for 1,5°C acima dos níveis

pré-industriais, como perda de biodiversidade e perda e degradação de habitat.<sup>12</sup> As projeções são classificadas qualitativamente de acordo com sua confiança. O nível de confiança é determinado pelo tipo, quantidade, qualidade e consistência da evidência. Uma “confiança muito alta” significa que há pelo menos 9 chances em 10 de uma descoberta estar correta; a “confiança alta” significa que há pelo menos 8 chances em 10 de uma descoberta estar correta, “confiança amédia” significa que há pelo menos 5 chances em 10 de uma descoberta estar correta, “confiança baixa” significa que há pelo menos 2 chances em 10 de uma descoberta estar correta e “confiança muito baixa” significa que há pelo menos 1 chances em 10 de uma descoberta estar correta.

Aqui vamos reproduzir e discutir os principais impactos na saúde que compõem o capítulo 7 do relatório ([Health, wellbeing and the changing structure of communities](#)).

### **Impactos das mudanças climáticas na saúde**

O WGII AR6 aponta que há uma **confiança muito alta** de aumentarem as doenças relacionadas ao clima, as mortes prematuras, a desnutrição em todas as suas formas e também de afetar à saúde mental e o bem-estar humano. Os impactos na saúde mental serão consequentes da exposição a eventos climáticos extremos, deslocamento, migração, fome, desnutrição, degradação ou destruição dos sistemas de saúde e assistência social e perdas econômicas e sociais relacionadas ao clima, e ansiedade e angústia associadas a se preocupar com as mudanças climáticas (**confiança muito alta**). Crianças e adolescentes, particularmente meninas, bem como pessoas com problemas mentais, físicos e médicos existentes, estão particularmente em risco (**confiança alta**).

Há uma **confiança alta** de aumentar o número de mortes e a carga global de doenças não transmissíveis e infecciosas e de doenças respiratórias. Se as emissões não forem controladas, e mantivermos o mesmo padrão de crescimento populacional, desenvolvimento econômico e adaptação, estima-se que ao final do século haverá mais de 9 milhões de mortes em decorrência dos efeitos da mudança climática. Dessas, 250.000 mortes por ano até 2050, serão por malária, calor, desnutrição infantil e diarreia (**confiança alta**). No geral, mais da metade desse excesso de mortalidade é projetada para a África. A mortalidade e a morbidade continuarão a aumentar à medida que as exposições se tornarem mais frequentes e intensas, sobrecarregando ainda mais os sistemas de saúde e econômicos (**confiança alta**), reduzindo a capacidade de resposta, principalmente em regiões com poucos recursos. Grupos vulneráveis incluem crianças pequenas (<5 anos), idosos (>65 anos), mulheres grávidas, povos Indígenas, aqueles com doenças pré-existentes, trabalhadores braçais e aqueles em baixa condição socioeconômica (**confiança alta**).

Há **confiança média** sobre os efeitos climáticos no aumento do risco de emergência de zoonoses. O risco vai depender da localização e das interações entre humanos e animais silvestres, além do efeito das mudanças climáticas na distribuição geográfica de animais silvestres que podem aumentar o risco de surgimento de novas doenças infecciosas humanas, como o SARS, MERS e SARS-CoV-2.

### **Insegurança alimentar**

As mudanças climáticas comprometerão a segurança alimentar por vários caminhos (**confiança alta**). Riscos agravantes para a saúde e os sistemas alimentares (especialmente em regiões tropicais) são projetados, além de reduções simultâneas na produção de alimentos em

---

<sup>12</sup> IPCC, 2018. Global Warming of 1.5 °C. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15\\_Full\\_Report\\_Low\\_Res.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf), acessado em 14/03/2022.

culturas, pecuária e pesca (**confiança alta**); perda de produtividade do trabalho relacionada ao calor na agricultura (**confiança alta**); aumento da mortalidade relacionada ao calor (**confiança alta**); contaminação de frutos do mar (**confiança alta**); desnutrição (**confiança alta**); inundações devido ao aumento do nível do mar (**confiança alta**). As populações desnutridas aumentarão por meio de impactos diretos na produção de alimentos com impactos em cascata nos preços dos alimentos e na renda familiar, reduzindo o acesso a alimentos seguros e nutritivos (**confiança alta**).

Estima-se que 8 a 80 milhões de pessoas estarão em risco de fome em meados do século, principalmente crianças, concentrada na África Subsaariana, Sul da Ásia e América Central (**confiança alta**). Esses impactos das mudanças climáticas sobre a nutrição podem minar o progresso em direção à erradicação da desnutrição infantil (**alta confiança**).

O aumento da temperatura também aumente a ocorrência e distribuição de pragas, ervas daninhas e doenças, além do aumento de eventos extremos como secas, inundações, ondas de calor e incêndios florestais, com consequências negativas para a saúde do ecossistema, segurança alimentar, saúde humana e meios de subsistência (**confiança média**). As mudanças de temperatura alteram as taxas de reprodução e distribuição de ervas daninhas, pragas de insetos, patógenos e vetores de doenças que aumentam o estresse biótico em plantações, florestas e gado (**evidência média, concordância alta**). Surtos de pragas e doenças exigirão maior uso de medidas de controle (mais uso de pesticidas tóxicos e fertilizantes), aumentando o custo de produção, os impactos na segurança alimentar, bem como o risco de perda de biodiversidade e impactos nos ecossistemas. Ecossistemas alterados pelo clima tornarão os organismos mais suscetíveis a doenças por meio de imunidade reduzida e perdas de biodiversidade que podem aumentar a transmissão de doenças. Essas medidas de controle se tornarão mais caras sob as mudanças climáticas (**confiança média**).

Haverá também redução do potencial de captura da pesca marinha e de água doce que causará desnutrição no leste, oeste e centro da África (confiança média a alta) e em comunidades dependentes de subsistência em toda a América do Norte (confiança alta). Somada a isso, haverá aumento dos riscos de alimentos aquáticos devido à contaminação por aflatoxinas em latitudes mais altas (**confiança média**); proliferação de algas tóxicas (**confiança alta**); e poluentes orgânicos persistentes e metilmercúrio (**confiança baixa a média**), com riscos grandes para comunidades com alto consumo de frutos do mar, incluindo comunidades indígenas costeiras (**confiança média**).

Devido aos efeitos citados, que afetam a disponibilidade de alimentos e a qualidade da dieta, ainda que o aumento da temperatura seja de cerca de 2°C (dos níveis pré-industriais) em 2050, haverá aumento das doenças relacionadas à nutrição e no número de pessoas desnutridas, afetando dezenas (sob baixa vulnerabilidade e baixo aquecimento) a centenas de milhões de pessoas (sob alta vulnerabilidade e alto aquecimento) – Vale ressaltar que já aumentamos 1.2°C.

### **Doenças transmitidas por vetores**

A transmissão de doenças transmitidas por vetores está projetada para expandir para latitudes e altitudes mais altas, e a duração do risco de transmissão sazonal está projetada para aumentar (**confiança alta**), com maior risco em cenários de altas emissões. As faixas de vetores da dengue aumentarão na América do Norte, Ásia, Europa, e África Subsaariana colocando potencialmente outras 2.25 bilhões de pessoas em risco (**confiança alta**). Estima-se aumento das taxas de incidência da doença de Lyme no hemisfério norte (**confiança alta**). A mudança climática também irá aumentar a distribuição geográfica da malária em áreas endêmicas da África Subsaariana e Austral, Ásia e América do Sul (**confiança alta**), expondo dezenas de milhões

a mais de pessoas à malária - predominantemente no leste e sul da África, essa projeção cresce para até centenas de milhões de pessoas infectadas (**confiança alta**).

### **Mortes por calor**

Mesmo com projetos de adaptação, estima-se que haverá aumento da mortalidade e morbidade relacionada ao calor em todo o mundo (**confiança muito alta**). Em cenários de aquecimento global moderado e alto, são esperadas dezenas de milhares de mortes adicionais, particularmente no norte, oeste e centro da África (**concordância alta, provas robustas**). Em Melbourne, Sydney e Brisbane, as mortes excedentes relacionadas ao calor urbano devem aumentar em cerca de 300/ano (via de baixa emissão) para 600/ano (via de alta emissão) durante 2031-2080 em relação a 142/ano durante 1971-2020 (**confiança alta**). Na Europa, o número de pessoas com alto risco de mortalidade triplicará caso o aumento de temperatura atinja 3°C em comparação com aquecimento de 1,5°C, em particular no centro e sul da Europa e nas áreas urbanas (**confiança alta**).

### **Mitigação e adaptação**

Com uma adaptação proativa, oportuna e eficaz, muitos riscos para a saúde e o bem-estar humanos podem ser reduzidos e alguns potencialmente evitados (**confiança muito alta**). Construir capacidade adaptativa por meio do desenvolvimento sustentável e incentivar movimentos seguros e ordenados de pessoas dentro e entre estados representam as principais respostas de adaptação para evitar a migração involuntária relacionada ao clima (**confiança alta**). Reduzir a pobreza, a desigualdade, a insegurança alimentar e hídrica, e fortalecer instituições em particular, reduz o risco de conflito e apoia a paz resiliente ao clima (alta confiança).

Investimento contínuo em sistemas gerais de saúde e em sistemas que melhorem a proteção da saúde é uma estratégia de adaptação eficaz em curto a médio prazo (**confiança**). Embora mortalidade e morbidade por mudanças climáticas já sejam inevitáveis, ações direcionadas **alta** de adaptação e mitigação podem reduzir riscos e vulnerabilidades (**confiança alta**). A carga de doenças poderia ser reduzida e a resiliência aumentada por meio de sistemas de saúde gerando conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde (**confiança média**), fortalecendo o acesso à água e saneamento (confiança alta), integrando abordagens de gestão de controle de vetores (confiança muito alta), expansão dos sistemas de monitoramento de alerta precoce existentes (**confiança alta**), aumento do desenvolvimento e cobertura de vacinas (**confiança média**), melhoria da resistência ao calor do ambiente construído (**confiança média**) e construção de redes de segurança financeira (**confiança média**).

As futuras cargas globais de doenças e condições sensíveis ao clima dependerão das emissões e das vias de adaptação, e da eficácia dos sistemas de saúde pública, intervenções e saneamento (**confiança muito alta**).

### **A importância da biodiversidade e da saúde dos ecossistemas**

Ecossistemas diversos e autossustentáveis com biodiversidade saudável fornecem múltiplas contribuições para as pessoas que são essenciais para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, reduzindo assim o risco e aumentando a resiliência social às mudanças climáticas futuras (**confiança alta**). Uma melhor proteção e gestão de ecossistemas é fundamental para reduzir os riscos que as mudanças climáticas representam para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos e construir resiliência; também é essencial que a adaptação às mudanças climáticas seja integrada no planejamento e implementação da conservação e gestão ambiental para que seja totalmente eficaz no futuro (**alta confiança**).

Segundo o WGII AR6, Manter a resiliência da natureza em escala global depende da conservação de 30% a 50% da terra, água doce e oceanos da Terra. Hoje, menos de 15% da terra, 21% da água doce e 8% dos oceanos são áreas protegidas, e algumas regiões, como a Amazônia, deixaram de armazenar carbono para emití-lo. **As secas periódicas em partes da Amazônia desde a década de 1990, em parte atribuídas às mudanças climáticas, resultaram em altas taxas de mortalidade de árvores e reduções de produtividade florestal em toda a bacia, transformando momentaneamente as florestas amazônicas de um sumidouro de carbono em uma fonte líquida de carbono (confiança alta).** No caso da floresta amazônica, isso pode levar a transformações ecológicas em larga escala e mudanças de uma floresta fechada e úmida para uma vegetação mais seca e de baixa biomassa (confiança média).

As áreas protegidas são elementos-chave da adaptação, mas precisam ser planejadas e gerenciadas de maneira que levem em conta as mudanças climáticas, incluindo mudanças na distribuição de espécies e mudanças nas comunidades biológicas e na estrutura do ecossistema. A adaptação para proteger a saúde e a integridade do ecossistema é essencial para manter os serviços ecossistêmicos, inclusive para a mitigação das mudanças climáticas e a prevenção das emissões de gases de efeito estufa

Além dessa proteção, a gestão sustentável do resto do planeta também é importante. A área protegida necessária para manter a integridade do ecossistema varia de acordo com o tipo de ecossistema e região, e sua localização determinará a qualidade e a representatividade ecológica da rede resultante. Os serviços ecossistêmicos que estão sob a ameaça de uma combinação de mudanças climáticas e outras pressões antropogênicas incluem mitigação de mudanças climáticas, gestão de risco de inundação e abastecimento de água (**alta confiança**).

#### **Situação atual dos planos de adaptação e mitigação em saúde**

Segundo o WGII AR6, apesar do reconhecimento da importância da adaptação em saúde como componente chave, a ação tem sido lenta desde o AR5 (**alta confiança**). A construção de sistemas de saúde resilientes ao clima exigirá esforços multi-setoriais e multissetoriais e colaborativos em todas as escalas de governança (**confiança muito alta**). Globalmente, os sistemas de saúde têm em geral poucos recursos e sua capacidade de responder às mudanças climáticas é fraca, sendo o apoio à saúde mental, particularmente, inadequado (confiança muito alta). Os setores de saúde nos países se concentraram na implementação de mudanças incrementais nas políticas e medidas para responder aos impactos (**confiança muito alta**). À medida que a probabilidade de riscos perigosos para a saúde humana continua a aumentar, há maior necessidade de mudanças transformacionais na saúde e em outros sistemas (**confiança muito alta**). Isso destaca uma necessidade urgente e imediata de abordar as interações mais amplas entre mudança ambiental, desenvolvimento socioeconômico e saúde e bem-estar humanos (**alta confiança**).

Os compromissos assumidos pelos países junto às COPs de clima compõem as atuais *Contribuições Nacionalmente Determinadas* (em inglês *Nationally Determined Contributions - NDCs*). No entanto, esses planos são muito abrangentes e, pela falta de compromisso legal, nem sempre exprimem a real ação dos países. Na última COP do Clima em Glasgow, a UNFCCC em acordo com o Relatório de Lacuna das Emissões (em inglês [Emissions Gap Report 2020](#)) publicado pelo PNUMA, classificou as atuais NDCs como seriamente inadequadas para atingir os objetivos climáticos do Acordo de Paris e levariam a um aumento de temperatura de 3,2° C (3,0 - 3,5 ° C) ao final do século (66% de probabilidade). No melhor cenário, se todos as NDCs forem implementados e os países alcançarem suas emissões líquidas zero, as projeções até o final do século são estimadas em 2,5–2,6° C. Sendo que a grande maioria das ações nem mesmo estão sendo realizadas, vide exemplo do Brasil. No entanto, os países também se comprometem a determinar os seus Planos Nacionais de Adaptação (NAP), que por conterem orçamentos e prazos para as ações, tendem a ser mais concretos.

Na região das Américas, a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), regional da OMS para as Américas, tem desenvolvido acordos entre os países para desenvolver Planos de ação em saúde. Em 2018, os ministros de saúde do MERCOSUL e estados associados assinaram a Declaração do Mercosul. A declaração coloca a saúde no centro dos planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas. O objetivo é garantir que os sistemas de saúde sejam resilientes às mudanças climáticas, bem como que a prevenção e promoção da saúde sejam totalmente integradas aos serviços de informação sobre questões climáticas, de acordo com as recomendações da OPAS. Posteriormente, foram elaborados o Plano Andino de Saúde e Mudanças Climáticas, em colaboração a Agência Andina de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), o Plano de Ação do Caribe sobre Saúde e Mudanças Climáticas, e já existe negociação para um plano da América Central. Esses planos identificam as vulnerabilidades da região e avaliam as conexões do setor saúde com os diversos ministérios, permitindo ações mais integradas para aumentar a resiliência dos países e a adaptação às mudanças climáticas, além de proteger a saúde das populações e conduzir a região para um futuro sustentável.

### **Enfrentamento conjunto com outras políticas globais**

Entretanto, enfrentar os impactos climáticos sozinho não funcionará. O IPCC afirma com veemência que a crise climática é inseparável da crise da biodiversidade e da pobreza e desigualdade sofridas por bilhões de pessoas. E preconiza que os países cumpram outros acordos como o de redução de risco de desastres (Acordo de Sendai), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), urbanização (A Nova Agenda Urbana), migração (Pacto Global para Segurança, Migração Ordenada e Regular ) e refugiados (*Global Compact on Refugees*). Se alcançado, reduziria os impactos das mudanças climáticas na saúde, bem-estar, migração e conflito (**confiança muito alta**). No entanto, os desafios com a implementação desses acordos são destacados pela pandemia de COVID-19, que expôs fragilidades sistêmicas, em nível comunitário, nacional e internacional, na capacidade das sociedades de antecipar e responder aos riscos globais (**alta confiança**). Mudanças incrementais nas políticas e estratégias provaram ser insuficientes para reduzir os riscos à saúde relacionados ao clima (**alta confiança**).

### **Financiamento para adaptação climática e para redução das emissões**

As restrições financeiras são a barreira mais referenciada para a adaptação à saúde e, portanto, aumentar os investimentos financeiros continua sendo uma prioridade internacional. Os custos diretos de danos à saúde (ou seja, excluindo os custos em setores determinantes da saúde, como agricultura, água e saneamento), são estimados em US \$ 2 a 4 bilhões / ano até 2030 – No entanto essas projeções não consideram os efeitos da perda da biodiversidade. A pandemia de COVID-19 aumentou as consequências adversas das mudanças climáticas, uma vez que as consequências financeiras levaram a uma mudança de prioridades e restringiram a redução da vulnerabilidade.

No entanto, mesmo com as drásticas projeções para os próximos 15 anos, com as consequências infelizes da pandemia, constatamos que a falta de financiamento é meramente um desinteresse político e econômico. Em menos de 10 dias de guerra entre Rússia e Ucrânia já foram mobilizados mais de US\$ 7.5 bilhões (Rússia investiu US\$ 7Bi em armamentos e pessoal,<sup>13</sup> os Estados Unidos enviaram à Ucrânia US\$305 M em armamento militar, a União Europeia enviou US\$ 210 M para assistência humanitária<sup>14</sup>) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)

---

<sup>13</sup>Study on war costs for Russia and ways to support Ukraine. Disponível em: <https://civitta.com/articles/civitta-easybusiness-and-cer-experts-in-ukraine-release-study-on-war-costs-for-russia-and-ways-to-support-ukraine>, acessado em 14/03/2022

<sup>14</sup> Russia-Ukraine war 2022 - statistics & facts. Disponível em: [https://www.statista.com/topics/9087/russia-ukraine-war-2022/#topicHeader\\_\\_wrapper](https://www.statista.com/topics/9087/russia-ukraine-war-2022/#topicHeader__wrapper) acessado em 14/03/2022

considera disponibilizar para a Ucrânia mais US\$1.4 Bi, totalizando algo em torno de US\$9 bi em menos de 10 dias - só para começar

Em 2009, na COP-15 sobre mudanças climáticas, as nações ricas prometeram canalizar US\$ 100 bilhões por ano para países menos ricos até 2020, para ajudá-los a se adaptar às mudanças climáticas e mitigar novos aumentos de temperatura. No entanto, em 2019 e 2018 eles contribuíram respectivamente com US\$ 80 bilhões e US\$ 78 bilhões em financiamento climático para países em desenvolvimento, dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021).<sup>15</sup> Os negociadores nunca chegaram a um acordo sobre como medir precisamente os compromissos dos países e, então, a OCDE baseia sua avaliação em relatórios dos próprios países ricos. Segundo o *World Resources Institute*<sup>16</sup>, os EUA que deveriam contribuir com 40-47% dos US\$ 100 bilhões, independente se o cálculo leva em conta a riqueza, as emissões passadas ou a população (Figura 1a). Mas sua contribuição média anual de 2016 a 2018 foi de apenas US\$ 7,6 bilhões, estima o WRI – menos do que está sendo mobilizado em 10 dias de guerra! Austrália, Canadá e Grécia também ficaram muito aquém do que deveriam ter contribuído (Figura 1a). O Japão e a França, por outro lado, transferiram mais do que seu quinhão justo (Figura 1a) – embora quase todo o seu financiamento tenha vindo na forma de empréstimos reembolsáveis, não de subvenções. Pode-se observar também na Figura 1b que a contribuição do setor privado é algo em torno de 15% somente.

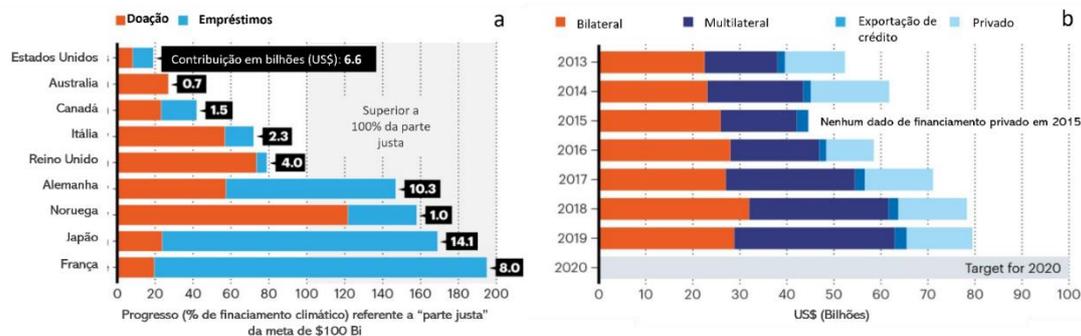


Figura 1 – Financiamento climático dos países ricos referente ao acordo de repasse de US\$100 Bi por ano para países em desenvolvimento. a – Contribuição em 2009 por países de acordo com a sua parte justa (considerando emissão, riqueza e população) referente ao total de 100 Bi, incluindo financiamento de bancos em acordos bi e multilaterais, e incorporando as porções proporcionais dos países europeus para o financiamento para o Clima da União Européia. b – Contribuição total anual por tipo de financiamento. Fonte: modificado e traduzido de [Timperley, 2021](#) e [Julie Bos & Joe Thwaites, 2021](#)

Como consequência da guerra e das sanções aplicadas à Rússia, o preço da gasolina subiu em vários países, fazendo que governos aplicassem mais subsídios a essa fonte poluente. Segundo dados do FMI<sup>17</sup>, Carvão, petróleo e gás natural receberam US\$ 5.9 trilhões em subsídios em 2020 – cerca de US\$ 11 milhões a cada minuto – de acordo com uma nova análise do Fundo Monetário Internacional. O relatório do FMI também aponta que 47% do gás natural e 99% do carvão custam menos da metade de seu custo real, e que apenas cinco países – China, Estados Unidos, Rússia, Índia e Japão – respondem por dois terços dos subsídios globalmente. Todos os

<sup>15</sup> OECD 2021. Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries: Aggregate Trends Updated with 2019

<sup>16</sup> Julie Bos & Joe Thwaites. A Breakdown of Developed Countries' Public Climate Finance Contributions Towards the \$100 Billion Goal (World Resources Institute, 2021).

<sup>17</sup> Parry I, Black S, Vernon N. 2021. Still Not Getting Energy Prices Right: A Global and Country Update of Fossil Fuel Subsidies. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/09/23/Still-Not-Getting-Energy-Prices-Right-A-Global-and-Country-Update-of-Fossil-Fuel-Subsidies-466004>, acessado em 14/03/2022

cinco países pertencem ao G20, que em 2009 concordaram em eliminar gradualmente os subsídios “ineficientes” aos combustíveis fósseis “no médio prazo”.

### **Considerações finais**

Os planejamentos nacionais sobre saúde e mudanças climáticas está avançando, mas a abrangência de estratégias e planos precisam ser fortalecidos para reduzir riscos futuros e a implementação de ações nas principais prioridades de saúde e mudanças climáticas continuam desafiadoras. A pandemia de COVID-19 demonstrou o valor do planejamento coordenado entre setores, redes de segurança e outras capacidades nas sociedades para lidar com uma série de choques e tensões e aliviar os riscos à saúde em todo o sistema. Existe uma lacuna significativa de adaptação para a saúde e o bem-estar humano e para as respostas aos riscos de desastres. A maioria das Contribuições Nacionalmente Determinadas para o Acordo de Paris de países de baixa e média renda identifica a saúde como uma preocupação prioritária. Governança efetiva, instituições, arranjos, financiamento e mandatos são fundamentais para a adaptação aos riscos de saúde relacionados ao clima.

No entanto, a prioridade financeira dos “Senhores do Mundo” gera uma competição desleal para a adaptação às mudanças climáticas. Com o avançar da guerra e suas consequências econômicas, sociais e ambientais, somados ao tempo para ação perdidos diante da paralisia causada pela pandemia; toda essa perda de foco intensificam os danos e a capacidade de mitigação, colocando a vida de todo o planeta em risco.

## Migrações, refúgio e saúde global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,  
Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de  
Freitas Lima Ventura*

Neste 3º informe do Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global, destacamos as consequências do conflito armado na Ucrânia, deflagrado no fim de fevereiro, oferecendo, primeiramente, uma breve descrição das condições sanitárias anteriores ao conflito. Em seguida, apresentamos informações da OMS sobre a situação de saúde geral do país, sublinhando a baixa cobertura vacinal da população ucraniana para Covid-19. Por fim, ressaltamos o conteúdo ambíguo e de cunho racista da resposta europeia ao fluxo de refugiados da Ucrânia, bem como seu reflexo na cobertura internacional de imprensa.

### Condições sanitárias anteriores ao conflito na Ucrânia

Baixa adesão ou ausência de vacinação, além de surtos de doenças contagiosas são marcas da história ucraniana recente. Em 2011, a cidade de Mariupol, uma das cidades mais atingidas pelo conflito e hoje com grave escassez de serviços básicos, sofreu um surto de cólera<sup>18</sup>. Passados três anos, a OMS temia surtos de poliomielite e de tétano, devido a falta de vacinas e a imensa pressão sob a qual estava o sistema de saúde decorrente do conflito no leste do país<sup>19</sup>. De maneira análoga, a Ucrânia sofreu um surto de sarampo entre 2017 e 2019 - em razão do qual, no total, perto de 100 mil pessoas foram contaminadas, devido ao baixo nível de imunização da população local<sup>20</sup>.

Ainda durante a pandemia, a hesitação com vacinas permaneceu: em 24 de fevereiro deste ano a Ucrânia havia conseguido vacinar apenas 34.07% de sua população, fazendo dela o país menos vacinado da Europa. Além disso, o país estava sofrendo com um pico de casos, uma quinta onda de COVID-19 que, apesar de registrar uma média de 7 dias de apenas 27 mil casos, era marcada por uma grande subnotificação<sup>21</sup>. A baixa cobertura vacinal, somada a um pico de casos e com as baixas condições sanitárias de uma guerra, pode ocasionar, no limite, o surgimento de novas variantes ou, ao menos, uma demanda previsivelmente mais elevada sobre os sistemas de saúde dos países vizinhos aos quais os refugiados -- estimados até o momento em 2,5 milhões -- estão se dirigindo<sup>22</sup>.

### Relatório de Situação da OMS sobre a emergência na Ucrânia

Em 5 de março, a Organização Mundial da Saúde publicou um Relatório de Situação<sup>23</sup> sobre a atual emergência na Ucrânia após os ataques russos. O documento, dividido em três

---

<sup>18</sup> <https://www.msf.org.br/noticias/ucrania-necessidades-de-saude-aumentam-a-medida-que-a-vida-cotidiana-e-devastada/>

<sup>19</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/ucrania-oms-receia-surto-de-poliomielite-devido-escassez-de-vacinas>

<sup>20</sup> [https://academic.oup.com/eurpub/article/29/Supplement\\_4/ckz186.496/5623877](https://academic.oup.com/eurpub/article/29/Supplement_4/ckz186.496/5623877)

<sup>21</sup> <https://www.oecd.org/eurasia/competitiveness-programme/eastern-partners/COVID-19-CRISIS-IN-UKRAINE.pdf>

<sup>22</sup> <https://www.medscape.com/viewarticle/969365>

Burki, T. K. Health of Ukrainian citizens under threat from conflict and displacement. *The Lancet (Respiratory Medicine)*, 10 Mar 2022. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600\(22\)00093-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600(22)00093-5/fulltext)>

<sup>23</sup> <https://www.who.int/publications/m/item/emergency-in-ukraine---situation-report-1>

partes, aborda os destaques do evento, uma atualização da situação e as ações que a organização tem desenvolvido para garantir o acesso dos residentes da Ucrânia à saúde.

Entre os dados apresentados, a OMS estima que 18 milhões de pessoas foram afetadas pelo conflito, com 1,2 milhões de refugiados até então, 160 mil deslocados internos, 553 feridos e 249 mortos. Os números demonstram que a situação tem gerado um intenso fluxo migratório, especialmente para outros países europeus. A organização também define as principais preocupações referentes à saúde pública, tendo em vista esses deslocamentos forçados e as limitações para que a população civil acesse serviços de saúde: primeiro, traumas e ferimentos causados pelo conflito armado em si, exacerbados pela falta de acesso ao sistema de saúde. Depois, morbidade excessiva e morte por doenças comuns (como as não-transmissíveis), novamente devido à interrupção da provisão de serviços de saúde. Além disso, a OMS destaca o aumento na transmissão de doenças infecciosas, como a COVID-19, e a vulnerabilização da saúde mental e psicossocial daqueles expostos ao conflito.

Quanto ao acesso ao sistema de saúde, o Ministério da Saúde continua operando na Ucrânia, com ajuda humanitária ainda sendo negociada entre as partes. Contudo, há barreiras significativas causadas por hostilidade, pelo uso da lei marcial, falta de medicamentos, escassez de profissionais da saúde, danificação das vias de acesso às unidades de saúde, destruição de unidades de saúde e hospitais, falta de meios de transporte de massa, entre outras questões. Outro ponto de atenção é a falta de oxigênio, que impacta diretamente o tratamento de COVID-19.

Também nota-se a sobreposição de duas crises: a do conflito com a Rússia e a pandemia de COVID-19, que ainda não se encerrou. Na semana de 21 a 27 de fevereiro, foram reportados 240.000 casos e 1.300 mortes decorrentes de Covid-19. Isso representa um declínio de 43% em relação às semanas precedentes, mas é necessário considerar que a testagem também foi massivamente reduzida no período de crise e a atualização diária sobre os dados da pandemia no país tem se tornado rara ou simplesmente inexistente.<sup>24</sup>

A OMS na Europa<sup>25</sup> ressalta a importância de proteger a saúde de populações vulnerabilizadas em situações de emergência, especialmente de refugiados. Entre muitas outras necessidades, os refugiados necessitam de acesso a vacinas. As principais recomendações da OMS destacam as vacinas de poliomielite, que já tinha sua cobertura reduzida na Ucrânia nos últimos anos, sarampo e rubéola para crianças, e de COVID-19 para jovens e adultos, de forma a evitar a propagação da doença com o grande fluxo transfronteiriço de pessoas. Segundo a OMS, muitos países europeus já estão garantindo a vacinação dos refugiados em seus territórios.

A falta de insumos de saúde é outro fator agravante do conflito. Em 27 de fevereiro, a OMS alertou sobre o suprimento cada vez menor de oxigênio do país. Por meio de uma nota, a OMS apontou que os caminhões não conseguiam mais realizar o transporte de tanques de oxigênio de onde são produzidos até as unidades de saúde. As três principais fábricas de tanques

---

<sup>24</sup><https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/com-guerra-e-covid-ucrania-assiste-a-duas-criises-sanitarias-sobrepostas.shtml>

<sup>25</sup><https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/ukraine-emergency/news/news/2022/03/access-to-vaccination-for-refugees-from-ukraine-needed-to-protect-the-most-vulnerable-among-them-from-vaccine-preventable-diseases>

de oxigênio do país estão fechadas, o que demanda sua importação. O uso de oxigênio é fundamental para o tratamento de casos graves de Covid-19 e outras doenças<sup>263</sup>.

### **Plano inter-agências de resposta ao fluxo de refugiados**

Foi criado um plano de inter-agências para auxiliar a população ucraniana, denominado RRP (Regional Refugee Response Plan). O plano, constituído de 12 parceiros entre agências da ONU, ONGs internacionais e da sociedade civil, requereu recursos da ordem de 550 milhões de dólares, que durariam entre março e agosto de 2022. O plano visa auxiliar esforços do governo, focando na proteção, recepção, abrigo, materiais e auxílio financeiro para a população vulnerável e pessoas com necessidades específicas. Isso inclui suporte para a saúde mental e psicológica, e acesso a itens domésticos básicos (como comida, cobertores, roupas, etc.)<sup>27</sup>

### **Solidariedade internacional seletiva: racismo e refúgio na Ucrânia**

Muitas notícias destacam a solidariedade dos países europeus em relação aos migrantes e refugiados vindos da Ucrânia, como uma matéria da Le Monde Diplomatique sobre a postura da União Europeia<sup>28</sup> na crise e declarações da OMS na Europa sobre a prioridade de garantir o acesso desses migrantes à saúde. Entretanto, é notória a diferença entre o acolhimento de migrantes europeus e daqueles originários de outras regiões do Sul Global, especialmente África e Ásia. Há alguns meses, com a grande crise migratória do Afeganistão, a UE articulou com outros países para evitar receber os refugiados em seu território<sup>29</sup>. No Brasil, a portaria federal que versa sobre a recepção de refugiados da Ucrânia define que apenas nacionais ucranianos e apátridas poderão adquirir visto humanitário, excluindo outras nacionalidades que vivem no país em conflito<sup>30</sup>.

Além dessa grande diferença entre as políticas migratórias adotadas, mesmo dentro do próprio caso ucraniano, migrantes de diferentes raças e nacionalidades recebem tratamentos distintos. Segundo o jornal The Guardian, pessoas negras fugindo da Ucrânia, muitas estudantes, foram atacadas por nacionalistas poloneses de extrema-direita<sup>31</sup>. Apesar das fronteiras da União Europeia estarem oficialmente abertas para pessoas de outras nacionalidades provenientes da Ucrânia, as condições encontradas por esses grupos ao chegarem nos países vizinhos dificultam seu deslocamento e colocam suas vidas em risco, como demonstra a reportagem “Ukraine’s Refugees of Color are Facing Racism and Violence”<sup>32</sup>.

Diversos países da União Europeia, em particular os vizinhos à Ucrânia (Hungria, Polônia, Romênia e Eslováquia), declararam rapidamente seu apoio e solidariedade aos refugiados e puseram em marcha diversas medidas de acolhimento ao fluxo intenso e crescente vindo do país em conflito. O próprio ACNUR reconheceu e congratulou o bloco pelas medidas favoráveis

---

<sup>26</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60601834>

<sup>27</sup> <https://reporting.unhcr.org/ukraine-situation-rrp-summary>

<sup>28</sup> [https://www.lemonde.fr/international/article/2022/03/09/guerre-en-ukraine-l-union-europeenne-se-mobilise-pour-accueillir-les-refugies\\_6116771\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2022/03/09/guerre-en-ukraine-l-union-europeenne-se-mobilise-pour-accueillir-les-refugies_6116771_3210.html)

<sup>29</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/ue-faz-plano-para-evitar-que-afegaos-cheguem-a-suas-fronteiras.shtml>

<sup>30</sup> <https://www.conectas.org/noticias/portaria-federal-cita- apenas-ucranianos-e-apatridas-como-beneficiarios-de-visto-humanitario>

<sup>31</sup> <https://www.theguardian.com/global-development/2022/mar/02/people-of-colour-fleeing-ukraine-attacked-by-polish-nationalists>

<sup>32</sup> <https://time.com/6153276/ukraine-refugees-racism/>

à proteção das pessoas em deslocamento<sup>33</sup>, à medida que toda a UE propunha a facilitação da entrada e circulação dos refugiados no bloco.

É desta forma que se espera que o sistema internacional de proteção aos refugiados opere: os Estados devem manter suas fronteiras abertas àqueles que fogem dos conflitos armados; controles de documentos e de segurança devem ser relativizados, de modo que os que chegam sem documentos de viagem possam usufruir da proteção; medidas de detenção devem ser evitadas e os refugiados podem se juntar a suas famílias ou redes de apoio em outros países, além de contar com apoio público das lideranças políticas e da sociedade civil local<sup>34</sup>. O acolhimento humanizado aos refugiados -- brancos -- ucranianos -- desnuda a hipocrisia da política migratória europeia, particularmente se a contrastamos com os discursos racistas e xenófobos dos mesmos líderes que hoje oferecem seu apoio sumário aos refugiados da Ucrânia em relação àqueles provindos do Oriente Médio e da África.

Mesmo dias antes do início do conflito na Ucrânia, o ACNUR expressava sua preocupação sobre número de incidentes de violência e violação dos direitos humanos, resultando muitas vezes em morte de refugiados e migrantes nas fronteiras da Europa, apesar de constantes advertências tanto das próprias agências das Nações Unidas, quanto de organizações não-governamentais e intergovernamentais, à UE<sup>35</sup>. Nosso Informe dos Cadernos n. 2 do CRIS-Fiocruz mencionou o elevadíssimo número de mortes causadas pelas restrições à entrada de solicitantes de refúgio à UE provindos de países não-europeus no Mar Mediterrâneo.

A cobertura internacional de imprensa tem reforçado esse padrão ambíguo e racista de solidariedade, uma vez que diversos comentaristas e jornalistas enquadram os refugiados da Ucrânia como dignos de sua devida proteção com base em sua aparência e sobretudo, sua semelhança, racial e cultural, com os países que os acolhem. Diversos meios incorreram na normalização dos conflitos em países pobres -- nos quais há uma enorme implicação do Norte Global -- e na hierarquização entre refugiados europeus e não-europeus, pela qual os primeiros são retratados como mais dignos de proteção que os últimos.<sup>36</sup>

Outra consequência importante da cobertura racialmente enviesada da imprensa é a desatenção a outras situações alarmantes de deslocamento pelo mundo, como aquela reportada pelo ACNUR na Somália. Na esteira das consequências da crise climática, somente na primeira semana de março, mais de 17 mil pessoas da região sul da Baía do país foram deslocadas de suas casas por causa da seca extrema, sem contar as outras dezenas de milhares que também se deslocaram entre janeiro e fevereiro deste ano. Neste ritmo, estima-se que pelo menos meio milhão de pessoas, apenas em 2022, seriam deslocadas na Somália até o final de março. A maior parte desta população é composta por crianças, idosos e mulheres. O ACNUR procura impulsionar ajuda e procura urgentemente por recursos para assistência e proteção das pessoas de Somália, para mitigar os efeitos desse deslocamento massivo<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2022/3/62278f8e4/news-comment-unhcrs-grandi-praises-europes-welcome-refugees-fleeing-ukraine.html>

<sup>34</sup> <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/GDP%20Ukraine%20Crisis%2002.03.2022.pdf>

<sup>35</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2022/2/62137a284/news-comment-unhcr-warns-increasing-violence-human-rights-violations-european.html>

<sup>36</sup><https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/mar/02/civilised-european-look-like-us-racist-coverage-ukraine>

<sup>37</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/3/622b03ba4/unhcr-ramps-aid-thousands-displaced-somalia-drought.html>

## Dia Internacional das Mulheres e a luta pelos direitos humanos de mulheres e meninas

*Maria Teresa Rossetti Massari, Corina Mendes, Ivia Maksud e  
Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes*

### Organização Mundial da Saúde (OMS)

A OMS publicou uma nova **Diretriz Sobre Aborto** para ajudar os países a fornecerem cuidados que salvam a vida de mulheres e meninas. A diretriz atualiza a edição lançada em 2012 faz novas recomendações às já existentes.

O documento inclui recomendações para diferentes indicações de aborto e para diferentes estágios do cuidado. A atenção abrangente ao aborto deve contar com o fornecimento de informações, gestão do aborto (incluindo aborto induzido e cuidados relacionados à perda da gravidez) e cuidados pós-aborto.



O acesso ao aborto seguro é fundamental para a saúde de mulheres e meninas. A assistência ao aborto deve ser segura, oportuna, acessível, não discriminatória e respeitosa. O ambiente propício à assistência ao aborto de qualidade deve ser apoiado em três pilares:

- 1) respeito pelos direitos humanos, incluindo uma estrutura de apoio político e legal;
- 2) disponibilidade e acessibilidade da informação, e
- 3) sistema de saúde universalmente acessível, que funcione bem.

Os cuidados de saúde baseados em direitos humanos devem contar com uma abordagem padrão, onde todas as normas e práticas clínicas relacionadas ao aborto promovam e protejam a:

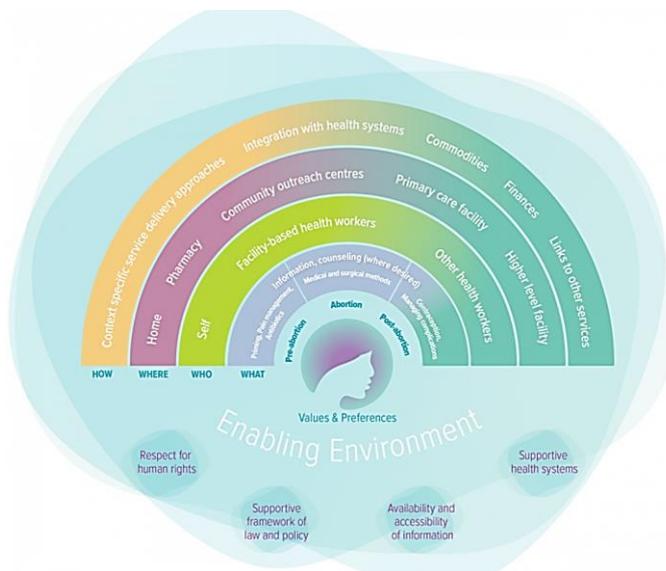
- Saúde das pessoas e os direitos humanos
- Tomada de decisão informada e voluntária
- Autonomia na tomada de decisão
- Não discriminação e igualdade
- Confidencialidade e privacidade
- Mecanismos de referência adequados
- Continuidade dos cuidados.

A Diretriz proposta pela OMS (Figura 1), está centrada nos valores e preferências das mulheres, solicitantes do aborto, e as considera participantes ativas e beneficiárias dos serviços de saúde. Esta orientação enfatiza que – à medida que uma mulher, menina ou outra pessoa grávida percorre o caminho da assistência ao aborto (pré-aborto, aborto, pós-aborto) – os serviços de saúde devem ser integrados para garantir que a assistência atenda às suas necessidades de forma equitativa e não discriminatória.

A diretriz fornece recomendações específicas sobre as intervenções necessárias (ou seja, o “o quê”) e orientações sobre os indivíduos que podem realizá-las com segurança (ou seja, o

“quem”). A diretriz também aponta para a necessidade de fornecer informações sobre os locais onde os serviços podem ser prestados (ou seja, o “onde”) e descreve os modelos de prestação de serviços que podem ser usados (ou seja, o “como”). O ambiente propício fornece o contexto para a implementação efetiva dessas intervenções.

Figura 1 – Estrutura conceitual da Diretriz



Fonte: OMS, 2022.

### Direitos humanos, incluindo estrutura de políticas e apoio de leis

Um ambiente propício é aquele em que os direitos humanos das pessoas que engravidam são respeitados, protegidos e garantidos. Isso envolve a constante revisão dos marcos regulatórios legais e a adoção de medidas para garantir a conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos, em constante evolução.

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos e, assim como o direito à saúde, devem ser reconhecidos e garantidos em legislações nacionais e internacionais. As políticas são instrumentos decisivos para garantir o alcance da agenda ODS 2030, especialmente as metas:

- Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;
- Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos-vivos.

Os direitos sexuais e reprodutivos devem ser respeitados em toda a continuidade da atenção ao aborto, incluindo os princípios de não discriminação e igualdade, e o direito ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental. Tudo isso é sustentado pelas obrigações dos Estados de garantir que as leis e políticas, arranjos institucionais e práticas sociais não impeçam as pessoas de gozar efetivamente de seu direito.

### Prevenção do aborto inseguro e redução da mortalidade e morbidade materna

Tomar medidas para prevenir o aborto inseguro deve ser tema central do direito à saúde sexual e reprodutiva. O ordenamento jurídico internacional sobre direitos humanos preconiza e

cobra que os países tomem medidas para reduzir a mortalidade materna e também para proteger efetivamente as mulheres dos riscos físicos (morbidade) e mentais associados ao aborto inseguro.

Os Estados devem revisar suas leis para garantir essa proteção. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas afirma que os Estados devem liberalizar as leis restritivas ao aborto, garantir o acesso ao aborto de qualidade e cuidados pós-aborto e respeitar o direito das mulheres de tomar decisões autônomas sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

### **O papel dos Estados**

As políticas públicas de criminalização do aborto não devem colocar em risco a vida das mulheres grávidas, sujeitá-las a dores ou sofrimentos físicos ou mentais (podendo constituir tortura ou castigo cruel, desumano ou degradante), discriminá-las ou interferir arbitrariamente em sua privacidade. A regulamentação do aborto deve ser baseada em evidências e proporcional para garantir o respeito aos direitos humanos.

Em todas as situações, os Estados têm o dever de garantir que mulheres e meninas não recorram a abortos inseguros, além de fornecer medicamentos essenciais (listados no Programa de Ação sobre Medicamentos Essenciais da OMS) e tomar medidas para evitar a estigmatização das pessoas que procuram o aborto. Por fim, as políticas devem procurar minimizar a taxa de gravidez indesejada, garantindo o fornecimento de informações e serviços contraceptivos de qualidade, incluindo uma gama completa de métodos contraceptivos (métodos de emergência, de curta e de longa duração).

O acesso ao aborto deve estar disponível quando levar uma gravidez até o final causaria dor ou sofrimento substancial à mulher. Isso inclui, mas não se limita a situações em que sua vida e saúde estão em risco, onde a gravidez é resultado de estupro ou incesto, ou onde a gravidez não é viável. Os órgãos de monitoramento de tratados do sistema ONU também recomendam a disponibilização do aborto em casos de deficiência fetal, ao mesmo tempo em que implementam medidas de proteção contra a discriminação.

Os Estados:

- Não devem criminalizar o aborto, aquelas que fazem um aborto ou aqueles que apoiam alguém que faça um aborto;
- Não devem exigir que os profissionais de saúde denunciem as mulheres que fizeram ou são suspeitas de ter feito um aborto;
- Devem fornecer cuidados de saúde primários essenciais.

Os mecanismos de responsabilização são essenciais para a proteção, respeito e cumprimento do direito à saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. O monitoramento e a responsabilização pelo cumprimento dos direitos humanos devem ocorrer em nível regional, nacional e internacional. O monitoramento e a responsabilização envolvem diversos atores, como o próprio Estado, organizações da sociedade civil, instituições nacionais de direitos humanos ou mecanismos internacionais ou regionais de direitos humanos.

Em fevereiro de 2022, o Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch - SPW) destacou que na Colômbia a interrupção da gravidez sai da esfera penal e punitivista para se apresentar como uma questão de saúde pública. A pesquisadora, ativista e coordenadora do SPW Sonia Correa ressaltou a importância por ter sido a primeira a ampliar o acesso ao aborto

na América Latina desde a legalização cubana, na década de 1960; e também por ter sido uma vitória da chamada Onda Verde, movimento que começou mais fortemente na Argentina e foi se espalhando pela região, e que pede, essencialmente, por “educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal para não morrer”. ([Referência](#))

Para acessar o site da Sexuality Policy Watch, [clique aqui](#).

### **O Brasil e o aborto**

O Código Penal Brasileiro, de 1940, estabelece os permissivos legais para a interrupção da gravidez. Em dois incisos no artigo 128, são expressas as circunstâncias em que o médico não será punido caso realiza o aborto: para salvar a vida da mulher e para o caso de uma gestação decorrente de estupro, por solicitação e consentimento da mulher. Se a mulher for menor de idade, deficiente mental ou incapaz, a autorização deverá ser dada por de seu representante legal. Em 2012, o Superior Tribunal Federal, decidiu por ampliar essa permissividade também nos casos de anencefalia, através de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), a nº 147.

Atualmente, a legislação brasileira permite o aborto nas seguintes situações:

- Aborto terapêutico – quando há risco de morte materna
- Gestação de feto anencéfalo
- Gravidez decorrente de violência sexual

O Brasil está entre os 25% das nações do mundo com legislações mais restritivas em relação à interrupção da gravidez. E isso traz consequências para os indicadores de saúde materna, como o aborto inseguro e para a morbimortalidade materna.

No Brasil, o aborto tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisadoras comprometidas com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Uma revisão realizada no IFF/Fiocruz mostrou o forte estigma associado à prática do aborto, que envolve tanto quem decide realizar a prática como quem presta a assistência ([Adesse et al, 2016](#)). Algumas pesquisadoras chamam atenção que a descriminalização do aborto permitiria uma discussão mais franca sobre a prática em si e sobre a construção de políticas públicas, por parte do Estado, para a prevenção de uma gravidez não desejada e para a proteção e cuidado das mulheres.

Para acessar outros materiais sobre a situação do Aborto no Brasil, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

Material complementar: Direito ao aborto: caminhos traçados no Brasil (entrevista com Margareth Arilha) – [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

Para acessar a diretriz da OMS na íntegra, [clique aqui](#).

### **Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/PAHO)**

#### **Covid-19 nas Américas: análise de gênero e saúde**

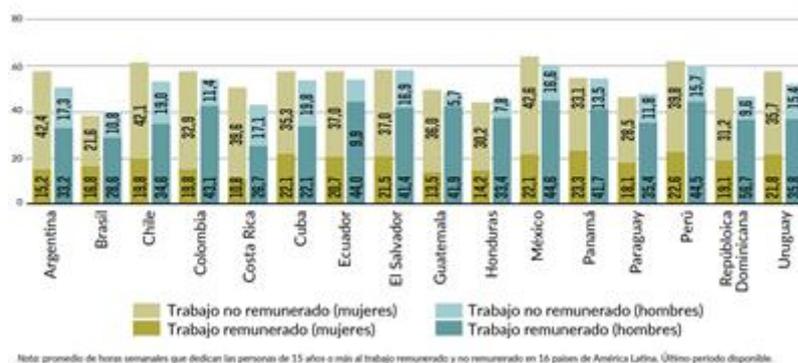
A COVID-19 gerou efeitos catastróficos nos sistemas de saúde e na saúde das pessoas na Região das Américas, especialmente no caso de mulheres e meninas, cujas condições pioraram em todas as áreas. As maiores preocupações estão relacionadas às consequências diretas da ação do vírus (morbidade e mortalidade), nos resultados das medidas destinadas a mitigar sua propagação e no efeito indireto (condições socioeconômicas).

O gênero é um dos determinantes estruturais associados à saúde, que não aparece nas análises dos efeitos diretos e indiretos da pandemia. O relatório publicado pela OPAS buscou aprofundar o conhecimento sobre as desigualdades de gênero em saúde diante da pandemia nas Américas, bem como apresentar recomendações para melhorar a respostas nacionais a partir de uma abordagem de igualdade de gênero.

As tarefas de cuidados, que sobrecarregam desproporcionalmente as mulheres, limitam sua participação no mercado de trabalho. Isso fez com que elas sofressem a pandemia de forma diferente e possivelmente pior do que os homens. As mulheres são responsáveis por 80% das tarefas domésticas, o que restringe sua participação no mundo do trabalho. Além disso, a maior parte do trabalho de cuidado no mundo é realizado por cuidadores não remunerados, principalmente mulheres e meninas pertencentes a grupos socialmente desfavorecido. Esses cuidados sustentam famílias, apoiam as economias e cobrem a falta de serviços sociais, mas raramente são reconhecidos oficialmente como trabalho.

No período que antecedeu a pandemia, as mulheres passavam um terço do seu tempo em tarefas domésticas e cuidados não remunerados. Os dados indicam que existe uma associação entre cuidado, pobreza, desigualdade, precariedade e exclusão, maximizada pela pandemia.

**Figura 3.** Tiempo dedicado al trabajo remunerado y no remunerado, por sexo, América Latina



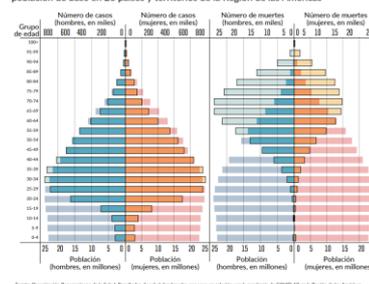
Fonte: OPAS, 2022.

As mulheres foram mais afetadas durante a pandemia devido à deterioração das suas condições de vida, resultado das barreiras de acesso ao mercado de trabalho, do aumento do trabalho informal não remunerado em relação com os homens, menor salário para a mesma carga horária, maior carga de tarefas de cuidado, das restrições causadas pelas medidas de mitigação da pandemia (bloqueio, distanciamento social) e da violência doméstica.

### Gênero como determinante-chave para a saúde durante a pandemia

Uma revisão sistemática a partir de estudos originários da América Latina e Caribe apontam uma associação entre o sexo biológico masculino, gravidade e morte por SARS-CoV-2, relação que independe da idade e da presença de comorbidades.

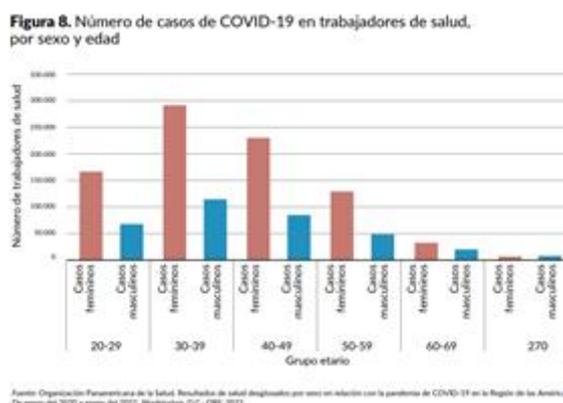
**Figura 7.** Casos de COVID-19 y muertes por sexo y grupo etario comparados con la población de base en 26 países y territorios de la Región de las Américas



Fonte: OPAS, 2022.

## Profissionais de saúde

As implicações da pandemia mostram o maior risco assumido pelas mulheres. Globalmente, 70% dos profissionais de saúde da linha de frente são mulheres. Nas Américas, 86% da enfermagem, que deve ter um contato particularmente próximo com os pacientes, é do sexo feminino. As mulheres representaram 72% de todos os casos de Covid-19 entre profissionais de saúde e desempenham papéis que as expõe a riscos que afetam sua vida, sua saúde e de suas famílias. Além disso, assumem maior custo físico e emocional como resultado de dias longos e extenuantes, longe de casa.



O relatório ainda aponta um provável aumento de gestações não indesejadas pela maior dificuldade no acesso à métodos contraceptivos durante a pandemia (principalmente na população adolescente), o maior risco de gravidade da Covid-19 em meninas e mulheres grávidas e aumento da violência de gênero (relatos de aumento nas denúncias entre 30% e 40%).

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

## UN WOMEN

### Declaração do secretário-geral da ONU, António Guterres, no Dia Internacional da Mulher

“No Dia Internacional da Mulher, celebramos mulheres e meninas em todos os lugares. Celebramos suas contribuições para acabar com a pandemia do COVID-19. Suas ideias, inovações e ativismo que estão mudando nosso mundo para melhor. E sua liderança em todas as esferas da vida. Mas também reconhecemos que, em muitas áreas, o relógio dos direitos das mulheres está retrocedendo.

A pandemia manteve meninas e mulheres fora das escolas e locais de trabalho. Enfrentam o aumento da pobreza e o aumento da violência. Elas fazem a grande maioria do trabalho de cuidado não remunerado, mas essencial do mundo. Elas são alvos de violência e abuso, apenas por causa de seu gênero. Em todos os países, as mulheres estão escandalosamente sub-representadas nos salões do poder e nas salas de reuniões dos negócios. E como o tema deste ano nos lembra, elas carregam o peso das mudanças climáticas e da degradação ambiental.

A partir de agora, no Dia Internacional da Mulher, é hora de adiantar o relógio para todas as mulheres e meninas. Através da garantia de educação de qualidade para todas as meninas, para que possam construir a vida que desejam e ajudar a tornar o mundo um lugar melhor para todos nós. Através de investimentos maciços na formação das mulheres e no trabalho decente. Por meio de ações efetivas para acabar com a violência de gênero. Através de ações ousadas

para proteger nosso planeta. Por meio de cuidados universais totalmente integrados aos sistemas de proteção social. E por meio de medidas direcionadas, como cotas de gênero, para que todos possamos nos beneficiar das ideias, experiência e liderança das mulheres em todos os lugares em que as decisões são tomadas.

A desigualdade de gênero é essencialmente uma questão de poder, em um mundo dominado por homens e uma cultura dominada por homens. As relações de poder devem ser invertidas. Nas Nações Unidas, alcançamos a paridade de gênero na gerência sênior na sede e em todo o mundo — melhorando nosso trabalho e representando melhor as comunidades que atendemos.

Precisamos de mais mulheres ministras do meio ambiente, líderes empresariais e presidentes e primeiras-ministras. Eles podem pressionar os países a enfrentar a crise climática, desenvolver empregos verdes e construir um mundo mais justo e sustentável. Não podemos sair da pandemia com o relógio girando para trás na igualdade de gênero. Precisamos avançar o relógio para os direitos das mulheres. A hora é agora”.

Para acessar a Carta, [clique aqui](#).

### **Ainda sobre o Dia Internacional das Mulheres, subsecretária-geral das Nações Unidas e diretora executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous, falou reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas**

“Quando a pandemia esvaziou esta Câmara há quase dois anos, o secretário-geral pediu um cessar-fogo global. Havia esperança de que, diante de um inimigo comum, haveria uma cooperação internacional renovada. Que, em vez de gastar dinheiro em armas, investiríamos em ciência, saúde e proteção social para todos, especialmente para mulheres e meninas.

Em vez disso, tivemos mais gastos militares, golpes militares, tomadas de poder pela força e um sistema multilateral contra as cordas. Este mesmo Conselho passou os últimos 10 dias em várias reuniões de emergência sobre a situação na Ucrânia. Como disse o Secretário-Geral, as pessoas exigem paz. Devemos dar uma chance à paz”.

Sima Bahous falou ainda dos atrasos para o alcance nos ODS, na importância de incluir mulheres nas decisões e retomada econômica (citou diminuição de emprego de mulheres no Afeganistão após a retomada do Talibã e da migração de quase 2 milhões de pessoas da Ucrânia desde o início dos conflitos, majoritariamente de mulheres e crianças, e das consequências futuras para essas populações. Citou por fim o papel do setor privado e público-privado como áreas ainda pouco exploradas na criação de iniciativas globais com foco em mulheres, paz e segurança.

Para ler a declaração completa, [clique aqui](#).

### **Dia Internacional da Mulher celebra a contribuição de mulheres e meninas como multiplicadoras de soluções climáticas**

O tema deste ano para o Dia Internacional da Mulher, “Igualdade de gênero hoje para um amanhã sustentável”, explora as maneiras pelas quais mulheres e meninas estão liderando a tarefa de adaptação, mitigação e resposta às mudanças climáticas em todo o mundo, contribuindo com líderes poderosos e agentes de mudança para um futuro mais sustentável para todos.

As mulheres estão sendo cada vez mais reconhecidas como mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas do que os homens, pois constituem a maioria dos pobres do mundo e são mais dependentes dos recursos naturais, que as mudanças climáticas mais ameaçam. No entanto, apesar das evidências crescentes, ainda há hesitação em fazer as conexões vitais entre gênero, equidade social e mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, o progresso feito em direção a um mundo com mais igualdade de gênero está sendo obstruído por crises múltiplas, interligadas e combinadas, mais recentemente, a agressão em curso contra a Ucrânia. **Seja qual for a crise, do conflito ao clima, mulheres e meninas são as primeiras e as mais afetadas.** Sem igualdade de gênero hoje, um futuro sustentável e igualitário permanece fora de nosso alcance.

Conforme exposto pela pandemia do COVID-19, as consequências econômicas e sociais impactaram desproporcionalmente mulheres e meninas, desafiando ainda mais sua capacidade de resistir aos impactos das crises climáticas e ambientais. As pressões de conciliar trabalho e família, juntamente com o fechamento de escolas e perdas de empregos em setores dominados por mulheres, significaram que ainda menos mulheres estavam participando da força de trabalho (cerca de 113 milhões de mulheres de 25 a 54 anos, com parceiros e filhos pequenos, fora da força de trabalho em 2020).

A mudança climática também aumenta a vulnerabilidade à violência baseada em gênero. Em todo o mundo, as mulheres têm uma responsabilidade desproporcional de garantir alimentos, água e combustível, tarefas que as mudanças climáticas tornam mais demoradas e difíceis. A escassez de recursos e a necessidade de viajar mais para obtê-los podem expor as mulheres a mais violência, incluindo o aumento de fatores de risco ligados ao tráfico de seres humanos, casamento infantil ou acesso a recursos para protegê-las da violência de gênero.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

### **PNUD e ONU Mulheres lançam a Plataforma de Justiça de Gênero: acesso à justiça para mulheres e meninas**

No Dia Internacional da Mulher, o PNUD e a ONU Mulheres lançaram a Plataforma de Justiça de Gênero para alavancar sua parceria sobre o tema. Desde 2020, as agências se uniram para permitir o acesso à justiça para 42.000 pessoas, em 14 contextos afetados por conflitos na África e no Oriente Médio, facilitaram o acesso aos serviços de justiça e lideraram iniciativas de advocacia para apoiar a liderança das mulheres.



O lançamento da Plataforma de Justiça de Gênero marca o alargamento do âmbito da parceria. Por meio da Plataforma, a ONU Mulheres e o PNUD implementarão iniciativas conjuntas que buscam fechar a lacuna de justiça de gênero e capacitar as mulheres a conhecer e exercer seus direitos. O objetivo da Plataforma é reunir novas e diversas partes interessadas, incluindo Estados, sociedade civil, academia e entidades da ONU, com o compromisso de incentivar e apoiar sistemas de Estado de Direito que funcionem para mulheres e meninas. Com base em uma abordagem centrada nas pessoas, os parceiros da Plataforma procurarão atender às necessidades imediatas de justiça de mulheres e meninas, ao mesmo tempo em que fortalecem as instituições do Estado de direito e os quadros jurídicos.

A primeira publicação conjunta da plataforma é um relatório sobre a Participação Significativa das Mulheres na Justiça de Transição: [Avançando na Igualdade de Gênero e Construindo a Paz Sustentável](#). Com estudos de caso da Guatemala, Sri Lanka, Gâmbia e Tunísia, o relatório fornece um roteiro para a ONU promover a liderança feminina na justiça transicional e conclui que a participação das mulheres nesses espaços é um direito humano, que pode contribuir para processos de justiça transicional mais inclusivos para todos. As atividades da plataforma serão implementadas por meio do Programa Global do PNUD para o Estado de Direito, Direitos Humanos, Justiça e Segurança para a Paz e Desenvolvimento Sustentável em coordenação com o Ponto Focal Global para o Estado de Direito e com o apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores Assuntos do Governo dos Países Baixos.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

## **Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**

### **Diretora Executiva do UNFPA, Dra. Natalia Kanem no Dia Internacional da Mulher**

“Mulheres e meninas pagam um alto preço durante conflitos e emergências. Mais de 1,7 milhão de pessoas, principalmente mulheres e crianças, fugiram de suas casas na Ucrânia para países vizinhos. Para eles, o deslocamento trará maior vulnerabilidade à violência, abuso e exploração sexual. Além disso, muitas dessas mulheres estão grávidas e podem precisar de cuidados médicos ou ajuda com gestações complicadas. A falta de acesso aos cuidados de saúde nestas situações coloca as suas vidas em risco.

Conflitos, choques climáticos e a contínua pandemia de COVID-19 exacerbaram as desigualdades de gênero. Hoje, um número recorde de pessoas em todo o mundo está deslocada e precisa de assistência humanitária e acesso a serviços essenciais, e são as mulheres e meninas que estão pagando o preço mais alto.

Simplificando, mulheres e meninas que vivem em emergências em todo o mundo são privadas da capacidade de cuidar de seus corpos, vidas e futuros. Seu sofrimento é imenso - é injustificado e desnecessário. O notável progresso global que foi feito nas últimas duas décadas no avanço da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos está em risco em ambientes de conflito e frágeis em todo o mundo.

Neste Dia Internacional da Mulher, exorto a comunidade internacional a garantir que a saúde, os direitos e a dignidade de mulheres e meninas sejam salvaguardados, e a infraestrutura crítica, protegida, em todos os países afetados por conflitos e crises. Os serviços de saúde sexual e reprodutiva não devem ser deixados de lado em emergências. Para a mulher prestes a dar à luz ou a adolescente submetida a abuso sexual, esses serviços são tão vitais quanto comida, água e abrigo, e podem significar a diferença entre a vida e a morte. Devemos ouvir as vozes das mulheres e investir em sua liderança e resiliência. As mulheres unem as comunidades; mulheres lideram esforços para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas; e as mulheres podem impulsionar a reconciliação e garantir uma paz duradoura. Cada dia de cada conflito ou crise é um dia que nos afasta ainda mais da criação do futuro melhor, mais sustentável e mais igualitário que queremos. Mulheres e meninas em todo o mundo precisam e merecem paz”.

Para ler a declaração na íntegra, [clique aqui](#).

Leia também a declaração da Dra. Natalia Kanem, sobre [Mulheres e Meninas na Ucrânia](#).

## Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

**Guerra na Ucrânia coloca crianças em risco imediato** - A guerra na Ucrânia representa uma ameaça imediata e crescente à vida e ao bem-estar das 7,5 milhões de crianças do país. As necessidades humanitárias estão se multiplicando a cada hora à medida que os combates se intensificam. Crianças foram mortas e feridas.

Em 10 de março, mais de 1 milhão de crianças haviam fugido da Ucrânia. A maioria fugiu com suas famílias para a Polônia, Hungria, Eslováquia, Moldávia e Romênia. Mulheres e meninas que viajam sozinhas estão especialmente em risco de violência de gênero. Para muitos outros, a vida mudou para o subsolo à medida que as famílias buscam segurança em abrigos, metrô ou porões, muitas vezes por horas a fio. As mulheres estão dando à luz em maternidades improvisadas com suprimentos médicos limitados.

Os últimos oito anos de conflito na Ucrânia já causaram danos profundos e duradouros às crianças. Com a escalada do conflito, a ameaça imediata e muito real para as crianças da Ucrânia cresceu. Casas, escolas, orfanatos e hospitais foram atacados. A infraestrutura civil, como instalações de água e saneamento, foi atingida, deixando milhões sem acesso a água potável. O UNICEF está trabalhando com parceiros para fornecer suprimentos humanitários vitais e alcançar crianças e famílias vulneráveis com serviços essenciais, incluindo saúde, educação, proteção, água e saneamento.

Como o UNICEF está ajudando crianças e famílias na Ucrânia? O UNICEF está trabalhando para ampliar os programas que salvam vidas para crianças. Isso inclui:

- Aumentar os esforços para atender às necessidades críticas e crescentes de água potável, saúde, educação e proteção.
- Fornecer suprimentos humanitários vitais, incluindo equipamentos de proteção individual para proteger os profissionais de saúde do COVID-19 enquanto respondem às necessidades críticas de saúde de crianças e famílias, bem como suprimentos médicos desesperadamente necessários, incluindo remédios e kits de primeiros socorros.
- Trabalhar com os municípios para garantir que haja ajuda imediata para crianças e famílias necessitadas.
- Apoiar equipes móveis que prestam serviços de proteção infantil e atendimento psicossocial a crianças traumatizadas pela insegurança crônica.
- Continuar os esforços de resposta de emergência para enfrentar o surto de COVID-19, trabalhando com os municípios para aumentar as taxas de vacinação contra a COVID-19 e fortalecendo os esforços de conscientização e capacitação.

O UNICEF pede um cessar-fogo imediato e lembra todas as partes de suas obrigações internacionais de proteger as crianças de danos e garantir que os atores humanitários possam alcançar com segurança e rapidez as crianças necessitadas.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

### **Seis Graves Violações Contra Crianças em Tempos de Guerra: como as crianças se tornaram alvos da linha de frente em conflitos armados.**

Crianças que vivem em zonas de conflito em todo o mundo continuam sendo atacadas em uma escala chocante. Para melhor monitorar, prevenir e acabar com esses ataques, o

Conselho de Segurança das Nações Unidas identificou e condenou seis graves violações contra crianças em tempos de guerra:

- Matança e mutilação de crianças;
- Recrutamento ou uso de crianças nas forças armadas e grupos armados;
- Ataques a escolas ou hospitais;
- Estupro ou outra violência sexual;
- Rapto de crianças; e
- Negação de acesso humanitário para crianças.

Forças armadas e grupos armados são obrigados pelo Direito Internacional Humanitário a tomar medidas para proteger civis, incluindo crianças, que são particularmente vulneráveis em tempos de guerra.

Entre 2005 e 2020, foram verificadas mais de 266.000 violações graves contra crianças, cometidas por partes em conflito em mais de 30 situações de conflito na África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. O número real é, sem dúvida, muito maior, pois as restrições de acesso e segurança, bem como a vergonha, a dor e o medo que os sobreviventes sofrem, muitas vezes dificultam a denúncia, a documentação e a verificação dessas violações.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

## **Ao vencedor as batatas! Para fertilizar a paz na terra!**

***Denise Oliveira e Silva***

Neste mês a guerra entre a Rússia e a Ucrânia ocupa o cenário de inquietação mundial. As várias análises de contexto político, econômico e social deste conflito regional, apontam a interferência na “segurança alimentar”. Este termo tem sido ressignificado nestes últimos dias nas trevas dos interesses de mercados de alimentos sem a luz do movimento criado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de Segurança Alimentar e Nutricional no século passado.

Este uso interpretativo é decorrente da narrativa de ameaça de falta de fertilizantes que ocupa as pautas midiáticas influenciadas pelos grupos corporativos nacionais e internacionais do agronegócio. Tratam a situação de forma ameaçadora como promotora de desabastecimento alimentar e fome como fatores para a insegurança alimentar global.

Cabe o alerta para a necessidade de esclarecimentos a sociedade de modo geral que os fertilizantes afetam mais a produção de commodities alimentares do que a alimentação cotidiana que é produzida e fornecida a humanidade por heroínas e heróis de sistemas alimentares curtos e não corporativos, que resistem em várias partes do planeta desenvolvendo agricultura agroecológica.

No Brasil a sanha de aproveitar a guerra para aprovar as pautas da “PL do Veneno” é um exemplo desta situação como também a exploração de terras indígenas para obter insumos fertilizantes. Em vários discursos de representantes governamentais brasileiros, é possível escutar a frase: “segurança alimentar”. Uma estratégia política brasileira reconhecida mundialmente como exemplo a ser seguido, por que assumiu um conceito mais ampliado de ação a: “Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, extinto em 01 de janeiro de 2019 e destituída a sua governança por meio da Medida Provisória nº 870, de 2019 de Organização da Presidência e dos Ministérios do Brasil; que foi ratificada no Congresso Nacional em 24 de setembro. Fato marcante pela presença de 162 parlamentares contra a extinção e 299 a favor que apoiaram o veto de extinção do Presidente da República que acabou definitivamente com o CONSEA.

O que a guerra da Ucrânia contribui para a ressignificação do termo “segurança alimentar”, que aparece principalmente nas narrativas dos parlamentares e representantes de governo, ainda carece de mais análises. Mas no caso brasileiro em que a extinção do CONSEA ocorreu, o estranhamento destes últimos dias, é que este termo povoa e ocupa os discursos de representantes de governo o que merece de todos nós mais atenção.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é afirmado com maior ênfase a partir da Conferência Alimentar de Roma em 1996. Momento histórico no mundo de ausência de conflitos globais. O que nos revela a necessidade de atenção as ressignificações deste termo numa guerra regional que pode avançar para consequências globais.

A necessidade de atenção as narrativas do uso do termo “segurança alimentar” é importante porque pode ser mal utilizada por governos e países quando representa ações oportunistas de interesses mais do mercado de alimentos corporativos do que pelo Direito a Alimentação Adequada e Saudável para a humanidade.

A FAO em vários documentos tem recomendado a “Iniciativa Mão a Mão” como parte da iniciativa dos países, de ações baseadas em evidências científicas de proteção a patrimônios

alimentares ancestrais e de transformação agrícola para o desenvolvimento rural sustentável para erradicar a pobreza e a fome como instrumento de ética de desenvolvimento econômico e social<sup>38</sup>.

A devida compreensão desta situação é fundamental para não nos distrair da discussão de fundo que é a mudança dos sistemas alimentares corporativos contemporâneos dos quais o uso de fertilizantes sustenta seu desenvolvimento em busca de transformar estes sistemas em inclusivos e sustentáveis.

Na pauta da FAO e do Programa Mundial de Alimentos (WFP) a guerra entre Rússia e Ucrânia além de ser uma tragédia humanitária para os habitantes da Ucrânia, aumenta as cifras de refugiados na Europa e no mundo e traz ameaças a verdadeira Soberania Alimentar e Nutricional. O segundo o conceito construído pela da FAO de oferta de alimentos em quantidade e qualidade sem afetar a sustentabilidade ambiental<sup>39</sup>.

É da experiência histórica de evolução da humanidade que os alimentos e a comida sejam velhos conhecidos vilões de guerra por todo o planeta. Foram e são determinantes de lutas locais que se expandem de elites de poder. Com guerreiros e lideranças que implodiram e implodem populações e países, causando conflitos migrações forçadas e a fome epidêmica e endêmica.

O modelo de produção de alimentos contemporâneos tem o equilíbrio entre a oferta e a demanda de commodities alimentares, pela destruição de patrimônios alimentares ancestrais baseados em uso de fertilizantes naturais e químicos para dominar os ciclos da natureza e a vida humana.

Este modelo tem dados sinais de falência como reação inexorável de catástrofes climáticas e ambientais. Como destacado em outros informes sobre desertificação dos solos, ausência de água e as intempéries na natureza. O resultado é o flagelo humano de migrações forçadas para de fuga de conflitos étnicos, sociais e políticos em que a fome e a miséria são as irmãs siamesas da insegurança alimentar e nutricional.

A produção de alimentos na história da humanidade tem sua experiência tanto na guerra como na paz. A pauta da FAO neste momento analisa os efeitos da falta de fertilizantes no mundo decorrentes desta guerra na Europa; de risco de desabastecimento de gás natural. O que determinará o risco de alto custo de alimentos devido à ausência de compostos nitrogenados e outros derivados que podem afetar a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional de forma global.

A leitura do informe da FAO *"The importance of Ukraine and the Russian Federation for global agricultural markets and the risks associated with the current conflict"*<sup>40</sup>, permite a compreensão da estrutura dos mercados mundiais de alimentos baseados nas commodities agrícolas, apontados como o mercado que será mais afetado. É destacado em que 2021 a Rússia e a Ucrânia estavam entre os três principais exportadores globais de trigo, milho, colza, sementes e óleo de girassol, sendo a Rússia o maior exportador de compostos nitrogenados e o segundo em potássio e fósforo. Neste informe as consequências desta guerra na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional afeta a tão recomendada governança global para lidar com o

---

<sup>38</sup> <https://www.fao.org/hand-in-hand/en/>

<sup>39</sup> <https://www.wfp.org/stories/ukraine-war-more-countries-will-feel-burn-food-and-energy-price-rises-fuel-hunger-warns-wfp>

<sup>40</sup> <https://www.fao.org/3/cb9013en/cb9013en.pdf>

grau de dependência alimentar de inúmeros países. São apontados os riscos de aumento do custo dos alimentos sejam determinados por problemas de transporte para a circulação de mercadorias em nível local, regional e global, como fundamentalmente, os efeitos de disponibilidade de alimentos que afeta as necessidades humanitárias na Ucrânia.

A ajuda humanitária, missão precípua do Programa Mundial de Alimentos tem neste mês várias ações com prioridade para o conflito na Ucrânia em conjunto com a FAO. São realizadas ações de ampliação de atividades de defesa a segurança alimentar de famílias rurais da Ucrânia, realizadas por equipe de especialistas como resposta institucional emergencial para atuar na gestão rápida de resposta a situações de emergência para atender as famílias rurais residentes nas áreas de conflitos armados.

A FAO destacou a necessidade de 50 milhões de dólares para os próximos 03 meses para atender as emergências alimentares e de possível reconstrução dos danos e perdas de infraestrutura agrícola em curto, médio e longo prazo na Ucrânia <sup>41</sup>

Nesta guerra em que os fertilizantes surgem como ameaça a SSAN temos que estar atentos a verdadeira questão que inaugura estes informes que é o reconhecimento da FAO e do WFP que os sistemas alimentares podem ser transformados para serem expressão de desenvolvimento ético econômico e social para a vida do planeta e dos seres humanos. Como apontado na iniciativa “*Best Food Best World*” inspirada a partir do recebimento do Prêmio Nobel da Paz de 2020 pelo WFP, sobre o que podemos fazer para que a humanidade tenha uma comida melhor que atenda às necessidades da vida humana e do planeta <sup>42</sup>.

A queda de braço da luta pela sobrevivência, do qual vence que é o mais forte e neste momento as commodities alimentares estão na base de justificativa mais proeminente para a busca de fertilizantes como fatores de ameaça a “segurança alimentar” . Resta-nos observar a evolução da compreensão do conceito de SAN que pode estar refletida nas trevas da guerra. Para podemos aprender com esta situação a priorizar a transformação dos sistemas alimentares predatórios que produzem a guerra diária com a terra, destruindo a vida do planeta e dos seres humanos. Para seguirmos para a luz da transformação dos sistemas alimentares inclusivos e sustentáveis em harmonia com os ciclos da natureza e da vida humana. Se não ao final deste momento podemos lembrar de Quincas Borba de Machado de Assis: “Ao vencedor, as batatas!” É importante, urgente e imediato fertilizar a Paz na Terra!

---

<sup>41</sup> <https://www.fao.org/newsroom/detail/ukraine-fao-scales-up-to-support-rural-families-safeguard-food-security/en>  
<https://www.fao.org/director-general/news/news-article/en/c/1476480/>  
<https://www.fao.org/3/cb9007en/cb9007en.pdf>

<sup>42</sup> <https://www.wfp.org/podcast-better-food-better-world>

## Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

*Isis Pillar Cazumbá*

Banco Mundial e FMI declararam forte apoio a Ucrânia liberando recursos para conter os impactos da guerra. Por sua vez, Rússia e Belarus tiveram todos seus programas interrompidos pelas instituições. O BID avançou em uma cooperação importante com a Coreia.

### **Banco Mundial**

#### **Declaração do BM sobre a Rússia e a Belarus**

O **BM** emitiu no dia 2 de março a seguinte declaração sobre seus programas na **Rússia** e em **Belarus**:

*O Grupo Banco Mundial não aprovou novos empréstimos ou investimentos na Rússia desde 2014. Também não houve novos empréstimos aprovados para a Belarus desde meados de 2020. Após a invasão russa da Ucrânia e as hostilidades contra o povo da Ucrânia, o Grupo Banco Mundial interrompeu todos os seus programas na Rússia e em Belarus com efeito imediato.*

Uma declaração conjunta do **BM** e do **FMI** em apoio à **Ucrânia** também ocorreu no mesmo dia:

*Estamos profundamente chocados e entristecidos pelo devastador custo humano e econômico causado pela guerra na Ucrânia. Pessoas estão sendo mortas, feridas e forçadas a fugir, e danos maciços são causados à infraestrutura física do país. Estamos ao lado do povo ucraniano durante esses acontecimentos horríveis. A guerra também está criando repercussões significativas para outros países. Os preços das commodities estão subindo e correm o risco de alimentar ainda mais a inflação, que atinge mais os pobres. As perturbações nos mercados financeiros continuarão a piorar se o conflito persistir. As sanções anunciadas nos últimos dias também terão um impacto econômico significativo. Estamos avaliando a situação e discutindo as respostas políticas apropriadas com nossos parceiros internacionais.*

*Nossas instituições estão trabalhando juntas para apoiar a Ucrânia nas frentes de financiamento e política e estão aumentando urgentemente esse apoio. Temos estado em contacto diário com as autoridades sobre as medidas de crise. No FMI, estamos respondendo ao pedido da Ucrânia de financiamento de emergência por meio do Instrumento de Financiamento Rápido, que nosso Conselho poderá considerar já na próxima semana. Além disso, continuamos a trabalhar no programa Stand-By Arrangement da Ucrânia, segundo o qual um adicional de US\$ 2,2 bilhões está disponível até o final de junho. No Grupo Banco Mundial, estamos preparando um pacote de apoio de US\$ 3 bilhões nos próximos meses, começando com uma operação de apoio orçamentário de desembolso rápido de pelo menos US\$ 350 milhões que será submetido à aprovação do Conselho esta semana, seguido por US\$ 200 milhões no apoio de desembolso rápido para a saúde e a educação.*

*O Banco Mundial e o FMI também estão trabalhando juntos para avaliar o impacto econômico e financeiro do conflito e dos refugiados em outros países da região e do mundo. Estamos prontos para fornecer apoio político, técnico e financeiro aprimorado aos países vizinhos, conforme necessário. A ação internacional coordenada será crucial para mitigar os riscos e navegar no período traiçoeiro à frente. Esta crise afeta a vida e os meios de subsistência das pessoas em todo o mundo, e oferecemos a elas todo o nosso apoio”*

O **BM** aprovou um pacote de apoio orçamentário suplementar para a **Ucrânia**, chamado financiamento da recuperação da emergência econômica na Ucrânia – ou Ucrânia LIVRE – por **US\$ 489 milhões**. O pacote consiste em um empréstimo suplementar de **US\$ 350 milhões** e garante o valor de **US\$ 139 milhões**. O Banco está mobilizando financiamento de subvenções de **US\$ 134 milhões** e financiamento paralelo de **US\$ 100 milhões**, resultando em apoio total mobilizado de **US\$ 723 milhões**. O rápido apoio ajudará o governo a prestar serviços críticos ao povo ucraniano, incluindo salários para trabalhadores hospitalares, pensões para idosos e programas sociais para vulneráveis.

O apoio inicial do **BM** foi aumentado com garantias dos Países Baixos por **80 milhões** de euros (equivalente a **US\$ 89 milhões**) e da **Suécia** por **US\$ 50 milhões**. O **BM** também criou um fundo fiduciário de multi doadores (MDTF) para facilitar a canalização de recursos de subvenção de doadores para a **Ucrânia**, com contribuições do **Reino Unido, Dinamarca, Letônia, Lituânia e Islândia** no valor de **US\$ 134 milhões** até o momento. O **BM** pede mais contribuições de subvenção ao MDTF. Além disso, o **Japão** está vinculando **US\$ 100 milhões** em financiamento paralelo ao pacote de suporte.

Para maiores informações:

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/03/02/world-bank-group-statement-on-russia-and-belarus>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/03/01/joint-imf-wbg-statement-on-the-war-in-ukraine>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/03/07/world-bank-mobilizes-an-emergency-financing-package-of-over-700-million-for-ukraine>

### **Fundo Monetário Internacional – FMI**

No dia 05 de março, a Diretora do **FMI**, Kristalina Georgieva fez declarações durante a reunião do Conselho sobre os impactos que o setor da economia irá sofrer devido a guerra na **Ucrânia**.

Kristalina alegou que esta guerra somada a pandemia trará mais graves consequências nos cenários econômico e político. A Diretora citou o caos em que se tornou a Ucrânia, as sanções impostas a Rússia e o que o FMI continuará fazendo para ajudar a mitigar os efeitos catastróficos desta guerra:

*As sanções anunciadas contra o Banco Central da Federação Russa restringirão severamente seu acesso a reservas internacionais para apoiar sua moeda e sistema financeiro. As sanções internacionais ao sistema bancário russo e a exclusão de vários bancos da SWIFT interromperam significativamente a capacidade da Rússia de receber pagamentos por exportações, pagar por importações e se envolver em transações financeiras transfronteiriças. Embora seja muito cedo para prever o impacto total dessas sanções, já vimos uma forte queda nos preços dos ativos, bem como na taxa de câmbio rublo.*

*Países que têm laços econômicos muito próximos com a Ucrânia e a Rússia correm um risco particular de escassez e interrupções no fornecimento e são os mais afetados pelo aumento dos fluxos de refugiados. A Moldávia solicitou um aumento de seu programa existente apoiado pelo FMI para ajudar a atender aos custos da crise atual, e os funcionários do FMI estão discutindo ativamente opções com as autoridades moldávias.*

*Os funcionários continuarão a monitorar os efeitos de repercussão em outros países da região, em particular aqueles com programas existentes apoiados pelo FMI e aqueles com vulnerabilidades ou exposições elevadas à crise. A guerra em curso e as sanções associadas também terão um impacto severo na economia global. O Fundo aconselhará nossos países membros sobre como calibrar suas políticas macroeconômicas para gerenciar a gama de derramamentos, incluindo através de interrupções comerciais, preços de alimentos e outras commodities e mercados financeiros.*

O **FMI** anunciou a aprovação de um desembolso de US\$ 1,4 bilhão (R\$ 1.005,9 milhões) no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) para ajudar a atender às necessidades urgentes de financiamento e mitigar o impacto econômico da guerra.

A guerra tem proporcionado consequências econômicas muito graves, como o aumento dos fluxos de refugiados de mais de 2 milhões de pessoas em apenas 13 dias e a destruição em larga escala da infraestrutura-chave na **Ucrânia**. Segundo o **FMI**, este desembolso sob a RFI, equivalente a 50% da cota da **Ucrânia**, ajudará a atender ao equilíbrio urgente das necessidades de pagamento decorrentes dos impactos da guerra em curso e fornecerá apoio crítico no curto prazo, ao mesmo tempo em que desempenhará um papel catalisador para o financiamento de outros parceiros.

Para maiores informações:

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/03/05/pr2261-imf-staff-statement-on-the-economic-impact-of-war-in-ukraine>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/03/09/pr2269-ukraine-imf-executive-board-approves-usd-billion-in-emergency-financing-support-to-ukraine>

## **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

### **Cooperação entre o BID e a Coreia**

O presidente Mauricio Claver-Carone, do **BID**, reuniu-se com Eog-weon Lee, primeiro vice-ministro da Economia e finanças, para uma reunião bilateral, para discutir marcos de parceria, expansão estratégica da cooperação entre o **BID** e a **Coreia**, e explorar oportunidades para aumentar o engajamento da **Coreia** com a América Latina e o Caribe (LAC).

Durante a reunião, Claver-Carone e o primeiro-ministro refletiram sobre o papel crítico que a **Coreia** desempenhou como parceiro de desenvolvimento para a região e as muitas lições que a LAC pode aprender com a própria história de desenvolvimento da **Coreia**. A reunião ocorreu como parte das consultas anuais do **BID** com seus 48 acionistas.

A contribuição de US\$ 4 milhões é para o fundo KPC, criado em 2012 pela **Coreia** e pelo **BID** para canalizar recursos coreanos para melhorar a capacidade do setor público na região, em parte facilitando a alocação eficiente e o uso de fundos públicos em níveis nacionais e subnacionais. O fundo é um dos quatro fundos fiduciários de doadores únicos financiados pela **Coreia** e gerenciados pelo **BID**, que ao longo dos anos recebeu mais de **US\$ 222 milhões** em contribuições da **Coreia** e aprovou mais de **US\$ 181 milhões** para apoiar áreas como ciência e tecnologia, infraestrutura, saúde, energia, educação e reforma e modernização do Estado. A partir deste ano, a **Coreia** contribuirá com um total de **US\$ 20 milhões** para o fundo até 2026.

### **Publicação**

O recém-lançado relatório intitulado relatório [\*Trust: The Key to Social Cohesion and Growth in Latin America and the Caribbean\*](#), mostra que a desconfiança é um problema agudo que limita o desenvolvimento socioeconômico na América Latina e no Caribe e a capacidade de assumir questões difíceis, como a mudança climática.

O relatório estuda as causas básicas da desconfiança na região e oferece recomendações para os formuladores de políticas sobre como transformar esse desafio em uma oportunidade para ajudar a abordar algumas das questões de desenvolvimento mais urgentes da região, como baixa produtividade e inovação, investimento em atraso e altos níveis de informalidade e evasão fiscal.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/more-trust-will-power-stronger-recovery-latin-america-and-caribbean-idb-report>

E se iniciou uma guerra. Uma guerra com interesses da parte invasora não muito bem explicados acontece no pior momento possível, onde a economia global tenta se recuperar dos efeitos devastadores provocados pelo coronavírus.

É muito prematuro dizer em qual grau o conflito promoverá turbulências nas perspectivas globais. Mas, pode se dizer que esta guerra ajuda a ampliar o pacote de incertezas ao redor do mundo, que certamente reverberará nos países mais frágeis economicamente.

Para os países de baixa a média renda, a situação poderá ser mais grave, pois estes países estão inseridos num cenário de dificuldade em lidar com o não crescimento das suas economias, que foram tão prejudicadas pela pandemia. Se esta guerra se estender por mais tempo, os países terão que lidar não somente com os preços mais altos das *commodities*, mas sim com turbulências financeiras, choques comerciais e migração em massa. E os danos poderão ser ainda maiores se estes países tiverem fortes laços econômicos com os respectivos países envolvidos no confronto.

## TRIPS, cenário patentário e lições do desenvolvimento chinês: Informe sobre a OMC, OMPI e UNCTAD

*Claudia Chamas*

### OMC: Págan e Conselho de TRIPS

Em 10 de março, após meses de bloqueio por parte dos representantes republicanos, o Senado dos Estados Unidos confirmou María Luisa Pagán como principal autoridade comercial dos EUA em Genebra e representante de Washington na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). Foram 80 votos a favor e 19 contra. O presidente Biden a escolheu em agosto de 2021, mas a resistência a seu nome ocorreu em função do apoio parcial do governo à proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual que tramita na OMC. A nomeação da Sra Págan provavelmente terá influência nas negociações da proposta, que, até o momento, está sem definição. Espera-se algum consenso até a 12ª Conferência Ministerial, que ocorrerá durante a semana de 13 de junho de 2022 em Genebra (Shalal, 2022).

Katherine Tai, representante de comércio dos EUA ([Office of the U.S. Trade Representative](#), USTR), declarou:

“Não há pessoa melhor para atuar como representante do USTR em Genebra neste momento do que María Pagán. Este trabalho exige a capacidade de negociar de forma eficaz, dizer verdades duras e reunir diversas coalizões em torno de valores e ideais compartilhados para promover os interesses econômicos e estratégicos dos EUA. María demonstrou todas essas capacidades ao longo de sua distinta carreira.”<sup>43</sup> (USTR, 2022)

Em 22 de fevereiro de 2022, em reunião formal, o [Conselho de TRIPS](#) o Conselho concordou em, mais uma vez, fornecer um "Status Report on the consideration by the TRIPS Council of the waiver proposal" para a reunião do Conselho Geral, que ocorreu de 23 a 24 de fevereiro de 2022, conforme estipulado no Artigo IX:3 do Acordo de Marrakesh. O relatório não está disponível para o público, mas, segundo nota da OMC, o texto apresentou uma visão geral das discussões da discussão sobre a suspensão, destacando o objetivo comum dos membros de fornecer acesso oportuno e seguro a vacinas e medicamentos de alta qualidade, seguros, eficazes e acessíveis para todos.

Nas palavras do Embaixador Sørli, que presidia o Conselho:

"Deixe-me mais uma vez exortar as delegações a permanecerem totalmente engajadas com senso de urgência e com o objetivo de encontrar um caminho para um resultado baseado em consenso. Permitam-me também lembrar a todos os membros que a transparência e a inclusão são pilares centrais do modus operandi da OMC e que todos os esforços devem ser feitos para manter todos os membros o máximo possível informados e envolvidos na deliberação sobre os itens da agenda do Conselho"<sup>44</sup> (OMC, 2022)

---

<sup>43</sup> Original em inglês: "There is no better person to serve as USTR's representative in Geneva right now than María Pagán. This job requires an ability to negotiate effectively, tell hard truths, and bring together diverse coalitions around shared values and ideals to advance U.S. economic and strategic interests. María has demonstrated all of these capabilities throughout her distinguished career."

<sup>44</sup> Original em inglês: "Let me once again urge delegations to remain fully engaged with a sense of urgency, and with the objective to find a path forward towards a consensus-based outcome. Let me also remind all members that transparency and inclusiveness are central pillars of the WTO's modus operandi and that

Em 22 de fevereiro, houve reunião do [Conselho de TRIPS](#) e retomada das negociações sobre a proposta de suspensão (*waiver*) de direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, apresentada pela Índia e África do Sul, na Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2020. Entidades da sociedade civil, como Médicos Sem Fronteiras (MSF), fizeram apelos para que a União Europeia, o Reino Unido e a Suíça adotem rapidamente a suspensão, inclusive ampliando o escopo para além das vacinas, incluindo medicamentos e diagnósticos (MSF, 2022). Por ocasião do sexto European Union - African Union Summit em fevereiro, em Bruxelas, o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, pediu esforços dos países europeus para apoio ao TRIPS waiver, sugerindo que o processo estava à beira do fracasso devido à recusa da União Europeia em ceder (Plessis, 2022).

Em 16 de março, a Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, anunciou avanço em relação à proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual. Em suas palavras: "Este é um grande passo e este compromisso é o resultado de muitas longas e difíceis horas de negociações. Mas ainda não estamos lá. Temos mais trabalho a fazer para garantir o apoio de todos os membros da OMC"<sup>3</sup> (OMCb, 2022).

O acerto, cujo texto ainda não foi divulgado pela OMC, envolveu a União Europeia, a Índia, a África do Sul e os Estados Unidos. No entanto, a diretora-geral advertiu que nem todos os detalhes do compromisso foram resolvidos. As consultas internas entre os quatro membros ainda estão em andamento. Além disso, enfatizou que as discussões devem incluir todos os 164 membros da OMC até que haja consenso (OMCb, 2022).

### **Covid-19: Cenário patentário**

A [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) lançou o [relatório](#) "Patent Landscape Report: COVID-19 Related Vaccines and Therapeutics". O estudo identificou diversos fatos e tendências:

1. No campo das vacinas contra a Covid-19, universidades e organizações de pesquisa registraram quase tantos pedidos de patentes quanto empresas durante os primeiros meses da pandemia
2. China e EUA patenteiam mais ativamente novas vacinas e tecnologias terapêuticas contra a COVID19.
3. O maior número de depósitos de patentes está relacionado a tecnologias de vacinas convencionais e medicamentos reposicionados, seguidos por tecnologias de vacinas mais inovadoras, como a de mRNA.
4. Houve mobilização sem precedentes da comunidade científica global, com papéis complementares desempenhados por empresas e startups.
5. O documento destaca que a colaboração - entre organizações, agências, setores e fronteiras - é essencial para progressos significativos na abordagem dos desafios globais.
6. Nos primeiros 21 meses da pandemia, cerca de 5.300 pedidos de patentes relacionados à Covid-19 foram depositados em 49 escritórios de patentes, incluindo quase 1.500 depósitos relacionados aos medicamentos e mais de 400 registros relacionados a vacinas.

---

all efforts should be made to keep the entire membership as much as possible informed and involved in the deliberation on items on the Council's agenda"

7. Universidades e instituições públicas de pesquisa responderam por 44% do total dos depósitos relacionados a vacinas, em comparação com 49% das empresas.
8. Os dez principais locais solicitantes de patentes de vacinas foram China, Estados Unidos, Federação Russa, Reino Unido, República da Coreia, Alemanha, Índia, Áustria, Suíça e Austrália.
9. No campo dos medicamentos, a China, os EUA e a Índia foram as origens dos principais depositantes. A Índia e a República da Coreia registraram maior atividade de depósito para terapias do que vacinas.
10. A análise destaca como instituições de pesquisa e universidades atuaram em conjunto com a indústria privada para acelerar o desenvolvimento de vacinas e terapêuticas.
11. O relatório refere-se ao depósito de patentes de janeiro de 2020 a setembro de 2021 com base em informações publicamente disponíveis no fim de setembro de 2021.

O evento de lançamento, em 10 de março, contou com discursos de abertura de: Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS); Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora Geral da OMC; e Daren Tang, Diretor Geral da OMPI. Em seguida, houve apresentação dos seguintes painelistas: Moderador: Sr. Marco M. Alemán, Diretor-Geral Adjunto, Setor de Ecossistemas de Propriedade Intelectual e Inovação da OMPI; Martin Friede, Coordenador, Iniciativa para Pesquisa de Vacinas, OMS; Xiaoping Wu, Conselheira, Propriedade Intelectual, Divisão de Compras Governamentais e Concorrência da OMC; Richard Cole, Diretor Adjunto, International Patent Legal Administration (IPLA), United States Patent and Trademark Office (USPTO); Esteban Burrone, Chefe de Política e Advocacia, Pool de Patentes de Medicamentos; Claudia Chamas, Professora, Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e Emma Wheatley, Diretora de Acesso e Parcerias Privadas, Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI).

Na ocasião, apresentei os principais resultados de inovação e produção da Fiocruz durante a pandemia, com ênfase para os resultados de diagnósticos e medicamentos reposicionados, além de evidenciar a parceria para a produção de vacina com a AstraZeneca e a participação de Biomanguinhos no hub de vacinas de mRNA da OMS.

### **Lições do desenvolvimento chinês: Estudo da UNCTAD**

A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (UNCTAD) publicou o [relatório](#) “China's structural transformation what can developing countries learn?”, organizado por Rashmi Banga, Piergiuseppe Fortunato, Ricardo Gottschalk, Penelope Hawkins e Dawei Wang. Seguem as principais conclusões do estudo:

1. A contração da economia global provocada pela pandemia traz desafios aos os países em desenvolvimento, com o aumento do desemprego, a exclusão digital e os recursos financeiros limitados, enquanto países ricos oferecem pacotes de estímulo bilionários. A transformação estrutural é importante para a recuperação dessas economias fragilizadas, buscando crescimento equitativo e resistente. Nesse contexto, o relatório compartilha experiências da China, que de uma economia agrária na década de 1980, transformou-se em um centro manufatureiro global na década de 1990 e líder digital na década de 2000, com modificações nas áreas macroeconômica, financeira, industrial, comercial e digital. Há lições que podem ser úteis para os países em desenvolvimento.

2. Lições das Políticas Macroeconômicas e Financeiras da China. Países em desenvolvimento precisam de estrutura macroeconômica flexível para se adaptar aos ciclos de

negócios que surgem no centro do sistema econômico global, não hesitando em reajustar suas políticas quando confrontados com falhas. Investimentos públicos são ferramentas para desencadear processos virtuosos de crescimento, definindo prioridades de gastos com metas sociais e ambientais para crescimento sustentável de longo prazo. Na China, os bancos de desenvolvimento exerceram papel crítico no apoio a empresas públicas e privadas, no desenvolvimento dos setores urbano e agrícola, na atualização industrial e no desenvolvimento verde.

3. Lições da Política Industrial da China. O Estado tem papel vital no processo de industrialização, definindo metas e implementando políticas que direcionem os produtores nacionais para a execução dessas metas. Em segundo lugar, o estado precisa identificar constantemente as áreas que irão gerar a maior produtividade e retornos econômicos e sociais possíveis e continuar a realocar os recursos de acordo. Por exemplo, no início dos anos 1980, o governo empurrou os recursos para a indústria leve, principalmente têxtil. No entanto, no final da década de 1980, o impulso mudou para energia e transporte para aumentar a produtividade em todos os setores. No início da década de 1990, foi dado apoio às indústrias de infraestrutura e alta tecnologia. Desde 2001, os recursos foram realocados para alta tecnologia, informação, fabricação de equipamentos, energia renovável e outras indústrias “estratégicas emergentes” essenciais para a transformação digital. A atualização tecnológica é crítica para a política industrial, envolvendo importação de máquinas e equipamentos, parques de alta tecnologia, estratégia de talentos e centros de inovação digital. A política industrial está coordenada com políticas de desenvolvimento, comércio, educação, ciência, tecnologia, macroeconomia, finanças, economia digital, entre outras áreas, criando um círculo virtuoso de transformação.

4. Escalada das Cadeias Globais de Valor. A China emergiu como um centro global produtivo e se tornou um importante parceiro comercial para muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa integração não foi automática. Foram adotadas políticas comerciais e industriais adaptadas às condições locais, mas igualmente ajustadas às assimetrias no ambiente externo para evitar a dependência excessiva das multinacionais. Houve incentivos aos investimentos estrangeiros diretos internos e externos, aproveitamento da sua abundância de mão de obra, investimento em infraestrutura de informação e construção de um sistema nacional de inovação.

5. Transformação digital. A China implementou uma política digital nacional abrangente apoiada em níveis subnacionais e setoriais, abarcando os lados da demanda e da oferta, com a ênfase no desenvolvimento de um ecossistema digital para facilitar as operações de grandes e pequenas empresas. Construiu infraestrutura digital, priorizando a infraestrutura de TIC e as habilidades em TIC de sua população, aumentando a demanda e oferta de produtos e serviços de TIC. Conectou a infraestrutura de TIC com a produção e mudou seu foco para intervenções setoriais. Projetou políticas para regular seus fluxos de dados. Implementou políticas para incentivar inovações digitais e start-ups em todos os setores. Elaborou políticas de comércio eletrônico para incentivar o crescimento das plataformas digitais, tornando-as superplataformas, fornecendo o suporte logístico e desenvolvendo sistema de pagamento digital online.

## **Referências**

OMC. Members updated on high-level talks aimed at finding convergence on IP COVID-19 response. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/trip\\_10mar22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_10mar22_e.htm) Acesso em: 14 de março de 2022.

OMCa. Members updated on high-level talks aimed at finding convergence on IP COVID-19 response. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/trip\\_10mar22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_10mar22_e.htm) Acesso em: 14 de março de 2022.

OMCb. WTO DG Okonjo-Iweala welcomes breakthrough on COVID-19 vaccine waiver. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/dgno\\_16mar22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/dgno_16mar22_e.htm) Acesso em: 16 de março de 2022.

Shalal, A. U.S. Senate confirms Pagán as top trade official at WTO. Reuters, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/us-senate-confirms-pagn-top-trade-official-wto-2022-03-11/> Acesso em: 14 de março de 2022.

USTR. Statement from Ambassador Katherine Tai on María L. Pagán's Confirmation as Deputy United States Trade Representative (Geneva Office), 2022. Disponível em: <https://ustr.gov/node/11587> Acesso em: 14 de março de 2022.

UNCTAD. China's structural transformation what can developing countries learn? Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/gds2022d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/gds2022d1_en.pdf) Acesso em: 14 de março de 2022.

WIPO. COVID-19-related vaccines and therapeutics: preliminary insights on related patenting activity during the pandemic. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/wipo\\_ip\\_covid\\_ge\\_22/publication\\_1075\\_e.pdf](https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/wipo_ip_covid_ge_22/publication_1075_e.pdf) Acesso em: 14 de março de 2022.

## A cultura na Agenda 2030

**Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard**

Em um esforço para visibilizar a cultura para a comunidade internacional, a UNESCO tem organizado uma série de ações para a Agenda 2030, buscando demonstrar a transversalidade da cultura nos objetivos do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, este informe se propõe a apresentar algumas das principais ações para a Agenda 2030 da agência da ONU com competência exclusiva no campo da cultura, e utilizamos como referência a publicação intitulada “[Culture for the 2030 Agenda](#)”, publicada em 2018.

Um ponto de atenção levantado pela diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, no prefácio da referida publicação é que a Agenda 2030 foi “a primeira agenda internacional a reconhecer o poder da cultura em criar trabalho decente e crescimento econômico, reduzindo iniquidades, protegendo o meio ambiente, promovendo igualdade de gênero e construindo sociedades pacíficas e inclusivas” (p.1), pois que na [Declaração do Milênio da ONU](#) e seus [objetivos do desenvolvimento do milênio](#) não foram criados objetivos específicos envolvendo a cultura.

Dessa forma, a publicação busca evidenciar o quanto a Cultura pode contribuir para os eixos de atuação da Agenda 2030 conhecidos como os 5 Ps da Agenda 2030 (p. 7):

PESSOAS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identidade e conhecimento: proteção e salvaguarda dos bens culturais</li><li>• Inclusão e participação: apoio ao acesso à vida cultural e à diversidade de expressões culturais</li><li>• Estímulo à liberdade artística, a criatividade e a inovação</li></ul>
PLANETA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proteção ao patrimônio natural e à biodiversidade</li><li>• Fortalecimento das relações positivas entre ambientes cultural e natural</li><li>• Aprimoramento da resiliência, incluindo a resiliência cultural</li></ul>
PROSPERIDADE	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprimoramento dos meios de subsistência baseados na cultura e na criatividade</li><li>• Abertura e equilíbrio no comércio de bens culturais e serviços alcançados</li></ul>
PAZ	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promoção à diversidade cultural e a coesão social</li><li>• Aprimoramento do senso de identidade e pertencimento</li><li>• Promove-se a restituição de bens culturais e a reaproximação</li></ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"><li>• A governança da cultura é transparente, participativa e substancial</li><li>• Salvaguarda do patrimônio material e imaterial</li><li>• Comércio global de bens culturais e mobilidade de produtores criativos</li><li>• Redução das desigualdades globais na salvaguarda e promoção da cultura</li></ul>

Texto com tradução livre da autora Fabiane Gaspar, com base na tabela da página 7 da publicação *Culture for the 2030 Agenda*, produzido e publicado pela UNESCO, 2018

Na continuação da publicação, há uma linha do tempo identificando os principais marcos legais e eventos desde 1972 (p. 8 e 9). Podemos destacar os seguintes eventos:

- 1982 | A [Conferência Mundial de Políticas Culturais \(MONDIACULT\)](#), ocorrida na Cidade do México, em que o conceito de cultura foi ampliado e foram reconhecidas relações entre a cultura e desenvolvimento;

- 1988 – 1997 | A [Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural \(1988-1997\)](#); a [Conferência do Banco Mundial e UNESCO](#), ocorrida na cidade de Florença, tratou do valor econômico da cultura e desenvolvimento sustentável;
- 2000 | A ausência da menção específica à cultura na Declaração do Milênio e seus objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU;
- 2004 | A publicação do [Relatório para o Desenvolvimento Humano 2004](#) “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado” do PNUD traz argumentos para a elaboração de políticas multiculturais para evitar discriminação por motivos culturais – religiosos, étnicos e linguísticos;
- 2008 | O primeiro [Relatório de Economia Criativa da UNCTAD](#) (UNCTAD/DITC/2008/2) trazendo dados e informações sobre o potencial da economia criativa em gerar lucro e trabalho ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano;
- 2014 | [Manual de Metodologia: UNESCO Indicadores de Cultura para Desenvolvimento](#) veio para atender à ânsia da comunidade internacional em desenvolver indicadores para quantificar a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- 2015 | Adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como a primeira agenda internacional a reconhecer a força motriz da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Ao longo da linha do tempo, pode-se notar a construção de um contexto político-internacional para a inserção da Cultura na comunidade internacional de forma a relacioná-la com elo importante para o desenvolvimento econômico e humano.

No [caderno 3 do Observatório](#), listamos as convenções relativas à Cultura de forma a introduzir o arcabouço legal internacional que confere proteção ao patrimônio cultural nas suas diversas expressões e tipologias. A publicação associa objetivos previstos nas convenções da UNESCO para a Cultura às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (p. 10 e 11).

UNESCO CONVENTIONS AND THE SDGs <sup>1</sup>							
MAJOR PROGRAMME IV	1 NO POVERTY	2 ZERO HUNGER	3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING	4 QUALITY EDUCATION	5 GENDER EQUALITY	6 CLEAN WATER AND SANITATION	7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY
<b>ER 1:</b> Tangible heritage identified, protected, monitored and sustainably managed by Member States, in particular through the effective implementation of the 1972 Convention				4.7	5.5 5.c	6.6	
<b>ER 2:</b> Illicit import, export and transfer of cultural property combatted by Member States, in particular through the effective implementation of the 1970 Convention and the works of the ICPRCP, as well as the role of the museums enhanced by stakeholders implementing the UNESCO 2015 Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society				4.7	5.5 5.c		
<b>ER 3:</b> Protection of cultural property improved by Member States, in particular through the wide ratification and effective implementation of the 1954 Convention and its two (1954 and 1999) Protocols				4.7	5.5 5.c		
<b>ER 4:</b> Underwater cultural heritage identified, protected and sustainably managed by Member States, in particular through the wide ratification and effective implementation of the 2001 Convention				4.7	5.5 5.c		
<b>ER 5:</b> Culture protected and cultural pluralism promoted in emergencies through better preparedness and response, in particular through the effective implementation of UNESCO's cultural standard-setting instruments				4.7	5.5 5.c		
<b>ER 6:</b> Intangible cultural heritage identified and safeguarded by Member States and communities, in particular through the effective implementation of the 2003 Convention		2.4		4.7	5.5 5.c		
<b>ER 7:</b> Policies and measures to promote the diversity of cultural expressions designed and implemented by Member States, in particular through the effective implementation of the 2005 Convention				4.4	5.c		
<b>ER 8:</b> Culture integrated into policies and measures at the national and local levels by Member States for their effective implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development		2.4		4.4 4.7	5.5 5.c	6.6	

8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH	9 INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE	10 REDUCED INEQUALITIES	11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES	12 RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION	13 CLIMATE ACTION	14 LIFE BELOW WATER	15 LIFE ON LAND	16 PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS	17 PARTNERSHIPS FOR THE GOALS
8.9			11.4		13.1	14.5 14.7	15.1		17.9 17.14 17.16 17.17 17.19
			11.4					16.4 16.a	17.9 17.16 17.17
			11.4						17.9 17.16 17.17
						14.7			17.9 17.16 17.17
			11.4 11.b		13.1			16.4 16.a	17.9 17.16 17.17
			11.4						17.9 17.14 17.16 17.17
8.3		10.a						16.7 16.10	17.19
8.3 8.9		10.a	11.4 11.b		13.1	14.5 14.7	15.1	16.4 16.7 16.10 16.a	17.9 17.14 17.16 17.17 17.19

### Supporting Member States in the implementation of the 2030 Agenda

The 2030 Agenda will be approached **transversally** through the Culture Conventions and programmes, which will be used as **platforms** to promote and support a **culture-engaged** implementation of the 2030 Agenda by Member States. The focus will be on **policy support, capacity-building, monitoring and operational projects.**

1. Refer to Annex  
The table shows a selection of targets linked to UNESCO's Culture Conventions, but culture also contributes to several other targets.

Nas páginas seguintes, a UNESCO lista iniciativas espalhadas em diversas localidades ao redor do mundo, associadas às metas da Agenda 2030, divididas pelas principais competências da agência: patrimônio mundial cultural e natural; tráfico ilícito de bens culturais; patrimônio e conflito armado; patrimônio cultural subaquático; prevenção e resposta a emergências, patrimônio cultural intangível, diversidade das expressões culturais, objetivo 11 e a “[New Urban Agenda](#)” e outros instrumentos normativos como a recomendação sobre as paisagens urbanas históricas e a recomendação sobre a proteção e promoção dos museus e acervos (p. 12 a 33).

A UNESCO elegeu o continente africano como prioridade, integrando a Agenda 2030 à Agenda 2063 da União Africana, em particular na cultura (p. 34 e 35). Para além da prioridade do continente africano, a igualdade de gênero recebe mesmo status prioritário (p. 36 e 37).

Ao final da publicação, há um rol de atividades apoiadas pela UNESCO integrando a cultura na Agenda 2030:

1. Implementação das convenções de cultura da UNESCO, por meio de orientações e diretivas operacionais, assistência técnica, monitoramento e relatórios periódicos, programas de capacitação, projetos de campo, e elaboração e adaptação de medidas e políticas culturais.
2. Medição e Monitoramento: essa atividade seja uma das mais importantes tendo em vista a elaboração de um framework, incluindo a criação de uma metodologia para elaboração de indicadores de cultura;
3. Materiais de guia e ferramentas: integram de forma efetiva a cultura nas políticas e ações apoiadas na Agenda 2030

Ao final da publicação, há dois quadros, o primeiro mostra o contexto multidisciplinar associados a setores diferentes da Cultura em que há atividades que contribuem a fortalecimento das metas da Cultura para a Agenda 2030:

1. Setor comunicação: como um promotor das liberdades de expressão, em especial, as artísticas;
2. Setor da educação: integração do patrimônio cultural intangível em programas de educação;
3. Parcerias intersetoriais nas cidades: fortalecimento das cidades sustentáveis das cidades através de assessoria a políticas, assistência técnica e capacity-building;

4. Comissão oceanográfica intergovernamental: contribui para a incrementar a literacia do oceano, com o intuito para uma melhor conservação dos oceanos;
5. Instituto Unesco para estatísticas: a UNESCO como ponto focal para o monitoramento da meta 11.4 e construção do indicador para esta meta.

E por fim, o segundo quadro lista as organizações e instituições em que há atividades em conjunto que buscam contribuir para o cumprimento das metas vinculadas à Cultura para a Agenda 2030:

1. PNUMA: fortalecimento dos vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural previstas na Convenção da Diversidade Biológica, na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 e Programa Conjunto UNESCO-SCBD sobre Diversidade Biológica e Cultural
2. UN-HABITAT: visa promover uma abordagem baseada na cultura para planejamento urbano, regeneração e desenvolvimento por meio da New Urban Agenda, vinculando principalmente à ODS 11;
3. Serviço de Ação Anti-Minas da ONU: trabalho em conjunto para retirada de minas sítios do Patrimônio Mundial.
4. ONU Oceanos: participação da UNESCO por meio da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC). Esta comissão tem por objetivo pesquisar a vida marinha nos oceanos.
5. Organização Mundial do Turismo (OMT) adoção da Declaração de Siem Reap sobre Turismo e Cultura.
6. Convenções relacionadas à Biodiversidade: A Convenção de 1972 faz parte do conjunto de Convenções relacionadas à biodiversidade, que reúnem outras seis convenções.
7. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO): a Convenção de 1972 tem relação direta com as paisagens agrícolas, e o Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO e a Convenção de 2003 estão em colaboração direta nos sítios de patrimônio agrícola com os Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes (GHIA) da FAO.
8. Banco Mundial: projetos conjuntos em áreas de desenvolvimento urbano e resiliência, em nível nacional, e iniciativas em conjunto em nível global.

Ao destrinchar a publicação, a reflexão que fica é se os desdobramentos dessas iniciativas realmente estão contribuindo para a inserção efetiva da cultura na agenda do desenvolvimento sustentável? A cultura está plenamente contemplada nas suas mais diversas expressões na Nossa Agenda Comum? A cultura, da forma como está prevista na Agenda 2030, dá alguma abertura para trabalhar com o conceito ampliado da saúde? Estamos diante de alguns pontos obscuros que podem (ou não) ser clarificados nos próximos informes. Aguardemos os próximos capítulos.

#### **Calendário de Eventos 2022 – UNESCO – período de 01 a 14 de março**

[https://en.unesco.org/events?field\\_date\\_value=1%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=01.03.2022&field\\_date\\_value2%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=14.03.2022&field\\_postal\\_address\\_country=All&title=](https://en.unesco.org/events?field_date_value=1%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=01.03.2022&field_date_value2%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=14.03.2022&field_postal_address_country=All&title=)

---

## Ucrânia e Afeganistão, Covid-19, crise climática e o Dia Internacional da Mulher mobilizam as organizações da sociedade civil global

---

*Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurence Pires, Marciglei Brito Morais, Patricia Lewis e Luis Eugênio de Souza*

### Introdução

As entidades da sociedade civil que atuam na esfera da saúde global seguem mobilizadas frente a emergências de todos os tipos que impactam a vida das populações, violam direitos e conduzem às crises humanitárias. Das 43 instituições monitoradas, 27 se manifestaram ao longo da quinzena que se encerrou em 13/03/22 por meio da divulgação de suas agendas nos *sites* oficiais e redes sociais. Nesta quinzena, o conflito entre Rússia e Ucrânia permanece como pauta principal, com mobilizações coordenadas entre as instituições, a fim de pressionar os líderes mundiais pela interrupção da guerra e ampliação do auxílio aos refugiados. A pandemia da Covid-19 também continua em evidência, sendo evocada a partir de diferentes questões que abrangem a crise sanitária e seus desdobramentos, para o presente e o futuro. Além disso, o cenário de fome e adoecimento que atinge o Afeganistão desencadeia reações em busca de atenuar o sofrimento da população afegã. Por fim, a emergência climática que ameaça à saúde das populações e o Dia Internacional da Mulher são destaques na arena da saúde global.

### Ucrânia: apelo ao fim do conflito e as violações de direitos

A crise humanitária e a escalada de violência que ocorrem na Ucrânia tem provocado respostas enérgicas das organizações. A [World Federation of Public Health Associations \(WFPHA\)](#), no início de março de 2022, junto com os Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear (*International Physicians for the Prevention of Nuclear War-IPPNW*), a *World Medical Association (WMA)* e a [International Federation of Medical Students' Associations \(IFMSA\)](#), lançou um [chamado ao fim imediato da guerra na Ucrânia](#) - e ao fim das ameaças de guerra nuclear.

Também a *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)* divulgou [um chamado](#) pelo fim imediato ao conflito na Ucrânia e exortou seus membros a apoiar os colegas na região afetada, se possível, fornecendo assistência em nível prático ou fazendo doações para a Cruz Vermelha e outras organizações que estão em campo.

A associação [Doctors Without Borders/Médecins Sans Frontiers \(MSF\)](#) apresenta relatos de vários funcionários presos em Mariupol, na Ucrânia, que alertam sobre a urgente necessidade de estabelecer uma passagem segura para civis e acesso para ajuda humanitária já que, em décadas de experiência trabalhando em situações de guerra, se sabe que os corredores humanitários são úteis, mas não são suficientes. A organização faz um chamado para que as regras de guerra sejam respeitadas por todos os militares, a fim de garantir uma passagem segura para aqueles que desejam e podem escapar, independentemente dos corredores humanitários e o cessar-fogo, evitando danos aos civis.

A [International Hospital Federation \(IHF\)](#) emitiu [declaração em 11 de março](#) em que manifesta preocupação com a situação da Ucrânia e a escalada de violência que afeta hospitais e profissionais de saúde. Reiteram a mensagem de que ataques a hospitais, civis e ambulâncias são inaceitáveis e, diante da incapacidade logística dos ucranianos para gerenciar doações,

recomenda aos membros apoio financeiro, de suprimentos, por meio de organizações parceiras como a Cruz Vermelha, Swiss Solidarity, Médicos Sem Fronteiras, Care International, Agência da ONU para Refugiados e a OMS.

A [CARE International](#) reforça a necessidade de financiamento para a ajuda de [emergência em fronteiras da Ucrânia](#). Os primeiros suprimentos de socorro, transporte e abrigo já são disponibilizados à população que busca refúgio longe do conflito. Além disso, chama à atenção para o crescimento do envio de crianças sozinhas para cruzarem as fronteiras e a permanência dos pais no país em guerra, o que amplia as dimensões de vulnerabilidade dessa população. As equipes da CARE têm atuado com instituições parceiras nas fronteiras dos países vizinhos como Polônia, Eslováquia e Romênia.

A *World Federation of Occupational Therapists* ([WFOT](#)) emitiu [declaração](#) em 2 de março, pedindo a preservação do acesso aos sistemas de saúde. Condenou as ações ou circunstâncias que violem os direitos das pessoas e destacou a colaboração com o Programa de Reabilitação da OMS/Equipes Médicas de Emergência como resposta humanitária à situação na Ucrânia. Também acompanhou a Sociedade Ucraniana de Ergoterapeutas para oferecer suporte. No Twitter, divulgou a reunião com o escritório Regional da OMS/Europa e parceiros, realizada em 4 de março, para discutir as ações humanitárias na Ucrânia. No encontro, destacou-se a necessidade de escuta dos refugiados nos locais, de coordenação de esforços nos territórios, de ampliação do apoio psicossocial, de acesso a dispositivos auxiliares adequados ao contexto e treinamento, incluindo tradução.

O *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), organização estadunidense de pesquisa política, bipartidária e sem fins lucrativos, dedicada ao avanço de ideias e práticas sobre política externa e segurança nacional, para influenciar os formuladores de políticas, criou a página [Crisis crossroads: Ukraine](#) para destacar as análises sobre a situação na Ucrânia e seus impactos geopolíticos, econômicos, energéticos, humanitários e de segurança. No [artigo “There is no time to spare: multilateral and bilateral economic support to Ukraine”](#), destacou a mobilização de doadores e organizações que estão fornecendo apoio econômico, ajuda militar e humanitária ao governo ucraniano e aos países vizinhos. Segundo a publicação, as Nações Unidas e parceiros prometeram US\$ 1,7 bilhão para ajuda humanitária, a Comissão Europeia apresentou um novo programa de assistência macrofinanceira (MFA) de emergência até € 1,2 bilhão. O Banco Mundial anunciou um pacote de ajuda de US\$ 3 bilhões, com US\$ 350 milhões de fundos imediatos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) pretende aumentar e agilizar o apoio financeiro à Ucrânia, por meio de um programa de empréstimos de US\$ 5 bilhões. O diretor-geral da OMS liberou US\$ 3,5 milhões de um fundo de contingência para emergências. O governo Biden (EUA) anunciou que pediria ao Congresso US\$ 10 bilhões em ajuda de segurança, econômica e humanitária para a Ucrânia e seus vizinhos.

O movimento [Global Citizen](#) tem se dedicado à mobilização contra a invasão da Ucrânia pela Rússia e solicitado doações de produtos médicos, principalmente após declaração de Zelensky de que centros de atenção à saúde de mulheres e crianças estão sendo alvo dos ataques. Também lançou uma [chamada à população](#) para pressionar autoridades pelo fim do conflito e para que enviem apoio aos ucranianos, destacando o iminente risco de uma crise de abastecimento de alimentos.

O gabinete da [Progressive International](#) convocou uma reunião de emergência no dia 4 de março para discutir a guerra na Ucrânia e publicou um [posicionamento](#), pedindo uma solução diplomática imediata e a proteção de todos os refugiados, a garantia do direito universal à

autodeterminação e o desmantelamento de todas as alianças militares-industriais como a OTAN, que colocam em risco a paz mundial. No dia 9 de março, sediou um fórum internacional emergencial pela paz.

A [International Union for health Promotion and Education \(IUHPE\)](#), organização sem fins lucrativos que desenvolve ações para influenciar e facilitar o desenvolvimento e implementação de conhecimentos, estratégias e projetos de promoção da saúde, expressou a sua solidariedade ao povo da Ucrânia e seu apoio aos trabalhadores da saúde e da assistência humanitários e a todos os afetados pela atual crise.

A [World Heart Federation \(WHE\)](#) fez eco aos apelos da Organização Mundial de Saúde pedindo “o fim violência e uma resolução rápida e pacífica para evitar mais perdas de vidas e o colapso do sistema de saúde na Ucrânia”. Doou 10.000 Euros para a fundação Your Support, sediada em Kiev, que tem fornecido medicamentos, resgatando feridos e doentes e apoiando pacientes adultos e pediátricos com doenças cardiovasculares e defeitos cardíacos congênitos.

A [NCD Alliance](#) divulgou um comunicado de imprensa em que manifesta sua preocupação com quase um terço da população ucraniana que vive com diabetes e os 44 milhões que têm alguma Doença Crônica Não Transmissível (DCNT). Destacou a essencialidade do acesso a medicamentos e serviços de saúde para a proteção da saúde e a prevenção de complicações. Relatou que está trabalhando com o Ministério de Saúde da Ucrânia para apoiar a chegada de insulina e medicamentos e fazer a análise da situação de saúde pública no país. A [International Diabetes Federation \(IDF\)](#) está monitorando de perto a situação para garantir o socorro de emergência e tem pedido aos seus membros que apoiem os refugiados vivendo com diabetes na Europa. A [Direct Relief](#), apoiadora da NCD Alliance enviou na última semana 5,4 milhões de dólares em ajuda médica para uma ONG ucraniana que atende a hospitais, estações de ambulância e centros médicos. A [Union for International Cancer Control \(UICC\)](#) está criando um fundo de solidariedade para [apoiar pessoas com câncer](#).

A [International Federation of Social Workers \(IFSW\)](#) destacou o [comunicado](#) da [Irish Association of Social Workers \(IASW\)](#), divulgado à imprensa em repúdio aos atos de racismo e preconceito contra pessoas negras que tentam sair da Ucrânia. “(...) é um abuso muito perturbador dos direitos humanos e não tem lugar em nenhum país progressista, particularmente em nenhum estado membro da UE” disse a presidente da associação, Vivian Geiran. A crise na Ucrânia evidenciou as desigualdades sociais e raciais que penalizam grupos étnicos minoritários que buscam refúgio longe das zonas de guerra.

O [Consortium of Universities for Global Health \(CUGH\)](#) também se manifestou sobre [a invasão da Ucrânia](#), pedindo a retirada imediata das tropas russas: “A invasão da Ucrânia é uma crise de saúde global em evolução”. A [InterAcademy Partnership \(IAP\)](#), em 3 de março, publicou um comunicado sobre a ofensiva russa na Ucrânia. No [documento](#), a organização pede que a comunidade científica permaneça unida e clamando pelo diálogo. A World Medical Association (WMA) segue em manifestação contra o conflito, coordena [ações em apoio a profissionais médicos](#) e, junto a outras organizações profissionais, [arrecada recursos](#) para o envio de material de saúde a médicos na Ucrânia. A [ActionAid](#) dedicou atenção às principais emergências no país.

## **Questões centrais do contexto pandêmico**

### **Vacinas**

A preocupação com as iniquidades na distribuição das vacinas permanece como questão central, a mobilizar entidades no desenvolvimento de ações que possam influenciar mudanças nessa realidade e diminuir as incertezas frente as necessidades de vacinação em 2022. Neste sentido, a *Vaccine Alliance* ([GAVI](#)) anunciou que o Governo da Alemanha sediará um [evento de lideranças](#) com o objetivo de ajudar na mobilização de ao menos 5.2 bilhões de dólares como apoio financeiro urgente ao mecanismo COVAX, incluindo 3.8 bi em doações para países de baixa renda apoiados pelo Advance Market Commitment (AMC)/Gavi-COVAX. A Cúpula AMC e a chamada por doações apoiam o objetivo da Presidência da Alemanha no G7 de combater a COVID-19 em escala global e de preparação para futuras pandemias e crises de saúde.

A Gavi também publicou uma série de [perguntas e respostas](#) sobre o papel humanitário do mecanismo COVAX na garantia de vacinas para populações vulneráveis. Por fim, lançou artigo com as [conclusões](#) extraídas da última reunião geral de fabricantes de vacinas em países em desenvolvimento, realizada em outubro. Entre outras, a reunião destacou que a pandemia deixou em evidência a necessidade de mudança de paradigma no desenvolvimento e produção de vacinas, com o estímulo de parcerias e colaboração entre atores internacionais para que todos possam estar protegidos contra futuras doenças infecciosas.

A organização [Public Citizen](#) publicou uma [declaração](#) de sua diretora sobre a confirmação da nova embaixadora dos EUA na OMC. Na nota, diz esperar que a confirmação de María Luisa Pagán possa acelerar negociações e levar à quebra de patentes e dos monopólios de vacinas, testes e tratamentos para a Covid-19.

A WFPFA, em 10 de março, realizou o [webinar](#) "Vacinas para idosos: indo além da Covid-19 para continuar protegendo nossas comunidades". O envelhecimento da população global é um dado a ser analisado a partir da experiência da pandemia, refletindo sobre formas de proteger nossos idosos e comunidades por meio de uma vacinação eficaz.

### ***Iniquidades de acesso a tratamento***

A *Drugs for Neglected Diseases initiative* ([DNDi](#)) compartilhou o [artigo](#) "The looming COVID-19 treatment equity gap". A publicação chama a atenção para os riscos da reprodução das desigualdades na distribuição de vacinas Covid-19 com os novos tratamentos orais, a exemplo do acesso ao Paxlovid, pílula da Pfizer para tratamento da Covid-19. Os obstáculos regulatórios e de produção constituem barreiras para que a medicação esteja disponível na maioria dos países de baixa e média renda. Segundo resultados apresentados pela Pfizer, o Paxlovid reduziu as hospitalizações em pacientes de alto risco com Covid-19 em quase 90%. Sua eficácia ultrapassou o Molnupiravir, outro antiviral fabricado pela Merck, que reduziu as hospitalizações em 30%. Há evidente preocupação entre pesquisadores e ativistas em relação aos esforços para liberação das licenças, que poderá culminar na destinação do Molnupiravir aos países de baixa e média renda, enquanto o tratamento mais eficaz, o Paxlovid, permanecerá restrito a países de alta renda.

### ***Financiamento global de resposta à pandemia***

A CARE criticou o anúncio feito em 9 de março pelo Congresso dos EUA, de retirada de \$5 bilhões do pacote de [financiamento global ao Covid-19](#) do FY22 Omnibus. Ao considerar que bilhões de pessoas em todo o mundo permanecem sem ter sido vacinadas, o representante da CARE destacou que se Congresso não estiver disposto a dedicar uma pequena fração do orçamento para interromper o COVID, eles precisam se preparar para a próxima variante.

Sobre outros financiamentos, o [Global Fund](#) destaca a continuidade do apoio ao setor saúde em Malawi, Quirguistão e Ucrânia e os esforços para combater o Covid-19, Malária, HIV e Tuberculose (TB), tanto na comunidade como nos espaços de trabalho, no caso específico da TB. Nesse sentido, destaca o apoio financeiro do Governo do Reino Unido para lutar contra doenças infecciosas e fortalecer os sistemas de saúde em mais de 20 países.

### **Desinformação em saúde**

A *Rockefeller Foundation's* e *Wellcome Trust*, de igual forma expressaram preocupação com a difusão de informação científica, confiável e acessível, na luta contra [a desinformação](#). Nesse sentido se destaca o [Plano de Preparação da resposta dos EUA](#) contra a Covid-19 apresentado pelo presidente Biden com foco na construção de confiança e equidade, baseados numa luta contra a desinformação. A *Rockefeller* desenvolve trabalho com líderes comunitários para garantir o acesso a informações confiáveis e melhorar o combate à pandemia. Tem sido uma questão recorrente da Fundação, discutir a [disseminação da desinformação](#) enquanto ato de agressão deliberadamente planejado para inviabilizar a implantação das respostas de saúde pública.

### **Cúpula Global de Preparação para Pandemia**

Ganhou destaque a atuação da *Bill & Melinda Gates Foundation* no evento "[Global Pandemic Preparedness Summit](#)", organizado pela [CEPI](#) (Coalition for Epidemic Preparedness Innovations) com participação do governo do Reino Unido e outras instituições com objetivo de explorar o desenvolvimento de vacinas contra novos patógenos com potencial pandêmico em 100 dias. Sobre outros aspectos discutidos destacou-se a preocupação da *Wellcome Trust* com a implementação de um radar global pandêmico e outras ações de vigilância como uma vigilância genômica ampla, com potencial de rastrear e conter vírus, que permita acabar com esta pandemia e prevenir futuros surtos. De igual forma, foi destacado o apoio para a investigação do significado biológico das variantes do Covid-19 e para o rastreamento de próximas variantes, pela *Wellcome Trust* e a *Rockefeller Foundation*. Existe uma preocupação com as novas medidas que permitam superar a pandemia da Covid-19, como aquelas que podem vir das estratégias de [combate contra o HIV/AIDS](#) e outras que podem nos ajudar a preparar-nos contra [futuras variantes e ameaças](#).

### **A crise humanitária e sanitária no Afeganistão**

O [surto de sarampo em crianças afegãs](#) foi pauta de discussão da associação *Doctors Without Borders/Médecins Sans Frontiers* (MSF), que atendeu mais de 1.400 crianças diagnosticadas com sarampo no mês de fevereiro em Herat e Heldman no Afeganistão. A organização convocou a OMS a começar o quanto antes uma ampla campanha de vacinação contra o sarampo, ante o iminente colapso do já frágil sistema de saúde local. Devido à crise nutricional que atinge o Afeganistão, o sarampo representa um risco de morte para as crianças afegãs devido ao quadro de desnutrição. A baixa cobertura vacinal, as condições de vida insalubres, moradias superlotadas que favorecem a disseminação da doença, a falta de acesso a medicamentos por parte da população e a inadequada estrutura do sistema de saúde resultam na atual crise sanitária e humanitária do país, situação que precisa de uma ação urgente por parte dos organismos internacionais.

Sobre esta questão, a WFPHA enviou carta ao SG-UM e ao DG-OMS, chamando a atenção para a [grave situação no Afeganistão](#) e pedindo um apoio especial para garantir a

restauração e possível ampliação dos serviços básicos de saúde, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população, incluindo mulheres e crianças.

A [ActionAid](#) abordou a emergência de respostas a esta situação e tem apoiado famílias em deslocamento devido a conflitos e falta de comida, que enfrentam fome e um inverno rigoroso. No país, tempestades de neve e frio extremo agravam a crise humanitária, com mais da metade da população enfrentando a desnutrição e fome severa, com especial vulnerabilidade às mulheres e meninas.

### **Estado de emergência climática e a ameaça à saúde das populações**

Membros do *International Association of National Public Health Institutes* ([IANPHI](#)) publicaram um [artigo](#) na revista *The Lancet-Public Health* sobre o papel central dos institutos de saúde pública (INSPs) no enfrentamento das mudanças climáticas, restauração da natureza e adaptação a novos riscos. Chamaram atenção para os insuficientes estudos, informes e discussões referentes à eficiência da adaptação atual à mudança climática e à saúde. A IANPHI tem desenvolvido um roteiro para fortalecer o papel dos INSPs nas políticas de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas nos próximos cinco anos. O roteiro recomenda a implementação de pesquisa orientada a resultados com foco na análise dos efeitos, indicadores para apoiar políticas de adaptação e mitigação e avaliação das atuais estratégias de adaptação e promoção de saúde.

A WONCA lançou uma [declaração](#), reconhecendo que o mundo vive uma emergência climática que ameaça a saúde da população. Compromete-se, ademais, a atuar para acelerar a redução das emissões de carbono e alcançar o “carbono líquido zero” antes de 2030. Além disso, apela a outras organizações como a Associação Médica Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS) para reconhecerem oficialmente o estado de emergência climática.

O colapso do clima e as dimensões de gênero foram pautas da CARE, que divulgou um [artigo](#) sobre as dimensões de gênero dos impactos climáticos e o quanto este fenômeno ainda não é mal compreendido. A autora, Sofia Sprechmann, explora os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre as mulheres, ao evidenciar que cerca de 80% dos afetados por esse fenômeno são mulheres. Forçadas ao deslocamento, sofrem riscos de violência de gênero e diferentes formas de exploração e abuso, sem acesso a redes de apoio e apoio comunitário, serviços e oportunidades econômicas.

A *Rockefeller Foundation* também deu ênfase a essa questão. Em publicação no [twitter](#), afirma que à medida que as mudanças climáticas geram conflitos em todo o mundo, mulheres e meninas enfrentam vulnerabilidades crescentes a todas as formas de violência de gênero. Esta informação está baseada em evidências apresentadas no [artigo](#) “Explainer: How gender inequality and climate change are interconnected”, da *UN Women*, que aponta as conexões entre gênero e as mudanças climáticas.

A CARE também fez uma alerta sobre os [impactos dos ciclones tropicais](#) previstos para atingir Moçambique. Segundo assessor da CARE, não dá para esperar que as comunidades se recuperem e construam resiliência, visto que seus esforços são destruídos em sequência pelas tempestades tropicais e ciclones, cada vez mais frequentes e de maior intensidade. Ao destacar as perdas e os danos infligidos a essas pessoas, em alguns casos, irreversíveis, afirma o quanto essa realidade é injusta, sabendo o pouco que Moçambique contribuiu com emissões de carbono.

A federação global *ActionAid* mostra como a [crise climática](#) tem produzido uma das piores secas já registrada no nordeste africano, com um crescente número de pessoas em situação de fome severa na Etiópia, Quênia e Somália. Em apoio às famílias em situação de fome e sede, a *ActionAid* promove ações em resposta à devastadora crise humanitária nestes territórios.

### **Dia Internacional da Mulher: um chamado à equidade de gênero**

O *People's Health Movement (PHM)* lançou uma [convocatória](#) por justiça de gênero com o slogan "Gender Justice and Health for ALL!". No documento, abordou a necessidade de fortalecer as políticas de saúde e o acesso à atenção, citando a legalização do aborto na Argentina, México e Colômbia como exemplos inspiradores para o movimento feminista. Reforçou a importância da construção de alianças para enfrentar as marginalizações e opressões sofridas pelas mulheres.

No twitter da [CARE](#), as *hashtag* #InternationalWomensDay e #HerVoice marcaram a celebração das gerações de mulheres que inspiram, ensinam e se movem a mudar o mundo. O movimento buscou destacar mulheres e meninas ao redor do mundo e amplificar suas vozes em todos os lugares. A WMA também publicou uma [declaração](#) sobre o acesso de mulheres e crianças à saúde no Dia Internacional das Mulheres.

A [WHF](#) republicou um [editorial](#) "Gender Equity: Time to Act" do presidente da instituição no International Journal of Cardiovascular Sciences em que reconhece que a questão de gênero é um tema negligenciado na comunidade médica e científica, em relação às condições clínicas, forças de trabalho, cargos de liderança, citação em periódicos de alto impacto, entre outros. Uma revisão sistemática mostrou que médicas alcançam melhores resultados com seus pacientes em comparação com médicos, e que pacientes do sexo feminino têm menos chances de receber tratamento de acordo com as diretrizes quando tratadas por médicos do sexo masculino. Concluem reforçando o compromisso institucional de implementar medidas para reduzir as desigualdades de gênero.

A *Rockefeller Foundation* em parceria com a UN Women reforçou o clamor por reformas políticas e sociais pautadas na igualdade de gênero e na sustentabilidade. Apontou caminhos, divulgando a [artigo](#) "Five ways to build gender equality and sustainability", com perspectiva de impulsionar a mudanças.

O [MSF](#) destacou o quanto são inspirados pela força e diversidade das mulheres e para marcar este momento desenvolveu uma campanha com algumas de suas líderes mulheres a partir da questão: "O que podemos aprender com você?".

### **Outras questões nas agendas das organizações da sociedade civil**

#### ***Acesso a tratamento para HIV/aids***

O MSF fez publicamente [um pedido à empresa farmacêutica](#) norte americana ViiV Healthcare para permitir a produção genérica do [novo medicamento para o HIV](#), logo que a empresa anunciou que não o disponibilizará em países de baixa e média renda. Trata-se do primeiro injetável de ação prolongada aprovado pela Food and Drug Administration (FDA) dos EUA em dezembro de 2021. O MSF manifestou o desejo de disponibilizar urgentemente esse medicamento para pessoas com alto risco de infecção pelo HIV nos seus programas na África Subsaariana, ao se tratar de uma região com poucos recursos e onde o acesso aos cuidados de saúde são limitados. O fato de ser um tratamento de longa duração, na qual os pacientes só

precisam receber a injeção a cada dois meses, poderia ajudar a aumentar a adesão e dessa forma a prevenção, fundamental para garantir sua eficácia

### ***Pesquisa: Covid-19, lockdown e dengue***

A GAVI publicou [pesquisa](#) que revela a ligação do risco de desenvolvimento de quadros severos de Covid-19 com proteínas presentes no sangue, inclusive com a enzima que determina o tipo sanguíneo. Também destacou resultados de um [estudo](#) publicado no The Lancet relacionando o fechamento de escolas e locais públicos durante a pandemia com a redução de casos de dengue, após análise de dados de 23 países da América Latina e do sudeste da Ásia.

### ***Telessaúde e equidade de acesso***

A *International Hospital Federation* (IHF) tem evidenciado interesse nas discussões sobre a Telessaúde (telehealth). Há uma defesa da Telessaúde como forma dos sistemas de saúde responderem à escassez crônica de força de trabalho nos hospitais. Por esta razão, a IHF estabeleceu um [Grupo de Interesse Especial](#) (SIG), em parceria com a Teladoc Health, para promover a telessaúde para hospitais e prestadores de serviços de saúde. No dia no dia 16 de março, em parceria com a Africa Healthcare Federation (AHF), a IFF realizará um [webinar](#) especial “The Power of Telehealth: How can it improve access to care?” sobre como a Telessaúde pode ser aproveitada para abordar as disparidades de acesso, a cuidados e perícia médica.

### ***Proteção dos Direitos Humanos***

A *Global Fund* declara também a importância da proteção dos direitos humanos, de superar as barreiras que impedem que populações vulneráveis tenham acesso aos cuidados que salvam vidas, apoiando populações-chave para acessar os cuidados de que precisam. Dentre outros temas, destaca o apoio a clínicas móveis (muitas administradas por mulheres) que levam atendimento a comunidades vulneráveis e o agente comunitário de saúde que viaja de moto para levar serviços de saúde a pessoas em uma região remota do Vietnã.

### ***Ajuda humanitária***

Em 11 de março, a WFOT publicizou a criação de um repositório centralizado de [apoio à resposta humanitária](#) “[Occupational Therapy and Humanitarian Response](#)”. O repositório disponibiliza publicações, módulos on-line, declarações e posicionamentos da instituição. O recurso inclui um fórum para troca de mensagens na [Occupational Therapy International Online Network](#) (OTION). A Federação recomenda aos seus membros apoio às organizações humanitárias [International Committee of the Red Cross](#) (ICRC) e [Humanity and Inclusion](#).

### ***Eleições Colômbia***

O *Progressive International* destacou uma missão à Colômbia com observadores que acompanharão as eleições legislativas em meio a denúncias de uma onda de assassinatos e repressão contra líderes de movimentos sociais. As motivações, “We are going to Colombia. Here’s why”, estão descritas [aqui](#).

### ***Digital Sequence Information***

A IAP também se [manifestou](#) em apoio à [carta aberta](#) da Rede Científica de Digital Sequence Information (DSI) em favor de soluções de DSI mais equitativas que preservem o compartilhamento aberto (open sharing) e promovam a conservação da biodiversidade. A Rede convoca a comunidade científica e organizações fins para assinarem a carta.

### **Periódicos predatórios**

Um novo relatório publicado pela IAP resultou de um estudo de dois anos sobre práticas comerciais predatórias por parte de periódicos, conferências, jornais científicos, entre outros. De acordo com o estudo [Combatting Predatory Academic Journals and Conferences](#), o setor de pesquisa tem se tornado cada vez mais vulnerável à exploração e abusos movidos pelo lucro e interesses próprios.

### **Acesso a medicamentos**

A WMA emitiu um [posicionamento](#) em apoio à garantia da disponibilidade de medicamentos seguros e de qualidade em todo o mundo.

### **Congressos e webinars internacionais**

A [conferência anual](#) da *Consortium of Universities for Global Health* (CUGH), com o tema “Healthy People, Healthy Planet, & Social Justice”, será realizada entre 21 de março e 1º de abril, com a presença de diversos atores de áreas médicas e não médicas para inspirar participantes, desenvolver novas habilidades e fomentar contatos para promover formas de melhorar a saúde das pessoas e do planeta.

A [International Federation of Social Workers](#) (IFSW) está organizando uma webinar “[Vozes das Fronteiras](#): O Serviço Social Responde à Crise Humanitária na Ucrânia”, no Dia Mundial do Serviço Social, 15 de março, para ouvir as experiências de assistentes sociais que estão diretamente envolvidos na assistência aos ucranianos na fronteira e pensar como assistentes sociais na Europa poderão ajudar.

O [Center for Strategic and International Studies](#) (CSIS) realiza webinar sobre o uso do ciberespaço na invasão russa da Ucrânia com o senador Mark Warner (D-VA), Chris Painter, presidente do Fórum Global sobre a Fundação de Expertise Cibernética e ex-coordenador de questões cibernéticas do Departamento de Estado dos EUA, e Greg Rattray, sócio e cofundador da Next Peak LLC e ex-diretor global de segurança da informação (CISO) do JPMorgan Chase.

A [NCD Alliance](#) apoiou a realização da primeira [Conferência sobre DCNT](#) em Bangladesh entre 26 e 28 de janeiro. O evento que reuniu aproximadamente 800 representantes de governo, membros do parlamento, organizações da sociedade civil e pessoas vivendo com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) teve como produto a Declaração de Dakar que contempla 32 ações para enfrentamento das DCNT em Bangladesh.

### **Conclusão**

A guerra na Ucrânia, que se destaca nas manifestações da sociedade civil, se soma a outros conflitos que estão sendo monitorados e assistidos pelas instituições de ajuda humanitária. As organizações da sociedade civil são agentes importantes para ampliar a percepção de todas as pessoas acerca dos desafios decorrentes das convulsões políticas, econômicas, sociais e ambientais no mundo, promotoras de profundas crises humanitárias. Além disso, apresentam agendas importantes, sinalizando as questões que têm repercussões amplificadas e aquelas que permanecem à margem.

Não todas, mas algumas das declarações contra o conflito bélico fazem denúncias da violência a que mulheres e crianças estão submetidas, em decorrência da guerra. Uma

organização apenas trouxe à tona os relatos de atos de racismo e xenofobia cometidos principalmente contra pessoas de origem africana e do Oriente Médio, ao tentarem sair da Ucrânia.

Sobre o Afeganistão, apesar da profunda sensibilidade quanto ao cenário desolador que aflige o país e o apelo para ampliar o suporte humanitário, não houve repercussão quanto a decisão do presidente Biden (EUA) de [bloquear ativos pertencentes ao banco central do Afeganistão](#) sediados nos EUA, anunciada em 11 de fevereiro. Esta ação corresponde ao bloqueio de cerca de 7 bilhões de dólares e representa o aprofundamento da crise econômica no país, com fortes impactos na ampliação da crise humanitária descrita.

O enfrentamento a Covid-19 aparece envolvido no mesmo círculo de desafios, repercutindo as iniquidades sofridas pelos países de baixa e média renda, desprovidos de estrutura robusta para aquisição de vacinas e novos tratamentos. Enquanto o continente africano vivencia sérios desafios para garantir a vacinação de sua população, financiadores e lideranças globais se reúnem para pensar as respostas às futuras pandemias, celebrando o quão promissor será a capacidade de se desenvolver vacinas contra novos patógenos com potencial pandêmico em 100 dias.

Sobre os outros temas, merece atenção a defesa do uso da Telessaúde. O uso de soluções digitais de saúde na prestação de cuidados hospitalares na pandemia tem sido argumento para fortalecer o uso de tecnologias digitais, enquanto opção viável para a continuidade de atendimento e tratamento aos pacientes, principalmente nos países baixa e média renda. Até o momento, esta defesa tem sido feita desprovida de qualquer discussão mais crítica sobre os possíveis impactos negativos.

## **Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde.**

***Armando De Negri Filho***

Na agenda da Sociedade Civil de Interesse Público, o último período produziu ações em torno a três elementos de interesse fundamental para a saúde global: o persistente conflito com a propriedade intelectual sobre vacinas e demais produtos de interesse em saúde no contexto de fortalecimento dos interesses do capital financeiro; o debate em torno às capacidades de resposta global às pandemias / o debate sobre o Tratado Pandêmico e seu contexto de disputa do capital e do filantropocapitalismo sobre as vacinas; a mobilização e conflito em torno à água como bem público em um contexto de privatização das fontes de água.

Sobre o Conflito em torno à propriedade intelectual, uma carta assinada por 202 organizações e movimentos, foi encaminhada à Diretora Geral da OMC no dia 16 de fevereiro de 2022, em apoio à suspensão da propriedade intelectual das vacinas de Covid19. Foi uma tentativa de pressão em torno à OMC no momento de retomada do debate. Mas são remotas as possibilidades de que a OMC ceda às demandas dos países que reivindicam a suspensão dos direitos de propriedade intelectual (waiver). Dada a posição contrária inflexível da União Europeia e a posição ambígua dos Estados Unidos, além da posição manifesta em 2021 por parte do Banco Mundial.

Outra Carta elaborada pelo G2H2 e 120 organizações, documenta o movimento em torno do INB - Órgão De Negociação Intergovernamental, encarregado de elaborar a Proposta de Tratado Pandêmico da OMS. A carta reflete as preocupações em torno ao processo e o risco de que ele seja influenciado pelos interesses do capital financeiro em saúde e a consequente supremacia dos interesses privados e filantrópicos. Como materialidade dessas preocupações em torno ao processo do Tratado temos uma sequência de informações sobre a transferência de tecnologias da BionTech / Pfizer para a África, gerando críticas do British Medical Journal, por identificar neste processo (apoiado pela União Africana e no âmbito de uma Agencia Africana de Medicamentos, com fartos recursos da Fundação Bill e Melinda Gates). Esta iniciativa que preserva os interesses de propriedade intelectual, compete diretamente com a iniciativa da África do Sul que conseguir fazer via engenharia reversa uma vacina de RNA Mensageiro sem restrições de patente. Segue a guerra das vacinas e da tecnologia médica fortemente controladas pelo capital transnacional.

Importante também entender o debate em torno ao futuro dos regulamentos sanitários Internacionais – IHR, como um campo de disputa estratégico e de impacto imediato na saúde internacional.

Finalmente, o debate sobre a retirada da Água da Bolsa de Valores, movimenta organizações em torno à Ágora dos Habitantes da Terra e realizará dia 22 de março um Fórum Parlamentar Internacional.

### **Extratos de documentos de interesse**

#### **1. Carta aberta da Sociedade Civil à Diretora Geral da OMC. 16 de fevereiro de 2022.**

Disponível na [https://ourworldisnotforsale.net/2022/L\\_WTO\\_2022-02-16.pdf](https://ourworldisnotforsale.net/2022/L_WTO_2022-02-16.pdf)

“Dra. Ngozi Okonjo-Iweala Diretora Geral da Organização Mundial do Comércio, Sra. Anabel González Vice-Diretora Geral da Organização Mundial do Comércio

O COVID-19 interrompeu as sociedades, causou estragos econômicos e afetou os meios de subsistência, com países em desenvolvimento e menos desenvolvidos desproporcionalmente impactados. A UNCTAD destacou que os danos causados pela crise do COVID-19 superaram o da Crise Financeira Global na maior parte da economia global, mas tem sido particularmente espoliadora do mundo em desenvolvimento. A crise foi exacerbada e continua a afetar negativamente muitos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, uma vez que promessas de solidariedade e colaboração para o acesso equitativo a vacinas, tratamentos e testes não se concretizaram.

Juntamo-nos aos copatrocinadores da proposta trips waiver e outros países em desenvolvimento, enfatizando que, para que uma resposta da OMC à pandemia seja crível, ela deve fornecer um resultado ousado e significativo na proposta de renúncia trips e abordar preocupações sobre o impacto da propriedade intelectual no acesso oportuno e acessível a produtos médicos. Nesta carta, gostaríamos de destacar alguns aspectos-chave que devem orientar consultas e negociações sobre este assunto para entregar um resultado significativo.

O principal objetivo da proposta de renúncia é a prevenção, tratamento e contenção do COVID-19 e a oferta ampliada e diversificada, preços acessíveis e acesso mais equitativo de toda a gama de produtos médicos necessários para atingir essas metas. De particular importância são diagnósticos, terapêuticas e vacinas. Alguns deputados da OMC apoiaram uma renúncia de IP, embora apenas para vacinas. No entanto, internamente, esses mesmos membros enfatizaram a importância dos testes e do tratamento no controle das infecções pelo COVID-19. Dr. Anthony Fauci, conselheiro médico-chefe do Presidente dos EUA e diretor da NIAID afirmou que "Novos antivirais que previnem doenças graves covid-19 e morte, especialmente drogas orais que poderiam ser tomadas em casa no início da doença, seriam ferramentas poderosas para combater a pandemia e salvar vidas", enquanto o Dr. David Kessler, o diretor científico da Resposta COVID-19 da Administração Biden disse que "Uma droga antiviral oral facilmente administrada seria uma parte importante do nosso arsenal terapêutico que complementaria o grande sucesso de nossos esforços de vacinação". [1]

Testing and access to diagnostics, especially antigen rapid tests is essential to peoples' knowledge of their health status, compliance with public health measures, connection to treatment and care, and surveillance.

A estratégia terapêutica DA UE COVID-19 também afirma: "as vacinas não eliminarão a doença da noite para o dia e a terapêutica ainda será necessária para pacientes em hospitais e em casa, incluindo pessoas que sofrem de 'COVID longo' (os efeitos a longo prazo da infecção pelo COVID-19). Por essas razões, a terapêutica continuará a desempenhar um papel significativo na resposta ao COVID-19, complementando a estratégia bem-sucedida da UE para as vacinas COVID-19." [2] Notavelmente, o Plano estratégico de preparação e resposta covid-19 da OMS ressaltou a importância de diagnósticos, terapêuticas e vacinas para uma resposta eficaz do COVID-19. [3]

Por essas razões, qualquer resultado de renúncia crível também deve abranger igualmente os produtos médicos essenciais para o controle do COVID-19 e, especialmente, vacinas, terapêuticas e diagnósticos, incluindo seus materiais e componentes. O acesso à terapêutica e ao diagnóstico não deve ser adiado.

Foi relatado anteriormente que alguns deputados, como a UE, se opõem à renúncia de barreiras de PI e, em vez disso, estão focados apenas na noção de licenciamento obrigatório de patentes, especialmente no contexto do mecanismo do artigo 31ºbis (CL para exportações). [4]

Além disso, supostamente, alguns deputados, incluindo a UE em particular, não estão dispostos a considerar renúncias incondicionais de outras disposições, como o artigo 31º(f), o artigo 28.1º, o artigo 39º e a parte III das TRIPS (requisitos de execução.) [5] Esta posição da UE e de outros é absolutamente injustificada e não deve ser aceita.

Recordamos que, mesmo antes da pandemia, eram bem conhecidos os desafios de utilização do mecanismo de licenciamento obrigatório para as exportações (artigos 31º(f) e 31bis e a ineficácia em proporcionar acesso equitativo. [6] Além disso, essas disposições de CL são apenas relevantes para patentes e não fazem nada para resolver outras barreiras de propriedade intelectual. Por exemplo, informações relacionadas aos processos de fabricação e controle de qualidade são frequentemente reivindicadas pela indústria como segredos comerciais, mesmo quando essas informações têm interesses públicos claros para impulsionar a diversificação e a escala da produção.

Sendo assim, a renúncia do artigo 39º do TRIPS sobre "Proteção de Informações Não Reveladas" é absolutamente essencial e de interesse público. Além disso, conforme elaborado no documento ip/C/W/684, os projetos de direitos autorais e industriais também podem criar obstáculos para a produção e o fornecimento, e por isso essas preocupações também devem ser tratadas.

Embora os detalhes específicos das consultas/negociações atuais não sejam públicos, gostaríamos de salientar que qualquer resultado de Renúncia tem que criar um caminho claro que forneça aos potenciais fabricantes a liberdade total de operar — fabricar, importar e exportar e comercializar produtos médicos relacionados ao COVID-19 necessários — sem ter que lidar com requisitos processuais e legais de IP em uma base de produto por produto. A decisão de renúncia também deve conceder aos governos espaço político para implementar medidas necessárias para facilitar a produção, importação e exportação de produtos médicos e seus componentes.

Além disso, a duração do resultado da renúncia deve refletir a atual situação complexa imprevisível em relação ao COVID-19. Isso inclui a possibilidade de novas variantes mais letais, a incerteza sobre a duração da imunidade vacinal, a eficácia da vacina contra novas variantes e a necessidade de motivar a produção diversificada e expandir as opções de oferta especialmente nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Nesse sentido, apoiamos a proposta de copatrocinadores de isenção trips em [IP/C/W/669/Rev.1](#)

A OMC também deve aprender com os erros de seu passado. Os requisitos complicados do mecanismo do artigo 31ºbis resultaram em um mecanismo inflexível e desordenado, inadequado para enfrentar prontamente os desafios urgentes de acesso. Assim, a anexação das condições ao resultado da renúncia ao TRIPS sob o pretexto de transparência e que complica a aplicação da renúncia ou limita seu uso a alguns deputados só prejudicará ainda mais a já bastante frágil credibilidade da OMC.

O tempo para desculpas acabou. Bilhões de pessoas em todo o mundo estão esperando que a OMC entregue um resultado ousado na proposta de renúncia ao TRIPS que contribuirá efetiva e concretamente para permitir a produção e expandir as opções de oferta para realizar um acesso equitativo, que é a chave para a recuperação socioeconômica.”

Assinaturas de 202 organizações e movimentos globais, regionais e nacionais.

## **2. Carta do Geneva Global Health Hub – G2H2 e 120 organizações e movimentos dirigido ao Intergovernmental Negotiating Body - Corpo de Negociação Internacional, encarregado da elaboração da proposta de Tratado Pandêmico da OMS**

Para: Sra. Precious Matsoso (África do Sul) Sr. Roland Driee (Holanda) Embaixador Tovar da Silva Nunes (Brasil) Sr. Ahmed Salama Soliman (Egito) Kazuho Taguchi (Japão) Dr. Viroj Tangcharoensathien (Tailândia) cc.: Secretariado da OMS

Roma/Boston/Genebra, 12 de março de 2022 <https://g2h2.org/posts/inb-openletter-march2022/>

“Caros membros da INB Bureau, ao iniciar seu mandato como líderes do recém-constituído Órgão De Negociação Intergovernamental para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta pandêmica (INB), permita-nos submeter para sua atenção um conjunto de questões críticas que, em nosso sentido, merecem ser levadas em consideração nesta fase inicial do processo inb. Representamos um amplo eleitorado de organizações da sociedade civil que têm uma longa história de engajamento na agenda global de saúde da OMS. Alguns de nós têm sido e ainda são muito ativos em processos de criação de tratados, incluindo esforços significativos no passado para incluir princípios fundamentais de prestação de contas e transparência e disposições necessárias nos processos da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (FCTC) na OMS. Compartilhamos a convicção de que a busca dos direitos de saúde é uma condição essencial para a dignidade humana e a segurança social, diante dos desafios crescentes em escala global. Por essa razão, pedimos sua atenção sobre as seguintes questões: o COVID-19 manteve o mundo em uma aderência pandêmica desde o início de 2020 e tem demonstrado patentemente o mal-estar da governança da saúde, na intersecção das crises globais que convergiram em 2020: as desigualdades crescentes, a desgraça das mudanças climáticas e mais elementos do que foi diagnosticado como a "patógena estrutural da globalização”.

A pandemia continua a engolir vidas e meios de subsistência após mais de dois anos do dia em que a OMS declarou emergência de saúde pública de preocupação internacional, enquanto grande parte do mundo enfrenta uma crise de dívida sem precedentes. COVID-19 e a emergência de saúde do planeta são duas faces da mesma crise. A comunidade internacional não terá sucesso em prevenir, preparar e responder a novas ameaças semelhantes à saúde, a menos que esteja pronta para enfrentar os múltiplos determinantes de potenciais pandemias futuras, prestando atenção estratégica à injustiça inerente e às iniquidades estruturais exacerbadas por tais crises.

COVID-19 não é a única pandemia que assobiou o mundo. Pandemias não são exclusivamente desencadeadas por eventos zoonóticos. Eles são, sim, uma condição de emergência sanitária dos padrões atuais de produção de alimentos insustentáveis e pecuária, comércio de animais selvagens, estilos de vida intensivos em recursos e sistemas de consumo, com a conseqüente destruição dos ecossistemas. É preciso fazer referência à crise da Resistência Antimicrobiana e aos números crescentes das múltiplas formas de câncer prospectadas nos próximos 20 anos (OMS/IARC), algumas das quais são agravadas pelo COVID-19, por exemplo, devido ao consumo de álcool, tabagismo e obesidade. Então, como definir uma pandemia? Após dois anos de COVID-19, é primordial que tais dinâmicas interconectadas não sejam mais ignoradas, e uma visão relevante na formulação de políticas seja adotada.

Por outro lado, à medida que a negociação do processo da INB começa sobre prevenção, preparação e resposta pandêmica, é ainda mais crucial que o estado dos sistemas públicos

universais de saúde e sua força de trabalho sejam priorizados como pilar de quaisquer estratégias para o futuro. Os profissionais de saúde que trabalham no sistema público de saúde moldam a saúde das nações de uma miríade de formas. A pandemia COVID-19 colocou essa força de trabalho crítica sob os holofotes agora mais do que nunca. O foco no compartilhamento de patógenos, embora importante, permanece em grande parte insuficiente na ausência de um entendimento sério sobre a epidemiologia básica de como o vírus se espalha. A abordagem biomédica consagrada na própria narrativa do tratado pandemia até agora, e inspirada em uma agenda reforçada de segurança sanitária que precisa de descolonizar (2), parece improvável fornecer a resposta mais adequada e realista.

O COVID-19 demonstrou invariavelmente que as estratégias farmacológicas, tão cruciais quanto elas enfrentam o contágio, representam apenas uma das abordagens indispensáveis necessárias para enfrentar um evento zoonótico em escala global. Pandemias não são um destino, nem um fenômeno natural. Como argumenta o relatório de preparação e resposta pandêmica da OMS de maio de 2021, eles são o resultado infeliz e indesejável da formulação de políticas incoerentes pelos Estados-Membros e da falta de cooperação internacional. Essa falha de governança precisa ser tratada. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU enfatizou que a cooperação internacional e a assistência são um dever global, e "o fato de a crise atual ser uma pandemia reforça essa obrigação dos Estados"

Embora isso não se limite a finalmente garantir o acesso equitativo universal às vacinas onde for necessário, é claro que o progresso tangível na vacinação global promoveria a confiança indispensável para o engajamento em uma cooperação internacional confiável, a partir da condição de uma renúncia aos direitos de IP, dado que as vacinas terapêuticas e diagnósticos são desenvolvidas com financiamento governamental substantivo, de modo a evitar a apropriação privada de bens públicos (4). O diretor-geral da OMS tem repetidamente se referido a uma negociação inspirada em uma abordagem "toda a sociedade", mas não é fácil compreender o que essa locução calmante realmente significa. Há vários anos, a OMS abriu suas portas para organizações filantrópicas, corporações transnacionais e seus proxies, e as convidou para espaços políticos sob o pretexto de "stakeholders". Essa tendência, que afeta patologicamente todo o sistema das Nações Unidas, foi drasticamente acelerada nos dois anos do COVID-19 devido à criação de "parcerias super público-privadas" para enfrentar a pandemia. Ao fazê-lo, a comunidade internacional e a OMS iniciaram uma rota desconcertante, permitindo que os interesses corporativos conduzam a tomada de decisões no contexto da emergência sanitária. Durante esses anos pandêmicos, a indústria farmacêutica foi legitimamente acusada de adicionar bilhões aos seus lucros, com quase nenhuma concessão ao interesse público globalmente. Na verdade, estamos testemunhando tendências relativas, como a propriedade de empresas farmacêuticas de empresas farmacêuticas para desenvolver e distribuir vacinas COVID-19, o que fornece à indústria do tabaco uma nova entrada disfarçada nos espaços de tomada de decisão em saúde global (7) de modo a exercer uma nova influência indevida por trás da desculpa de uma crise global de saúde. Seria, portanto, uma tentação muito perigosa agora considerar envolver gigantescos conglomerados financeiros econômicos e relacionados em iniciativas diplomáticas multilaterais para fins de negociações do tratado pandêmico. Se tal fosse o cenário imaginado, isso aconteceria em detrimento da responsabilidade dos Estados-Membros na OMS, e em detrimento do interesse público representado pelas comunidades de linha de frente e pela sociedade civil em geral. Nesse sentido, a transparência limitada no processo inb até agora é motivo de grande preocupação. Os apelos para um engajamento mais inclusivo no processo de criação do tratado precisam ser cuidadosamente equilibrados com a necessidade de assegurar a natureza orientada pelo Estado-Membro do delicado processo

diplomático, ao mesmo tempo em que concede a sua proteção contra a influência indevida do setor privado e de seus poderosos lobistas. Esta é nossa análise preliminar no ponto de partida de um processo esperadamente longo. É a colheita da experiência direta de criação de tratados e o engajamento direto na análise da gestão da pandemia COVID-19 nos países. Desejamos a vocês tudo de bom para o seu trabalho, que continuaremos monitorando de perto. Você tem uma grande responsabilidade sobre seus ombros, há muito em jogo neste processo de negociação.

Com garantias de nossa maior consideração, Nicoletta Dentico, Society for International Development, Co-President G2H2 Ashka Naik e Daniel Dorado, Corporate Accountability ... e mais de 120 cossignatários da sociedade civil

**3. BioNTech enviará instalações modulares de vacinação mRNA em contêineres para países africanos para iniciar a produção.** [Medicines & Vaccines](https://healthpolicy-watch.news/biontech-to-set-up-modular-mrna-vaccine-production-facilities-in-africa/) 16/02/2022. [Elaine Ruth Fletcher](https://healthpolicy-watch.news/biontech-to-set-up-modular-mrna-vaccine-production-facilities-in-africa/). <https://healthpolicy-watch.news/biontech-to-set-up-modular-mrna-vaccine-production-facilities-in-africa/>

“A BioNTech, com sede na Alemanha, que co-desenvolveu com a Pfizer uma vacina mRNA COVID, disse na quarta-feira que criará instalações modulares de vacinação mRNA "turnkey" para produzir a vacina no Ruanda e no Senegal em 2022 – com uma colaboração de preenchimento e acabamento em Gana também. A África do Sul, que é o novo centro de P&D de vacinas mRNA apoiado pela OMS e o centro de fabricação com foco em produtos de acesso aberto, também pode se juntar à iniciativa mais tarde, disse a empresa em um comunicado à imprensa. [company in a press release](#).

Falando em uma coletiva de imprensa na manhã de quarta-feira, que incluiu os presidentes do Ruanda, Gana e Senegal, bem como a OMS e o CDC da África, o CEO da BioNTech, Ugur Sahin, descreveu a nova iniciativa de ponta da BioNTainer para a produção de vacinas como – seguindo "o princípio mais elementar de reduzir a complexidade copiando as unidades de fabricação com unidade de ação modular e copiando o processo e transferindo-o para outro lugar.”

**4. Antes da Cúpula UE-UA, os reguladores de medicamentos africanos recebem um impulso de mais de 100 milhões de euros do Time Europa e da Fundação Bill & Melinda Gates. 15 de fevereiro 2022.**

[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_22\\_993?fbclid=IwAR13N3lrcc82M OGpx5s Gd6-hasjt RZw6u5w5NwZ1pSZa42Vd G-b9ixQ](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_993?fbclid=IwAR13N3lrcc82M OGpx5s Gd6-hasjt RZw6u5w5NwZ1pSZa42Vd G-b9ixQ)

Em um forte endosso ao trabalho da Agência de Desenvolvimento da União Africana-NEPAD (AUDA-NEPAD) para fortalecer os reguladores de medicamentos e melhorar a segurança sanitária no continente africano, a União Europeia (UE) — incluindo a Comissão Europeia, a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e os Estados-Membros da UE Bélgica, França e Alemanha — e a Fundação Bill & Melinda Gates (BMGF) mobilizarão mais de 100 milhões de euros nos próximos cinco anos para apoiar os recém-estabelecidos Medicamentos Africanos Agência (AMA) e outras iniciativas regulatórias de medicamentos africanos em nível regional e nacional. Esse apoio ao fortalecimento da capacidade regulatória melhorará a segurança sanitária na África, inclusive através da expansão da fabricação local de medicamentos de qualidade, seguros, eficazes e acessíveis, vacinas e outras ferramentas de saúde.

Os compromissos anunciados hoje apoiarão as primeiras etapas da Agência de Medicamentos Africanos em todo o continente e o desenvolvimento da capacidade regulatória de medicamentos africanos em níveis regionais e nacionais. Esse financiamento pretende promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimento técnico entre a EMA e a AMA e apoiar várias autoridades reguladoras nacionais africanas (NRAs) para alcançar os requisitos mínimos da OMS para uma supervisão regulatória eficaz para a produção local de vacinas de qualidade.

**5. The BMJ: BioNTech Consultancy Sought to Undermine WHO Efforts to Create African mRNA Vaccine Tech Hub.** [Medicines & Vaccines](#) 10/02/2022. [Editorial team](#).

<https://healthpolicy-watch.news/93880-2/>

Uma fundação sediada em Maltês representando a BioNTech, a empresa alemã que coproduziu com a A Pfizer uma vacina mRNA COVID altamente bem sucedida, foi acusada de tentar minar a nova iniciativa da Organização Mundial da Saúde de promover um centro de fabricação de vacinas COVID de código aberto com sede na África – ao mesmo tempo em que propõe enviar instalações de vacinas mRNA para a África em contêineres marítimos como alternativa, de acordo com uma investigação publicada pelo [The BMJ](#).

A KENUP Foundation, uma consultoria contratada pela BioNTech, teria defendido contra o novo Hub de Transferência de Tecnologia patrocinado pela OMS na Cidade do Cabo, África do Sul, que visa treinar pesquisadores e empreendedores africanos que fazem versões livres de patentes de vacinas mRNA. A KENUP argumentou que é improvável que o empreendimento seja bem sucedido e infringirá patentes, segundo documentos obtidos pelo BMJ..

A KENUP procurou avançar em uma proposta alternativa para enviar fábricas de mRNA totalmente equipadas, alojadas em contêineres marítimos da Europa para a África, e inicialmente com funcionários da BioNTech. Junto com isso, propôs um novo caminho regulatório para aprovar as vacinas feitas em tais fábricas offshore. A iniciativa foi descrita como paternalista e inviável por especialistas entrevistados pelo BMJ. A investigação do BMJ revela detalhes da proposta da KENUP e Da BioNTech e suas críticas ao empreendimento da OMS.

A Fundação KENUP não abordou diretamente as alegações nem respondeu às perguntas do BMJ sobre o caso. A BioNTech disse em comunicado que seus planos para estabelecer a fabricação de vacinas baseadas em mRNA no continente africano "serão feitos em estreita alinhamento com a OMS, a União Africana e o CDC africano". A Pfizer, por sua vez, anunciou acordos preliminares para construir instalações de fabricação de vacinas em solo africano, no Ruanda e no Senegal. Solicitados pela Health Policy Watch a comentar sobre o empreendimento KENUP, observadores farmacêuticos na Suíça disseram que a iniciativa KENUP foi percebida como um outlier da indústria. Na sexta-feira, o diretor-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, visitará as instalações da Cidade do Cabo do novo Centro de Transferência de Tecnologia, incluindo a [Afrigen Biologics & Vaccines](#), que agora pode ter replicado a vacina Moderna mRNA COVID. [The BMJ](#).

**6. Como os Regulamentos Internacionais de Saúde moldaram a resposta global ao COVID-19: Uma conversa com a especialista australiana Dra. Alex Phelan da Universidade de Georgetown.** 08 de março de 2022. Centro Indo-Pacífico de Segurança da Saúde: Departamento de Relações Exteriores e Comércio.

<https://containthis.buzzsprout.com/620797/10208689-how-the-international-health-regulations-shaped-the-global-response-to-covid-19-a-conversation-with-australian-expert-dr-alex-phelan-from-georgetown-university?t=0>

No centro da resposta internacional à pandemia COVID-19 estava um conjunto de obrigações de saúde pública chamadas de Regulamentos Internacionais de Saúde (IHR). O IHR é um instrumento legalmente vinculativo projetado para ajudar a comunidade internacional a prevenir e responder a riscos agudos à saúde pública que têm o potencial de cruzar fronteiras e ameaçar as pessoas em todo o mundo. Eles incluem obrigações específicas para que a Organização Mundial da Saúde declare uma emergência de saúde pública de preocupação internacional se certos limites forem atingidos.

Esta semana no Contain This conversamos com a professora assistente australiana Alex Phelan, que fez do IHR sua área de especialização na Universidade de Georgetown em Washington, D.C. Alex é professora assistente do Centro de Ciência e Segurança da Saúde Global do Centro Médico da Universidade de Georgetown, e também professora adjunta de Direito no Centro de Direito da Universidade de Georgetown. Neste episódio, ela conversa com a embaixadora australiana para segurança regional da saúde Stephanie Williams sobre o que deu errado com a resposta ao COVID-19 e descreve algumas mudanças propostas para fortalecer o direito internacional de saúde pública no futuro.

Nossa conversa também celebra as fenomenais mulheres australianas que trabalham em saúde pública no Indo-Pacífico e em todo o mundo. É sempre um prazer conhecer mulheres notáveis como Alex, fazendo contribuições importantes em seu campo escolhido. Esperamos que você aproveite a conversa e siga @CentreHealthSec.

**7.Assembleia Parlamentar. 22 de marco de 2022. Agora dos Habitantes da Terra**  
[www.agorahumanité.org](http://www.agorahumanité.org)

Objetivos da Assembleia: Liberar a água da Bolsa é urgente! Após a abertura dos mercados de derivativos para vender/comprar futuros de água, a Bolsa de Valores de Nova York ("Wall Street"), a maior do mundo, decidiu, no final de outubro, criar uma nova classe de ativos financeiros diretamente relacionados a qualquer elemento do mundo natural. Para isso, deu vida a novas empresas que operam na bolsa de valores, as Empresas de Ativos Naturais, que deveriam gerenciar os elementos da natureza de acordo com a lógica dos mercados de ações. Isto não é uma piada, com o objetivo de proteger e proteger a natureza! Que farsa. O mais grave é que as autoridades públicas dominantes partiram e deixaram isso acontecer. O objetivo da Assembleia é reunir cerca de quarenta parlamentares de vários países do mundo com visões políticas plurais, mas convergentes no princípio fundamental de que o futuro da vida não deve ser decidido pelas bolsas de valores, mas pelos representantes eleitos dos povos e pelos próprios cidadãos. Os governos não podem deixar que grupos privados globais poderosos e especulativos decidam sobre o futuro da Terra e a vida de bilhões de seres humanos e outras espécies vivas. Esta brilhante negação da democracia e da justiça social deve terminar sob pressão de parlamentares e cidadãos. Precisamos regenerar políticas públicas responsáveis e começar a construir políticas públicas globais responsáveis (de locais para globais).

### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

#### ***Destaque do UNOSSC***

##### **Ideias Sul-Sul**

No dia 24 de março de 2021, o UNOSSC lançou quatro novos documentos de “Ideias Sul-Sul” em um webinar sobre “O Papel da Cooperação Sul-Sul e da Tecnologia Digital na Estruturação de uma Arquitetura Econômica Inclusiva Pós-Covid-19 para facilitação do Comércio” que havia sido organizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no evento “*Aid-for-Trade Stocktaking Event*” (Evento para a Avaliação de Ajuda para o Comércio) de 2021.

Estes quatro artigos visavam estimular o compartilhamento franco e aberto de ideias, resultados de pesquisas e recomendações de políticas sobre a cooperação Sul-Sul e os ODS, apesar de não representar a posição oficial das Nações Unidas ou do UNOSSC. Mas era um repositório muito rico de conhecimento e ideias e trazia uma diversidade de pontos de vista para estimular o debate sobre importantes questões políticas sobre a Cooperação Sul-Sul. Havia a esperança de que esse tipo de debate pudesse continuar, inspirar e informar o processo de formulação de políticas em relação ao comércio Sul-Sul.

As “Ideias Sul-Sul” visam fomentar o diálogo e a discussão e concentra-se nas oportunidades e desafios de ampliar a Cooperação Sul-Sul e Triangular para o alcance dos ODS.

De fato, estas “Ideias Sul-Sul” cresceram e produziram inúmeros outros artigos e relatórios e hoje, o destaque do UNOSSC é o documento “Ideias Sul-Sul: Graduação dos Países Menos Desenvolvidos – A Cooperação Sul-Sul pode ter um impacto positivo no comércio e nas finanças?”.

Com 59 páginas, este relatório faz uma análise profunda sobre o papel da Cooperação Sul-Sul na graduação sustentável dos países menos desenvolvidos. Isso é importante, pois há sempre dúvidas de quanto esta cooperação, de fato, ajuda os países. O documento aponta para duas vias de Cooperação Sul-Sul para o comércio e apoio aos fluxos financeiros em que ambos são complementares.

Os países menos desenvolvidos, estão cada vez mais integrados ao Sul Global por meio do comércio de bens e serviços, investimentos, acordos comerciais regionais do Sul e fluxos

financeiros do Sul tanto públicos quanto privados. Pode-se destacar que instituições financeiras do Sul, como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, adicionaram novas dimensões a esses fluxos financeiros. Este estudo argumenta que surgiram oportunidades para alavancar essas conexões que podem ajudar os países menos desenvolvidos em sua busca por uma graduação sustentável.

Apesar de haver muita controvérsia sobre a replicação de ações de um lugar a outro, pois envolvem muitos fatores, como cultura local, aceitação de iniciativas que não foram discutidas localmente, idioma e etc., este relatório apresenta uma série de iniciativas concretas. Ele fornece evidências de que os mercados do Sul são os principais destinos de exportação para muitos países menos desenvolvidos em fase de graduação. Sob os esquemas de países menos desenvolvidos, o acesso preferencial ao mercado dos países do sul desempenha um papel importante no aumento das forças competitivas. Muitos países menos desenvolvidos em fase de graduação também fazem parte dos acordos comerciais regionais do Sul.

Este estudo sugere que os provedores do Sul devam continuar a fornecer acesso preferencial ao mercado dos países menos desenvolvidos em fase de graduação por um período maior, preferencialmente de cinco anos. Recomenda que as disposições regionais dos acordos comerciais regionais do Sul também possam estender um tratamento preferencial e diferencial aos países menos desenvolvidos recém graduados. E que o tratamento especial e diferenciado concedido aos países menos desenvolvidos sob vários acordos e disposições da OMC também se estendam aos países menos desenvolvidos em fase de graduação por um período adicional.

É importante que os países do Sul demonstrem solidariedade com os países menos desenvolvidos em fase de graduação. O relatório argumenta que a ajuda para o comércio e o crédito concessional ajudarão esses países a construir suas capacidades de oferta, a aumentar sua competitividade para exportações e a construir redes de produção e cadeias em um momento em que as margens preferenciais irão diminuir.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

## **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>45</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>46</sup>, Paris (UNESCO)<sup>47</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>48</sup>, Viena (UNIDO)<sup>49</sup> e Washington ((G-24)<sup>50</sup>.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 28 de fevereiro e 10 de março de 2022, o G-77 e a China participaram de nove reuniões da Assembleia Geral da ONU.

### **New York – 28 de fevereiro de 2022**

Declaração em nome do G-77 e da China sobre o ponto 3 (A) da agenda: dados e indicadores para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na 53ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU

É de grande importância o trabalho da Comissão de Estatística da ONU e do Grupo Interagências e de Especialistas em Indicadores de ODS, bem como o Grupo de Trabalho sobre a Medição do Apoio ao Desenvolvimento para desenvolver um indicador para a meta 17.3 dos ODS, "Mobilizar recursos financeiros adicionais para países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes". Importante também os progressos alcançados no desenvolvimento do indicador 17.3.1: "Investimento direto estrangeiro (IDE), assistência oficial ao desenvolvimento e cooperação Sul-Sul como proporção do orçamento nacional total".

Neste sentido, o G-77 e a China destacam que, apesar das características únicas da cooperação Sul-Sul, existe agora, pela primeira vez, um Marco Conceitual Global e voluntário para medir a cooperação Sul-Sul para a meta 17.3 dos ODS que vem sendo trabalhado pela UNCTAD e OCDE. No entanto, é necessário que haja uma descrição clara dos mandatos destas organizações para evitar sobreposições do trabalho futuro para a efetivação do indicador, bem como o estabelecimento de atividades de desenvolvimento de capacidades que permitam fortalecer futuros relatórios e, neste sentido o Grupo considera que a UNCTAD seja a responsável pelo futuro relatório global da Cooperação Sul-Sul.

Em outro ponto, a decisão da Divisão de Estatística das Nações Unidas de remover a distinção sobre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento da classificação M49<sup>51</sup>, é vista com muita preocupação pelo Grupo, pois entendemos que fazer parte de uma região desenvolvida ou em desenvolvimento se dá por decisão soberana de um estado, como a recente decisão da República da Coreia de se tornar parte de região desenvolvida (Lista 'B' da UNCTAD). E consideramos que esta classificação é necessária para a realização de muitas metas relacionadas aos ODS, pois cerca de 50 indicadores dos ODS continuam a ser definidos com referência direta aos países em desenvolvimento.

---

<sup>45</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>46</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>47</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>48</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>49</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>50</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

<sup>51</sup> UN M49 ou Códigos Padrão de País ou Área para Uso Estatístico (Série M, No. 49) é um padrão para códigos de área usado pelas Nações Unidas para fins estatísticos, desenvolvido e mantido pela Divisão de Estatística das Nações Unidas

Essa classificação assumiu um significado adicional no contexto da pandemia de Covid-19, quando as desigualdades existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento foram exacerbadas, tornando essa distinção mais clara do que nunca.

Além disso, essa mudança corre o risco de abrir um precedente que pode afetar negativamente muitos processos em andamento sob as três Convenções do Rio (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção de Combate à Desertificação), outros acordos multilaterais e para todo o Sistema das Nações Unidas.

Nós, portanto, solicitamos veementemente que a Divisão de Estatística da ONU volte para a classificação histórica M49 baseada nas listas da UNCTAD (lista A, B, C e D) conforme mencionado no primeiro Manual de Estatística da UNCTAD.

### **New York – 03 de março de 2022**

Declaração em nome do G-77 e da China sobre o cluster temático IV: “Protegendo nosso planeta e preparando-se para o futuro”, nas consultas temáticas informais no acompanhamento do relatório “Nossa Agenda Comum” do Secretário-Geral da ONU

Em um longo pronunciamento, o G-77 e a China chamaram a atenção para diversos itens. O primeiro relacionado à proteção das gerações futuras em que ressaltam a importância da Agenda 2030 como a estrutura acordada para salvaguardar a prosperidade das gerações atuais e futuras. O Grupo resalta que a criação de fóruns e processos para proteger os interesses das gerações futuras deve evitar a sobreposição de mandatos. Para tal, solicitam esclarecimentos sobre a interoperabilidade da “Proposta de Laboratório Futuros” e do “Escritório do Enviado Especial para as Gerações Futuras”, bem como sobre a proposta de mandato do Gabinete do Enviado Especial. O Grupo também pede esclarecimentos sobre as modalidades para a formulação da proposta “Declaração sobre as futuras gerações”.

O segundo ponto levantado pelo Grupo foram as vacinas contra o Covid-19. O Grupo acredita que as vacinas devam ser declaradas um bem público global e apoia a proposta do Secretário-Geral de um plano global de vacinação e busca esclarecimentos sobre sua interligação com a estratégia da Organização Mundial da Saúde (OMS) para alcançar a vacinação global contra a Covid-19 até meados de 2022.

O Grupo gostaria de mais esclarecimentos em relação à força-tarefa de emergência, incluindo sua estrutura, mandato e escopo de trabalho. É necessário que os países em desenvolvimento tenham acesso imediato às tecnologias de saúde para combater o Covid-19, inclusive por meio de flexibilidades contidas no acordo TRIPs da OMC e maior suporte por meio do Pool de Acesso à Tecnologia Covid-19 (CTAP<sup>52</sup>).

No [CADERNOS CRIS/FIOCRUZ - Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº. 03/2022](#) o G-77 e a China já haviam chamado a atenção para o tema e a importância do momento galvanizador para a vacinação universal para o Covid-19.

O grupo lembra que os direitos de propriedade intelectual devem ser interpretados e implementados de forma a apoiar o direito dos estados de proteger a saúde pública e promover o acesso a medicamentos para todos.

---

<sup>52</sup> Covid-19 Technology Access Pool (CTAP).

Para depois da pandemia, é preciso melhorar as capacidades produtivas dos países em desenvolvimento por meio do acesso a tecnologias de saúde e financiamento para doenças transmissíveis e não transmissíveis.

O Grupo está atento à recomendação do Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (IPPR) e busca maior transparência em relação ao processo universal de revisão periódica por pares e enfatiza a necessidade de evitar a duplicação de processos existentes.

E finalmente, O G-77 e a China apoiam o fortalecimento da OMS por meio de recursos financeiros obrigatórios e adequados.

O terceiro ponto levantado neste pronunciamento está relacionado com as mudanças climáticas. O Grupo enfatiza a importância da estrutura multilateral existente para a cooperação sobre Mudança do Clima, a saber, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris.

Ressalta-se que a estrutura existente foi fundamentada nos princípios de equidade e "Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas e Respectivas Capacidades" dos países, suas diferentes circunstâncias nacionais e responsabilidades históricas. A adesão a esses princípios é vital em qualquer discussão sobre mudanças climáticas.

Já na transição para a emissão global zero, o Grupo enfatiza que os países desenvolvidos devem assumir a liderança para alcançar a emissão global zero até 2050, reconhecendo plenamente que, de acordo com o Artigo 4 do Acordo de Paris, os países em desenvolvimento levarão mais tempo para alcançar a meta. Ações climáticas eficazes exigiriam melhoramentos nos meios de implementação, como aumento financiamento climático, maior equilíbrio entre apoio financeiro para mitigação e adaptação e facilidade financeira para perdas e danos, capacitação dos países em desenvolvimento para acessar financiamento climático e preparar projetos que tenham condições de serem financiados, bem como a transferência de tecnologia. É preciso mais clareza em relação à proposta do Secretário-Geral de convocar líderes em 2023 antes de rever e avaliar a situação e as opções de cada um. E o conceito de ameaças territoriais das mudanças climáticas não tem consenso multilateral.

Considerando a água como um bem fundamental para o desenvolvimento sustentável, o Grupo recorda a próxima Conferência das Nações Unidas sobre a Revisão Abrangente de Meio mandato da Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação e aguarda com expectativa a adoção de uma estrutura global de biodiversidade pós-2020 e enfatiza a necessidade de oferecer meios adequados de implementação. Para tal, é necessário um sistema multilateral de comércio universal, aberto, não discriminatório e equitativo para facilitar o acesso a alimentos seguros, diversificados e nutritivos.

Com relação à próxima reunião internacional Estocolmo +50, o Grupo destaca que o alcance da reunião deve ser compatível com as resoluções [A/RES/75/280](#) (Encontro internacional intitulado "Estocolmo+50: um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade" e [A/RES/75/326](#) (Modalidades do encontro internacional intitulado "Estocolmo+50: um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade").

O Grupo também solicita mais clareza sobre a rede de "melhores pensadores e dados" que o Secretário-Geral pretende utilizar para apresentar um "Relatório de Previsão Estratégica e Risco Global".

No que diz respeito à proposta "Plataforma de Emergência" para responder a crises globais complexas, o Grupo salienta que é necessária mais clareza sobre esta plataforma e seus termos de referência. Há também a necessidade de melhorar os mecanismos e plataformas existentes e evitar a duplicação.

Solicitamos mais esclarecimentos sobre a proposta do Conselho Consultivo de Alto Nível a ser liderado por ex-Chefes de Estado e mais informações sobre a proposta de "Cúpula do Futuro" e a proposta de redirecionamento do Conselho de Tutela.

O que se nota é que o G-77 sob a presidência do Paquistão, está esmiuçando cada linha do Relatório do Secretário Geral "Nossa Agenda Comum".

### **New York – 04 de março de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, primeiro Secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a organização do trabalho da primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O Grupo reconhece os esforços recentes que foram feitos pelo Secretariado em providenciar relatórios em tempo hábil, mas sustenta que há espaço para melhoras, pois é importante receber os documentos com bastante antecedência para que se possa dedicar tempo e atenção suficientes para deliberar sobre esses importantes assuntos que são críticos para o quinto comitê<sup>53</sup>.

Sobre a questão da gestão de Recursos Humanos (GRH), o Grupo deseja lembrar ao Comitê que uma resolução é urgentemente necessária para orientar o Secretariado em sua função de GRH, e o Grupo gostaria de contribuir, para chegar a um consenso com todos os parceiros, abordando todas as questões essenciais, como representação geográfica equitativa, preenchimento de vagas e tratamento de pessoas com incapacidades no processo de seleção de pessoal, paridade de gênero e refinamento da gestão de desempenho.

Embora reconhecendo a necessidade de melhorar a situação financeira da Organização, o Grupo ressalta que qualquer alternativa administrativa para a gestão dos recursos será inútil se o atual padrão de contribuições continuar como está. Insistimos que a principal abordagem para remediar esta situação é instar todos os Estados Membros da ONU a pagarem suas contribuições obrigatórias integralmente, no prazo estipulado e sem condições, em particular aqueles Estados Membros que, por razões políticas, de forma consistente retêm deliberadamente suas contribuições.

A prestação de contas é fundamental para a viabilidade e eficiência de qualquer organização, incluindo as Nações Unidas. O nosso Grupo dá especial ênfase a este aspecto, pois é o meio pelo qual podemos determinar se as decisões que tomamos na Assembleia Geral são respeitadas e plenamente implementadas. A este respeito, o Grupo irá empenhar-se de forma construtiva na revisão do sistema de responsabilização, prestando especial atenção à forma

---

<sup>53</sup> O Quinto Comitê é o Comitê Administrativo e Orçamentário da AGNU. Com base nos relatórios do 5º Comitê, a Assembleia Geral considera e aprova o orçamento da Organização.

como as reformas devem contribuir para reforçar o mecanismo de responsabilização. E o G-77 e a China gostariam de se envolver de forma construtiva durante as deliberações sobre algumas questões que permanecem sem solução há anos.

#### **New York – 04 de março de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, primeiro Secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a melhoria da situação financeira da ONU durante a primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Para que a ONU possa abordar questões como o desenvolvimento, a pobreza e os ODS, é necessário que esteja forte, saudável e financeiramente segura. Embora a crise de liquidez tenha melhorado, nosso grupo ainda está preocupado com a saúde financeira de longo prazo da organização, particularmente os profundos e persistentes problemas de liquidez no orçamento regular e insiste que todos os Estados Membros da ONU devam pagar integralmente suas contribuições obrigatórias, no prazo estipulado e sem condicionante.

O financiamento é a base e um importante elemento de sustentação da governança da ONU. Nosso Grupo reitera que recursos adequados são essenciais para garantir a execução efetiva e eficiente de seus mandatos e que a gestão do orçamento deve ser orientada pela execução do programa e não pelos fundos disponíveis.

O Grupo agradece aos Estados Membros que se esforçaram para finalizar suas contribuições obrigatórias pendentes, apesar do impacto que a pandemia infligiu em suas economias. Nos simpatizamos com os Estados-Membros que estão genuinamente incapazes de cumprir com suas obrigações financeiras por motivos alheios ao seu controle. O Grupo também deseja reafirmar que todos os esforços devem ser feitos para facilitar o pagamento das contribuições obrigatórias dos Estados Membros.

A capacidade da Organização de realizar seu trabalho e sanar suas dívidas depende totalmente das contribuições recebidas. A imprevisibilidade no padrão de recebimento das contribuições obrigatórias dos Estados Membros, resultou, repetidas vezes, em medidas extraordinárias, como a desaceleração das contratações e obrigou a ONU a controlar seus gastos, afetando negativamente a execução de seu trabalho. O Grupo está, portanto, extremamente preocupado com o fato de que quase metade das atuais contribuições devidas possam ser atribuídos a um único Estado Membro.

Em relação as missões de manutenção da paz, o Grupo se sente encorajado pelas medidas aprovadas na [resolução da Assembleia Geral 73/307](#), referente ao mecanismo de empréstimos cruzados e a inclusão do orçamento total estimado para todo o ano fiscal das missões de manutenção da paz o que facilitou a pagamento mais atempado das responsabilidades aos países contribuintes de tropas e polícias. No entanto, o Grupo continua preocupado que os déficits no orçamento regular da ONU que continuam a ser cobertos por empréstimos de contas de missões de paz fechadas, o que não é uma boa prática orçamentária, nem sustentável.

#### **New York – 04 de março de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, primeiro Secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 137:

Orçamento programa de 2021 – Gerenciando o seguro saúde após o serviço na primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O G-77 e a China avaliaram cuidadosamente o relatório do Secretário-Geral e aprecia as preocupações da Assembleia Geral expressas na [resolução 73/239](#). O Grupo está preocupado com a responsabilidade do seguro de saúde pós-serviço e as implicações que poderiam ter na sustentabilidade do seguro de saúde pós-serviço e solvência da organização no futuro.

Estamos profundamente conscientes das implicações de longo prazo que as decisões sobre esta questão podem ter nos orçamentos futuros das Nações Unidas e seus funcionários e aguardamos as sessões informais onde pretendemos buscar uma compreensão mais profunda sobre o encargo da folha de pagamento proposto, levando em conta os interesses fundamentais dos funcionários da ONU e as contribuições dos Estados membros.

### **New York – 09 de março de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, primeiro Secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 143 da agenda: Gestão de Recursos Humanos durante a primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O Grupo tem consciência dos esforços em curso para reformar a gestão de recursos humanos na organização, que é um componente-chave na reforma da ONU. Aplaudimos as medidas tomadas para fortalecer o combate à corrupção e garantir um ambiente seguro para que os funcionários tenham tranquilidade de denunciar má conduta, bem como para prevenir e responder à exploração sexual, abuso e assédio no local de trabalho.

O Grupo acredita que a ONU deva ter uma força de trabalho talentosa, internacional e geograficamente diversificada e equilibrada em termos de gênero e que possa verdadeiramente representar todos os povos que a Organização serve. Os princípios de representação geográfica equitativa e paridade de gênero são pilares do G-77 e da China.

O desequilíbrio persistente na representação geográfica equitativa no Secretariado continua a ser uma grande preocupação para o Grupo, especialmente devido à referência na Carta das Nações Unidas (parágrafo 3, artigo 101) que diz: "importância de recrutar pessoal em uma base geográfica tão ampla quanto possível". Consideramos este princípio essencial para assegurar o caráter internacional da Organização e que ela represente verdadeiramente todos os seus Estados Membros de forma holística.

O Grupo reitera ainda a séria preocupação de que os esforços feitos para alcançar potenciais candidatos de países não representados ou sub-representados, particularmente de países em desenvolvimento, não tenham sido bem-sucedidos.

Insistimos com o Secretário-Geral para que a intensifique os esforços para alcançar uma representação geográfica equitativa de todos os funcionários da ONU, especialmente os cargos de maior responsabilidade e chefia. Deve-se atentar também para a representação TCC/PCC<sup>54</sup>. O Grupo lembra o sistema de faixas desejáveis, estabelecido em 1960, que mede o progresso no sentido de alcançar uma ampla distribuição geográfica equitativa do secretariado. Estamos prontos a negociar este mecanismo de sessenta anos e estamos dispostos a adotar mudanças para o avanço da Organização.

---

<sup>54</sup> TCC/PCC – Troop contributing countries e Police contributing countries

O Grupo aprecia o aumento contínuo do número de funcionárias do sexo feminino, mas observa com preocupação que o número total de mulheres em cargos de chefia permanece abaixo dos 50%. Também é desanimador ver que a porcentagem de mulheres de países em desenvolvimento em cargos de chefia é desproporcionalmente baixa.

Preocupa-nos que a idade média do Secretariado continue a refletir uma tendência ascendente e que os cargos iniciais, particularmente nos níveis P1 e P2, continuem caindo, o que limita metas importantes de rejuvenescimento da organização e a aquisição de novos talentos de diferentes regiões do mundo, especialmente de Estados Membros em desenvolvimento não representados ou sub-representados.

Além disso, reiteramos que as habilidades linguísticas constituem um fator importante nos processos de seleção, e a necessidade de respeitar a igualdade das duas línguas de trabalho do Secretariado, e que o bom domínio das línguas oficiais em postos de trabalho específicos deve ser dado a devida consideração durante o processo de recrutamento.

Observa-se que o Secretário-Geral apresentou uma visão geral da reforma da gestão de recursos humanos para o período 2019-2020 e uma perspectiva além, com foco em três resultados integrados, coerentes e interdependentes, ou seja, agilidade, diversidade e responsabilidade, com o objetivo de causar impacto para a Organização.

É imperativo que os funcionários da ONU possam trabalhar em um ambiente regrado, diverso, flexível e dinâmico. Um ambiente que motive e propicie a todos a darem o seu melhor para servir a Organização.

#### **New York – 09 de março de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, primeiro Secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 136 da agenda: Revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro das Nações Unidas, bem como no item 144 da agenda: Unidade de inspeção conjunta durante a primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Considerando que a prestação de contas é fundamental para a viabilidade e eficiência de qualquer organização, incluindo as Nações Unidas, o G-77 e a China voltam-se para este aspecto, pois é o meio pelo qual podemos determinar se as decisões que tomamos na Assembleia Geral são respeitadas e plenamente implementadas. O Grupo irá empenhar-se de forma construtiva na revisão do sistema de responsabilização, prestando especial atenção à forma como as reformas devem contribuir para o reforço do mecanismo de responsabilização.

O Grupo reconhece os esforços feitos para manter atualizada a situação da implementação das resoluções da Assembleia Geral sobre assuntos administrativos e orçamentários; bem como na implementação da gestão por resultados; e sobre o real uso e impacto das informações sobre o desempenho da Organização, entre outras.

Embora reconheça os esforços feitos para estabelecer um sistema mais robusto e eficiente de prestação de contas, fortalecendo o sistema de prestação de contas do secretariado em seus seis componentes, o Grupo ressalta a importância de adotar medidas mais práticas de prestação de contas institucional e pessoal em futuros relatórios de progresso.

Diante das atuais restrições financeiras, acreditamos que o Secretário-Geral deva continuar fortalecendo os controles internos no sistema de prestação de contas por meio do

monitoramento constante dos gastos efetivos para implementar plenamente os mandatos e programas acordados.

O Grupo acredita que se deva adquirir mais dados e análises sobre os aspectos específicos da gestão da cadeia de suprimentos, particularmente no secretariado e ter informações detalhadas, com ênfase nas atividades de compras do secretariado, incluindo inovações de compras do Secretário-Geral, como o projeto de licitação eletrônica, juntamente com as implicações e benefícios financeiros, e os esforços feitos para buscar fornecedores que podem não conseguir acessar o sistema.

Embora reconheça os esforços feitos para promover oportunidades de negócios para fornecedores de países em desenvolvimento, incluindo países menos desenvolvidos e países com economias em transição, nosso Grupo é de opinião que o Secretário-Geral deve continuar a explorar formas adicionais e inovadoras de promover e sustentar compras deste grupo de países.

Observa-se com preocupação que o Manual de Compras da ONU não foi traduzido para todas as seis línguas oficiais. Reiterando a importância da igualdade para todos os idiomas oficiais, recomendamos a tradução do Manual para os demais idiomas oficiais o mais rápido possível.

O Grupo irá ainda explorar a suspensão da revisão da gestão e administração do Órgão Alimentar e Agrícola.

#### **New York – 09 de março de 2022**

Declaração em nome do G-77 e da China na segunda consulta informal sobre a Cúpula “Transformando a Educação” de 2022

Como na consulta informal sobre o mesmo tema, no dia 18 de fevereiro o G-77 e a China reiteraram que a Cúpula deve ser inclusiva com a participação dos Estados membros e liderada pelos Estados membros. Mas é preciso que as sinergias entre os fluxos de trabalho sejam mais claras e harmonizadas para evitar duplicação de esforços para produzir resultados significativos, precisos e sucintos.

As consultas aos países são bem-vindas e espera-se que sejam baseadas nas prioridades nacionais, mas é preciso maior transparência sobre o Roteiro Nacional para a Transformação dos Sistemas de Educação. Embora seja encorajador compartilhar o progresso dos indicadores dos ODS nacionais, considera-se necessário detalhar o processo proposto para acompanhamento e responsabilidade pela implementação de roteiros nacionais por meio do Comitê Diretor de Alto Nível do ODS4.

A proposta de focar áreas específicas que requerem maior atenção por meio de roteiros de ação temática pode acelerar o progresso no ODS 4 e suas metas. Esses roteiros devem ter como objetivo fortalecer a implementação das metas e indicadores da Agenda 2030. E as cinco linhas de ação temática devem considerar as prioridades dos Estados membros, que devem poder opinar na produção dos documentos para a discussão inicial durante a Pré-Cúpula.

Sugere-se que os roteiros de ação temáticos incluam elementos de aprendizagem digital e o desenvolvimento de plataformas e recursos de aprendizagem online, acesso à educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Ao mesmo tempo, deve-se extinguir a exclusão digital entre os países e os obstáculos à educação que vão da pobreza à falta

de infraestrutura e deve-se proporcionar educação acessível e inclusiva para todos, incluindo meninas, crianças com deficiência e crianças que vivem em áreas rurais.

Ressaltamos que a educação é um investimento que requer financiamento sustentável. O impacto devastador da Covid-19 pode aumentar a lacuna já existente antes da Covid-19 do financiamento anual na ordem de US\$ 148 a US\$ 200 bilhões em países de baixa e média renda. Embora o financiamento doméstico para a educação seja de suma importância, há necessidade de financiamento internacional para fechar a lacuna cada vez maior entre recursos e necessidades nos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares e países de renda média.

O Grupo também solicita mais informações sobre os detalhes do plano de engajamento das partes interessadas que está sendo desenvolvido. Que grupos serão informados e consultados durante a fase de preparação e a própria Cúpula. Acreditamos que a representação geográfica equitativa das partes interessadas deve ser assegurada no processo preparatório e na própria Cúpula.

### **New York – 10 de março de 2022**

Declaração em nome do G-77 e da China no cluster temático V: Melhorando a Cooperação Internacional nas consultas temáticas informais no acompanhamento do relatório “Nossa Agenda Comum” do Secretário-Geral da ONU

Considerando que é importante manter a inclusão e a estrutura intergovernamental das Nações Unidas, o G-77 e a China propõem que a "Cúpula do Futuro" seja precedida por eventos preparatórios e considerações inclusivas lideradas pelo Estado para discutir as modalidades da Cúpula, mas solicita clareza e enfatiza a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a proposta de "Conselho Consultivo de Alto Nível" e "Conselho Consultivo Científico", incluindo sua composição e funções pretendidas, ao mesmo tempo em que recomenda a garantia de representação geográfica equitativa nos Conselhos para aumentar a representação dos países em desenvolvimento no sistema da ONU, inclusive promovendo o equilíbrio de gênero.

O Grupo apoia o investimento em inovação e transformação digital, bem como o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para tornar as Nações Unidas mais eficazes e eficientes, com total respeito às regras de procedimentos existentes, mas gostaria de informações detalhadas sobre as capacidades do "[quinteto de mudança](#)<sup>55</sup>" propostas pelo Secretário-Geral, bem como sobre a transformação para uma "Nações Unidas 2.0".

Apesar do grupo apoiar a participação e o engajamento equitativo das organizações da sociedade civil no trabalho das Nações Unidas, de acordo com as modalidades existentes, ressalta-se a importância de preservar a natureza intergovernamental do processo de negociação e tomada de decisões na ONU, bem como as regras de procedimento existentes para a participação de atores não governamentais. Portanto, gostaríamos de buscar maiores esclarecimentos sobre os quatro pontos a seguir no Relatório:

- Um único ponto de entrada de alto nível para a sociedade civil.

---

<sup>55</sup> Impulsionados pela “Nossa Agenda Comum” o “Quinteto de Mudança” prevê a transformação da ONU nos próximos cinco anos por meio de melhores recursos para dados, inovação, previsão estratégica, ciência comportamental e resultados.

- Um ponto focal dedicado para a sociedade civil em todas as entidades das Nações Unidas.
- O papel do Escritório das Nações Unidas para as Parcerias.
- Modalidades, mandato e alcance de uma reunião anual da sociedade civil em conjunto com a semana de alto nível da AGNU.

Também é necessário um esclarecimento sobre o mandato, modalidades e escopo do Grupo Assessor proposto sobre Governos Locais e Regionais.

Qualquer compromisso e consulta a esse respeito deve ser conduzido por meio do diálogo e coordenação com os governos nacionais e de maneira consistente com a soberania dos Estados e de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

O Grupo reconhece a necessidade de mobilização de recursos do setor privado, sem ressalvas, para o cumprimento da Agenda 2030 e, para tanto, o Grupo gostaria de destacar a importância das parcerias público-privadas para complementar os esforços nacionais para alcançar a agenda 2030, respeitando a soberania dos Estados.

Finalmente, no contexto do papel do setor privado, gostaríamos também de enfatizar que um tratamento justo e equitativo deve ser dado às grandes, médias, pequenas e microempresas dos países em desenvolvimento.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### **Centro Sul (*South Centre*)**

Em agosto de 1995, o Centro Sul foi estabelecido como uma organização intergovernamental permanente de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas. O centro realiza pesquisas sobre políticas de desenvolvimento, assistência técnica e capacitação e apoia os países em desenvolvimento a participar de processos de negociação internacional que são relevantes para a realização dos ODS.

### **Primeiro destaque**

No informe passado, eu assinei a oficina de trabalho organizada pelo MNA e o Centro Sul (*South Center*) que discutiu a implementação do Direito ao Desenvolvimento no contexto do 35º aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DRtD).

Neste informe eu apresento o trabalho de pesquisa intitulada “[O Discurso internacional do direito ao desenvolvimento e a necessidade de renovar sua implementação](#)” que revisa a história do discurso internacional sobre direito ao desenvolvimento, incluindo os principais marcos, as principais questões entre o Sul e o Norte globais, a evolução dos padrões de votação nos resultados intergovernamentais, as questões jurídicas e políticas existentes atualmente em discussão, os vários mecanismos sobre o direito ao desenvolvimento e as recomendações sobre como prosseguir para a revitalização e implementação do direito ao desenvolvimento no contexto do 35º aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

O pano de fundo para este trabalho de pesquisa é o declínio para a realização do Direito ao Desenvolvimento. O enfraquecimento do multilateralismo, a desglobalização, as cicatrizes deixadas pela pandemia do Covid-19, a falta de entendimento do que é direito ao desenvolvimento e a inércia para reformar a governança internacional estão entre as inúmeras razões para esse fenômeno. No entanto, a necessidade de uma recuperação melhor, mais inclusiva e mais verde, e os esforços necessários para alcançar a Agenda 2030, vêm proporcionando uma oportunidade para renovar e rediscutir a implementação do Direito ao Desenvolvimento que seja mais justo e centrado nas pessoas, inclusive em um ambiente internacional favorável para promover o tipo de desenvolvimento que seja favorável a todos.

### **Segundo destaque**

O Instituto Montpellier para Conhecimento Avançado em Transições (MAKIT), em colaboração com o Centro Sul está organizando uma Conferência no dia 7 de abril de 2022 sobre “Quais os papéis da ciência em tempos de crise? Perspectivas nas áreas interligadas de saúde, meio ambiente e agricultura”. O evento visa proporcionar um espaço de diálogo entre cientistas, tomadores de decisão e outros atores envolvidos na gestão de crises que deverão abordar novos cenários de crise relacionados à saúde, meio ambiente e agricultura em suas diferentes dimensões trazendo para a discussão as complexas interações entre a ciência e as políticas-públicas e o papel da ciência e dos cientistas na busca de soluções sustentáveis e duradouras para resolução de crises.

## G20 dividido entre ocidente e emergentes, G7 expande as sanções à Rússia, OCDE avalia o cenário

*Pedro Burger, Paulo Esteves. Thaiany Medeiros Cury.  
Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro*

### O G7 e a guerra econômica (quase) total

O reconhecimento das regiões de Donetsk e Luhansk como independentes pelo governo russo foi fortemente condenado pelo G7, e a deflagração da guerra contra a Ucrânia disparou uma série de sanções que não encontra precedentes. O ineditismo do pacote de sanções adotado reside em sua extensão e no nível de coordenação alcançado para sua implementação. Evidências sugerem que o pacote não foi estabelecido após o ataque das forças russas; ao contrário, é produto de um longo processo de negociação que teve início pelo menos quatro meses antes da agressão russa ([NYT 24/02/22](#)). A [primeira declaração](#), emitida em 24 de fevereiro, condenou a invasão do território ucraniano e demonstrou a preocupação do grupo com o aumento de preço global de petróleo e gás natural, e anunciou um conjunto de iniciativas para estabilizar a oferta de insumos energéticos.

Na [reunião realizada entre Ministros de Relações Exteriores](#), o mesmo tom de censura ao ataque russo à Ucrânia se repetiu. Três pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, o comunicado sublinhava a preocupação com a proteção da população civil e com a destruição da infraestrutura civil. Assim, os ministros afirmavam a exigência do respeito às leis internacionais e à manutenção de corredores humanitários para acesso emergencial à população civil. Em segundo, destacava o risco de acidentes nucleares e a necessidade de garantir a segurança das usinas de energia nuclear. Assim, os Ministros do G7 também solicitaram à Ucrânia e Rússia que acordassem medidas de segurança das plantas de energia nuclear. Finalmente, os ministros denunciaram o que consideram uma campanha de desinformação dirigida pela Rússia.

Chefes de Estado e Governo do G7 emitiram [nova nota conjunta em 11 de março](#). Mais uma vez condenaram os ataques à Ucrânia e ressaltaram as sanções já aplicadas à Rússia (para a lista completa de sanções aplicadas por governos, até 14 de março, veja-se Tabela 1). Além de inventariar as sanções adotadas, o G-7 anunciou uma nova rodada de sanções que incluem retirar a Rússia da lista de países tratados sob o princípio da nação mais favorecida (fundamento regulatório do regime de comércio internacional) e criação de impedimentos para retirada de empréstimos em instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial ou o FMI. O esforço para redução da dependência do petróleo russo também foi anunciado. No cardápio de medidas se encontram investimentos em renováveis (com impactos apenas no médio ou longo prazos) e aumento da produção de petróleo por outros produtores, incluindo a Venezuela (com impactos de curto prazo).

Tabela 1: Sanções adotadas por governos contra a Rússia

DATE	COUNTRIES	TARGET	INDUSTRY	DETAILS
March 11	UK	<a href="#">Russian central bank, government</a>		UK sanctions Russian lawmakers who supported Ukraine breakaway regions
March 11	Canada	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	Canada sanctions Russian billionaire Abramovich, others
March 11	U.S. Japan UK	<a href="#">Russian companies, military complex</a>	Economy/Finance	U.S., G7 allies may strip Russia of 'most favored nation' status

	Germany			
	France			
	Italy			
	Canada			
March 10	UK	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	UK imposes asset freezes on Chelsea owner Abramovich, Rosneft boss Sechin
March 9	EU	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	EU hits Russia, Belarus with more sanctions, set to snub Ukraine on swift membership
March 9	UK	<a href="#">Russian airlines</a>		Russian-linked private jet impounded as UK deepens aviation sanctions
March 8	UK	<a href="#">Russian oil imports</a>	Energy	Britain will phase out imports of Russian oil and oil products by the end of 2022
March 8	U.S.	<a href="#">Russian oil imports</a>	Energy	U.S. bans Russian oil and other energy imports
March 8	Japan	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	Japan unveils new sanctions on Russians, bans refinery equipment exports
March 7	Canada	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	Canada sanctions 10 individuals close to Putin, says Trudeau
March 7	New Zealand	<a href="#">Russian ships</a>		New Zealand bans Russian ships from its ports
March 7	New Zealand	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	New Zealand expands sanctions on Russia over Ukraine invasion
March 5	Singapore	<a href="#">Russian companies, military complex</a>	Technology	Singapore bars four Russian banks, bans exports of electronics, computers and military items
March 5	Italy	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	Italy seizes property, yachts of wealthy Russian individuals
March 4	Switzerland	<a href="#">Russian banks</a>		Switzerland adopts EU measures regarding Russian banks' access to SWIFT and assets of prominent Russian wealthy individuals
March 4	Switzerland	<a href="#">Russian companies, military complex</a>	Technology	Switzerland bans exports that "could contribute to Russia's military and technological enhancement".
March 4	Switzerland	<a href="#">Russian central bank</a>		Switzerland bans transactions with Russian central bank, freezes its assets overseas
March 2	U.S.	<a href="#">Russian ships</a>		U.S., EU say they are considering banning Russian ships from their ports
	EU			
March 2	EU	<a href="#">Russian media</a>		EU suspends distribution of state-owned "disinformation outlets" Russia Today, Sputnik across EU
March 1	UK	<a href="#">Russian ships</a>		Russian ships banned from British, Canadian ports
	Canada			
Feb. 28	UK	<a href="#">Russian sovereign wealth fund</a>		Britain freezes assets in UK of Russian national wealth fund
Feb. 28	U.S.	<a href="#">Russian central bank</a>		U.S., EU, Britain ban transactions with Russian central bank, Ministry of Finance, national wealth fund
	EU			
	UK			
Feb. 28	Canada	<a href="#">Russian oil imports</a>	Energy	Canada bans imports of Russian oil
Feb. 28	EU	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	EU, U.S., Canada, others announce travel bans, asset freezes on wealthy Russian individuals
	U.S.			
	Canada			
Feb. 28	S. Korea	<a href="#">Russian companies, military complex</a>	Technology	South Korea bans exports of strategic items to Russia, joins SWIFT sanctions
Feb. 27	EU	<a href="#">Russian airlines</a>		Russian aircrafts banned from U.S., EU and Canadian airspace
	Canada			

	U.S.			
Feb. 27	EU	<a href="#">Russian banks</a>	EconomyFinance	Russian banks' access to the SWIFT international payment system blocked
	U.S.			
	UK			
	S. Korea			
	Japan			
Feb. 25	Australia	<a href="#">Russian oligarchs</a>	Private wealth	Australia announces sanctions on wealthy Russian individuals
Feb. 24	U.S.	<a href="#">Russian companies, military complex</a>	Technology	U.S. firms must get license to sell computers, sensors, lasers, navigation tools, and telecommunications, aerospace and marine equipment. U.S. will deny almost all requests.
	Japan			

Fonte: <https://graphics.reuters.com/UKRAINE-CRISIS/SANCTIONS/byvrjenzmve/>

A imposição de sanções contra a Rússia vem se intensificando e se estendendo aos oligarcas que o cercam no poder. Contudo, as iniciativas mais duras se concentram no campo financeiro, com a exclusão do sistema Swift, e a suspensão de transações com o banco central ou o fundo russo. A iniciativa de exclusão da Rússia da aplicação do princípio da Nação Mais Favorecida, aprofunda a dimensão comercial das sanções e é uma medida que pela primeira vez foi adotada em uníssono por todos os membros do G7. De fato, o G7 se transformou em importante espaço de coordenação das sanções contra a Rússia. Contudo, a exemplo do caso do Swift (no qual os bancos responsáveis pela comercialização de óleo e gás com a Europa foram mantidos fora das listas de exclusão), ou da suspensão de transações com o Banco Central Russo, a nova sanção logrou apoio integral do G7. Se os chamados países ocidentais estão lançando uma guerra econômica total contra a Rússia, o G7 tornou-se centro relevante para sua articulação. Cabe observar, contudo, as dificuldades na decisão e a seletividade das medidas adotadas pelo grupo.

Fontes

[2022-02-24-g7-erklaerung-en-data.pdf \(g7germany.de\)](#)

[2022-03-04-g7-foreign-minister-meeting-statement-en-data.pdf \(g7germany.de\)](#)

[2022-03-11-g7-leader-eng-data.pdf \(g7germany.de\)](#)

[G7 ameaça Rússia com novas sanções - 27/02/2022 - UOL Notícias](#)

<https://graphics.reuters.com/UKRAINE-CRISIS/SANCTIONS/byvrjenzmve/>

## **G20 – Guerra na Ucrânia gera rachadura no grupo das 20 maiores economias do mundo**

No âmbito do G20 a Guerra na Ucrânia tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões e causado discordâncias quanto às repostas dos países, colocando ricos e emergentes em posições distintas. Dessa forma, tem se mostrado frustrante a tentativa de resposta conjunta enquanto grupo e questionamentos vêm surgindo quanto a viabilidade da cúpula de líderes em novembro, na Indonésia. Isso, porque em caso de prolongamento da guerra, os líderes, especialmente europeus e Joe Biden, podem negar a presença no evento caso Putin esteja convidado.

Ainda que a maioria dos países tenham votado a favor da Assembleia-Geral da ONU condenando a invasão russa – à exceção da África do Sul, China e Índia que se abstiveram, e o voto contra da Rússia –, eles se dissociam sobre a tomada de ações contra a ofensiva de Putin.

Na última reunião realizada no fim de fevereiro entre os Sherpas (diplomatas que conduzem os trabalhos do G20) houve a persistência da agenda de recuperação econômica pós-pandemia forte e sustentável enquanto ocorre uma guerra em continente europeu. Portanto, Indonésia e outros países emergentes, como o Brasil, deram ênfase na agenda de trabalho, enquanto EUA e países europeus demandavam retaliações a Moscou como forma de não ignorar o que está acontecendo – condenação, declaração conjunta ratificando a resolução da AG da ONU e apoio ao pacote de sanções foram algumas das exigências.

A Rússia alega parcialidade dos ocidentais e veta qualquer declaração que venha a surgir contra si, Putin ou a situação na Ucrânia. Sherpas da China, Índia, Arabia Saudita, Turquia e Brasil defendem que o fórum não seja o espaço para discussões geopolíticas e que deveria se manter fiel às questões de cooperação internacional e economia global, deixando as primeiras discussões restritas ao Conselho de Segurança da ONU e Assembleia Geral. Levando em consideração que qualquer medida do G20 tem que ser feita baseada em um consenso, isso já seria um obstáculo. Em matéria de segurança internacional, o G20, que não consegue unir seus diferentes posicionamentos, possui mais dificuldade para se colocar como um dos organismos internacionais parte da diplomacia ofensiva, uma das estratégias que vêm sendo utilizadas pelos países ocidentais. Ainda que tenha expandido seu escopo de atuação para temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, segurança internacional e geopolítica ainda se colocam como questões sensíveis ao grupo e fora da área de trabalho.

Por fim, a exemplo do que aconteceu com o antigo G8 e a decisão de exclusão da Rússia do grupo, ao se tornar G7 em consequência à anexação da Crimeia, as perspectivas de o mesmo ocorrer com o G20 não são totalmente improváveis. No entanto tal atitude poderia aprofundar ainda mais as rachaduras do grupo.

### **Na contramão das promessas: apenas 6% dos estímulos fiscais do G20 para a retomada verde**

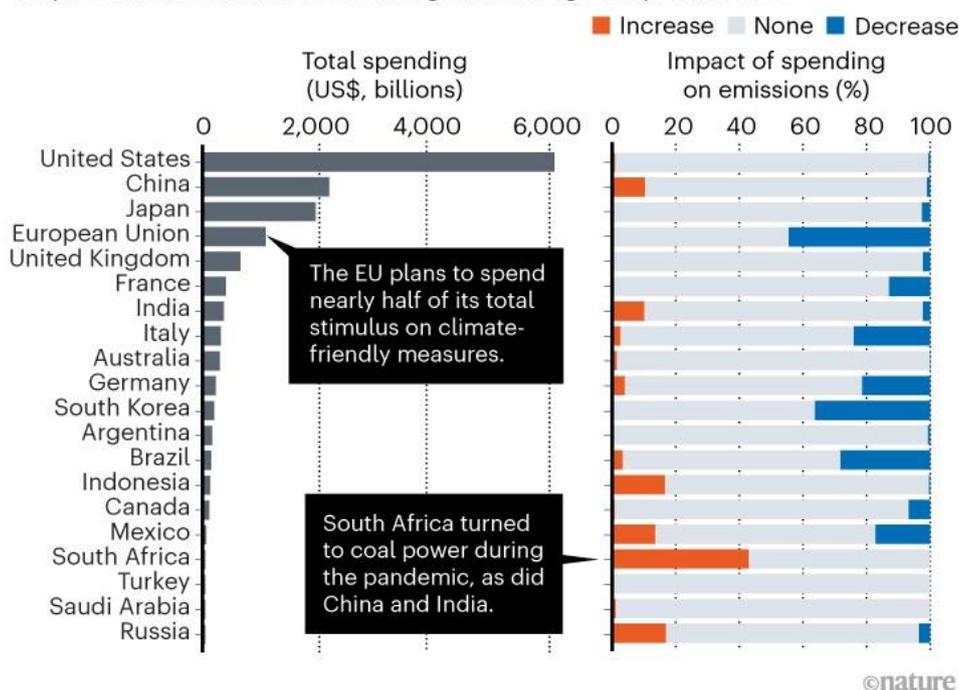
Em contraste com promessas de lideranças globais para uma “retomada verde”, apenas 6% dos estímulos fiscais pós-pandemia dos governos do G20 (menos de 1trilhão de U\$ em 14trilhões de U\$) foram direcionados para medidas que podem reduzir direta ou indiretamente as emissões de carbono, de acordo com artigo publicado na revista Nature. Deste valor, 27% se destinaram a medidas que reduzem diretamente o nível de emissões, como instalação de infraestrutura de energias renováveis ou melhoria da eficiência energética de sistemas de aquecimento de residências, e 72% foram direcionados para medidas com potencial de redução indireta no consumo, como melhoria na infraestrutura ferroviária ou apoio à eletrificação da frota de transportes. Além disso, 3% do total dos gastos foi realizado em atividades com potencial de aumentar o nível de emissões. O percentual de gastos com iniciativas verdes é substancialmente inferior ao observado na recuperação da crise financeira de 2008 – de 16%. O mundo desperdiçou uma oportunidade de acelerar a transição para economia de baixo carbono, e o nível de investimentos atual não é suficiente para atingir a meta de limitar o aquecimento da temperatura média global em 1.5°C.

Na figura abaixo, pode-se observar que os países da União Europeia e Coreia do sul apresentaram maior percentual de gastos sustentáveis, com mais de 30% do estímulo fiscal pós-Covid direcionado para iniciativas com potencial de reduzir emissões. O Brasil apresentou percentual superior a 20%, semelhante ao nível da Itália e da Alemanha. Por outro lado, países mais dependentes de combustíveis fósseis, como Índia, China e África do Sul, destinaram um

percentual menor do estímulo para medidas redutoras do que para medidas que aumentam o nível de emissões, muito em função de subsídios concedidos para a indústria de carvão.

## VARYING INVESTMENTS

Countries that rely on fossil fuels often boosted sectors that increase emissions, despite stated commitments to limit global average temperature rise.



## Referências

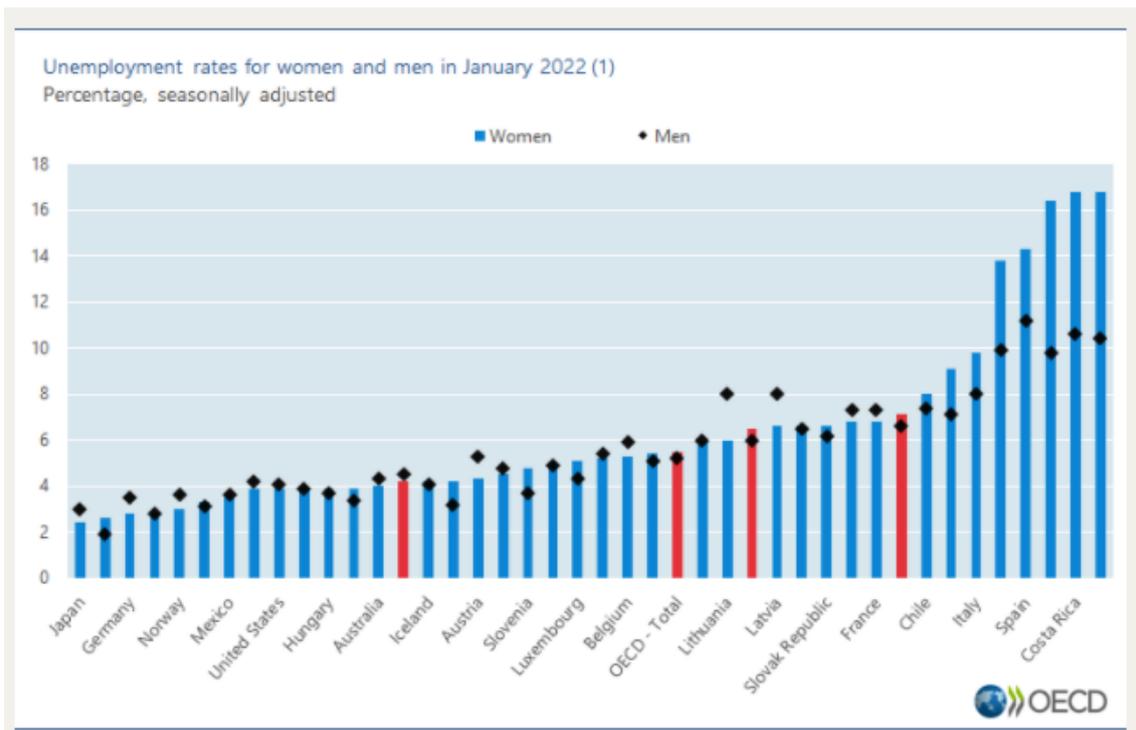
COLETTA, Ricardo. Guerra na Ucrânia racha G20 e opõe países ricos e emergentes. Folha de São Paulo. SP. 12 de março de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/guerra-na-ucrania-racha-g20-e-opoe-paises-ricos-e-emergentes.shtml>>. Acesso em: 13 de março de 2022.

NAHM, Jonas; MILLER, Scot; URPELAINEN, Johannes. G20's US\$14-trillion economic stimulus reneges on emissions pledges. Nature. 02 de março de 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-022-00540-6>. Acesso em: 13 de março de 2022.

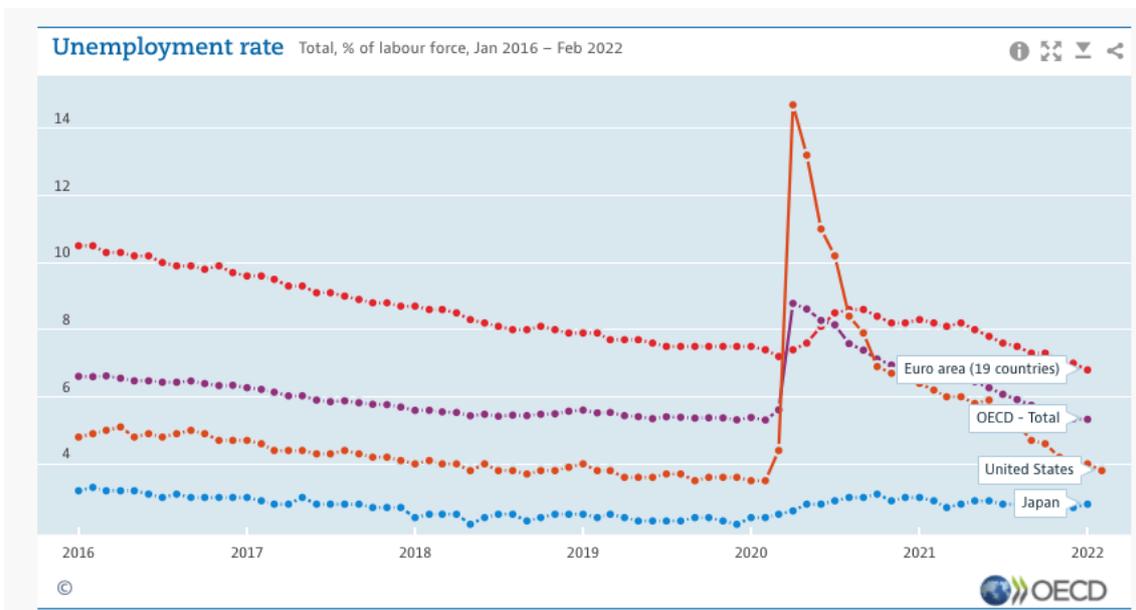
**OCDE** – Novos dados sobre taxas de desprego e de inflação nos países membros indicam dificuldades mesmo antes das pressões decorrentes das sanções contra a Rússia no contexto da guerra na Ucrânia.

## Economia

A taxa de desemprego mensal na OCDE permaneceu estável, em 5,3% no mês de janeiro, indicando a manutenção do número de pessoas empregadas no mesmo patamar pré-pandemia. O valor também é o menor desde o início da série histórica em 2001. O desemprego feminino caiu para 5,5% no período, ao passo que permaneceu constante em 5,2% para homens. Para os jovens entre 15 e 24 anos, a taxa aumentou 0,1% em comparação com dezembro, chegando a 11,3%. Na zona do Euro, o desemprego seguiu trajetória de queda, incluindo nas populações jovens (2).



Fonte: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-update-march-2022.htm>.  
Acessado em 12/3/22



Fonte: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-update-march-2022.htm>.  
Acessado em 12/3/22

A inflação em janeiro de 2022 chegou a 7,2% no primeiro mês de 2022, um aumento de 0,6% em comparação com dezembro do ano passado. Esse é o maior nível desde fevereiro de 1991. Os principais motivos para o aumento dos preços foram o setor de serviços, o provimento de energia e, em menor nível, o encarecimento dos alimentos. Mesmo excluindo as variáveis energéticas e alimentares, o nível inflacionário ainda é o maior desde dezembro de 1992. Nota-se que esses dados não contemplam plenamente os efeitos das sanções contra o setor

energético russo, pois foram publicados em 3 de março e, por isso não medindo ainda aos efeitos das sanções nos preços (3).

### **Análise**

A guerra na Ucrânia, as sanções, a provável crise energética global e de preços tendem a reduzir o foco político dado à cooperação em matéria de saúde global. Há chances de que a guerra na Ucrânia e as sanções ocidentais irão agravar as pressões inflacionárias já existentes na OCDE.

### **Próximos Eventos**

No dia 17 de março, a OCDE apresentará uma "Avaliação dos Impactos e Consequências Políticas da Guerra na Ucrânia". O secretário-geral apresentará a avaliação, que estará disponível gratuitamente neste link ( <http://www.oecd.org/economic-outlook/>) (1).

### **Referências**

1. OCDE. Media Advisory - OECD to release an assessment of the impacts and policy implications of war in Ukraine on Thursday 17 March 2022. *In*: OCDE, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-oecd-to-release-an-assessment-of-the-impacts-and-policy-implications-of-war-in-ukraine-on-thursday-17-march-2022.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.
2. OCDE. Unemployment rate in the OECD area stabilises at pre-pandemic rate of 5.3% in January 2022. *In*: OCDE. Unemployment rate in the OECD area stabilises at pre-pandemic rate of 5.3% in January 2022. [S. l.], 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-update-march-2022.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.
3. OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 3 March 2022. *In*: OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 3 March 2022. [S. l.], 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-3-march-2022.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.
4. OCDE. OECD initiative for safe international mobility during the COVID-19 pandemic. *In*: OCDE. OECD initiative for safe international mobility during the COVID-19 pandemic. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/oecd-initiative-for-safe-international-mobility-during-covid-19-pandemic-including-blueprint.htm> . Acesso em: 12 mar. 2022.

## Lançamento do Centro BRICS de P&D de Vacinas: Yay!

*Claudia Hoirisch*

### Lançamento de um Centro de P&D de Vacinas do BRICS em março

O Lançamento de um Centro de P&D de Vacinas do BRICS está previsto para março, com o objetivo de garantir uma distribuição mais equitativa das vacinas nos países em desenvolvimento. Os países BRICS pretendem aumentar a cooperação em P&D de vacinas, trabalhar na construção e produção de plantas conjuntas, superar gargalos tecnológicos e aumentar a capacidade dos BRICS de controlar e prevenir doenças infecciosas. Está disposto a realização de testes clínicos conjuntos de vacinas, o aumento de intercâmbio de pessoal treinado, a realização de eventos relacionados a vacinas entre os países BRICS e os pesquisadores serão encorajados a lançar projetos de inovação vacinal entre os países BRICS.

### **O Plano de Washington: provocar Putin, incitá-lo a agir militarmente, emparedar a Rússia frente à opinião pública e sabotar um entendimento eurasiático<sup>56</sup>**

A Europa não soube tratar das causas de crise da Ucrânia e agora está condenada a tratar das suas consequências. Agora, só lhe resta agora enviar ajuda humanitária.

Esta guerra estava a ser preparada há muito tempo tanto pela Rússia como pelos EUA. No caso da Rússia, é notória a acumulação de imensas reservas de ouro nos últimos anos e a prioridade dada à parceria estratégica com a China, especialmente no plano financeiro, com vista à fusão bancária e à criação de uma nova moeda internacional, e no plano de trocas comerciais onde são enormes as possibilidades de expansão com a Iniciativa do Cinturão e Rota por toda a Eurásia. Nas relações com os parceiros europeus, a Rússia revelou-se um parceiro credível, ao mesmo tempo que foi tornando claras as suas preocupações legítimas de segurança.

Confrontados com o declínio do domínio global que têm tido desde 1945, os EUA buscam consolidar zonas de influência a todo o custo, que garantam facilidades comerciais para as suas empresas e o acesso às matérias primas.

A Rand Corporation, conhecida organização de estudos estratégicos, publicou em 2019 um relatório elaborado a pedido do Pentágono, intitulado “Extending Russia” (Aprofundando a Rússia). Nele se analisa como provocar países de modo a que a provocação possa ser explorada pelos EUA. No que diz respeito à Rússia, lê-se: “Analisamos uma série de medidas não violentas capazes de explorar as reais vulnerabilidades e ansiedades da Rússia como meio de pressionar o exército e a economia da Rússia e o estatuto político do regime no país e no estrangeiro. Os passos que analisamos não teriam a defesa como objetivo principal, pelo contrário, tais passos são pensados como elementos de uma campanha concebida para desestabilizar o adversário, forçando a Rússia a competir em campos ou regiões onde os EUA têm vantagem competitiva, levando a Rússia a expandir-se militar ou economicamente, ou levando o regime a perder prestígio e influência nacional e/ou internacional”.

É o que se passa na Ucrânia? A Rússia foi provocada a expandir-se para depois ser criticada por fazê-lo. A expansão da OTAN para leste, contra o que tinha sido acordado com Gorbachev em 1990, foi a peça-chave inicial da provocação. A violação dos acordos Minsk foi outra peça. Note-se que a Rússia começou por não apoiar a reivindicação da independência de

---

<sup>56</sup> [A guerra na Ucrânia e a deriva da Europa - Outras Palavras](#)

Donetsk e Lugansk depois do golpe de 2014<sup>57</sup>. Preferiu uma forte autonomia dentro da Ucrânia, como está estabelecido nos acordos de Minsk (assinados por Ucrânia, Rússia e França e as Rep. Populares de Donetsk e Lugansk para acabar com a guerra no leste ucraniano em 2014, já o Minsk II foi celebrado entre Ucrânia, Rússia, França e Alemanha para implementar um pacote de medidas de alívio à Guerra Civil ucraniana). Estes acordos foram ignorados pela Ucrânia com o apoio dos EUA, não pela Rússia. O presidente Zelensky inicialmente se propôs a procurar soluções para o confronto, mas há uma pressão interna e externa para dar continuidade à guerra civil. A pressão externa vem dos EUA e da UE e a interna vem de grupos neonazistas e de extrema direita nacionalista, que patrocinam ideológica e militarmente essa guerra.

Do ponto de vista geopolítico, os governos dos EUA e da Ucrânia tem um interesse em comum: impedir a finalização do gasoduto Nord Stream 2 que é um projeto em parceria entre Rússia e Alemanha para levar o gás russo para aquecimento doméstico e industrial na Europa. Washington se opõe, inclusive ameaçando a Alemanha com sanções se não se retirar do projeto. Ao mesmo tempo em que os EUA querem isolar os russos, os estadunidenses também querem prover a Europa com o seu caro gás natural líquido (gás de xisto).

Quanto à Europa, o princípio é consolidar a condição de “parceiro menor” que não se aventure a perturbar a política das zonas de influência. A Europa tem de ser um parceiro fiável dos EUA, mas não pode esperar reciprocidade. É por isso que a UE, para surpresa ignorante dos seus líderes, foi excluída do AUKUS, o tratado de segurança para a região do Índio-Pacífico entre EUA, Austrália e Inglaterra. A estratégia do “parceiro menor” exige que se aprofunde a dependência europeia, não só no plano militar (já garantido pela OTAN) mas também no plano econômico, nomeadamente no plano energético. A política externa dos EUA é dominada por três oligarquias: o complexo militar-industrial; o complexo do gás, petróleo e mineração; e o complexo bancário-imobiliário. Os objetivos destes complexos são manter o mundo em guerra e criar maior dependência dos fornecimentos de armas norte-americanos.

A dependência energética da Europa em relação à Rússia era algo inaceitável. Do ponto de vista da Europa, não se tratava de dependência, tratava-se de racionalidade econômica e de diversidade de parceiros. Com a invasão da Ucrânia e as sanções, tudo se consumou como previsto, com a imediata valorização das cotações das ações dos três complexos. Uma Europa medíocre, ignorante e sem visão estratégica cai desamparada nas mãos destes complexos, que agora lhe falarão dos preços a serem cobrados. A Europa empobrece e desestabiliza-se por não ter tido líderes à altura do momento. Ainda por cima, apressa-se a armar nazis. Nem se recorda de que, em dezembro de 2021, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por proposta russa, uma resolução contra a “glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que promovem racismo, xenofobia e intolerância”. Dois países votaram contra, EUA e Ucrânia!

As negociações de paz em curso são um equívoco. Não faz sentido serem entre a Rússia e a Ucrânia. Deviam ser entre a Rússia e EUA/OTAN/UE<sup>58</sup>. A Ucrânia não deve entrar para a OTAN, de fato, a OTAN devia ter sido desmantelada logo que acabou o Pacto de Varsóvia, só assim a UE poderia ter criado uma política e uma força militar de defesa que respondesse aos seus interesses, e não aos interesses dos EUA. Que ameaça havia para a segurança da Europa

---

<sup>57</sup>Separatistas apoiados pela Rússia nas regiões de Donetsk e Lugansk (conhecidas em conjunto, como Donbass – romperam com o controle do governo ucraniano em 2014, autoproclamando-se “repúblicas populares” independentes.

<sup>58</sup> EUA e UE estão isolando a Rússia no Leste Europeu.

que justificasse as intervenções da OTAN no Afeganistão, em 2001 e no Iraque, em 2004? Depois de tudo isto, não é possível continuar a considerar a OTAN uma organização defensiva.

**Posição da China em relação à operação militar russa na Ucrânia é discreta, mas Pequim pode se beneficiar do caos na Europa.**



A China se pronunciou (1/3/2022) sobre a operação militar Russa na Ucrânia. O porta-voz do MRE de Pequim Wang Wenbin celebrou as negociações entre russos e ucranianos na cidade belarussa: "A China sempre apoia e encoraja esforços diplomáticos que conduzam a uma resolução pacífica da crise na Ucrânia, e acolhe com satisfação as negociações de paz entre Rússia e Ucrânia". No mesmo dia, o MRE da China, Wang Yi, conversou com seu homólogo ucraniano por telefone e se disse "extremamente preocupado com os danos aos civis" na Ucrânia.

A posição discreta da China indica que o país tem pouco a perder com o conflito entre Rússia e Ucrânia, mas um olhar mais atento mostra que Pequim pode se beneficiar do contencioso na Europa. Isso porque a operação militar da Rússia na Ucrânia exige que os EUA e seus aliados invistam recursos políticos e militares no continente europeu, dificultando a repartição de recursos dos norte-americanos e aliados entre as regiões asiáticas e europeia. O desvio atenção dos EUA e seus aliados da Ásia para a Europa é vantajoso para Pequim pois ela encontrará menos resistência por parte dos EUA/aliados no Indo-Pacífico, o que garante mais liberdade de ação na Ásia para a realização de projetos como a Rota da Seda.

Desde o governo Obama, os EUA têm declarado a intenção de reorientar os seus recursos da política externa e de defesa para a Ásia<sup>59</sup>, em detrimento de regiões como Europa ou Oriente Médio. Os EUA devem voltar a investir recursos na sua política de contenção da China. Apenas a formação de uma aliança político-militar oficial e abrangente entre Rússia e China colocará obstáculos à execução da estratégia norte-americana para a região do Indo-Pacífico no longo prazo.

---

<sup>59</sup> Algumas iniciativas recentes de Washington podem ser analisadas sob esse prisma, como a reativação do **Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD)** entre EUA, Japão, Índia e Austrália.

Especialistas questionam se a operação militar russa na Ucrânia poderia abrir um precedente que encorajaria Pequim a resolver suas diferenças com Taiwan pela via militar<sup>60</sup>. Os cálculos de Pequim sobre os efeitos de uma operação militar em Taiwan podem ter sido alterados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. Se os EUA e a OTAN insistem que a resposta às ações russas não será militar, mas sob a forma de sanções econômicas, o caso de Taiwan é distinto porque Biden, declarou que Washington estaria disposta a defender Taiwan em caso de conflito com a China. A intervenção direta dos EUA nesse conflito e a possível participação de aliados dos EUA, como Japão e Austrália, levaria a uma situação totalmente diferente, que poderia, de fato, levar a um conflito direto entre EUA e China, o que implicaria em um cenário muito arriscado para Pequim.

Perguntada, a porta-voz do MRE chinês Hua Chunying disse que "Taiwan não é a Ucrânia", "Taiwan sempre foi uma parte inalienável da China e isso é um fato histórico legal e irrefutável."

A posição da China em relação à operação militar russa na Ucrânia é determinada pelo fato de que Moscou e Pequim são alvos de políticas de contenção conduzidas pelos EUA e seus aliados<sup>61</sup>. A China se viu em uma situação complicada, uma vez que, por um lado está ligada à Rússia por laços de uma parceria estratégica e compartilha muitas das preocupações de Moscou com a política dos EUA e por outro lado, a China não tem interesse em ser incluída em um conflito com o Ocidente (Ucrânia) e é por isso que a China tenta encontrar uma posição de equilíbrio e neutralidade que não seja interpretada como um apoio incondicional à Rússia, nem como uma condenação a Moscou.

Após a visita de Vladimir Putin à China em fevereiro, Pequim se opôs a expansão da OTAN rumo ao leste e apoiou as garantias de segurança solicitadas por Moscou em relação à segurança europeia. Além disso, na declaração no dia 24 de fevereiro, "o MRE chinês acusou os EUA de não respeitarem eles próprios os princípios de soberania e integridade territorial dos Estados"<sup>62</sup>. Mas cabe lembrar que as relações econômicas com os países ocidentais são vitais para os interesses chineses e que Pequim "não tem interesse em sacrificar essas relações por causa do conflito russo-ucraniano". É por esta razão que a Rússia não deve esperar um aprofundamento do apoio chinês para além do fornecido atualmente.

A China tenta manter uma posição neutra que reflita a fórmula 'nem sempre juntos, mas nunca um contra o outro'. Mas, na prática, manter o equilíbrio em um conflito tão sério entre a Rússia e o Ocidente não pode ser considerada uma tarefa fácil.

### **Putin usa aliança dos BRICS para ganhar apoio de economias emergentes<sup>63</sup>**

Durante anos, o presidente Putin cultivou seus parceiros do BRICS, sabendo que precisaria deles em um momento como este.

---

<sup>60</sup> A independência de Taiwan foi proclamada após grupos políticos derrotados durante a Revolução Chinesa fugirem para a ilha, em 1949. Pequim considera a ilha uma província rebelde e insiste na sua reincorporação ao país.

<sup>61</sup><https://br.sputniknews.com/20220225/inteligencia-da-china-acusa-eua-de-promover-ataques-ciberneticos-e-espionagem-em-45-paises-21587547.html>

<sup>62</sup><https://br.sputniknews.com/20220227/china-chama-eua-de-verdadeira-ameaca-ao-mundo-compartilhando-lista-de-paises-bombardeados-21607717.html>

<sup>63</sup> [Putin usa aliança dos BRICS para ganhar apoio de economias emergentes - The Globe e Mail \(theglobeandmail.com\)](https://www.theglobeandmail.com/world/article-putin-uses-brics-alliance-to-win-support-from-emerging-economies/). Putin uses BRICS alliance to win support from emerging economies.



Enquanto seu governo enfrenta sanções punitivas de muitos países ocidentais em retaliação por suas ações na Ucrânia, Putin sabe que pode contar com o apoio político do BRICS. Para o governo Putin, o comércio e o investimento dos BRICS ajudarão a amortecer o golpe das proibições de viagens ocidentais, congelamento de ativos (exclusão de bancos russos do sistema de pagamento global SWIFT<sup>64</sup> e o congelamento dos bens dos principais membros da oligarquia russa como Putin e o MRE Lavrov), rescisões bancárias<sup>65</sup> e a interrupção do gasoduto Nord Stream 2 (investimento € 10 bi; 55 bi m<sup>3</sup> gás da Rússia para a Alemanha).

Dezenas de empresas anunciaram a saída da Rússia em resposta à invasão: tecnologia (Apple, Google, Youtube, Ericsson, Nokia, Meta (Facebook); montadoras (Volvo, Renault, GM, ..); transportes (MSC, Boeing, Airbus, ...); petroquímicas (BP, Shell, ExxonMobil,...), streaming (Netflix, Disney, Sony, Warner); alimentos (Coca, Pepsi, McDonald's, Starbucks), serviço de entregas (FedEx, DHL, UPS), serviços financeiros (Visa, Mastercard); equipamentos esportivos (Adidas, Nike). Todas as empresas vão começar a se preocupar com sanções; não é mais uma questão de ser lucrativo ou não estar na Rússia. Para a maioria das empresas, vai se tornar legalmente impossível. Só a saída da BP terá um impacto de US\$25 bi no desempenho financeiro da petrolífera britânica deste trimestre.

O bloco de cinco países pode fornecer alguns laços econômicos e financeiros que manterão a Rússia à tona diante das sanções.

Na reunião do CSNU em fevereiro<sup>66</sup>, ficou claro que vários países do BRICS não estavam dispostos a se juntar às denúncias ocidentais da decisão da Rússia de enviar tropas para as autoproclamadas repúblicas de Donetsk e Luhansk no leste da Ucrânia. Diplomatas da China, Índia e Brasil falaram durante o debate, mas China e Índia evitaram criticar as ações da Rússia. Os líderes dos três países se encontraram com Putin em reuniões de cúpula recentemente, dando seu apoio ao líder russo. A AS, não é um membro do CSNU mas tem silenciado sobre a questão da Ucrânia. Seu departamento de relações internacionais não emitiu nenhuma declaração sobre a intervenção russa na Ucrânia, apesar das perguntas da mídia.

Esta não é a primeira vez que vários membros do BRICS aceitam tacitamente uma ação agressiva russa: eles se comportaram da mesma forma em 2014, quando a Rússia anexou o território da Crimeia da Ucrânia. Eles se abstiveram de uma votação da ONU condenando as ações da Rússia na Crimeia, e denunciaram uma proposta para expulsar a Rússia de uma cúpula do G20.

---

<sup>64</sup> O SWIFT é uma rede de mensagens de alta segurança que foi fundada em 1973 para substituir o telex que conecta 11.000 instituições financeiras em todo o mundo para enviar mensagens seguras e ordens de pagamento.

<sup>65</sup> A remoção da Rússia do SWIFT tornaria mais difícil para as instituições financeiras enviar dinheiro para dentro ou para fora dos país, causando um choque para as empresas russas e seus clientes estrangeiros, especialmente compradores de petróleo e gás em US\$.

<sup>66</sup> [Conflito na Ucrânia deve ser evitado "a todo custo", diz chefe de assuntos políticos ao Conselho de Segurança enquanto delegados rejeitam o reconhecimento de Moscou de Donetsk, Luhansk | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

Em uma das sessões do Conselho de Segurança (21/2)<sup>67</sup>, o embaixador chinês Zhang Jun fez apenas breves e vagas observações, não fazendo menção às ações da Rússia no leste da Ucrânia. "Todas as partes interessadas devem exercer contenção e evitar qualquer ação que possa alimentar tensões".

Dia 4/2 Putin viajou a Pequim para obter apoio do presidente Xi sobre a questão da Ucrânia. Em uma declaração conjunta, a China juntou-se à Rússia para pedir a suspensão de qualquer expansão da OTAN rumo ao leste europeu. Os dois países também votaram juntos no CSNU no final de janeiro, em uma tentativa fracassada de bloquear um debate sobre o acúmulo militar da Rússia na fronteira ucraniana.

O representante da Índia na ONU, T.S. Tirumurti, foi cauteloso. Observou que a escalada das tensões ao longo da fronteira da Ucrânia com a Rússia é uma questão de profunda preocupação. Pediu contenção para todos os lados, salientando que a prioridade imediata é a desescalada das tensões<sup>68</sup>. Putin havia se encontrado com o PM indiano Modi em uma cúpula no início de dezembro de 2021 em Nova Deli<sup>69</sup>. Eles assinaram acordos militares e de energia, incluindo um de cooperação de defesa de 10 anos. A Rússia já começou a entregar um sistema de defesa antimísseis para a Índia.

Em outra reunião com um líder do BRICS, Putin recebeu em meados de fevereiro a visita do presidente brasileiro que desafiou a pressão dos EUA para cancelar a viagem. Na visita ao Kremlin disse ser "solidário" à Rússia, declaração que foi criticada internacionalmente. Dia 27/2, o presidente reafirmou a posição de neutralidade do Brasil no conflito. Enquanto o presidente se mostrava solidário e depois neutro, o MRE Carlos França falava em equilíbrio, o embaixador Costa Filho na reunião do dia 17/2 do CSNU<sup>70</sup> pediu a desescalada imediata e compromisso com os esforços políticos e diplomáticos que levem a uma solução pacífica para a crise no leste da Ucrânia e a contenção no uso/ ameaça do uso da força e a solução pacífica das disputas. Finalmente na reunião do CSNU<sup>71</sup> de 27/2 o Brasil votou uma resolução de condenação à Rússia pela invasão da Ucrânia. Para o embaixador Costa Filho, "precisamos nos envolver em negociações sérias que possam permitir a restauração do território da Ucrânia e a segurança estratégica na Europa."<sup>72</sup> e "Se nossos esforços até agora falharam em impedir uma guerra, devemos nos esforçar para restaurar a paz na Ucrânia"<sup>73</sup>. A falta de clareza do Estado brasileiro

---

<sup>67</sup> [Conflito na Ucrânia deve ser evitado "a todo custo", diz chefe de assuntos políticos ao Conselho de Segurança enquanto delegados rejeitam o reconhecimento de Moscou de Donetsk, Luhansk | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

<sup>68</sup> [Conflito na Ucrânia deve ser evitado "a todo custo", diz chefe de assuntos políticos ao Conselho de Segurança enquanto delegados rejeitam o reconhecimento de Moscou de Donetsk, Luhansk | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

<sup>69</sup> [A Cúpula Putin-Modi foi um divisor de águas geoestratégico global \(oneworld.press\)](#)

<sup>70</sup> [Conflito na Ucrânia deve ser evitado "a todo custo", diz chefe de assuntos políticos ao Conselho de Segurança enquanto delegados rejeitam o reconhecimento de Moscou de Donetsk, Luhansk | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

<sup>71</sup> [Conselho de Segurança convoca sessão especial de emergência da Assembleia Geral sobre a Crise da Ucrânia, adotando a Resolução 2623 \(2022\) por 11 votos a favor, 1 contra, 3 abstenções | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

<sup>72</sup> [Conselho de Segurança convoca sessão especial de emergência da Assembleia Geral sobre a Crise da Ucrânia, adotando a Resolução 2623 \(2022\) por 11 votos a favor, 1 contra, 3 abstenções | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

<sup>73</sup> [Conselho de Segurança não aprova projeto de resolução sobre o fim da crise da Ucrânia, já que federação russa exerce veto | Cobertura de reuniões e comunicados à imprensa](#)

sobre os ataques tem repercutido internacionalmente e contribuído para piorar a imagem já desgastada da política externa do País.

A sessão de emergência da AGNU, convocada pelo CSNU (2/3), aprovou uma resolução contra a operação militar da Rússia na Ucrânia, o texto pedia um cessar-fogo imediato, a retirada de tropas e o início das negociações entre as partes. Foram 141 votos a favor da resolução, 35 abstenções e apenas cinco votos contrários. Entre os países que se abstiveram estão China, Índia e África do Sul (China e Índia já tinha se absterido de votar na reunião de emergência do CSNU sobre a situação da Ucrânia). O Brasil votou a favor do texto, seguindo as posições anteriores no CSNU. Apesar disso, o Brasil não está entre os 94 países que propuseram o entendimento<sup>74</sup>.

Enquanto os membros do BRICS evitavam qualquer crítica à Rússia, vale lembrar o discurso mais poderoso, o do representante permanente do Quênia na sessão de emergência do CSNU, Martin Kimani: O presidente russo Vladimir Putin rejeitou a diplomacia em favor da força militar, que colocou a norma internacional do multilateralismo "em seu leito de morte, disse ele ao Conselho de Segurança. "Foi agredido hoje como tem sido por outros estados poderosos no passado recente. ... A integridade territorial e a soberania da Ucrânia foram violadas. A carta das Nações Unidas continua a murchar sob o ataque implacável dos poderosos."<sup>75,76</sup>

#### **Grupo dos BRICS debate criação de sistema mais ágil que o Swift<sup>77</sup>**

Dia 25/2, um dia após a deflagração da guerra contra a Ucrânia, os vice-ministros de finanças dos BRICS se reuniram e não mencionaram nenhuma vez a guerra. Pequim que está com a presidência pro-tempore do BRICS está preparando uma agenda de trabalho para este ano, com ênfase em infraestrutura. A questão da inclusão do tema de criação do sistema unificado de pagamentos terá que ser avaliada pelos ministros das finanças para saber se entra na agenda. A percepção dos membros do grupo é que o sistema global dominante SWIFT, que é dominado pelos EUA e Europa, é lento e a transação demora para chegar à conta do outro lado. Discutiram a necessidade de um sistema mais ágil para acompanhar melhor as necessidades do comércio. A Rússia, consciente dos riscos de seu confronto com o Ocidente, desenvolveu em 2019 um sistema nacional denominado Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS). Mas esse sistema só capta cerca de 20% das transações nacionais e permite operações com antigos países do ex-império soviético. Somente um banco chinês, o Bank of China se integrou ao SPFS.

Uma eventual tentativa de fazer esse mecanismo prosperar para o BRICS fez com que um dia após a reunião de vice-ministros de finanças do grupo, EUA, Europa, Canadá e Japão endurecessem as sanções contra a Rússia, o que inclui cortar mais bancos russos do SWIFT, impedindo essas instituições de realizar a maioria de suas transações em todo mundo e bloqueando as expo e importações russas.

No contexto geopolítico atual, a criação de sistema de pagamentos do grupo seria interpretada como uma das formas de ajudar Moscou a contornar o bloqueio no SWIFT. E

<sup>74</sup> [Assembleia Geral da ONU aprova resolução contra operação militar da Rússia na Ucrânia - 02.03.2022, Sputnik Brasil \(sputniknews.com\)](https://www.sputniknews.com/pt-br/news/2022-03-02/Assembleia-Geral-da-ONU-aprova-resolucao-contr-operacao-militar-da-Russia-na-Ucrania-02.03.2022/)

<sup>75</sup> [Embaixador queniano na ONU compara situação da Ucrânia ao legado colonial na África : NPR](https://www.npr.org/pt-br/news/2022-03-02/Embaixador-queniano-na-ONU-compara-situacao-da-Ucrania-ao-legado-colonial-na-Africa)

<sup>76</sup> [Por que foi deixado para o Quênia falar pelo multilateralismo | ? O Intérprete \(lowyinstitute.org\)](https://www.lowyinstitute.org/pt-br/news/2022-03-02/por-que-foi-deixado-para-o-Quenia-falar-pelo-multilateralismo-?O-Intérprete)

<sup>77</sup> [Sanções à Rússia devem travar discussão de sistema de pagamentos no Brics | Brasil | Valor Econômico \(globo.com\)](https://www.globo.com/pt-br/economia/brics/brics-sistema-pagamentos)

colocaria empresas dos sócios do BRICS também em risco... Os países do BRICS representam 18% do comércio global e 25% dos investimentos diretos estrangeiros (pp a China).<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Valor, 2022. 26 fevereiro-2 março, 2022. Página A7. Sistema de pagamentos do BRICS pode não prosperar.

## Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe: Especial V Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável

*Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

### Atualização da situação epidemiológica da região

Segundo dados da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS)<sup>79</sup>, de 9 de março de 2022, na última semana, houve uma redução de 26% no número de casos de Covid-19 na região das Américas, com 1,1 milhão de novos casos relatados.

O número de mortes também sofreu uma redução de quase 19%, totalizando cerca de 18 mil mortes registradas.

No entanto, é possível que os números não estejam refletindo a realidade, uma vez que houve também uma queda no número de testes realizados. Ainda existem alguns países e territórios relatando aumentos recente nos casos de Covid-19. No Caribe, por exemplo, os casos tiveram um leve aumento de 2,2%.

Entre os países e territórios da Região que registraram um aumento no número de mortes na última semana estão Bolívia e Porto Rico.

Dois anos se passaram desde o início da pandemia de Covid-19, pouco antes da transmissão da doença se espalhar por toda a nossa Região. Desde então, pelo menos seis milhões de vidas foram perdidas em todo o mundo para esse vírus. E a região das Américas foi afetada de forma desproporcional. Com mais de 2,6 milhões de vidas perdidas, a região registrou mais mortes por Covid-19 do que qualquer outra do mundo.

Quase metade de todas as mortes ocorreram em na região, embora menos de 13% da população mundial viva aqui. Esta é uma tragédia de enormes proporções, cujos efeitos serão sentidos nos próximos anos.

Além das vidas que perdemos, a pandemia teve um efeito catastrófico na saúde a longo prazo de nossa população. Mais de 148 milhões de pessoas na região contraíram a doença, e estudos iniciais mostram que alguns sobreviventes da Covid-19 sofrerão consequências ao longo da vida.

Como os sistemas de saúde foram sobrecarregados pelo aumento de casos de Covid-19, os países das Américas relataram mais interrupções nos serviços essenciais de saúde do que outras regiões do mundo.

Em alguns países, como Brasil, Estados Unidos e Chile, foram alcançados números recordes de novos casos durante o pico da variante ômicron e mais de 220.000 vidas foram perdidas em toda a região nesse curto período de 2022.

Em muitas partes de nossa Região, as medidas de saúde pública estão sendo deixadas de lado. Embora não sejam todos, alguns países estão tomando essa decisão com base em avaliações de risco e dados relacionados à saúde.

---

<sup>79</sup> <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

Devemos acompanhar de perto a situação da pandemia e ajustar as medidas de saúde pública sempre que houver risco de aumento da transmissão. A COVID-19 exacerbou as desigualdades existentes e surgiram novas desigualdades, por exemplo, no acesso a vacinas.

Na América Latina e no Caribe, quase 248 milhões de pessoas ainda não receberam sua primeira dose, a maioria das quais vive em áreas rurais ou carentes de difícil acesso. Apenas 14 países alcançaram cobertura de 70% da população com o esquema vacinal completo.

Enquanto se planeja a resposta aos próximos estágios da pandemia, devemos lembrar que a Covid-19 continua sendo uma ameaça real que coloca o maior fardo sobre os pobres e mais vulneráveis.

### **CEPAL: V Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável**

A Quinta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável teve lugar em San José, Costa Rica, entre os dias 7 e 9 de março de 2022, sob a Presidência da Costa Rica. Esta versão, reuniu mais de 1200 pessoas, 260 delegados inscritos, além de 230 representantes do Sistema das Nações Unidas, 21 organizações intergovernamentais, 19 de instituições financeiras e 22 de agências de cooperação, juntamente com mais de 300 representantes da sociedade civil, academia e setor privado. Somaram-se a isso as milhares de pessoas que acompanharam o encontro nas plataformas sociais e as transmissões públicas das sessões.

Os participantes analisaram os avanços e os desafios da implementação da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe, a região em desenvolvimento mais impactada pelo COVID-19 do ponto de vista sanitário, econômico e social.

Durante o evento de 3 dias, os países destacaram que a Agenda é centrada nas pessoas, universal e transformadora, e que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza, é o maior desafio que o mundo enfrenta e é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável, tornando crucial chegar primeiro aos mais atrasados e capacitar aqueles em situações vulneráveis.

#### ***Reunião do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil***

Antes do início das atividades oficiais do Fórum, em 6 de março, foi realizado o encontro da sociedade civil<sup>80</sup> e outros atores relevantes na modalidade virtual, intitulado “O diálogo social como instrumento para o desenho, implementação e monitoramento de políticas de recuperação inclusivas e sustentáveis”. A reunião do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil (MeSCALC)<sup>81</sup> permitiu que seus representantes trocassem ideias, experiências e propostas, sobre a implementação da Agenda 2030 e dos ODS, nos países de nossa região, especialmente considerando o impacto do COVID 19 e a necessidade de adequar a resposta dos governos e a sociedade como um todo.

---

<sup>80</sup> A agenda completa da reunião do Mecanismo está disponível em: [https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/programa\\_de\\_la\\_reunion\\_de\\_la\\_sociedad\\_civil\\_de\\_america\\_latina\\_y\\_el\\_caribe\\_previa\\_a\\_la\\_quinta\\_reunion\\_del\\_foro\\_002.pdf](https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/programa_de_la_reunion_de_la_sociedad_civil_de_america_latina_y_el_caribe_previa_a_la_quinta_reunion_del_foro_002.pdf)

<sup>81</sup> <https://foroalc2030.cepal.org/2022/es/noticias/representantes-la-sociedad-civil-evaluan-implementacion-la-agenda-2030-la-region-previo-la>

Participaram da sessão de abertura Christian Guillermet Fernández, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Costa Rica, Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, e os representantes do MeSCALC, Mabel Bianco e Bárbara Jiménez.

O vice-chanceler Christian Guillermet Fernández destacou que os desafios que a região enfrenta para cumprir adequadamente os 17 ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável são enormes e que os sinais de guerra os tornam ainda mais difíceis, enquanto prometeu continuar apoiando a participação ativa e significativa da sociedade civil neste processo.

Por sua vez, Alicia Bárcena destacou os avanços das organizações da sociedade civil desde a primeira reunião do Fórum, em 2017, na Cidade do México. Lembrou também que a participação da sociedade sempre foi robusta, representando cerca de 20% de todos os participantes.

Durante seu discurso de boas-vindas, Bárcena analisou o atual panorama socioeconômico da América Latina e do Caribe, a região mais afetada no mundo em desenvolvimento pela crise do COVID-19. Reiterou, ademais, que a América Latina e o Caribe devem superar as lacunas estruturais que o impedem de alcançar o desenvolvimento com igualdade.

Bárcena indicou que, em 2021, a região registrou uma recuperação de curta duração do PIB (6,2%), já que em 2022 se espera uma desaceleração do crescimento de 2,1%, segundo as projeções da CEPAL. Por outro lado, a taxa de pobreza extrema subiu para 13,8% da população (86 milhões de pessoas), um retrocesso de 27 anos, em meio a pressões inflacionárias que afetam justamente os mais pobres, e acrescentou que 104 pessoas em nossa região têm riqueza equivalente a 11% do PIB.

A Secretária Executiva pediu à sociedade civil apoio ao Plano de Autossuficiência em Saúde<sup>82</sup>, elaborado pela CEPAL e aprovado em 2021 pelos países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). O plano visa o fortalecimento da produção e distribuição de medicamentos, especialmente vacinas na região.

Ressalta-se que, embora a CEPAL tenha contribuído significativamente para a elaboração do plano de autossuficiência em saúde – aprovado pela CELAC, essa iniciativa de integração regional não possui um arranjo de governança adequado para promover de fato a sua implementação, o que a coloca apenas no âmbito do diagnóstico do complexo produtivo e industrial da saúde na região.

Nesse sentido, Bárcena observou que, além do nacionalismo vacinal, hoje vivemos um conflito que nos mostra que há dinheiro para armas, mas não para desenvolvimento. Agregou que a região da ALC pode ser uma grande perdedora em termos de cooperação internacional, e pediu apoio a esquemas e estruturas regionais e organizações da sociedade civil.

Alicia Bárcena ressaltou, então, que é preciso criar mecanismos diferentes de governança. O Acordo de Escazú (sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em questões ambientais na América Latina e no Caribe) é um exemplo de que a sociedade civil deve estar na mesa de negociações, articulando tratados que serão centrais no futuro.

---

<sup>82</sup> <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47252-lineamientos-propuestas-un-plan-autosuficiencia-sanitaria-america-latina-caribe>

Ao final de seu discurso, Bárcena também destacou com emoção que está encerrando seu ciclo nas Nações Unidas na Costa Rica, justamente onde iniciou seu ciclo como membro da sociedade civil, fundando e dirigindo o Conselho da Terra (não governamental). “Sei das dificuldades que se tem quando se tenta realizar uma agenda tão complexa e importante como era a Agenda 21 na época. Hoje é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, resumiu.

### ***Inauguração oficial do V Fórum sobre o desenvolvimento sustentável***

No dia 7 de março, foram inauguradas oficialmente as sessões do V Fórum. Após os discursos de abertura do Presidente da Costa Rica, de Alicia Bárcena e de Amina Mohammed, vice-Secretária-Geral das Nações Unidas, que recordaram não ser possível sobreviver sozinho e nunca estaremos seguros se não nos salvarmos a todos.

O Presidente da Costa Rica alertou que, enquanto os países da América Latina e do Caribe avançam em termos de renda, atingindo patamares que os colocam como países de renda média ou média alta, paradoxalmente estão perdendo, só por isso, oportunidades de cooperação e foco de interesse para parceiros desenvolvidos. Os critérios de classificação unidimensionais baseados apenas na renda (per capita) escondem, segundo ele, uma realidade que deixa de fora as necessidades de grande parte dos países do mundo e de suas populações mais vulneráveis.

Amina Mohammed, por sua vez, recordou que à medida que o mundo enfrenta desafios sem precedentes, precisamos de liderança da região para resgatar os ODS e construir um futuro de paz, dignidade e prosperidade.

Em seguida da abertura, Alicia Bárcena apresentou o documento ["Uma década de ação para uma mudança de era"](#), que analisa os avanços e os desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe.

O documento tem **7 mensagens centrais**:

1. Crescentes assimetrias globais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.
2. Efeitos econômicos, sociais e políticos: A ALC é a região mais atingida do mundo pela Covid-19.
3. O papel do Estado tem sido central no enfrentamento dos custos econômicos e sociais de curto prazo.
4. A recuperação seguiu um modelo de desenvolvimento que já mostrava suas limitações estruturais que impõem custos crescentes e não estão alinhadas com o cumprimento dos ODS.
5. A CEPAL fortaleceu suas capacidades para avaliar o progresso dos ODS até 2030:
  - 2019: 19 séries de estatísticas de indicadores.
  - 2022: 359 séries, 111 metas, das quais 73 correspondem a indicadores prioritizados em nossa região.
6. Conclusão: 68% das metas continuam uma tendência insuficiente para 2030, quase um terço delas estão em uma trajetória que se afasta das metas.
7. Esses resultados reforçam a necessidade de uma década de ação para transformar o modelo de desenvolvimento baseado no multilateralismo efetivo.

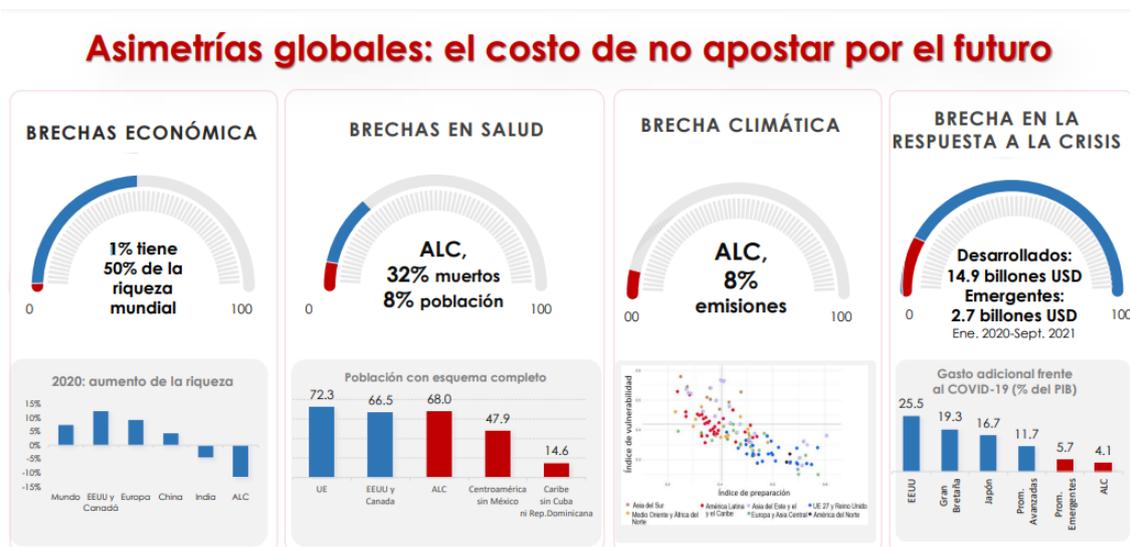
O relatório analisa as crescentes assimetrias globais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como os efeitos econômicos, sociais e políticos do COVID-19 na América

Latina e no Caribe. Afirma que a recuperação seguiu um modelo de desenvolvimento que já apresentava suas limitações estruturais, o que impõe custos crescentes e se afasta do alcance dos ODS.

Segundo o documento, 68% das metas de desenvolvimento sustentável continuam em uma tendência insuficiente para 2030. Ele alerta que apenas 1/3 das 111 metas dos ODS estão em ritmo e trajetória adequados na América Latina e no Caribe.

Bárcena enfatizou que os resultados desse estudo reforçam a necessidade de uma década de ação para transformar o modelo de desenvolvimento baseado no multilateralismo efetivo.

A imagem abaixo apresenta as assimetrias globais e o custo econômico, social e sanitário para o futuro de não investir no desenvolvimento justo e sustentável.



Los países desarrollados están rediseñando las sociedades post-COVID con mayor autosuficiencia nacional o regional

Fonte: Apresentação de Alicia Bárcena, em 7 de março de 2022, no V Fórum de Desenvolvimento Sustentável.<sup>83</sup>

Outra imagem interessante apresentada pela Secretária Executiva evidencia a trágica situação dos ODS na região. Como se vê abaixo, 46% das 111 metas dos ODS não estão em ritmo adequadas para o alcance em 2030 e 22% estão tendendo ao retrocesso.

<sup>83</sup>[https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/presentations/220307\\_esp\\_alicia\\_barcelona\\_oc\\_fds.5\\_0.pdf](https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/presentations/220307_esp_alicia_barcelona_oc_fds.5_0.pdf)

## Solo un tercio de las 111 metas en la trayectoria y ritmo adecuados

AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE METAS DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE Y SU POSIBILIDAD DE ÉXITO A 2030



Fonte: Apresentação de Alicia Bárcena, em 7 de março de 2022, no V Fórum de Desenvolvimento Sustentável.<sup>5</sup>

Tanto a apresentação quanto o importante Relatório apresentado por Bárcena estão disponíveis nos endereços dispostos acima.

No segundo dia do Fórum, em 8 março, o evento paralelo intitulado “Marcos de políticas socioambientais para um ambiente de investimento seguro: as oportunidades do Acordo de Escazú”<sup>84</sup>, reuniu representantes da CEPAL, do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BM), do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na ocasião, Alicia Bárcena e Jaime Roberto Díaz, Vice-presidente do BCIE, assinaram um Memorando de Entendimento entre a CEPAL e o BCIE que estabelece um marco geral de colaboração interinstitucional entre as partes para questões relacionadas à promoção e divulgação do Acordo de Escazú (Acordo Regional de Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe), além de outras ações para promover políticas de desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

Alicia Bárcena observou que há quem tenha medo do Acordo de Escazú porque acredita que impedirá investimentos. No entanto, ela ressaltou que esse acordo pode tornar os investimentos sustentáveis, com a participação das comunidades, uma vez que se fizerem parte da aprovação de um processo, há mais possibilidades de que sejam ambientalmente sustentáveis e sustentáveis ao longo do tempo.

<sup>84</sup> <https://foroalc2030.cepal.org/2022/es/noticias/banca-multilateral-ocde-consideran-fundamental-acuerdo-escazu-generar-un-clima-inversiones>

Acrescentou que este Acordo de Escazú visa proteger os defensores do meio ambiente, aqueles que deram vida pela vida e destacou que sua entrada em vigor proporcionará uma plataforma regional que nos tornará mais competitivos em relação a outras regiões.

Por sua vez, Jaime Roberto Díaz indicou que existem grandes desafios na região centro-americana e, como entidade bancária multilateral, estão dispostos a acompanhar os países para superá-los, incluindo melhores padrões e políticas de proteção ambiental e social. Pediu a todos que não tenham medo, que avançassem na implementação do acordo, que considera ser uma interação aberta e transparente no âmbito social e ambiental, em boas relações com as comunidades, os setores público e privado, a fim de alcançar uma fórmula que leve a melhores projetos que ajudem a superar as principais lacunas nos problemas econômicos e sociais da região.

Finalmente, o Vice-Ministro de Relações Exteriores da Costa Rica, Christian Guillermet, explicou que os investidores buscam cada vez mais ambientes seguros que os ajudem a atingir seus objetivos, que é a geração e sua contribuição para a economia de cada uma de nossas sociedades. Neste contexto, ressaltou que o Acordo de Escazú se constitui como um instrumento-quadro de alto padrão na América Latina e no Caribe para promover o investimento responsável e fornecer aos diferentes atores econômicos ferramentas para melhorar sua transparência e salvaguardas ambientais, tão importantes nesse novo mundo onde o verdadeiro desafio não é a reativação econômica, não é a pandemia, mas sim as mudanças climáticas, as ameaças climáticas.

Guillermet insistiu que o Acordo reforça os vínculos entre Estado, empresa e sociedade para otimizar os resultados de seus projetos e gerar maior bem-estar.

A reunião continuou com um painel de discussão no qual especialistas da OCDE, do Banco Europeu de Investimento, do BM, do BID, da Aliança Empresarial para o Desenvolvimento (AED), da Acción Empresa, membro da rede do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e o Governo da Costa Rica.

Ainda no mesmo dia e dentro do âmbito dos eventos que ocorreram de forma paralela ao Fórum, teve lugar o Fórum Empresarial para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe 2022: Inovação e Cooperação Público-Privada para uma Recuperação Inclusiva e Sustentável.<sup>85</sup> Durante o evento, especialistas reiteraram a importância da inovação, desenvolvimento tecnológico e cooperação público-privada para uma recuperação verde, inclusiva e sustentável na região.

O evento foi organizado pela CEPAL, pelo governo da Costa Rica, pelo Pacto Global das Nações Unidas e pela Câmara de Comércio Internacional. Alicia Bárcena alertou para o fato de que o investimento verde na América Latina e no Caribe representou apenas 1% do total de gastos anunciados em 2021, enquanto os orçamentos ambientais nos gastos públicos foram reduzidos pela metade, de 0,4% para 0,2% do PIB, entre 2019 e 2020. Ademais, observou que em seu relatório “Uma década de ação para uma mudança de era”, estão documentadas as graves implicações dessas tendências para a perda da biodiversidade terrestre e marinha e o desmatamento.

---

<sup>85</sup> <https://foroalc2030.cepal.org/2022/es/noticias/expertos-reiteran-importancia-la-innovacion-desarrollo-tecnologico-la-cooperacion-publico>

A Diretora Executiva do Pacto Global das Nações Unidas, Sandra Ojiambo, enfatizou que a colaboração entre os setores público e privado tem sido crucial na resposta global ao COVID-19. A recuperação, segundo ela, ocorrerá melhor juntos, o que permitirá operar de forma sustentável e alinhados com os ODS, construir resiliência e fortalecer nossa capacidade de criar negócios e construir mercados.

Por fim, a vice-presidente da Câmara de Comércio Internacional, María Fernanda Garza, alertou que a pandemia mostrou uma profunda relação entre empresas, governos e sociedade. Garza afirmou que a reconstrução precisará ser planejada e executada com isso em mente. O papel do setor privado não pode mais ser relegado ao do empregador ou do financiador.

No âmbito do encontro oficial, no dia 8 de março, em um evento especial em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres<sup>86</sup>, altas autoridades governamentais, funcionários da ONU e representantes da sociedade civil reafirmaram seu compromisso com a igualdade de gênero e instaram a acelerar o ritmo para alcançar a igualdade substantiva, de fato, e evitar retrocessos na América Latina e no Caribe.

Alicia Bárcena afirmou que era um dia para renovar o compromisso da região com a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres e que devemos redobrar nossos esforços, acelerar o ritmo do progresso e alcançar a igualdade substantiva entre mulheres e homens.

E acrescentou que os nós estruturais da desigualdade de gênero ainda estão presentes e se expressam na distribuição desigual de poder, recursos, riqueza, trabalho e tempo entre mulheres e homens, bem como na persistência do patriarcado e da cultura do privilégio. Mas, recordou que devemos estar atentos para garantir que nenhuma mulher seja deixada para trás. O slogan continua sendo “nada sobre nós sem nós”.

Por sua vez, María Noel-Vaeza, da ONU-Mulheres, alertou que o progresso em direção à igualdade de gênero é desesperadamente lento e estamos cansados. Por tanto, é preciso acelerar o ritmo em todos os setores em direção à igualdade.

Além de Bárcena, participaram do evento Epsy Campbell, Vice-Presidente da Costa Rica; Erika Mouynes, Ministra das Relações Exteriores do Panamá; Jean Gough, Diretor Regional para América Latina e Caribe do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Carla Barnett, Secretária Geral da Comunidade do Caribe (CARICOM) (virtual); e Shi Alarcón e Rosa Adriana López Carrillo, representantes do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável. A eles se juntaram Elizabeth Gómez Alcorta, Ministra da Mulher, Gênero e Diversidade da Argentina, e Amina Mohammed, Secretária Geral Adjunta das Nações Unidas, com mensagens em vídeo.

Durante o evento, os representantes pediram o fim da “pandemia sombria” da violência contra as mulheres. Segundo dados da CEPAL, pelo menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 26 países em 2020 e 2 em cada 3 mulheres foram vítimas de violência de gênero.

As estatísticas também indicam que uma em cada quatro meninas e adolescentes da região se casou pela primeira vez ou teve uma união precoce antes de completar 18 anos, uma prática prejudicial que não mudou nos últimos 25 anos.

---

<sup>86</sup> <https://foroalc2030.cepal.org/2022/es/noticias/participantes-foro-desarrollo-sostenible-instaron-evitar-retrocesos-lograr-la-igualdad>

Os representantes da sociedade civil manifestaram sua preocupação com o avanço de propostas autoritárias em vários governos da região com políticas públicas que geram retrocessos em termos de direitos humanos, incluindo direitos sexuais e reprodutivos.

Em 2020, a participação laboral das mulheres na América Latina e no Caribe sofreu 18 anos de declínio, segundo estimativas da CEPAL. Até 2022, essa participação deverá chegar a 51%, enquanto a dos homens chegará a 73,8%. Esse percentual significa que 1 em cada 2 mulheres não participará do mercado de trabalho.

Da mesma forma, as mulheres passam três vezes mais tempo do que os homens ao trabalho de cuidado não remunerado. Bárcena observou que se contabilizarmos corretamente sua contribuição para a economia, representaria entre 16% e 24% do PIB.

Por fim, Amina Mohammed, insistiu que somente com mulheres e meninas no centro de nossos esforços poderemos ter melhores chances de alcançar o sucesso em enfrentar nossos atuais e urgentes desafios globais, tais como a emergência mudanças climáticas, violência baseada em gênero, divisões políticas e recuperação sustentável desta pandemia global.

**No último dia do encontro**, delegados dos 33 países da América Latina e do Caribe reafirmaram seu compromisso de implementar efetivamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo seus Objetivos e metas, que são integrados e indivisíveis e combinam as três dimensões do desenvolvimento.

A Quinta reunião do Fórum foi encerrada com uma cerimônia presidida pelo Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Rodolfo Solano Quirós, e pela Secretária Executiva da CEPAL, que recebeu uma homenagem por seus quase 14 anos à frente da Comissão, cargo que deixará em 31 de março.

No âmbito do Fórum, o governo da Costa Rica, por meio de seu Presidente Carlos Alvarado, concedeu-lhe a Ordem Nacional Juan Mora Fernández no grau de Prata da Grã-Cruz, a mais alta distinção concedida pelo país a personalidades estrangeiras, por sua destacada atuação em defesa da proteção do meio ambiente, da igualdade e dos direitos humanos.

A homenagem também se refletiu no documento que resume as conclusões e recomendações do Fórum, no qual os delegados participantes expressaram sua mais profunda gratidão a Alicia Bárcena, primeira mulher a ocupar o cargo.

O Ministro de Relações Exteriores de Costa Rica, Rodolfo Solano Quirós, resumiu os principais trabalhos do Fórum e levantou 12 conceitos-chave que emergiram dos debates:

- promover a paz, o diálogo e a participação ativa, como caminho para o desenvolvimento sustentável;
- encurtar as grandes lacunas e assimetrias entre os países e dentro dos países, econômicas, sociais, ambientais;
- acesso a financiamentos inovadores para que a América Latina e o Caribe possam reverter a crise;
- cooperação e transição para que os países de nossa região não fiquem de fora da cooperação e do acesso a fundos concessionais;
- uma recuperação verdadeiramente transformadora, baseada na ciência, sustentável, verde e azul, inclusiva, justa, inovadora e resiliente;
- tornar visível a biodiversidade da nossa região

- mudanças climáticas, às quais nossa região é altamente vulnerável;
- novos pactos sociais e econômicos para que a recuperação seja sustentável;
- igualdade de gênero;
- sociedade do cuidado;
- integração regional, maior diálogo político e, sobretudo, unificação de nossa voz perante a comunidade internacional; e
- aspirar a um novo multilateralismo que coloque o desenvolvimento sustentável em primeiro lugar e que inclua a reconfiguração da arquitetura financeira internacional.

O Ministro finalizou ressaltando que este Fórum é um exemplo de como podemos aproveitar nossa voz nas plataformas das Nações Unidas para amalgamar as prioridades e preocupações que temos como região. Segundo ele, a CEPAL é um espaço privilegiado por sua inestimável contribuição técnica e rigorosa análise, no âmbito da qual promovemos uma agenda que responde ao consenso que alcançamos sobre como vislumbramos esse futuro sustentável, inclusivo, inovador e resiliente.

Por sua vez, em suas considerações finais, Alicia Bárcena destacou que o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável é o espaço que permite que a região fale com sua própria voz, reconheça sua rica diversidade, mas ao mesmo tempo, convergem e encorajam aspirações comuns.

Destacou também a apresentação do quinto relatório sobre os avanços e desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe, intitulado *Uma década de ação para uma mudança de era*, no qual foram apresentadas propostas específicas em quatro áreas: (1) o fortalecimento do multilateralismo, particularmente em termos de financiamento para o desenvolvimento; (2) a melhoria da implementação de políticas produtivas, sociais e ambientais de âmbito nacional e regional; (3) a necessidade de aumentar a resiliência das instituições e (4) de superar conflitos por meio de acordos e pactos.

Como despedida<sup>87</sup>, Alicia Bárcena também destacou que em seus 14 anos à frente da CEPAL dedicou seus esforços a coletar dados, desvendar os números, construir argumentos baseados em análises rigorosas para demonstrar que a âncora estrutural que inibe nosso justo desenvolvimento é o peso brutal da nossa característica distintiva: a desigualdade. “Não ficamos sozinhos no diagnóstico. Com o ouvido atento, os olhos abertos aos dados e necessidades dos países da nossa região, temos procurado construir propostas, dotar-nos de ferramentas analíticas e de políticas públicas para avançar, no pleno respeito da vontade soberana de cada um dos nossos países, no caminho de nossa urgente emancipação”, declarou.

No final do encontro, os delegados aprovaram o **documento de conclusões e recomendações**<sup>88</sup>, com 19 páginas e 106 parágrafos, que será levado ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável em 2022. No documento os países reconheceram a entrada em vigor – em 22 de abril de 2021 – do Acordo de Escazú, e convidaram os Estados

---

<sup>87</sup> Mario Cimoli, atual Secretário Executivo Adjunto da Comissão, será o novo Secretário Executivo da CEPAL, a partir de abril de 2022.

<sup>88</sup> [https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/22-00132\\_fds.5\\_conclusiones\\_y\\_recomendaciones\\_aprobadas.pdf](https://foroalc2030.cepal.org/2022/sites/foro2022/files/22-00132_fds.5_conclusiones_y_recomendaciones_aprobadas.pdf)

Partes a participar da primeira reunião de a Conferência das Partes do Acordo (COP 1), a ser realizada de 20 a 22 de abril de 2022 em Santiago, no Chile.

Com relação à pandemia da Covid-19, o documento ressalta que:

- os Governos têm a responsabilidade primordial de adotar e implementar respostas à pandemia de COVID-19 específicas ao seu contexto nacional, bem como de mobilizar os recursos necessários para o fazer.
- a recuperação pós-pandemia deve ampliar e apoiar as políticas de desenvolvimento na América Latina e no Caribe, e
- incentivar o investimento em inovação, pesquisa e desenvolvimento, bem como uma renovada solidariedade e cooperação regional.

Além disso, os delegados pedem uma resposta multilateral coordenada globalmente para abordar as repercussões que a pandemia da Covid-19 está tendo no desenvolvimento sustentável, bem como as políticas necessárias para enfrentar a atual recessão econômica e a futura depressão, iniciar a recuperação econômica e minimizar os efeitos negativos nos meios de subsistência, ao mesmo tempo em que busca retornar ao caminho de realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por isso, destaca-se a necessidade de conceder isenção especial aos países vulneráveis da região, no que diz respeito à atuação das agências de classificação de crédito e às medidas necessárias para alcançar a sustentabilidade da dívida e reduzir o endividamento dos países em desenvolvimento.

Eles também reiteram o apelo para continuar a atender às necessidades específicas de desenvolvimento dos países de renda média por meio, entre outras coisas, de financiamento inovador para o desenvolvimento.

Nesse sentido, convidam a CEPAL a continuar reunindo informações sobre o impacto da perda de acesso à assistência oficial ao desenvolvimento e ao financiamento concessional nas conquistas do desenvolvimento à medida que os países atingem diferentes níveis de renda, incluindo, mas não se limitando ao desenvolvimento em transição, e como o sistema internacional e os governos nacionais podem garantir que os ganhos de desenvolvimento obtidos vinculados ao aumento da renda sejam mantidos nos países em transição para o desenvolvimento sustentável.

É oportuno fazer uma análise do Documento de Conclusões e Recomendações desta quinta reunião do Fórum. Desde a primeira reunião do Fórum até a presente, foram formulados cinco documentos de Conclusões e Recomendações. Uma leitura de todos os documentos permite afirmar que eles são sistematicamente repetidos nas sucessivas reuniões do Fórum<sup>89</sup> e, ao passar dos anos, vêm aumentando o número de parágrafos.

Na primeira reunião do Fórum, em 2017, suas Conclusões e Recomendações constituíam um documento com 21 parágrafos. Na atual edição do Fórum, observa-se uma declaração de 106 parágrafos.

---

<sup>89</sup> No link <https://cepal.org/es/linea-tiempo-foro-paises-america-latina-caribe-desarrollo-sostenible>, pode se acessar a uma linha de tempo com as cinco reuniões do Foro e os documentos que tem dado por resultado as mesmas.

Embora o encontro seja um local de grande importância para a troca de informações e experiências entre os países – e para o acompanhamento e promoção do cumprimento da Agenda 2030 e seus ODS, parece que tem servido de pouco para a transformação da realidade da região.

Não há dúvida quanto ao papel do Fórum no diagnóstico sobre o desenvolvimento econômico, político e social da América Latina e Caribe, mas cabe perguntar qual tem sido o real envolvimento dos países ao longo desses cinco anos de reuniões do Fórum, além das declarações de boa vontade. Embora o Fórum conte com a participação de altas autoridades políticas dos países, qual tem sido a vontade política de se comprometer com estas Conclusões e Recomendações, para além da retórica?

### **MERCOSUL e Índia analisam aprofundamento das relações comerciais**

Continuando com a intenção de melhorar as relações do bloco com terceiros países, a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL do PARAGUAI acordou um plano de trabalho para avaliar opções para aumentar a exportação de óleos vegetais para a Índia. Atualmente, o Mercosul é um dos principais exportadores mundiais desse tipo de óleo.

O MERCOSUL e a Índia possuem um Acordo de Comércio Preferencial<sup>90</sup>, que prevê, em um primeiro momento, ações com o objetivo de incrementar o comércio, incluindo a concessão recíproca de preferências tarifárias no entendimento de que facilitarão as negociações posteriores.

A delegação indiana foi chefiada pelo Secretário de Relações Econômicas, Dammu Ravi, e pelo Secretário do Departamento de Alimentação e Distribuição Pública, Sudhanshu Pandey<sup>91</sup>.

A delegação do Mercosul foi coordenada pelo Diretor Geral de Política Econômica, Embaixador Enrique Franco, acompanhado de representantes da Argentina, Brasil e Uruguai. Também participaram as representações diplomáticas do Mercosul em Nova Delhi e, no caso do Paraguai, esteve presente o Embaixador Fleming Raúl Duarte. A delegação paraguaia foi integrada por funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, Finanças e Indústria e Comércio do Paraguai.

### **XV Reunião Extraordinária do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente do MERCOSUL**

No dia 4 de março, no âmbito da Presidência Pro Tempore do Paraguai, foi realizada a XV Reunião Extraordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 6 – Meio Ambiente – do Mercosul, durante a qual as delegações discutiram questões relevantes para a agenda ambiental.

Entre os temas a serem elaborados estão: Espécies Exóticas Invasoras, Produtos e Substâncias Químicas Perigosas, Mudanças Climáticas e Desertificação, Observatório Ambiental do Mercosul e preparação relevante para a Reunião de Ministros do Meio Ambiente.

As delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai participaram da reunião extraordinária e contaram com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai e da Secretaria do Mercosul para a elaboração da Ata, que ficará disponível em: <https://documentos.mercosur.int>.

---

<sup>90</sup> [https://relex.mercosur.int/public/red\\_acuerdos/describir/15](https://relex.mercosur.int/public/red_acuerdos/describir/15)

<sup>91</sup> <https://www.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/mercotur-e-india-analizan-profundizacion-del-relacionamiento-comercial>

## **OIT: América Latina e Caribe: igualdade de gênero e políticas do mercado de trabalho durante a pandemia (Nota Técnica)<sup>92</sup>**

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, em 8 de março, uma Nota Técnica<sup>93</sup> chamando atenção para o impacto desproporcional que a crise causada pela pandemia de Covid-19 nos mercados de trabalho da América Latina e do Caribe teve nas mulheres. Situação que colocou a região diante do desafio de enfrentar um retrocesso sem precedentes na igualdade de gênero no mercado de trabalho.

As mulheres da América Latina e do Caribe foram as mais afetadas pela crise desencadeada pela Covid-19 nos mercados de trabalho. A Nota Técnica realiza uma análise sucinta das políticas e medidas do mercado de trabalho que têm procurado contribuir para mitigar os efeitos perniciosos da pandemia e para a recuperação, com foco específico naquelas que consideram uma perspectiva de gênero.

Dos 23,6 milhões de empregos femininos perdidos no pior momento da crise no segundo trimestre de 2020, no final de 2021, cerca de 4,2 milhões ainda estavam por recuperar. No caso dos homens, por outro lado, os 26 milhões de empregos perdidos naquela época já haviam sido quase totalmente recuperados.

O documento destaca que a taxa de participação regional das mulheres, que girava em torno de 41% no início da década de 1990, aumentou de forma constante para 52,3% em 2019 (média dos três primeiros trimestres). Em 2020, no mesmo período caiu para 47%, embora nesse ano a média regional tenha atingido 43%.

Em 2021, a taxa de participação registou uma recuperação insuficiente, pois subiu para 49,7%, 2,5 pontos percentuais abaixo dos níveis pré-pandemia. Ao mesmo tempo, a partir do terceiro trimestre de 2021, a taxa média de desemprego para as mulheres foi de 12,4%, a mesma de 2020, o que é um sinal de que não houve melhora e que deve cair significativamente para regredir ao 9,7% de 2019. Esses valores estão acima da taxa geral de desemprego de 10%, e de 8,3% da taxa para os homens.

A análise da OIT diz que as medidas adotadas para enfrentar a emergência de saúde, como o fechamento de centros educacionais e assistenciais em geral, tiveram um impacto negativo na participação feminina no trabalho. A isto acrescentou-se que os setores de atividade em que as medidas de isolamento social tiveram maior impacto (comércio, restauração e hotelaria, atividades de lazer, entre outros) são intensivos em mão-de-obra feminina.

A especialista regional em economia do trabalho da OIT, Roxana Maurizio, observou que a pandemia exacerbou as desigualdades estruturais existentes. Mulheres rurais, chefes de família com filhos pequenos, aquelas com menos formação e educação, mulheres indígenas e afrodescendentes foram as mais afetadas. As disparidades de gênero, tanto na participação quanto na renda, são persistentes em mulheres de menor renda e menor escolaridade.

O documento ressalta também que as medidas setoriais de estímulo não devem ser retiradas antecipadamente para consolidar a recuperação, especialmente nos setores com maior proporção de mulheres trabalhadoras. As medidas de transferência de rendimentos ou

---

<sup>92</sup> [https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS\\_838551/lang-es/index.htm](https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS_838551/lang-es/index.htm)

<sup>93</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_838520.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_838520.pdf)

as ajudas em espécie também não devem ser retiradas para garantir as condições mínimas que permitem sustentar o crescimento do emprego.

A Notas acrescenta que o investimento no cuidado é essencial tanto para a geração de emprego de qualidade quanto para a plena inserção da mulher no mercado de trabalho. O reforço das capacidades das mulheres para desenvolverem as suas condições de empregabilidade e a reconversão e adaptação das capacidades para entrar no mundo da economia digital são fundamentais para a recuperação numa perspectiva de gênero.

## **Organização dos Estados Americanos (OEA)**

### **Secretaria Geral da OEA forma Grupo de Alto Nível para promover a implementação das recomendações das Missões de Observação Eleitoral (MOE) sobre a participação política das mulheres<sup>94</sup>**

No dia 8 de março, A Secretaria Geral da OEA, por meio do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), formou um Grupo de Alto Nível para promover a implementação das recomendações das MOE no campo da participação política.

O grupo é chefiado pela ex-presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla, e integrado por Diana Atamaint, presidente do Conselho Nacional Eleitoral do Equador; Gabriela Cuevas, ex-presidente da União Interparlamentar e ex-deputada mexicana; Isabel de Saint Malo, ex-vice-presidenta e ex-ministra das Relações Exteriores do Panamá; María Ángela Holguín, ex-chanceler colombiana; Luciana Lossio, ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil e Rosina Wiltshire, especialista internacional em desenvolvimento e igualdade de gênero, de Barbados.

Essas importantes líderes da região vão compartilhar suas experiências como candidatas, legisladoras, governadoras, presidentas ou profissionais da área eleitoral e buscarão promover a aproximação com autoridades, partidos políticos e sociedade civil, com o objetivo de continuar avançando no desenvolvimento e consolidação de reformas administrativas ou legais que deem lugar a uma transformação de longo prazo em termos de participação política das mulheres na região.

As Missões de Observação Eleitoral da OEA analisam essa questão desde 2011 e fazem recomendações com o objetivo de alcançar processos eleitorais mais inclusivos que permitam às mulheres do continente exercer plenamente seus direitos políticos.

### **Relatório sobre Crimes contra a Humanidade praticados pelo governo da Venezuela**

No dia 9 de março, foi realizada a apresentação do Relatório Anual 2021 do Instituto CASLA sobre Crimes Contra a Humanidade na Venezuela<sup>95</sup>. O documento de 43 página faz um balanço detalhado dos crimes contra a humanidade cometidos pelo governo venezuelano durante o ano de 2021.

---

<sup>94</sup> [https://www.oas.org/pt/centro\\_midia/nota\\_imprensa.asp?sCodigo=P-010/22](https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-010/22)

<sup>95</sup> <https://www.oas.org/documents/spa/press/CASLA-2021-FINAL.pdf>

## O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva,  
Tomé Cá e Felix Rosenberg*

### Comissão Econômica das Nações Unidas para a África

*8ª Sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável (Eighth Session of the Africa Regional Forum on Sustainable Development) Kigali, Ruanda, 3 a 5 de março.*

A Comissão Econômica para África das Nações Unidas (ECA), juntamente com o Governo do Ruanda e em colaboração com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e entidades do sistema das Nações Unidas, realizou a 8ª Sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável no Centro de Conferências de Kigali, num formato híbrido com a participação tanto presencial como online.

O Fórum contou com a presença de mais de 1.800 participantes, incluindo ministros e representantes de alto nível dos governos de 54 Estados-Membros, organismos intergovernamentais, organismos das Nações Unidas e agências especializadas, outras organizações internacionais, grandes grupos e outras partes interessadas.

O Fórum foi realizado contra o pano de fundo da pandemia contínua que resultou na perda de milhões de vidas. Os esforços de recuperação até à data têm sido irregulares, injustos e inadequadamente orientados para alcançar um desenvolvimento sustentável. A Covid-19 continua a ameaçar décadas de ganhos de desenvolvimento, atrasando ainda mais a transição urgente para economias mais verdes e mais inclusivas. Antes do surto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável já estavam fora do caminho, embora alguns progressos tivessem sido alcançados na redução da pobreza, na saúde materna e infantil, no acesso a eletricidade e igualdade de género. A 8ª Sessão do Fórum ofereceu, por conseguinte uma oportunidade de trocar boas práticas e conceber soluções para acelerar e expandir a escala de implementação dentro da estreita janela da década de ação e de entrega para o desenvolvimento sustentável.

Esta 8ª Sessão foi realizada sob o lema: "**Construir melhor o futuro: uma África verde, inclusiva e resiliente, pronta para realizar as Agendas 2030 e 2063**". Este lema está intimamente alinhado com o da próxima reunião do *Fórum Político de Alto Nível sobre desenvolvimento sustentável: "Construir melhor a partir da Covid-19 enquanto se avança na plena implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030"* ("*Building back better from Covid-19 while advancing the full implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*").

**Sessão Abertura da (ponto 1 da agenda)** A sessão foi moderada pela jornalista Lerato Mbele, da África do Sul. Foi oficialmente aberto pelo Presidente do Ruanda, Paul Kagame. As declarações de abertura foram proferidas pela Ministra do Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Bacia do Congo e Presidente da 7ª Sessão do Fórum, Arlette Soudan-Nonault; a Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Secretária Executiva da Comissão Econômica para África, Vera Songwe; o Presidente do Conselho Econômico e Social e Representante Permanente do Botswana junto das Nações Unidas, Collen Kelapile; a Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana, Josefa Sacko, e a Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed.

A Presidente da 7ª Sessão agradeceu ao Governo do Ruanda e em particular o seu Presidente, por acolher o Fórum e pelo seu compromisso com a liderança de África na

transformação do continente. Notando que o Ruanda foi um modelo para a resiliência e dignidade da África, dado o seu sucesso na contenção da Covid-19, ela apelou ao reforço regional da solidariedade. Ela destacou as principais realizações da Mesa cessante do Fórum e convidou a próxima Mesa a concentrar-se numa série de prioridades, incluindo mecanismos de financiamento para uma recuperação sustentável; a Grande Muralha Verde e a Grande Muralha Azul para África; realização acelerada das Agendas 2030 e 2063: “*A África que Queremos*”, da União Africana; reforço da capacidade dos jovens e das mulheres de África na ciência, tecnologia e inovação e negócios verdes; e igualdade de género e o empoderamento das mulheres e dos jovens para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Secretária Executiva da Comissão Económica para África da ONU delineou as recentes realizações positivas da África, incluindo tremendo progresso com a aquisição de vacinas e o estabelecimento da África Agência de Medicamentos, juntamente com grandes avanços na tecnologia digital e operacionalização da Área de Comércio Livre Continental Africana, embora faltasse muito a fazer para deter a regressão sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. As parcerias críticas e a cooperação interafricana já estavam a ser alavancadas para esse fim. Ela felicitou os países africanos, incluindo o Ruanda e o Quênia, que tinham sido determinantes na decisão histórica sobre o plástico na sessão de 2022 da Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente. Ela apelou para apoio à juventude africana nos domínios dos direitos de propriedade intelectual e inovação, que tem um elevado potencial de criação e desenvolvimento de emprego no continente. Exortou os Estados-Membros a assegurarem que, na sua vigésima sétima sessão, a Conferência das Partes no âmbito do Quadro de Convenção sobre as Alterações Climáticas das Nações Unidas produziria resultados para a África, especialmente no que diz respeito aos meios de implementação e ao consenso global sobre o preço do carbono, para recompensar África pela sua custódia de bens climáticos globais, tais como o sequestro de carbono na floresta da bacia do Congo e nas suas turfeiras.

O Presidente do Conselho Económico e Social disse que o tema do Fórum correspondia perfeitamente ao caminho que a África deve trilhar para recuperar-se da pandemia de uma forma sustentável. Ele delineou cinco ações para alcançar a desejada recuperação sustentável: (a) superar a Covid-19 assegurando o acesso equitativo às vacinas; (b) assegurar o espaço fiscal adequado para financiar esforços de recuperação pós-pandémica; (c) enfrentar a crise climática e apoiar o Egito em acolher uma cúpula climática firme que desse resultados para África; (d) atacar de forma decisiva as causas profundas de desigualdades persistentes dentro e entre países; e (e) fazer com que a Zona de Comércio Livre Continental Africano funcione para África. Reafirmou o empenho do Conselho Económico e Social em apoiar a África e informou o Fórum sobre a decisão tomada pelo Presidente da Assembleia Geral e ele próprio para convocar em breve um evento especial sobre o desenvolvimento de África.

A Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana, em representação do Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, sublinhou o impacto da pandemia sobre a saúde pública e o progresso económico de África. Ela observou que esses impactos ofereciam uma oportunidade sem precedentes para os países africanos se reconstruírem de forma mais forte e mais verde. Ela destacou o Plano de Recuperação Verde da União Africana, concebido para apoiar os esforços dos Estados-Membros em áreas-chave, incluindo financiamento climático, energias renováveis, soluções baseadas na natureza, agricultura, cidades verdes e resilientes. Ela delineou planos e progressos alcançados pela União Africana e seus parceiros em preparação para a próxima cúpula climática, juntamente com iniciativas para a gestão e utilização sustentáveis dos recursos hídricos. Em conclusão, ela pediu

recomendações práticas do Fórum na atual sessão e reafirmou o compromisso de implementar recomendações políticas em parceria com a ECA e outras partes interessadas.

A Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas observou que a pandemia tinha causado desapontamento para solidariedade global e economias africanas, especialmente nos sistemas da educação e da saúde, agravados por um acesso insuficiente à internet e à energia acessível e sustentável. Ela apelou aos Estados-Membros para se concentrarem nas Agendas 2030 e 2063, destacando cinco áreas prioritárias de ação: (a), acabar com a pandemia e a resistência aos choques futuros; (b) aumentar a resiliência climática, com os países desenvolvidos a honrarem as suas promessas; (c) apenas transições nos sistemas energéticos e alimentares; (d) recuperar as perdas na educação; e (e) apoiar ações de igualdade de género. Ela observou que a África determinaria o destino global dos Objetivos, uma vez que tinha as maiores lacunas. Ela saudou a “Facilidade de Liquidez e Sustentabilidade”, que poderia libertar recursos para investimento nesses Objetivos, e apelou aos Estados-Membros para darem prioridade à Zona de Comércio Livre Continental Africano, pedindo-lhes e aos parceiros de desenvolvimento que assegurem que os necessários investimentos são realizados.

O Presidente do Ruanda observou que, apesar de a África ter feito progresso socioeconómico, a pandemia tinha abrandado os ganhos de desenvolvimento e reverteu esse progresso. As respostas pandémicas e a recuperação poderiam servir de rampa de lançamento para acelerar o progresso e investir no capital humano, construindo uma África mais verde, mais resistente, utilizando as Agendas 2030 e 2063 como um ponto de partida (*blueprint*). Ele delineou três ações a considerar: (a) construção de parcerias para reforçar a capacidade de fabrico de vacinas africanas; (b) dar prioridade ao fabrico doméstico mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento africano, em particular o desenvolvimento dos sistemas nacionais de saúde; e (c) utilizar a Zona de Comércio Livre Continental Africano para promover a adopção de tecnologias e infraestruturas sustentáveis, apoiando o crescimento verde. Seriam essenciais fortes mecanismos para monitorizar o progresso e ajustar a implementação, e elogiou o Fórum Regional por mostrar os benefícios das revisões voluntárias nacionais e subnacionais da implementação. Ele salientou que a construção da África que queremos estava em África, que tinha de apropriar-se e liderar o processo.

Para mais consideração sobre o conteúdo da Declaração de Kigali, sugerimos a leitura integral do documento<sup>96</sup>.

#### **Quarto Fórum Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação**

##### **Ciência, tecnologia e inovação são o modelo africano para um desenvolvimento acelerado**

O Fórum Africano de CT&I é um fórum de colaboração multilateral sobre ciência, tecnologia e inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecido em conformidade com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 no âmbito do Mecanismo de Facilitação Tecnológica. O mecanismo foi estabelecido ao abrigo da Agenda de Ação de Adis Abeba e foi lançado pela Agenda 2030 para apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O fórum é organizado pela Task Force Inter-Agências da ONU sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os GDS. O Mecanismo foi estabelecido no âmbito da

---

<sup>96</sup><https://www.uneca.org/sites/default/files/TCND/ARFSD2022/8th-ARFSD%20Final%20Draft%20Key%20Messages%20and%20Declaration.pdf>

Agenda de Ação de Addis Abeba e foi lançada até à Agenda 2030 para apoiar o implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O fórum global é organizado pela equipa de trabalho inter-agências das Nações Unidas sobre ciência, tecnologia e inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o apoio de um Grupo de 10 membros nomeados pelo Secretário-Geral, provenientes do sector privado, a comunidade científica e a sociedade civil.

A Secretária Executiva da Comissão Económica para África (ECA), Vera Songwe, apelou à criação de uma rede africana de desenvolvimento e transferência de tecnologia para estimular a inovação e acelerar o desenvolvimento no continente. Ela fez o apelo na abertura do 4º Fórum Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação (STI) em Kigali, Ruanda, a 1 de Março de 2022.

Uma rede africana de desenvolvimento e transferência de tecnologia poderia "identificar tecnologias emergentes, antecipar necessidades e encorajar a partilha de conhecimentos" em todo o continente, disse Songwe, observando que tal rede seria central para a disseminação de tecnologias às PME no continente. "Precisamos de construir uma base forte de ciência, tecnologia e inovação para permitir que a CT&I produzam resultados. Como vimos recentemente, muitos dos nossos países precisavam de ajuda para construir a sua capacidade de testar para a Covid-19. Com o colapso das cadeias globais de abastecimento, a dependência excessiva da África em relação aos fornecimentos médicos importados deixou o continente vulnerável de muitas maneiras, e a África foi forçada a inovar", acrescentou ela.

A Ministra da Educação do Ruanda, Valentine Uwamariya, explicou que "esta congregação de algumas das melhores e mais experientes mentes de África encontrará formas de a África poder empregar ciência e tecnologia para atingir estes Objectivos em menos de uma década.

O Diretor Regional da UNESCO para a África Oriental, Hubert Gijzen, que também esteve presente, salientou a importância da colaboração: "Precisamos de cooperação entre países para uma ciência aberta. Foi por isso que a UNESCO lançou o primeiro quadro internacional para a ciência aberta, que 193 Estados-Membros aprovaram.

O Fórum da CT&I teve lugar à margem do 8ª Sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD8) - uma plataforma anual multilateral organizada pela Comissão Económica para a África das Nações Unidas e pelo Governo do Ruanda em colaboração com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e outras entidades da ONU.

### **Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)**

#### *II Relatório Continental sobre a implementação da Agenda 2063*

##### *Resumo*

Agenda 2063 é o plano de desenvolvimento da África que visa alcançar um desenvolvimento socioeconómico inclusivo e sustentável ao longo de um período de 50 anos. O continente pretende atingir este objetivo através de cinco planos decenais. O primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063, que vai de 2014 a 2023, estabelece um conjunto de objetivos, áreas prioritárias e metas que o continente pretende atingir a nível nacional, regional e internacional. É neste contexto que a Comissão da União Africana (CUA) e a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) foram mandatadas pelos órgãos políticos

da União Africana para coordenar e preparar relatórios bienais de desempenho a nível continental para monitorizar o progresso em direção aos objetivos e metas da Agenda 2063.

Este segundo relatório continental reúne relatórios de progresso de 38 dos 55 Estados membros da UA, cobrindo 69% do continente. O relatório analisa os progressos alcançados na implementação da Agenda 2063 relativamente aos objetivos fixados para 2021<sup>97</sup>.

## CDC ÁFRICA

*Estrela global Afropop Yemi Alade exorta à vacinação em África*



A estrela nigeriana global Afropop **Yemi Alade**<sup>98</sup> foi nomeada Embaixadora Global para a iniciativa intitulada 'It's Up to Us' - uma campanha panafricana conduzida pelo CDC África em colaboração com a Mastercard Foundation. A campanha incentiva os africanos a unirem-se e a serem vacinados contra a Covid-19.

A campanha acontece num momento crítico da luta de África contra a Covid-19. O continente continua a suportar o peso da injustiça global das vacinas, com casos e mortes a aumentar rapidamente em todo o continente. Até à data, menos de 12% do continente foi totalmente vacinado. A União Africana e o CDC África, com o apoio de parceiros como a Fundação Mastercard, deram passos significativos na obtenção de vacinas, sendo a adopção de vacinas o próximo passo para aumentar a cobertura vacinal no continente. Dado que quase 60% dos africanos têm menos de 25 anos de idade, visar os jovens é fundamental para garantir que África atinja o seu objetivo de vacinar 70% da sua população até ao final de 2022.

*"A aceitação da vacina COVID-19 é importante para alcançar a imunidade do rebanho e salvaguardar os cidadãos em África e a nível mundial contra o vírus e as suas variantes. É por isso que a África CDC e a Mastercard Foundation estão a unir esforços para garantir o acesso às vacinas em África",* disse o Dr. John Nkenagsong, Director do CDC África.

Yemi não é estranha à conversa global sobre vacinas. Há mais de um ano que ela tem vindo a falar da segurança das vacinas Covid-19, da importância da igualdade das vacinas e da necessidade de dissipar mitos em torno da Covid-19 e das vacinas - em particular em África. O envolvimento dela nesta campanha visa recordar aos africanos o poder que têm para fazer mudanças nas suas comunidade e nas vidas dos seus amigos e famílias, ao serem vacinados.

97

[https://www.nepad.org/sites/default/files/resourcefiles/2nd%20Continental%20Progress%20Report%20on%20Agenda%202063\\_English.pdf](https://www.nepad.org/sites/default/files/resourcefiles/2nd%20Continental%20Progress%20Report%20on%20Agenda%202063_English.pdf)

98

<https://www.bing.com/videos/search?q=Yemi+Alade+&view=detail&mid=12C6B4B647B40D5AD7BA12C6B4B647B40D5AD7BA&FORM=VIRE> (música da Yemi Alade)

"Estou encantada por fazer parte de '#ItsUpToUs', um movimento que incentiva os africanos a assumirem a responsabilidade de tornar o mundo novamente seguro", observou Yemi. "Estou feliz por emprestar a minha voz a esta importante questão e momento".

Para além do vídeo, Yemi lançou a 9 de março um Hino de Unidade (*Unity Anthem*) da campanha que será acompanhado por uma dança '#ItsUpToUs' coreografada por Mooya Musunga, estrela dos media sociais e coreógrafo da Zâmbia de 21 anos de idade.

'It's Up to Us' é conduzida pela Fundação Mastercard em parceria com o CDC África, no âmbito da sua iniciativa *Saving Lives and Livelihoods* - uma parceria de 1,5 bilhões de dólares para permitir a vacinação em África através da compra de vacinas e do fornecimento de apoio logístico para permitir a vacinação de milhões de pessoas. A parceria visa também apoiar o fabrico de vacinas em África através de um enfoque no desenvolvimento da força de trabalho e fortalecimento de capacidades do CDC África para supervisionar um esforço histórico de vacinação e para melhor responder a futuros surtos<sup>99</sup>.

## **OMS-AFRO**

### *Fortalecimento das capacidades transfronteiriças através da colaboração e parceria multissetoriais*

À medida que a pandemia entra no terceiro ano, existe necessidade de construir sistemas de saúde de fronteira resilientes para travar a propagação internacional de doenças. A Avaliação Externa Conjunta (JEE) da implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005), que foi realizada em 2018 em 19 áreas técnicas, revelou uma capacidade limitada e grandes lacunas sob os pontos de entrada. Isto representa um grande risco de propagação internacional de doenças entre Eswatini e a vizinha África do Sul e Moçambique, bem como outros países da África Austral, membros da SADC.

A Divisão de Migração e Quarentena Global (DGMQ) do CDC dos EUA em colaboração com os escritórios nacionais do CDC na região da África Austral, asseguraram o financiamento que ajudará a criar capacidades essenciais nos pontos de entrada de Eswatini. A Organização Mundial de Saúde (OMS) irá trabalhar com organizações parceiras, incluindo outros países da SADC (Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué), CDC, Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Governo de Eswatini para conceber iniciativas de impacto para fortalecer os sistemas de saúde nas fronteiras.

O projeto visa reunir parceiros a nível local, nacional e regional para (a) acordarem coletivamente abordagens para a criação de capacidades nos pontos de entrada e nas regiões fronteiriças para identificar e responder a eventos de saúde pública; (b) reforçar a partilha e coordenação regional de informação sobre saúde pública; e (c) compreender os padrões de mobilidade e conectividade da população em toda a região.

Com esse projeto, o CDC espera também apresentar estratégias de assistência técnica adaptadas para apoiar as prioridades identificadas, incluindo componentes relevantes para respostas específicas a doenças. Espera-se que os parceiros implementadores apoiem a recolha de dados e posteriormente realizem análises para caracterizar melhor a mobilidade e a conectividade da população em toda a região, com especial ênfase nas áreas geográficas prioritárias mutuamente identificadas. Com o fortalecimento dos sistemas de saúde fronteiriços e a colaboração transfronteiriça facilitada através desta iniciativa, os países e a sub-região,

---

<sup>99</sup> <https://africacdc.org/news-item/global-afropop-star-yemi-alade-urges-vaccination-in-africa/>

estarão mais bem posicionados para mitigar o impacto económico e sanitário da pandemia. Os resultados deste projeto ajudarão a informar a orientação e estratégias para a abertura de fronteiras e o envolvimento numa colaboração e partilha de informação mais robusta bi- e multinacional para enfrentar as ameaças à saúde pública.

Através deste projeto, a projeção é que seja concedido apoio para fortalecer a vigilância da saúde pública e a capacidade de resposta a emergências, tal como exigido pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Isto será feito através da recolha de informações sobre pontos de entrada (POE) de preparação e capacidade de resposta em matéria de saúde pública que podem ajudar a informar as capacidades centrais do RSI, identificando pontos fortes e áreas a melhorar. O projeto deverá decorrer até setembro de 2022<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup><https://www.afro.who.int/countries/eswatini/news/building-core-capacities-points-entry-through-multisectoral-collaboration-and-partnership-eswatini>

## **A economia como arma de guerra: a Europa atira ou é alvo?**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

A guerra continua ocupando o centro das atenções em território europeu. Apesar das tentativas diplomáticas, um acordo de cessar fogo ainda não foi alcançado. Pelo contrário, as tropas russas avançam para o centro de Kiev, capital da Ucrânia. O país se diz disposto a negociar com a Rússia e que não vai se entregar, mas que as demandas impostas para negociações de paz são inaceitáveis. Recentes conversas entre o presidente francês Emmanuel Macron, o russo Vladimir Putin e o chanceler alemão Olaf Schulz não tiveram avanços.

Enquanto isso, Europa e EUA se unem em uma aliança militar-econômica ocidental, que compreende não só ações governamentais, como de cunho privado. Assistimos à uma iniciativa coordenada pelo ocidente de sufocamento da Rússia pelo viés econômico. Empresas privadas ocidentais também anunciam boicote, fechando portas em território russo, como fizeram as poderosas gigantes de bebidas e comidas processadas. A Hyundai, empresa automotora sul-coreana, suspendeu o contrato de patrocínio de 4 anos com o Chelsea, clube inglês de propriedade do russo Roman Abramovich. O governo britânico anunciou sanções contra o empresário dizendo que ele tem ligações com o regime de Vladimir Putin.

A UE anunciou o acirramento das sanções – que afetam pessoas físicas, incluindo artistas -, e o aumento da oferta de suprimentos de guerra (e de sobrevivência, como geradores) para a Ucrânia. O sistema financeiro internacional também está sendo mobilizado para asfixiar economicamente a Rússia, limitando sua capacidade de pagar e receber dividendos internacionais. O ocidente estuda agora, como utilizar o FMI e o Banco Mundial no movimento de dissuasão, via economia. Sob esta estratégia de sufocamento econômico, o posicionamento da China – que segue em sua posição de “neutralidade” -, ganha papel de extrema relevância.

Nesta semana, [a Rússia banuiu o Instagram](#), bloqueando o acesso de 80 milhões de usuários. A [medida é uma resposta do presidente Vladimir Putin contra a Meta, empresa que controla o Instagram e o Facebook](#). A mudança temporária na política de discurso de ódio, aborreceu o governo russo, que denuncia o afrouxamento das regras e a permissão mensagens de ódio direcionadas a ele. A empresa passou a permitir que usuários em alguns países defendam atos de violência contra russos. O bloqueio deve gerar grandes prejuízos publicitários à Meta, pois a Rússia é quinto maior mercado para o Instagram no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, Índia, Brasil e Indonésia.

A prática das sanções econômicas segue se mostrando com limitada eficácia, pois em nada fez recuar a Rússia. Muito pelo contrário, é tida como uma declaração de guerra por Putin. Contudo, é vista como apoio pelos ucranianos e como uma forma de se evitar uma “terceira guerra mundial” pelos países do ocidente. O [ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, pediu que o Ocidente forneça armas a seu país](#) e aplique mais sanções à Rússia para ajudar a evitar que outras nações sejam arrastadas para um conflito mais amplo: "Aplique mais sanções à Rússia e isole-a completamente. Ajude a Ucrânia a forçar Putin a fracassar e você evitará uma guerra maior", escreveu Kuleba, no Twitter.

As sanções e o fornecimento de ajuda bélica e humanitária à Ucrânia, são vistas pelo ocidente como uma forma de se evitar uma guerra aberta com a Rússia. "[A Otan não quer uma guerra aberta com a Rússia](#)", declarou Jens Stoltenberg, secretário-geral da Organização. Stoltenberg justificou assim a recusa da aliança atlântica em estabelecer uma zona de exclusão aérea sobre a Ucrânia para proteger a população dos bombardeios russos. Tal movimento

"significaria estar disposto a derrubar aeronaves russas", disse ele, "e certamente nos levaria a uma guerra aberta".

O temor de espalhamento do conflito já é sentido por países vizinhos, que começam a se preparar para o pior. No domingo (13/3), foi registrado um dos piores ataques, quando mísseis russos atingiram uma base militar a apenas 10km da fronteira com a Polônia, membro da Otan. O presidente da Ucrânia alertou a Europa para o perigo da manutenção da abertura do espaço aéreo ucraniano. Esta é uma preocupação real, pois uma ofensiva militar contra qualquer país da Otan, representa um ataque contra todos os membros e ensejaria a adesão direta dos países membros à guerra, em defesa do atacado.

As consequências econômicas do conflito já são sentidas no continente europeu. [Portugal está à beira de uma emergência alimentar](#), com disparada dos preços de alimentos em até 30%. O país, que já vivia um cenário de seca e escalada dos preços na energia e nos combustíveis, assiste a “subida descontrolada” no custo de matérias-primas essenciais à produção alimentar, tendo em vista ser a Rússia e a Ucrânia, dois dos maiores fornecedores mundiais de cereais. O país teme enfrentar escassez e racionamentos.

A Alemanha – que suspendeu o funcionamento do milionário gasoduto NordStream2 com a Rússia -, é outra economia ameaçada pelo conflito, pela dependência do gás russo. A [interrupção das importações de energia russa pode custar à Alemanha até 3%](#) de seu Produto Interno Bruto no curto prazo, conforme estimativas. A isto, soma-se o fato de que grandes partes da indústria ainda não se recuperaram dos efeitos da pandemia.

A propósito, a política da ex-chanceler alemã [Angela Merkel está sendo criticada por sua aproximação a Rússia](#). Ela é acusada por ter aumentado a dependência da Europa em relação à energia russa e por não ter investido o suficiente em defesa. A aposta no “comércio como promovedor da paz”, manifesta em contratos comerciais para democratizar e ganhar a confiança de regimes autoritários como os da Rússia e da China, vem sendo apontada como um erro. Na última década, a dependência energética da Alemanha em relação à Rússia passou de 36% das importações totais de gás em 2014 para 55% atualmente. Isto levou a maior economia europeia, a se manifestar contrariamente aos pedidos dos países ocidentais, de impor um embargo ao petróleo e ao gás russos.

[Boaventura de Souza Santos vai além, em sua crítica](#). Para ele a ajuda humanitária ofertada tem seu mérito, mas encobre a incapacidade de evitar uma guerra que vem sendo gestada desde 2014. A Rússia se preparou acumulando imensas reservas de ouro e dando prioridade à parceria estratégica com a China, especialmente no plano financeiro, visando fusão bancária e uma nova moeda internacional, e no plano de trocas comerciais, onde são enormes as possibilidades de expansão com a nova Rota da Seda. Nas relações com os parceiros europeus, a Rússia revelou-se um parceiro crível, enquanto tornava claras suas preocupações de segurança.

Os EUA buscam consolidar zonas de influência, que garantam facilidades comerciais para as suas empresas e o acesso às matérias-primas. É uma política que não visa criar democracias, mas governos fiéis aos seus interesses. Para a Europa, prossegue Boaventura, a estratégia dos EUA tem dois pilares: provocar a Rússia e neutralizar a Europa. Ele comenta sobre relatório elaborado a pedido do Pentágono, que analisa como provocar países de modo a que a provocação possa ser explorada pelos EUA e destaca o seguinte trecho em relação à Rússia: "Analisamos uma série de medidas não violentas capazes de explorar as reais vulnerabilidades e ansiedades da Rússia como meio de pressionar o exército e a economia da Rússia e o estatuto

político do regime no país e no estrangeiro. (...) tais passos são pensados como elementos de uma campanha concebida para desestabilizar o adversário, forçando a Rússia a competir em campos ou regiões onde os Estados Unidos têm vantagem competitiva, levando a Rússia a expandir-se militar ou economicamente, ou levando o regime a perder prestígio e influência nacional e/ou internacionalmente”.

Quanto à Europa, Boaventura atesta que o princípio da estratégia norte-americana é consolidá-la à condição de parceiro menor que não se aventure a perturbar a política das zonas de influência. Que seja um parceiro fiável, mas que não espere reciprocidade. A estratégia do parceiro menor exige que se aprofunde a dependência europeia, não só no plano militar (já garantido pela Otan) mas também no plano económico, nomeadamente no plano energético.

Boaventura segue explicando que a política externa (e a democracia) dos EUA é dominada por três oligarquias, que têm lucros fabulosos graças às rendas de monopólio, situações privilegiadas de mercado que lhes permitam inflacionar os preços: o complexo militar-industrial; o complexo do gás, petróleo e mineração; e o complexo bancário-imobiliário. Para ele, seus objetivos são manter o mundo em guerra e criar maior dependência dos fornecimentos norte-americanos, sobretudo de armas.

A dependência energética da Europa em relação à Rússia é vista como inaceitável, por tratar-se de racionalidade económica e de diversidade de parceiros. Com a invasão da Ucrânia e as sanções, tudo se consumou como previsto, e uma Europa “mediocre, ignorante e sem visão estratégica” caiu desamparada nas mãos destes complexos, que tiveram imediata valorização de suas ações e que agora vão determinar seus preços. Para ele, a Europa empobrece e se desestabiliza.

A Rússia vem sendo acusada de crimes de guerra, por episódios como o recente ataque a uma maternidade e hospital infantil em Mariupol, que deixou três mortos. Em [declaração conjunta](#), OMS, Unicef e Unfpa, clamam que cessem os ataques à saúde na Ucrânia, onde, desde o início da guerra, 31 ataques à saúde foram documentados por meio do [Sistema de Vigilância de Ataques à Saúde \(SSA\)](#) da OMS. De acordo com esses relatórios, em 24 incidentes os estabelecimentos de saúde foram danificados ou destruídos, enquanto em cinco casos as ambulâncias foram danificadas ou destruídas. Esses ataques causaram pelo menos 12 mortes e 34 feridos e afetaram o acesso e a disponibilidade de serviços essenciais de saúde. A OMS está verificando outros relatórios, pois os ataques continuam sendo relatados, apesar dos pedidos de proteção aos cuidados de saúde. “Os ataques aos cuidados de saúde e aos profissionais de saúde afetam diretamente a capacidade das pessoas de acessar serviços essenciais de saúde – especialmente mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis. Já vimos que as necessidades de saúde de mulheres grávidas, novas mães, crianças menores e idosos na Ucrânia estão aumentando, enquanto o acesso aos serviços está sendo severamente limitado pela violência”.

[Em outra declaração](#), a OMS condena veementemente os atos de violência contra os cuidados de saúde, lembrando que cada ataque priva as pessoas de serviços que salvam vidas. Classifica tais ataques aos cuidados de saúde como violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos.

[Em entrevista](#), a Organização diz que aconselhou Ucrânia a destruir patógenos de alta ameaça alojados nos laboratórios de saúde pública do país para evitar “qualquer possível vazamento” que possa espalhar doenças entre a população. Especialistas em biossegurança dizem que o movimento de tropas da Rússia para a Ucrânia e o bombardeio de suas cidades aumentam o risco de fuga de patógenos causadores de doenças, caso alguma dessas instalações

seja danificada. Com apoio dos EUA, da UE e da própria OMS, laboratórios de saúde pública ucranianos, pesquisam como mitigar as ameaças de doenças perigosas que afetam animais e humanos, incluindo a Covid-19. Em resposta a perguntas sobre seu trabalho com a Ucrânia antes e durante a invasão da Rússia, a OMS disse que tem colaborado com laboratórios de saúde pública ucranianos há vários anos para promover práticas de segurança que ajudam a prevenir “liberação acidental ou deliberada de patógenos” e que “como parte deste trabalho, a recomendou fortemente ao Ministério da Saúde da Ucrânia e outros órgãos responsáveis que destruam patógenos de alta ameaça para evitar possíveis vazamentos”. A OMS não afirmou quando fez a recomendação nem forneceu detalhes sobre os tipos de patógenos ou toxinas alojadas nos laboratórios da Ucrânia. A agência também não respondeu a perguntas sobre a adesão às suas recomendações.

A [OMS está trabalhando para garantir fluxo constante](#) de suprimentos de saúde aos países vizinhos da Ucrânia, para que tenham infraestrutura e expertise para atender às necessidades dos refugiados e apoiar o sistema da saúde ucraniano. A Organização estima 18 milhões pessoas impactadas na Ucrânia - dos quais 6,7 milhões são deslocados internos -, e que quase 3 milhões de pessoas fugiram do país. Denuncia que as cadeias de suprimentos foram severamente interrompidas e que muitos distribuidores não estão operacionais. Alguns estoques estão inacessíveis devido a operações militares, os suprimentos de medicamentos estão acabando e os hospitais estão lutando para cuidar dos doentes e feridos.

Segundo a OMS, há constante diálogo com as autoridades ucranianas, e a distribuição dos suprimentos se dá em coordenação com o Ministério da Saúde, com base nas avaliações de necessidades críticas da OMS, risco de saúde pública, avaliações de serviços e capacidade logística. Para apoiar as operações na Ucrânia, um centro de apoio está sendo estabelecido na Polônia. A OMS também ampliou a vigilância e a disseminação de informações de saúde para detectar e responder a surtos precocemente e entender melhor as necessidades, ameaças e disponibilidade de serviços de saúde.

[Preocupada em proteger a saúde de todos, incluindo os refugiados, a OMS](#) está trabalhando com países da Região Europeia para fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde para acomodar muitos refugiados e garantir o acesso a serviços essenciais de saúde. Entre muitas outras necessidades de saúde, os refugiados precisam ter acesso a vacinas. A Organização atesta que muitos países da região europeia que recebem refugiados da Ucrânia já oferecem serviços de vacinação para crianças e adultos. Isso é importante para mitigar o risco de transmissão de Covid-19 entre pessoas que viajam ou vivem em locais próximos, para proteger os refugiados de doenças que possam estar circulando no país anfitrião e evitar surtos de doenças evitáveis por vacina, como sarampo e poliomielite.

Hungria, Polônia, República da Moldávia e Romênia, em particular, viram um grande número de refugiados cruzando a fronteira da Ucrânia nas últimas semanas. A OMS está trabalhando com esses e outros países para fortalecer a vigilância de doenças e garantir a prestação de serviços de imunização de acordo com os calendários e políticas de imunização dos países anfitriões. As recomendações da OMS Europa para os países da Região são:

- continuar os esforços para garantir que suas populações residentes sejam totalmente vacinadas;
- garantir que as populações de refugiados sejam totalmente incluídas em qualquer vacinação em massa ou atividades de imunização de rotina contra poliomielite, sarampo, rubéola, Covid-19 e outras doenças evitáveis por vacina;

- considerar a oferta de vacinação contra poliomielite, sarampo e rubéola como prioridade para crianças refugiadas com menos de 6 anos de idade que perderam qualquer vacinação de rotina; e
- preparar ferramentas de comunicação fáceis de usar em uma linguagem compreendida pelos refugiados sobre os benefícios da vacinação, vacina(s) recomendada(s), possíveis efeitos colaterais e formas de acesso às vacinas.

Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa enuncia que [suas 3 prioridades são](#): levar os suprimentos de saúde necessários para a Ucrânia e garantir um sistema sustentável de “passagem segura” para a entrega; garantir que os países vizinhos tenham infraestrutura e prática para atender às necessidades dos que chegam; e fornecer suporte às necessidades imediatas de saúde na Ucrânia por meio de um centro de operações da OMS em pleno funcionamento no oeste da Ucrânia. Estamos respondendo à necessidade urgente de apoio a traumas e lesões com treinamento rápido de atualização, suprimentos e pessoal por meio da mobilização de equipes médicas, anuncia.

Huge termina seu pronunciamento, atualizando o cenário pandêmico. Menciona que a Ucrânia, manteve seu sistema sistema de vigilância e resposta, tendo relatado 731 mortes por Covid-19 na semana passada. Ele alerta que esse número vai aumentar com a escassez de oxigênio. Em toda a região europeia da OMS, os casos de Covid-19 estão diminuindo semana a semana, e o número de mortes também caiu a cada semana desde 10 de fevereiro. Embora esta seja uma boa notícia, ele pede aos países que equilibrem o otimismo com a manutenção da vacinação e forte vigilância, e garantam que qualquer suspensão das medidas sociais e de saúde pública, incluindo testes, possa ser reintroduzida rapidamente, se e quando necessário.

Realizado na semana do dia internacional de luta das mulheres, a declaração de Kluge as homenageia e lembra que 71% das famílias nas áreas de conflito na Ucrânia já eram chefiadas por mulheres, número que aumenta a cada dia. Elas representam 83% da força de trabalho de saúde do país, estão organizando e distribuindo assistência e ajuda, além de arriscar suas vidas para fornecer serviços de saúde que salvam vidas. Ele reconhece que, em situações de conflito e quando deslocadas, as mulheres enfrentam riscos específicos e têm necessidades particulares de saúde. Conflitos passados mostraram que meninas adolescentes, mulheres com deficiência e mulheres idosas estão na situação mais vulnerável. Elas enfrentam um risco maior de sofrer ataques de pessoas fora de casa e de grupos armados, bem como violência por parceiro íntimo e abuso e exploração sexual.

Nesta guerra gestada e provocada – como em todas as outras -, as grandes vítimas são as populações. Mas neste lamentável capítulo da história, estamos assistindo ao desenvolvimento de novas armas de guerras: as sanções econômicas e boicotes financeiros. A Otan, sob a liderança dos EUA, não quer se envolver diretamente no conflito armado, apesar de tê-lo provocado. Para Putin, contudo, as sanções e o boicote, já representam uma declaração de guerra. O povo ucraniano sofre, e todos os vizinhos estão ameaçados, seja pelo desafio de acomodar milhares de refugiados ou pela ameaça de acirramento das tensões. A Europa, acompanha o movimento de retaliação à Rússia, mas não está preparada para viver sem o gás russo. As sanções como nova arma de guerra, assemelham-se, neste caso da Europa, a um bumerangue.

## A urgência dos refugiados vai além da Ucrânia: São milhões de pessoas deslocadas por conflitos no Oriente Médio, na Ásia Sudeste e no Sahel

**Lúcia Marques**

*“Nunca houve a longa paz para os países pobres. A guerra de Putin na Ucrânia simplesmente traz de volta ao coração da Europa os horrores que sempre fizeram parte daqueles que vivem nas periferias do sistema internacional”. Alex Lo, jornalista e professor da Universidade de Hong Kong.<sup>101</sup>*

As emergências humanitárias na Ucrânia são agudas. Os ataques a áreas civis, as milhares de pessoas em fuga, a dura negociação para estabelecimento de corredores humanitários, para fazer chegar ajuda e facilitar a retirada dos civis para países vizinhos, famílias separadas, crianças sozinhas, são cenas de cortar o coração. Já são mais de 2,5 milhões de refugiados<sup>102</sup>, segundo o ACNUR, Alto Comissariado para Refugiados da ONU.<sup>103</sup> A velocidade com que tudo acontece, a facilidade de divulgação nas redes sociais e o fácil acesso da mídia aos locais de destruição e nas fronteiras, por onde chegam os refugiados, fazem com que acompanhem a guerra minuto a minuto. Relatos e cenas que impactam.<sup>104</sup>

Também impactam as atitudes de racismo por parte de autoridades de fronteiras, impedindo pessoas negras de obter refúgio, e palavras de repórteres que se apresentam chocados com o drama, porque não se trata de um “país subdesenvolvido do terceiro mundo” ou que não se trata “de um país como Iraque ou Afeganistão, [os ucranianos] são civilizados, são europeus” ou ainda, segundo declarou o premier búlgaro, Kiril Petkov, “os refugiados não são como os anteriores. Essas pessoas são europeias. Essas pessoas são inteligentes. São educadas”. Sim, usaram essas palavras, e pode ser conferido [aqui](#) no vídeo. Ou nos relatos [Guerra na Ucrânia expõe racismo, intolerância e xenofobia aos refugiados - Agência Cenarium \(agenciacenarium.com.br\)](#) e ['Kiev não é Iraque ou Afeganistão': racismo e xenofobia na guerra da Rússia - DiversEM - Estado de Minas](#). Ou no artigo <https://blogs.oglobo.globo.com/gugachaca/post/qual-diferenca-entre-refugiados-sirios-ucranianos-e-afegaos.html?s=08>

Mulheres juízas, policiais, administradoras, professoras universitárias, médicas, são *peessoas inteligentes e educadas*, que estão vivendo escondidas ou vivendo de “esmola” porque são afegãs. São pessoas; são profissionais; são mães; são filhas; são irmãs. Vivem num país que foi alvo de guerra por anos e assistiram à retirada catastrófica dos EUA e aliados da OTAN, do Afeganistão, depois de uma ocupação de 20 anos, com consequências devastadoras. Agora, sob o regime do Talibã, que segue a Sharia de forma radical, são impedidas de trabalhar, só podem se deslocar, sem acompanhante masculino, por curtas distâncias. Muitas mulheres são viúvas – seus maridos foram mortos nos conflitos ou assassinados pelas milícias – não têm quem as acompanhe ou as sustentem, de acordo com a Sharia. Seus filhos estão morrendo de desnutrição e de doenças por falta de dinheiro para medicamentos. <https://www.nationalgeographic.com/culture/article/afghanistan-humanitarian-crisis-deepens-young-people-step-up>

Toda ajuda aos ucranianos é urgente por conta da agudeza da situação. A agressividade e velocidade da guerra é horrorizante. O ACNUR declarou a Ucrânia uma emergência nível 3 – o

---

<sup>101</sup> [There was never ‘the long peace’ for poor countries | South China Morning Post \(scmp.com\)](https://www.scmp.com/news/asia/article-2022-02-24/there-was-never-the-long-peace-for-poor-countries)

<sup>102</sup> <https://www.unhcr.org/ukraine-emergency.html>

<sup>103</sup> Segundo o [Plano de Resposta Humanitária para Ucrânia](#), divulgado no início deste ano - antes da guerra, importante frisar -, 2,9 milhões de pessoas já precisavam de assistência humanitária em 2022.

<sup>104</sup> **Ana Helena Freire** fala sobre Guerra e Saúde na Ucrânia no [Informe 3 dos Cadernos CRIS/Fiocruz](#).

nível mais alto. No entanto, a urgência dos refugiados vai além da Ucrânia. São milhões de pessoas deslocadas por conflitos e mudanças climáticas, principalmente no Oriente Médio, na Ásia Sudeste e no Sahel.<sup>105</sup> Os olhares aflitos de desespero, impotência, dor e tristeza são os mesmos! O diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), **Tedros Adhanom Ghebreyesus**, chamou a atenção sobre isso em [palestra](#) sobre Guerra e Paz, em Harvard Kennedy School: *“E, infelizmente, a Ucrânia não é o único conflito em nosso mundo. Do Afeganistão a Myanmar, Yémen, e meu próprio país Etiópia, vivem uma infeliz realidade que muitas vezes, conflitos e doenças se juntam.”* O **Papa Francisco** também [clamou](#) por paz e lembrou das outras guerras em andamento: *“Com o coração dilacerado pelo que está ocorrendo na Ucrânia - e não esqueçamos as guerras em outras partes do mundo, como no Iêmen, na Síria, na Etiópia... -, repito, calem-se as armas!”*

Cenas de famílias, principalmente mulheres e crianças, fugindo dos conflitos interpaisés, guerras civis, perseguições étnicas, atrocidades e da fome são diárias, mas recebem menos destaque. Não dar atenção devida a essas cenas e à causa delas ou às desigualdades abissais, agravadas pela pandemia, se refletiram nas abstenções da votação contra a guerra na Ucrânia<sup>106</sup>, na [Assembleia Geral Extraordinária da ONU](#), em 2 de março. Muitos dos países que se abstiveram são, principalmente, da Ásia Sudeste, Ásia Central, Oriente Médio e do Sahel. À exceção de poucos como China, Índia e África do Sul, que têm seus próprios motivos, a grande maioria é de países onde conflitos e doenças se juntam, que enfrentam eventos climáticos extremos, vivem realidades de abrigar milhões de refugiados, impactados economicamente pelos efeitos da Covid-19, com retrocessos nos SDGs e que precisam e querem ser ouvidos nos fóruns internacionais. Entre eles, Bangladesh, Kazaquistão, Iraque, Quirguistão, Laos, Madagascar, Paquistão, Sri Lanka, Tajiquistão, Mongólia, Congo, República Central Africana, Mali, Senegal, Sudão do Sul, Sudão, Moçambique, Namíbia, Uganda, Tanzânia, Zimbábue. As nações africanas ainda sofrem com o aumento do terrorismo dos grupos ISIS e Boko Haram.

A situação desses refugiados e deslocados muitas vezes se agrava porque a fuga acontece quase sempre para países vizinhos. E nestas regiões, são países que vivem seus próprios conflitos ou crises, com sistemas sociais e de saúde precários e fazer chegar ajuda humanitária é difícil e depende de negociação com os dois lados que protagonizam o conflito. Um exemplo são os muitos deslocados da Síria que se refugiaram no Líbano e no Iraque (e também no Egito, na Jordânia e na Turquia), dois países que vivem consequências de conflitos, ataques terroristas e colapso econômico. Ou do Yemem, onde os deslocados internos não conseguem refúgio, pois os vizinhos são protagonistas no conflito.

A coleção de 2022 dos Cadernos Cris/Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde traz artigos sobre Migrações, Refugio e Saúde Global e poderão ser acessados para maior aprofundamento nessas questões tão sérias em [Informe 1/2022](#), pag. 53; [Informe 2/2022](#), pag. 52; [Informe 3/2022](#), pag. 48.

Neste capítulo, serão apresentadas exemplos de algumas realidades e urgências vividas por populações no Oriente Médio, na Ásia Sudeste e no Sahel.<sup>107</sup> Neste contexto da guerra da

---

<sup>105</sup> O **Sahel** é uma faixa de 700 m a 1.000 km de largura, em média, e 5.400 km de extensão, no continente africano, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e ao mar Vermelho, a leste. Não integra os territórios geográficos do observatório Asia Pacífico e Oriente Médio, mas por suas similaridades e urgências, não poderia ficar de fora desse resumo sobre os dramas dos refugiados. <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/>

<sup>106</sup> Foram 141 votos a favor da Resolução A/ES-11/L.1, que condena a guerra, 35 abstenções, e 5 votos contra a condenação.

<sup>107</sup> [Infográfico: Fome e insegurança alimentar em mapas e gráficos](#) | [Notícias infográficas](#) | [Al Jazeera](#)

Ucrânia, cujos olhos do mundo estão voltados para esse drama, é importante não esquecer outros dramas, que já duram anos, mas, como são distantes ou com pouca importância econômica ou geopolítica, não são lembrados com frequência. “Nunca houve *a longa paz* para os países pobres. A guerra de Putin na Ucrânia simplesmente traz de volta ao coração da Europa os horrores que sempre fizeram parte daqueles que vivem nas periferias do sistema internacional”, [escreveu](#) Alex Lo, jornalista e professor da Universidade de Hong Kong.

### **Realidades e urgências no Oriente Médio, Ásia Sudeste e Sahel**

O ACNUR mantém [dados](#) sobre [situações](#) dos refugiados e deslocados atualizados e outras informações sobre as [emergências](#). No entanto, a agência alerta que esse número é maior, pois os dados informados são de refugiados registrados. E esse é outro drama que as agências de ajuda humanitária e países anfitriões precisam lidar: muitos refugiados (ou migrantes ilegais) não pedem asilo, preferem ficar invisíveis, com medo da repatriação. A pandemia da Covid-19 trouxe à tona essa dura realidade. E muito países anfitriões preferem que essas pessoas continuem invisíveis, para que precisem integrá-las ao sistema social e de saúde, já sobrecarregados. E assim, eles permanecem entre os membros mais vulneráveis da sociedade, muitas vezes confrontados com a xenofobia; discriminação; condições precárias de vida, moradia e trabalho e sem acesso à sistema de saúde.<sup>108</sup>

Mais de 80% dos refugiados do mundo e quase todos os deslocados internos do mundo estão hospedados em países de baixa e média renda, como Jordânia, Iraque, Colômbia, Líbano e Bangladesh. Todos eles estão sob severa pressão econômica. Em 2021, 68% dos refugiados e deslocados foram originários de cinco países: **Síria; Venezuela; Afeganistão; Sudão do Sul; Myanmar**. Em meados de 2021, segundo o ACNUR, 50,9 milhões de pessoas se somaram aos já milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo. Ainda de acordo com a agência, a intensificação da violência levou a novos deslocamentos significativos no Afeganistão (OM), Myanmar (AP), República Democrática do Congo, Etiópia, Sudão do Sul - países da região do Sahel e além.

Destes, 39% estão hospedados em poucos países: Turquia (maior número de refugiados sírios), Colômbia, Uganda, Paquistão, Alemanha<sup>109</sup>, Irã (maior número de refugiados afegãos) e Bangladesh (maior número de refugiados Rohingya). Ainda segundo os dados do ACNUR, 35 milhões são crianças e um milhão delas nasceram como refugiadas. O que significa problemas com documentação, falta de acesso à vacinação infantil e à escola, etc.

Dentre essa população refugiada, existem quase 5 milhões de pessoas apátridas. Quase 1,4 milhões são da etnia Rohingya, oriundos de Myanmar, no Sudeste da Ásia, fugitivos de perseguição étnica, que migraram para os países vizinhos (Índia, Malásia e Tailândia), mas é em Bangladesh que está o maior acampamento Rohingya.<sup>110</sup> Apesar do país anfitrião não aceitar reconhecer oficialmente essas pessoas, com ajuda dos organismos e agências da ONU e OMS tem conseguido atender essa população, inclusive vacinando contra a Covid-19. [Leia mais](#). Os

---

<sup>108</sup> [ACNUR - PANDEmia COVID-19 \(unhcr.org\)](#)

<sup>109</sup> Dos países europeus, a Alemanha é o mais aberto a refugiados vindos do Oriente Médio, principalmente. São quase 1,2 milhões, segundo ACNUR, vindos da Síria e Afeganistão.

<sup>110</sup> MARQUES, Lúcia. Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde. In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394 (385). <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/50217/2/Diplomacia-da-saude%20Respostas%20Globais%20Definitivo%5b01-12-2021%5d.pdf>

outros apátridas se encontram na região do Chifre da África<sup>111</sup>; oriundos de países vizinhos, sem documentos e sem acesso a nenhum recurso.

A Covid-19 é só mais um desafio em meio a uma lista de muitos na vida desses milhões de refugiados. Além da vida precária (instalações improvisadas, insegurança alimentar e falta de meios de subsistência), vivem perdas de familiares, de pertences e de memórias. Embora tenha havido progressos significativos na inclusão de refugiados nos serviços de saúde, muitos refugiados estão hospedados em países pobres ou em desenvolvimento, onde há escassez de vacinas e sistemas de saúde fracos. Os [refugiados geralmente enfrentam obstáculos adicionais](#) para se vacinar, incluindo a falta de documentos de identidade e o acesso a sistemas de registro.

### **Síria – 11 anos de guerra brutal**

“Os 11 anos de combates brutais da Síria tiveram um custo humano inconcebível. Os sírios foram submetidos a violações dos direitos humanos em escala maciça e sistemática”, [disse o chefe da ONU](#), Antonio Guterres, marcando o trágico aniversário da guerra, neste 11 de março.

Mais de 380 mil foram mortos, sendo 12 mil, crianças. Mais de 100.000 estão desaparecidos ou desapareceram à força. Mais da metade da população pré-guerra – algo na ordem de 22 milhões – foi deslocada, buscando segurança como refugiados no Líbano, Turquia, Jordânia, Irã, Iraque e além, ou deslocados dentro da Síria. As cidades e infraestrutura da Síria foram destruídas. Hoje, a taxa de pobreza na Síria é de 90% sem precedentes; 14,6 milhões de pessoas na Síria dependem de ajuda humanitária. Com o impacto devastador da pandemia e o aumento da pobreza, todos os dias é uma emergência para os sírios forçados a fugir, que têm pouco ou nenhum recurso financeiro. À medida que a crise continua, a esperança desaparece. Muitas crianças nasceram na guerra e nunca conheceram a paz.<sup>112</sup>

Potencias como Estados Unidos e nações da OTAN, Rússia, Turquia, Irã e Israel estão envolvidos no conflito em apoio ou oposição ao governo. Soma-se a eles, o grupo terrorista do Estado Islâmico ou ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria), que tem seus próprios objetivos.

Antes do conflito o país sofria com alto desemprego, corrupção e falta de liberdade política, sob o presidente Bashar al-Assad, que herdou o governo de seu pai, em 2000. As manifestações populares pró-democracia, inspiradas na onda de protestos em países vizinhos e norte da África, chamada Primavera Árabe<sup>113</sup>, foram reprimidas com violência. E rapidamente uma revolta pacífica se transformou em uma violenta guerra civil, com disputas sectária e religiosa, que atraiu outros países para a disputa. Vinte e um anos depois, Bashar al-Assad continua presidente, mas de um país destruído e arruinado.<sup>114</sup> Para o enviado especial da ONU, Geir Pedersen, com cinco exércitos estrangeiros ativos na Síria, a comunidade internacional não pode fingir que as soluções para o conflito estão apenas nas mãos dos sírios.

---

<sup>111</sup> Região nordeste do continente africano, geograficamente localizada na entrada do Mar Vermelho, cuja importância estratégica para o transporte marítimo internacional, é palco de disputas políticas e ideológicas indiretas das grandes potências internacionais. A região inclui a Somália, a Etiópia, a Eritreia e o Djibouti.

<sup>112</sup> [ACNUR - Emergência na Síria \(unhcr.org\)](#)

<sup>113</sup> Marques, Lúcia. Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde. In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394 (382). <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/50217/2/Diplomacia-da-saude%20Respostas%20Globais%20Definitivo%5b01-12-2021%5d.pdf>

<sup>114</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202>

Segundo o mais recente [relatório](#) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o impacto de 11 anos de conflito é devastador. O documento registra graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário em todo o país. Metade do país deslocado. No nordeste da Síria (Idlib), onde o conflito ainda é mais intenso, cerca de 60.000 pessoas, principalmente mulheres e crianças, vivem “em barracas frágeis, presos na neve, chuva, lama”. O relatório chama a atenção para o aumento da fome que está por vir, decorrente da guerra na Ucrânia: A maior parte do trigo importado da Síria vem da Ucrânia ou da Rússia.

A OMS [registra](#) que a prolongada crise política e socioeconômica resultou na grave deterioração das condições de vida. O já frágil sistema de saúde ficou sobrecarregado com tensão adicional da pandemia COVID-19. Há, obviamente, escassez de pessoal de saúde, seja pelo deslocamento, morte, ferimentos e fuga dos trabalhadores da saúde, particularmente no nordeste da Síria. Além da desnutrição, a falta de acesso a serviços de água segura, saneamento e higiene contribuem para o agravamento de doenças previsíveis.

### **Yemen – maior crise humanitária do mundo**

O conflito armado que irrompeu no **Yemen**, em 2015, um dos países mais pobres do Oriente Médio, entra no sétimo ano. E é a principal causa da insegurança alimentar no país.<sup>115</sup> A guerra destruiu meios de subsistência e reduziu a capacidade das famílias para comprar alimentos. O preço médio dos alimentos subiu cerca de 150% (antes da guerra, o país já importava 90% dos produtos alimentares).<sup>116</sup> Em 2018, o preço dos combustíveis subiu 200% afetando gravemente os setores da agricultura, o abastecimento de água, os transportes, a eletricidade, a saúde e o saneamento básico. E levou a múltiplas crises que afetam todos os aspectos da vida das pessoas comuns. Cuidados de saúde suspensos. Crianças sem acesso à educação. Quase metade do país (14,5 milhões) de 30 milhões de pessoas não tem comida suficiente, de acordo com o [Programa Alimentar Mundial](#): quase metade (47,5%) das crianças menores de cinco anos enfrenta desnutrição crônica; até 19 milhões de pessoas são inseguras em alimentos; 20,7 milhões de pessoas que precisam de assistência humanitária; 3,5 milhões de gestantes/amamentando mulheres e crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição aguda. [Relatório](#).

A ACNUR [reporta que](#) os combates entre os rebeldes Houthis<sup>117</sup> (apoiados pelo Irã) e a coalizão saudita (liderados pela Arábia Saudita) avançaram para áreas densamente povoadas. Até o final de 2021, já teriam ceifado 377.000 vidas e provocado deslocamentos maciços. Cerca de 60% dessas mortes foram causadas por impactos indiretos, como falta de água potável segura, fome e doenças como cólera, malária, Covid-19 e volta de doenças como Sarampo e Poliomielite. Dessas mortes, 70% eram crianças – segundo a ONU, 2.000 crianças recrutadas pelos Houthis morreram em combate. E, à medida que o conflito avança para novas áreas, novos deslocamentos acontecem e exacerbam as necessidades humanitárias existentes, aumentando drasticamente a necessidade de abrigo, itens domésticos essenciais, serviços de água e saneamento, educação e proteção – particularmente para crianças.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> <https://www.wfp.org/emergencies/yemen-emergency>

<sup>116</sup> <https://unric.org/pt/iemen-a-maior-crise-humanitaria-do-mundo/>

<sup>117</sup> Os Houthis são grupo rebelde de minoria zaidita (dissidência do xiismo) com predominância no norte do Iêmen. Sua bandeira traz as frases: "Alá é o maior, Morte à América, Morte a Israel, Maldição aos judeus, Vitória ao Islã". <https://www.alaraby.co.uk/english/comment/2015/4/12/houthi-propaganda-following-in-hizballahs-footsteps>

<sup>118</sup> [J EMRO da OMS Lutando para sobreviver: salvar a vida de crianças desnutridas iemenitas | Notícias | Local do Iêmen \(who.int\)](#)

A [enviada especial](#) do ACNUR, Angelina Jolie, chegou ao país em 6 de março, em visita de três, para chamar a atenção para as consequências devastadoras do conflito de sete anos sobre a população civil. A atriz instou a comunidade internacional a aumentar seu apoio à resposta humanitária severamente subfinanciada e convocou todas as partes do conflito a respeitar e se comprometer com o direito internacional humanitário. Ela também pediu que todas as partes evitem atingir civis e garantam acesso humanitário sem obstáculos a todas as pessoas necessitadas, passagem segura para civis fugirem de áreas de conflito e um acordo político negociado.

O conflito remonta ao fracasso da transição política após as manifestações no âmbito da Primavera Árabe, que forçou o antigo presidente do Líbano, no poder desde 1990, a entregar o poder ao seu vice-presidente, em 2011. Várias crises depois, o ex-presidente se aliou aos Houthis, tomou a capital e se autoproclamou presidente, em 2015. Uma aliança regional liderada pela Arábia Saudita, pelos EUA e pelos Emirados Árabes iniciou uma série de ataques aéreos contra os rebeldes, com o objetivo de restaurar o governo. Irã entra em cena para apoiar os Houthis, que são xiitas. E a guerra se instalou.

### **Afeganistão – vive seu momento mais sombrio**

Desde a retirada catastrófica dos EUA e aliados da OTAN, do país, em agosto de 2021, depois de uma ocupação de 20 anos, um ciclo de violência e consequente retorno ao poder do Talibã, milhões de pessoas no Afeganistão estão experimentando miséria e fome. O país enfrenta desafios quádruplos: crise humanitária, caos econômico, mudanças climáticas, ameaças terroristas e dificuldades de governança.<sup>119</sup> Superar esses desafios requer mais apoio da comunidade internacional. O Talibã é uma realidade no Afeganistão.

Os países vizinhos buscam um consenso para lidar com as autoridades não reconhecidas do país. Muito tem sido relatado nos Cadernos CRIS/Fiocruz, CRIS, desde agosto de 2021, sobre a retirada dos exércitos ocupantes e consequências (Marques, [Informe 15/2020](#), pag. 63); sobre a situação precária do país que antecede à violência recente (Marques, [Informe 16/2020](#), pag. 49); sobre reuniões de países vizinhos que buscam uma solução afegã para o Afeganistão e manter estabilidade regional (Marques, [Informe 18/2020](#), pag. 62) e sobre o risco do agravamento da situação sombria pelo bloqueio do dinheiro afegão pelos EUA (Marques, [Informe 2/2022](#), pag. 141).

O país já dependia de ajuda humanitária, financeira e de recursos humanos muito antes dos conflitos, da [pandemia](#) e dos eventos climáticos extremos, que trouxeram perdas e retrocessos profundos com impactos de longo alcance na saúde e repercussões socioeconômicas. [Relatório da Situação](#). Metade da população do Afeganistão experimenta fome aguda. O sistema de saúde está em colapso, os direitos fundamentais das mulheres e meninas estão sob ameaça, agricultores e pastores estão lutando em meio à crise climática, e a economia está em queda livre. O conflito diminuiu, mas a violência, o medo e a privação continuam a enviar afegãos através das fronteiras, particularmente no Irã e no Paquistão. Os afegãos já constituem uma das maiores populações de refugiados do mundo.

A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, esteve em Cabul neste início de março e, no âmbito das reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher, [declarou](#) que as “mulheres afegãs – diante da guerra, pobreza extrema e violência e discriminação indescritíveis – têm trabalhado incansavelmente para proteger e sustentar suas famílias e comunidades”. Segundo ela, as mulheres “foram ameaçadas e atacadas por se

---

<sup>119</sup> [Afeganistão à beira - Holofotes do ACNUR \(unhcr.org\)](#)

manifestarem, negadas e excluídas de posições de poder e tomada de decisão, mas isso não as impediu de defender corajosamente seus direitos e criar redes de apoio.” Para Bachelet, para que o país “finalmente encontre paz e progresso, as mulheres afegãs devem ser agentes ativos de mudança e ter espaço para liderar processos humanitários e de desenvolvimento da paz.”

A estabilidade no Afeganistão passa pela capacidade do grupo Talibã em encontrar o equilíbrio entre agir como um governo diplomático, inclusivo e político e manter a identidade chave de grupo de resistência mujahedeen<sup>120</sup>. Cumprir a promessa de atuar contra o terrorismo e de respeitar os direitos humanos, especialmente os das mulheres é fundamental para o grupo conseguir apoio internacional e anulação das sanções que bloquearam os investimentos afegãos no exterior.

O conselho executivo do Banco Mundial<sup>121</sup> acaba de aprovar um plano para usar mais de [US\\$ 1 bilhão](#) do fundo congelado do Afeganistão para financiar programas de educação, agricultura e saúde urgentemente necessários. O dinheiro, a ser desembolsado através de agências da ONU e grupos internacionais de ajuda, fornecerá um impulso aos esforços para aliviar as crises humanitárias e econômicas e evitar que o país chegue a um ponto de irreversibilidade.

### **Sahel – conflitos, limpeza étnica e mudanças climáticas**

O **Sahel** é uma faixa de 700 m a 1.000 km de largura, em média, e 5.400 km de extensão, no continente africano, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e ao mar Vermelho, a leste. Não integra os territórios geográficos do observatório Asia Pacífico e Oriente Médio, mas por suas similaridades e urgências, não poderia ficar de fora desse resumo sobre os dramas dos refugiados. Como exemplo, a situação da Etiópia, lembrada pelo diretor da OMS e pelo Papa Francisco.

O Sahel abriga Estados fracos e bordas porosas<sup>122</sup>, compostos por centenas de grupos étnicos, cujas principais religiões são o islamismo, cristianismo e religiões tradicionais. Vivem desafios que englobam questões humanitárias e de segurança da população: pobreza, perseguição étnica, COVID-19, conflitos, eventos climáticos extremos e aumento do terrorismo sob os grupos Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS)<sup>123</sup> e Boko Haram<sup>124</sup>, situações que geram instabilidade e conseqüentemente um processo de desumanização da população e

---

<sup>120</sup> Aquele que se empenha na jihad, que em árabe, significa "esforço" ou "luta". No islã, pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma luta armada contra os infiéis. Os jihadistas acreditam que a luta violenta é necessária para erradicar os adversários do islão e impor a Lei Islâmica, a Sharia.

<sup>121</sup> [Conselho do Banco Mundial apoia uso de US\\$ 1 bilhão em fundos afegãos congelados para ajuda | Reuters](#)

<sup>122</sup> Do oeste para leste: Gâmbia, Senegal, a parte sul da Mauritânia, o centro do Mali, norte do Burkina Faso, a parte sul da Argélia, Níger, a parte norte da Nigéria e dos Camarões, a parte central do Chade, centro e sul do Sudão, o norte do Sudão do Sul e a Eritreia. Eventualmente, são incluídos também a Etiópia, o Djibuti e a Somália.

<sup>123</sup> A perda de território no Oriente Médio os levou para a África, onde problemas estruturais de desigualdades são prato cheio para movimentos jihadistas<sup>123</sup>, que exploram ódio e queixas sociais. Instabilidade política e econômica, falta de opção e de oportunidades, pobreza, inexistência de identidade e de pertencimento são fragilidades que facilitam a cooptação de indivíduos ou grupos.

<sup>124</sup> Organização jihadista, fundada em 2002, no norte da Nigéria, para purificar o islã inicialmente com ações não violentas. O fundamentalismo extremista o tornou violento. Alinhou-se ao ISIS, em 2015, mas sua violência extrema causou uma divisão e hoje rivalizam. Ativo em outros países africanos, é considerado o grupo terrorista mais mortífero do mundo, segundo o Índice de Terrorismo Global.

consequentemente, milhões de refugiados e deslocados.<sup>125</sup> O Sahel [enfrenta](#) uma das crises de deslocamento que mais cresce no mundo – e ainda assim é uma das mais esquecidas.



Fonte: DW, em <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/>

A região também está na linha de frente da crise climática, com temperaturas aumentando em 1,5 vezes a média global. Isso agrava conflitos sobre recursos escassos e dificulta a vida daqueles que já foram forçados a fugir. Esta deterioração da emergência humanitária, climática e de proteção pode ser agravada com o aumento da insegurança alimentar, decorrente da guerra na Ucrânia, como relata Augusto Paulo no [Informe 3 dos Cadernos CRIS/Fiocruz, pag.110](#).

### **Etiópia – conflito multilateral no país mais antigo do mundo**

Encravado no Chifre da África, é uma das nações mais antigas do mundo - a Dinastia Etíope tem suas raízes no século X a.C, tem sido considerada, potencialmente, o lugar em que o [Homo sapiens](#) se originou. Sua capital é a cidade de Adis Abeba, sede de várias organizações internacionais focadas no continente africano. É a segunda nação mais populosa da África e a décima maior em área. Faz fronteira com o Sudão e com o Sudão do Sul a oeste, com o Djibuti e a Eritreia ao norte, com a Somália ao leste, e o Quênia ao sul. De maioria cristã e muçumana, tem cerca de 80 grupos étnicos diferentes. Na década de 1980, a Etiópia transformou-se em um dos países mais pobres do globo, vivendo trágicos períodos de fome, que resultaram em milhões de mortes. Hoje a economia etíope é uma das que mais crescem na África.

A crise humanitária atual é decorrente da **Guerra do Tigray**<sup>126</sup> (ou Guerra Civil Etíope), um conflito armado que começou em novembro de 2020, entre o governo federal e o partido político Frente de Libertação do Povo Tigray (FLPT), na região do Tigray<sup>127</sup>, norte do país. Uma divergência política e muitas divergências depois, virou guerra civil e já se espalhou para as

<sup>125</sup> <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/>

<sup>126</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_do\\_Tigr%C3%A9](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Tigr%C3%A9)

<sup>127</sup> **Tigré (Tigray)** é uma das nove regiões da Etiópia; recebe este nome pelo grupo étnico que compõe a maior parte de sua população, os tigrés. Tigré faz fronteira com a Eritreia ao norte, o Sudão a oeste, a região de Amara ao sul e a região de Afar a leste e sudeste.

regiões vizinhas de Afar e Amhara<sup>128</sup>, com dezenas de milhares de pessoas mortas e feridas e empurradas para condições de fome. À medida que a guerrilha se amplia, com uso extensivo de drones, passando a contar com forças militares da Eritreia, país vizinho, em favor do governo e com forças armadas internas a favor da frente FLPT, milhares de pessoas, principalmente mulheres e crianças, fogem dos combates e da violência generalizada na região de Tigray.

Organizações internacionais denunciam campanhas de limpeza étnica e violência sexual generalizada e crescente insegurança alimentar, que tem causado uma onda de refugiados, principalmente para o Sudão, um país que já vive suas próprias crises e está chegando no limite da sua capacidade de ajuda. A maioria saiu com quase nenhum pertence e chegou exausta de andar longas distâncias. Os refugiados estão chegando em áreas remotas com pouca infraestrutura. A falta de eletricidade, telecomunicações e acesso a combustível e dinheiro dificulta severamente qualquer resposta humanitária.

A chefe de direitos humanos da ONU, Michelle Bachelet, [alerta](#) sobre o agravamento do conflito, desde novembro último, e que a insegurança bloqueia a entrega de suprimentos humanitários e respostas à saúde para a região. Seu escritório vem recebendo relatos de violações generalizadas por todas as partes no conflito, incluindo estupros e ataques aéreos letais. O ACNUR lançou [um apelo](#) de US\$ 205 milhões para fornecer proteção e assistência a mais de 1,6 milhão de pessoas deslocadas pelo conflito no norte da Etiópia. A OMS [alerta](#) que mais da metade das unidades de saúde em Tigray não estão operacionais e houve redução no acesso aos serviços de saúde materno-infantil. As pessoas sofrem de traumas e lesões, insegurança alimentar e desnutrição, violência sexual, malária, cólera, etc. O conflito também interrompeu a resposta do COVID-19. Milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar aguda na região, com mais de 400 mil pessoas perto da fome.

O Primeiro-Ministro Abiy Ahmed Ali surpreendeu a comunidade internacional ao assumir a frente das forças de governo um vez que, em 2019, recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho em encerrar vinte anos de impasse entre a Etiópia e a Eritreia. Ele é engenheiro de TI, militar, político e estadista.

### **Considerações finais: os direitos humanos e o estado de direito estão sob ataque**

Às vésperas da COP26, em novembro passado, o Conselho de Direitos Humanos da ONU [aprovou](#) ser **um direito de todo ser humano ter acesso a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável**. Na ocasião, o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, [observou](#) que a maioria das reuniões do Conselho de Segurança da ONU são demandadas por situações de conflitos e, quase sempre, por questões de identidade, sejam étnicas, raciais, religiosas ou socioeconômicas. E nesse cenário, mulheres e crianças são as mais atingidas.

Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, hoje, enfrentamos o maior número de conflitos violentos desde 1945. São mais duradouros e mais complexos – dificultando os arranjos de paz. E como alertou Guterres na ocasião, uma perigosa sensação de impunidade está se instalando - vista nas recentes tomadas de poder pela força, incluindo golpes militares: 1 - Ações de Israel nos Territórios Palestinos: anexação ilegal de terras da Cisjordânia (Marques, [2021b](#), p. 60) [Marques, 2021c: 81](#); WHO, [2021a](#), [2021c](#)); 2 – Golpe militar em Myanmar e a limpeza étnica e violação de direitos humanos (ONU ([2021a](#)); Marques, [2020b](#): 119), resultando em mais de um milhão de apátridas Rohingya; 3 – Os combates no Yemen e na Síria, ceifando milhares de vidas e empurrando as pessoas para além de seus limites e a uma crise de fome se limite.

128

<https://www.aljazeera.com/news/2021/11/23/ethiopias-abiy-vows-to-lead-army-from-the-battlefront>

## China: Segurança indivisível e desenvolvimento estável

*André Costa Lobato*

### Diplomático

• O anúncio russo da presença de laboratórios controlados pelos EUA de armas biológicas na Ucrânia ganhou grande repercussão na China. Desde o início da pandemia, o país tem pedido maior transparência das atividades biotecnológicas militares de Washington. O tema fez parte da última fala do representante chinês no Conselho de Segurança, que mencionou acordos vigentes sobre armas de destruição em massa.<sup>129</sup>

• Xi conversa com Scholz (Alemanha) e Macron (França)<sup>130</sup>. Disse que as sanções impostas contra a Rússia vão afundar ainda mais a economia mundial sob pandemia e encorajou a resolução conjunta da atual crise de segurança europeia<sup>131</sup>. É do interesse da China que a União Europeia tome decisões de longo prazo sem a interferência da Casa Branca. Ou seja, interessa à China uma Europa forte, com moeda forte e mais independente militarmente dos EUA. O mesmo vale para América Latina, África, Asean etc.

Durante coletiva de imprensa, o chanceler Wang Yi disse que<sup>132</sup>:

*“China believes that to resolve the current crisis, we must uphold the purposes and principles of the Charter of the United Nations (UN) and respect and protect the sovereignty and territorial integrity of all countries. We must adhere to the principle of indivisible security and accommodate the legitimate security concerns of the parties involved.”*

O princípio de “segurança indivisível” é mencionado em alguns acordos<sup>133134135</sup>:

- Final Act of the Conference on Security and Co-operation in Europe (1975)
- Charter of Paris for a New Europe (1990)
- NATO-Russia Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security (1997)
- OSCE: The Istanbul Document of 1999
- Astana Commemorative Declaration towards a Security Community (2010)

Assim, essencialmente, soberania e integridade territorial não são violáveis apenas quando o exército de um país avança sobre as fronteiras de outro país. É preciso que não haja sinais de que um país está se movendo militarmente para atacar ou inviabilizar as defesas de outro país. Talvez o exemplo histórico mais concreto para os russos seja a invasão alemã da Segunda Guerra Mundial, chamada na Rússia de a Grande Guerra Patriótica.

No caso chinês, o precedente histórico seria a Guerra da Coreia, quando um exército de voluntários chineses lutou ao lado dos comunistas coreanos como uma guerra preventiva.

<sup>129</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202203/1254649.shtml>

<sup>130</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202203/t20220308\\_10649835.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202203/t20220308_10649835.shtml)

<sup>131</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202203/t20220308\\_10649835.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202203/t20220308_10649835.shtml)

<sup>132</sup> <https://www.silkroadbriefing.com/news/2022/03/08/chinas-foreign-ministry-position-on-russia-ukraine/>

<sup>133</sup> <https://tass.com/world/1368549>

<sup>134</sup> <https://foreignpolicy.org/tr/russias-weak-bargain-invoking-the-indivisible-security-principle/>

<sup>135</sup> <https://www.ft.com/content/84a43896-2dfd-4be4-8d2a-c68a5a68547a>

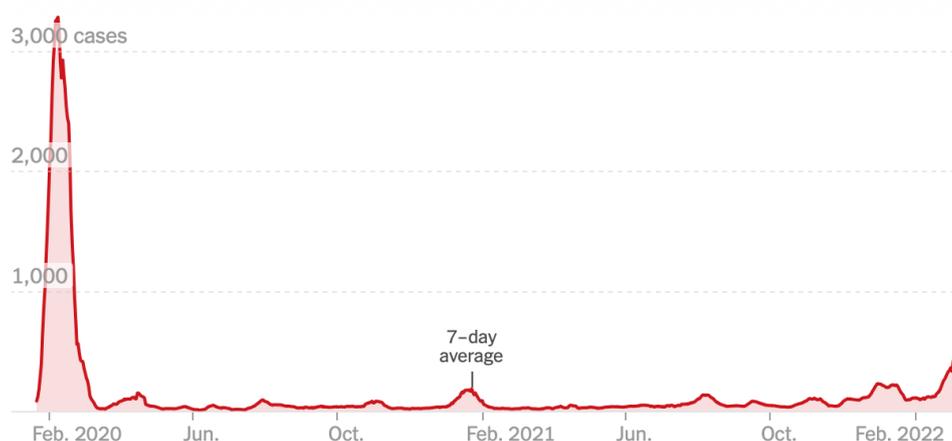
Embora a gravidade geopolítica da China em sua vizinhança seja maior do que a da Rússia, cuja economia é menor do que a da Itália, os chineses consideram a ocupação de Taiwan pelo Exército de Libertação Popular da China continental como uma opção indesejável, mas ainda assim uma opção. E, por mais associável às teorias realistas de relações internacionais que soberania e segurança sejam, há sempre o aspecto psicológico. E, nesse caso, as mentes que governam Moscou e Pequim são bem distintas.

- A expansão da Otan na Europa Oriental e no Mar do Sul da China devem ser o principal tópico de Yang Jiechi em sua reunião nesta segunda-feira (14 de março) com Jake Sullivan, o assessor da Casa Branca para Segurança Nacional. Espera-se que o estado-unidense peça algum tipo de compromisso do chinês em relação ao conflito na Ucrânia. Como o governo dos EUA agora produz mapas em que Taiwan não faz parte da China e as sanções da guerra comercial continuam, fica difícil encontrar o espaço político para que Sullivan peça algum tipo de ajuda. De qualquer forma, a mera necessidade da China numa reunião sobre assuntos europeus e as imensas oportunidades para a moeda chinesa diante do uso do dólar como arma financeira pelos EUA indicam de que uma nova ordem mundial está em andamento.

### Sanitário

- Xangai fecha todas as escolas devido ao aumento dos casos confirmados de COVID-19 na cidade<sup>136</sup>. As aulas serão on-line. O país enfrenta a maior elevação do número de casos desde o cordão sanitário de Wuhan. Importante notar que as respostas aos contágios diferem. Há cidades que optam por quarentenas totais, outras parciais, monitoramento de descolamento de celulares etc. No caso de Shanghai, a grande maioria de casos é assintomático. Já em Hong Kong<sup>137</sup>, a crise sanitária é bem mais grave. Cada vez mais próxima de Pequim, a ex-colônia britânica tem adotado medidas de “covid zero” e planeja testar toda sua população este mês.

Figura 1 - Um ano de casos confirmados de Covid-19 na China (gráfico do New York Times)



Source: Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University. The daily average is calculated with data that was reported in the last seven days.

- Os CDCs da China e dos EUA realizaram a 15ª videoconferência de técnicas de prevenção e controle da Covid-19. O tema foi vacinação e imunização de grupos especiais.<sup>138</sup>

<sup>136</sup> <http://nytimes.com/live/2022/03/11/world/covid-19-mandates-cases-vaccine>

<sup>137</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202202/1253009.shtml>

<sup>138</sup> [https://www.chinacdc.cn/zxdt/202203/t20220311\\_257698.html](https://www.chinacdc.cn/zxdt/202203/t20220311_257698.html)

- O representante diplomático da China na 49ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas pediu a todas as partes que trabalhem juntas pelo fim da "lacuna de imunização" global<sup>139</sup>.

### **Socioeconômico**

- Entre 4 e 11 de março ocorreram em Pequim as chamadas "Duas Sessões": a quinta sessão da 13ª Assembleia Popular Nacional (APN) e a quinta sessão do 13º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). A ANP tem cerca de 3 mil delegados e a CCCPPC, 2 mil<sup>140</sup><sup>141</sup>. Alguns pontos principais:

- Crescimento do PIB para este ano ficou planejado em 5.5%, ou um Chile e uma Argentina a mais.

- A economia chinesa enfrenta "três pressões" globais: queda de demanda, disrupções na oferta e piora nas expectativas.

- O país aumentará os gastos governamentais e estenderá os cortes de impostos e taxas para permitir um crescimento estável em 2022.

- Para obter estabilidade em seu desenvolvimento em tempos instáveis, o país tem cinco caminhos a percorrer: 1) Liderança do Partido 2) Socialismo com Características Chinesas 3) Esforços comuns 5) Rígida governança partidária

- O país aumentará ainda mais sua ênfase em inovação. Destaque para empresas de médio e pequeno porte, que passaram a ter 100% de dedução em despesas de pesquisa e desenvolvimento. Um plano de dez anos para pesquisa básica e uma reforma para os próximos três anos no sistema de tecnologia e inovação estão previstos. A relevância dos laboratórios e institutos nacionais de pesquisa permanece<sup>142</sup>.

- Entrou em vigor neste mês uma nova legislação sobre o uso de algoritmos dos serviços de internet. Considerada pioneira no mundo, a legislação permite que o usuário opte por desativar certos algoritmos, limitando a personalização que as plataformas fazem dos conteúdos disponíveis para os usuários<sup>143</sup>.

---

<sup>139</sup> [https://www.brasil247.com/coronavirus/representante-chines-apela-na-onu-pelo-fim-da-lacuna-de-imunizacao-global?fbclid=IwAROPbYQ\\_81GZqZkDdaJB2i4EEidQHbT4sEz-ORVLPdrQq\\_LfiBzw67adDdU](https://www.brasil247.com/coronavirus/representante-chines-apela-na-onu-pelo-fim-da-lacuna-de-imunizacao-global?fbclid=IwAROPbYQ_81GZqZkDdaJB2i4EEidQHbT4sEz-ORVLPdrQq_LfiBzw67adDdU)

<sup>140</sup> <https://govt.chinadaily.com.cn/index/specials/2022twosessions>

<sup>141</sup> [http://portuguese.news.cn/2022-03/13/c\\_1310512488.htm](http://portuguese.news.cn/2022-03/13/c_1310512488.htm)

<sup>142</sup> <https://www.china-briefing.com/news/tax-incentives-china-to-encourage-technology-innovation>

<sup>143</sup> [http://www.cac.gov.cn/2022-01/04/c\\_1642894606364259.htm](http://www.cac.gov.cn/2022-01/04/c_1642894606364259.htm)

## Um ano de ciência sob Biden: Acompanhando o progresso e as deficiências da administração<sup>144</sup>

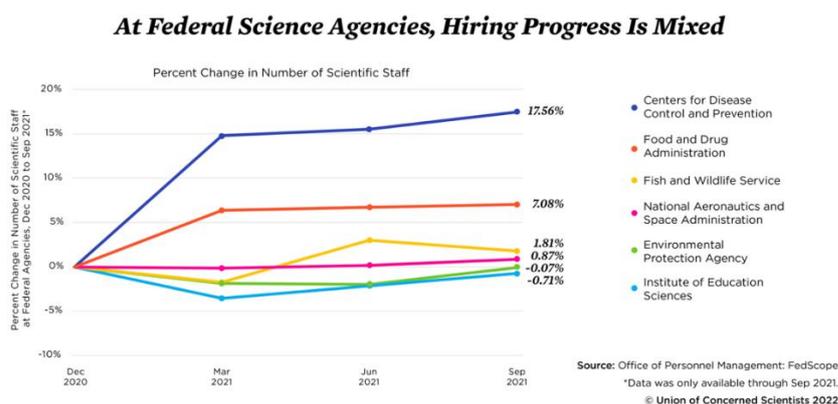
*Taryn MacKinney, Jacob Carter, Rachel Cleetus, Dave Cooke, Anita Desikan, Jennifer Knox, Taofik Oladipo, Karen Perry Stillerman*

Quando Joe Biden tomou posse como presidente há um ano, seu governo assumiu o comando de uma nação problemática. O COVID-19 matou 400.000 pessoas. A economia assolada pela pandemia havia eliminado milhões de empregos. A nação cambaleou com a insurreição de 6 de janeiro. A crise climática recrudescceu.

Na campanha, o presidente Biden prometeu curar as feridas do país. Até agora, o governo Biden-Harris deu grandes passos: voltou a comprometer os EUA a combater as mudanças climáticas ao lado de parceiros globais, trabalhou no combate à pandemia, e elevou o papel da ciência no governo.

Mas, ainda mais deve ser feito. Nesse relatório está descrito de maneira clara o que o governo conseguiu e o que ainda deve fazer em nove áreas temáticas: força de trabalho científica federal, integridade científica, mudança climática, resposta à COVID-19, armas nucleares, proteção da democracia, justiça ambiental, veículos limpos e alimentos e agricultura.

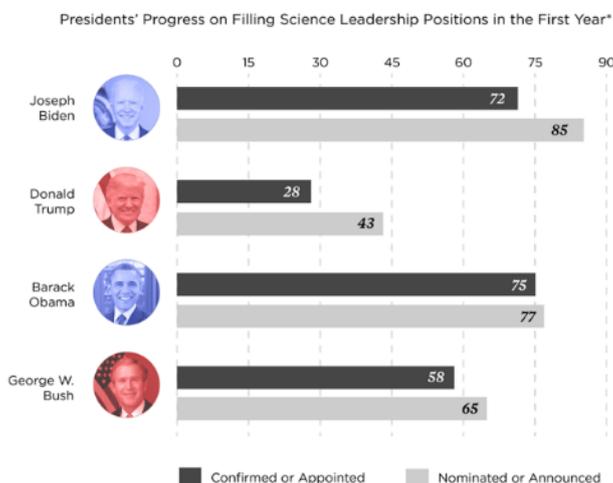
### Força de trabalho científica federal



À medida que enfrentamos crises crescentes, incluindo a pandemia da COVID-19 e o agravamento dos impactos das mudanças climáticas, os Estados Unidos precisam de cientistas que sirvam ao bem público. A administração anterior prejudicou esses cientistas e muitos deixaram completamente o serviço público. Desde então, o governo Biden-Harris trabalhou para aumentar a força de trabalho científica federal, mas o progresso não é homogêneo nas diversas agências federais.

<sup>144</sup> Originalmente publicado em inglês, em 20 de janeiro de 2022, no site: <https://www.ucsusa.org/resources/one-year-science-under-biden#top> e traduzido e reproduzido em português nos Cadernos CRIS 04/22, com autorização da Union of Concerned Scientists – UCS. Seleção de texto e tradução ao português de: Guto Galvão

## Integridade científica



### **Appointing Highly Qualified Science Leaders to Federal Positions Is a Key Part of Biden's Plan to Rebuild and Strengthen Federal Science**

*Although gaps remain, Biden has made strides in restoring scientific integrity to the federal government.*

Sources: National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine; *The Washington Post*; White House

\*As of Jan 10 of each administration's second year.

© Union of Concerned Scientists 2022

Desde seu primeiro dia no cargo, o presidente Biden agiu em prol da integridade científica. Seu governo preencheu alguns cargos de liderança com especialistas qualificados, iniciou esforços para fortalecer as proteções para cientistas federais e reverteu muitas ações anticientíficas prejudiciais realizadas pelo governo anterior. Mas restaurar a ciência federal (e a confiança do público nela) levará anos, e o governo deve fazer mais para tornar a ciência governamental transparente e independente, não apenas durante sua presidência, mas nas próximas décadas.

## Mudanças climáticas

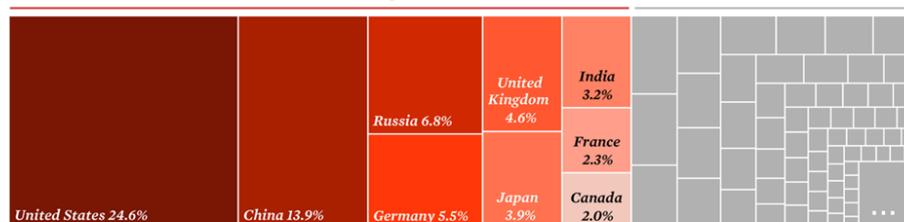
### **The US Has Produced More Global Warming Emissions than Any Country, but It Has Not Done Its Fair Share to Address Climate Change**

**9 countries**

are responsible for two-thirds of cumulative CO<sub>2</sub> emissions.

**139 countries**

are responsible for only a third.



*The US alone is responsible for a quarter of all CO<sub>2</sub> emissions ever produced, but it has fallen short on its responsibility to act. While the Biden-Harris administration has committed to cutting emissions 50–52% below 2005 levels by 2030, policies that help deliver this promise are not yet enacted. The administration has also not committed to sufficient climate funding for developing countries, including for the damage climate change has already done.*

Sources: The Global Carbon Project

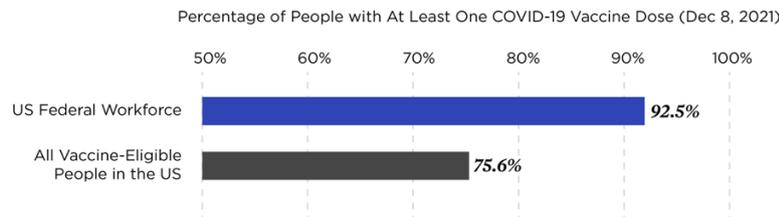
© Union of Concerned Scientists 2022

Em seu primeiro ano, o governo Biden-Harris começou a perseguir uma **agenda ambiciosa de clima e energia limpa**: reintegrando o acordo climático de Paris, comprometendo-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e lançando esforços para aumentar a resiliência climática, fornecendo às comunidades ferramentas e financiamento para se preparar para os impactos climáticos. No entanto, com a crescente urgência da crise climática, o governo deve fazer mais para seguir seus planos com políticas concretas, robustas e duráveis. Caso contrário, os Estados Unidos ficarão aquém de seus objetivos de reduzir drasticamente as

emissões que aprisionam o calor nesta década, protegendo as comunidades dos piores impactos das mudanças climáticas e defendendo as responsabilidades da nação para com o mundo.

## Resposta à Covid-19

### ***More than 9 in 10 Federal Employees Have Gotten Vaccinated, a Higher Rate than the Overall US Population***



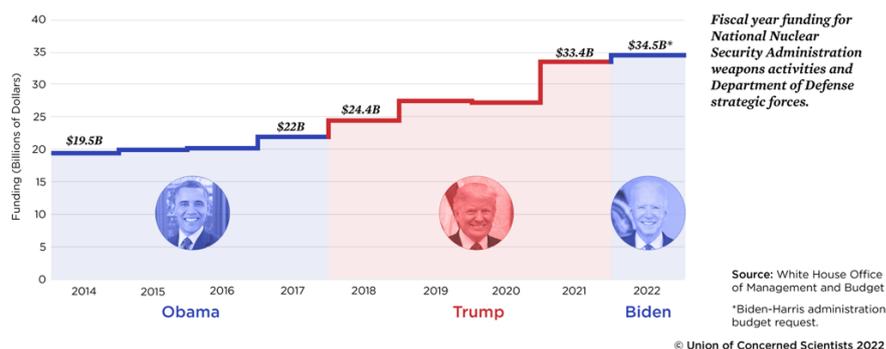
*In early Sep 2021, President Biden announced a vaccine mandate for all employees of the federal workforce, the nation's largest employer.*

Sources: White House; Centers for Disease Control and Prevention  
© Union of Concerned Scientists 2022

A pandemia do COVID-19 dominou a vida dos EUA por quase dois anos, mas os dois presidentes encarregados de gerenciar a crise seguiram caminhos totalmente diferentes. O antecessor do presidente Biden negou amplamente a pandemia, silenciando os cientistas e fazendo pouco para impedir o caminho de destruição do COVID-19. O presidente Biden, por outro lado, aceitou o desafio, ouvindo (na maioria das vezes) os cientistas e defendendo medidas de saúde pública como vacinas e uso de máscaras, mesmo diante da resistência política e de um vírus em constante evolução, ambos dos quais permanecem obstáculos para a administração.

## Armas nucleares

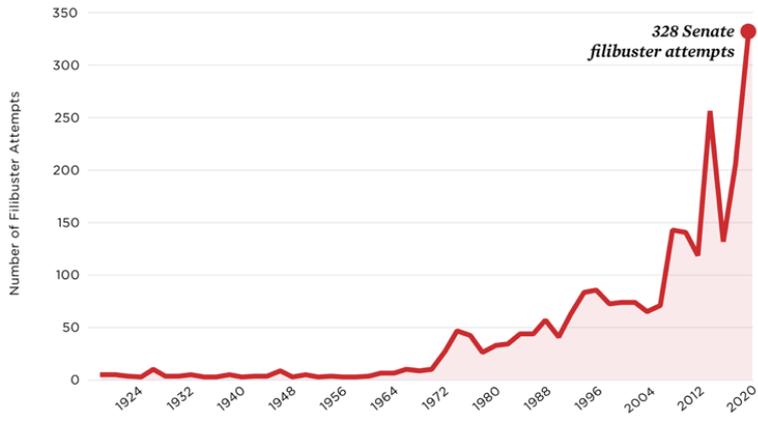
### ***Biden Increased Funding for the US Nuclear Arsenal to Record Levels, Despite Earlier Commitments to Reduce the Stockpile***



Na trilha da campanha e durante seu primeiro ano de mandato o presidente Biden expressou repetidamente a necessidade de estabelecer uma nova agenda política para armas nucleares, uma que minimize o risco de que essas armas possam ser usadas em um conflito. Biden criticou a decisão de seu antecessor de buscar novos programas de armas nucleares, argumentando que novas ogivas tornam a guerra nuclear mais provável. Embora o governo Biden- Harris tenha feito progressos em algumas das principais iniciativas de controle de armas, pouco fez para distinguir sua agenda nuclear da do governo anterior, principalmente quando se trata dos enormes e crescentes custos dos programas de armas nucleares dos EUA.

**Protegendo a democracia**

***The Filibuster Is Blocking Efforts to Protect Voting Rights, but the Biden-Harris Administration Is Not Doing Enough to Fix It***



*From 1917 to 1994, half of all bills killed by the filibuster were civil rights measures, like antilynching bills and bills to protect the rights of Black voters.*

*Today, the filibuster continues to be used and abused. It is allowing a minority in the Senate to undermine civil rights and block the passage of voting rights laws that will benefit marginalized groups in society.*

Sources: Senate.gov; The Washington Post  
© Union of Concerned Scientists 2022

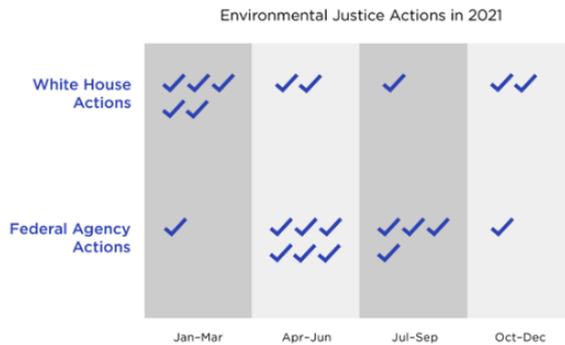
Uma democracia saudável é necessária para garantir que a ciência atenda ao interesse público, desde iniciativas de saúde pública até políticas baseadas em evidências. Nos últimos anos, muitas organizações de direita e líderes republicanos eleitos atacaram os direitos de voto, lançaram dúvidas sobre eleições livres e justas e serviram a interesses privados ou partidários em detrimento do bem público. O governo Biden-Harris declarou que os direitos de voto são uma prioridade, mas deve fazer muito mais para tirar a democracia dos EUA do precipício, incluindo apoio ativo à reforma ou abolição da obstrução do Senado.

**Justiça ambiental**

***The Biden-Harris Administration Is Consistently Investing in Environmental Justice Initiatives, but Progress Will Take Years***

*The White House took 10 significant actions on environmental justice in its first year, including signing executive orders that advance racial equity and address the inequities of the US pandemic response.*

*Collectively, federal agencies—like the Environmental Protection Agency and the Justice Department—took 12 significant actions on environmental justice.*

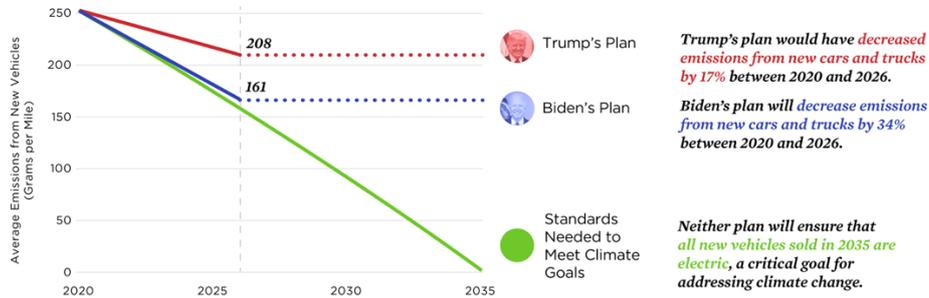


Sources: White House; Harvard's Federal Environmental Justice Tracker  
© Union of Concerned Scientists 2022

O governo Biden-Harris se comprometeu a lidar com as injustiças de longa data que as comunidades carentes enfrentam em todo o país, com compromissos que superam os de qualquer administração presidencial anterior na história moderna. No entanto, essas iniciativas devem ser implementadas de forma completa, justa e com a participação da comunidade. Ainda não se sabe se isso acontecerá e também é muito cedo para dizer se o governo cumprirá suas promessas.

## Transporte limpo

### ***Biden's Environmental Protection Agency Tightened Emissions Requirements for New Cars and Trucks, but Not Enough to Meet Climate Goals***



Sources: White House; EPA  
© Union of Concerned Scientists 2022

Até agora, em 2021, o governo Biden-Harris ajustou os padrões para novos automóveis e caminhões, trabalhou para desfazer as reversões do governo anterior e procurou reduzir a poluição e a fuligem de veículos pesados. A administração também anunciou seu objetivo de garantir que metade dos novos veículos de passageiros vendidos até 2030 sejam elétricos. Esses são passos positivos, mas é necessário mais para planejar a eletrificação em larga escala e de longo prazo de todo o setor de transporte, um passo vital para reduzir as emissões do aquecimento global. Para conseguir isso, a administração deve trabalhar para garantir que 100% de todos os novos veículos de passageiros vendidos em 2035 sejam elétricos.

## Alimentação e agricultura

### ***The Biden-Harris Administration Is Making Unprecedented Investments to Increase Fairness in Our Food System***



*But more must be done to combat inequities and rein in the abusive power of food industry giants.*

Sources: White House; US Department of Agriculture  
© Union of Concerned Scientists 2022

Durante décadas, o sistema alimentar dos EUA tomou o caminho errado. As políticas públicas e as forças de mercado permitiram que as fazendas se tornassem maiores e mais industrializadas, expulsando fazendas menores e discriminando agricultores afrodescendentes e indígenas (BIPOC). As fusões descontroladas de empresas de alimentos e a fraca aplicação das leis antitruste, combinadas com as forças econômicas, criaram quase monopólios que negam aos trabalhadores as proteções adequadas e prejudicam os agricultores, uma realidade fortemente visível pela pandemia do COVID-19. Em seu primeiro ano, o governo Biden-Harris sinalizou sua intenção de desafiar os poderes corporativos e remediar a discriminação racial de longa data em nosso sistema alimentar, mas essas são tarefas monumentais que exigem

vontade política substancial. O tempo dirá se a administração será bem sucedida.

### **Agradecimentos**

Este relatório foi possível com o apoio da Bauman Foundation, Broad Reach Fund, Democracy Fund, Doris Duke Charitable Foundation, Bernard F. and Alva B. Gimbel Foundation, New York Community Trust, David and Lucile Packard Foundation, the Rauch Foundation, Wilburforce Foundation e membros da UCS.

Agradecemos também àqueles que revisaram, criaram gráficos e deram forma a este relatório, incluindo Katy Balatero, Felipe Castro, Bill Cotter, Anthony Eyring, Matt Heid, Cynthia DeRocco, Seth Michaels, Andrew Rosenberg, Seth Shulman e Bryan Wadsworth.

As opiniões aqui expressas não refletem necessariamente as das organizações que financiaram o trabalho ou das pessoas que o revisaram ou traduziram. A UCS é a única responsável pelo conteúdo do relatório.

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Caio Murta** – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Carlos Linger** – Médico, pesquisador e assessor do CRIS/Fiocruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Corina Mendes** – Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz

**Danielle Keylla Alencar Cruz** – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

**Harim Baek** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Ivia Maksud** - Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**José Luís Fiori** – Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia política Internacional, PEPI, UFRJ.

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Júlia Moraes** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Laurenice de Jesus Alves Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Marina Sujkowski** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Patricia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vinicius Roland** - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são 46 Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **3** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2022**

**Seminário 04/2022 – 23/03/22 – *Ambiente e saúde global I: PNUMA e a Assembleia das Nações Unidas sobre Ambiente (UNEA 5)***

**Seminário 05/2022 – 06/04/22 – *Panorama social, Agenda 2030 e Saúde na América Latina e Caribe***

**Seminário 06/2022 – 20/04/22 – *Direitos humanos e saúde: Agenda e perspectivas 2022***

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 04/2022**

***Período de 1 a 14 de março de 2022***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 3 de março de 2022.**

**176 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**